

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGP

MARIANA DOS SANTOS MORAIS

**O MURO (IN)TRANSPONÍVEL PARA A CONSCIÊNCIA:
IMPLICAÇÕES DA ALIENAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO
NA DIALÉTICA CONSCIENTE-INCONSCIENTE**

Goiânia
2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

MARIANA DOS SANTOS MORAIS

3. Título do trabalho

O MURO (IN)TRANSPONÍVEL PARA A CONSCIÊNCIA: IMPLICAÇÕES DA ALIENAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO NA DIALÉTICA CONSCIENTE-INCONSCIENTE

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Dos Santos Morais, Discente**, em 17/01/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 10/02/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5101161** e o código CRC **D8B2B5DD**.

MARIANA DOS SANTOS MORAIS

**O MURO (IN)TRANSPONÍVEL PARA A CONSCIÊNCIA:
IMPLICAÇÕES DA ALIENAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO
NA DIALÉTICA CONSCIENTE-INCONSCIENTE**

Dissertação final de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, na área de concentração em Psicologia, como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Psicologia, linha de pesquisa Processos Psicossociais e Educacionais, sob orientação da Profa. Dra. Livia Gomes dos Santos

Goiânia

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Morais, Mariana dos Santos

O muro (in)transponível para a consciência: implicações da alienação para o desenvolvimento do psiquismo na dialética consciente inconsciente [manuscrito] / Mariana dos Santos Moraes. - 2024. 182 f.

Orientador: Profa. Dra. Livia Gomes dos Santos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui siglas.

1. psicologia histórico-cultural. 2. marxismo. 3. alienação. 4. consciente-inconsciente. 5. processos psicossociais. I. Santos, Livia Gomes dos, orient. II. Título.

CDU 159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 31 da sessão de Defesa de Dissertação de **MARIANA DOS SANTOS MORAIS** que confere o título de **Mestra(e) em Psicologia** pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGP/FE/UFG, na *área de concentração em Psicologia*.

Aos **oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro (08/08/2024)**, a partir das **15:00h**, nas dependências da Faculdade de Educação da UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"O MURO (IN)TRANSPONÍVEL PARA A CONSCIÊNCIA: IMPLICAÇÕES DA ALIENAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PSIQUISMO NA DIALÉTICA CONSCIENTE-INCONSCIENTE"**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a) Prof^ª. Dr^ª. **Livia Gomes dos Santos (PPGP/FE/UFG)**, doutora em **Psicologia Social** pela **PUC/SP**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof^ª. Dr^ª. **Flavia Gonçalves da Silva (UFVJM)**, doutora em **Psicologia da Educação** pela **PUC/SP** - integrante titular externa e Prof. Dr. **Tadeu Mattos Farias (UFRN)**, doutor em **Psicologia** pela **UFRN** - integrante titular interno. Durante a arguição os integrantes da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Prof^ª. Dr^ª. Livia Gomes dos Santos, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e quatro.

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Livia Gomes dos Santos

Prof^ª. Dr^ª. Flavia Gonçalves da Silva

Prof. Dr. Tadeu Mattos Farias

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Mattos Farias, Usuário Externo**, em 17/01/2025, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Livia Gomes Dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 17/01/2025, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Dos Santos Moraes, Discente**, em 17/01/2025, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5101156** e o código CRC **B098F233**.

Referência: Processo nº 23070.051535/2024-04

SEI nº 5101156

Agradecimentos

Uma pesquisa certamente é construída por muitas mãos, e uma pesquisadora, por muitas mais. Antes de introduzir esta dissertação, é necessário reconhecer que, sem as seguintes pessoas (mais do que imaginei, menos do que seria o ideal), nada disso seria possível, de mim ou deste trabalho. Assim, teço meus agradecimentos:

Ao Lucas, meu companheiro, por me mostrar que eu poderia me reconhecer como pesquisadora. Pelo auxílio na mudança de tema e por me ajudar a reencontrar meu caminho na academia. Sem nossas discussões sobre crítica à psicologia, marxismo, política, psicologia histórico-cultural e tantas outras temáticas, estas linhas não estariam organizadas da maneira que estão. Também sou grata por todo o amor e cuidado dedicados a mim.

À Nic, pelo acolhimento e fortalecimento, por ser uma referência na academia e por manter minha fé acesa na humanidade, especialmente na nossa humanidade. Pela amizade, acolhimento e todas as trocas. Nossas discussões sobre psicologia, feminismo marxista, marxismo e sociedade marcaram profundamente meu pensamento e construções teóricas.

À Ana Paula, por me acompanhar ao longo de toda a minha trajetória acadêmica e por acreditar tanto no meu potencial. Pelo apoio afetivo, por ser abrigo em momentos difíceis, por compartilhar revoltas e por nossas trocas sobre psicologia histórico-cultural e clínica. Também agradeço por segurar minha mão na reta final deste trabalho.

Ao Cadu, por ser imprescindível na construção e conclusão deste trabalho. Por sua amizade e companheirismo ao longo destes anos de mestrado. Pelas conversas em bares e inúmeras trocas, virtuais e presenciais, sobre nossas pesquisas, psicologia histórico-cultural e marxismo. Enfim, por ser uma mediação que organizou e impulsionou minhas ideias.

Aos meus pais, Luiz Adércio e Adinélia, pelo sangue, suor e lágrimas dedicados à minha formação. Sem a estrutura e apoio material e afetivo que me proporcionaram, nada disso seria possível. Como trabalhadores, viram na educação um tesouro a ser cultivado com esperança em um futuro – meu futuro –, que agora estendo a serviço da humanidade.

Ao meu irmão Gabriel, por ser minha primeira referência em tantas áreas que hoje me constituem e por todo o apoio e cuidado de sempre.

À Ray, por todo o carinho e impulso que sempre dedicou aos meus sonhos. Se me permiti sonhar em ser mestre, foi movida pela forma bonita com que você enxerga a vida e a mim.

À Lari, por me puxar para crescer juntas, desde a Iniciação Científica até o projeto submetido ao PPGP. Você coloca as mãos na massa com capricho e dedicação pelas pessoas

queridas, e eu tenho a sorte de ser uma delas. Agradeço por ser apoio, lar, risadas, e também uma referência como psicóloga e pesquisadora.

À Jade, Isa, Ícaro e Anna Luísa, por estarem comigo há tanto tempo e por sempre conseguirem tirar o melhor de mim, com afago, incentivo, gargalhadas e compreensão.

À Nina, por ser uma referência na academia e na clínica, por todas as trocas, especialmente pelas discussões sobre marxismo e indivíduo, inconsciente e marxismo, psicologia crítica e crítica à psicologia, que tanto me inspiraram. Pela parceria, desabafos e por ser um ponto de fortalecimento e incentivo.

Ao Grupo de Estudos Psicologia Crítica na Clínica, e a todas as mulheres que passaram por ele: Karina, Priscilla, Soraya, Naiana, Renata, entre outras, que foram um amparo desde o fim da graduação até o início do mestrado. Pelas contribuições e discussões sobre psicologia histórico-cultural, psicologia crítica, marxismo, indivíduo e capitalismo, que inspiram minha atuação clínica e como pesquisadora.

À Dra. Livia Gomes dos Santos, minha orientadora, por ser minha primeira referência nessa trajetória acadêmica. Por ter me acolhido na Iniciação Científica e me mostrado os caminhos da pesquisa e da docência. Por me ensinar, com sua didática brilhante, sobre psicologia sócio-histórica, psicologia histórico-cultural e o método materialista histórico-dialético. Sua influência foi imprescindível para reforçar minha paixão pela literatura e marcar minha trajetória. Sou grata por toda a paciência e generosidade desde a IC, passando pelo TCC, até chegar à dissertação. Foi uma honra me tornar pesquisadora sob sua orientação.

Aos membros da banca de defesa, incluindo os da qualificação: Dr. Hugo Leonardo da Fonseca, Dra. Flávia Gonçalves da Silva, Ph.D., e Dr. Tadeu Mattos Farias, Ph.D., pelas contribuições valiosas e por aceitarem participar do processo de avaliação e construção desta pesquisa.

A algumas outras mulheres que marcaram minha construção como mulher, pesquisadora e psicóloga (e tantas outras funções que compõem minha personalidade): Maísa, Suely, Ana Maria (minha querida avó), Evelin, Juliana e Ludmila. E a tantas outras pessoas que sabem que fizeram parte deste trabalho e da minha trajetória.

Sumário

| | |
|--|------------|
| Lista de siglas..... | 10 |
| Resumo..... | 11 |
| Abstract..... | 12 |
| Resumen..... | 13 |
| Introdução..... | 14 |
| Capítulo 1 - Alienação..... | 30 |
| 1.1 Histórico sobre o conceito de alienação e sua inserção na obra marxiana..... | 31 |
| 1.2 Atividade vital consciente: o trabalho..... | 41 |
| 1.3 Mercantilização: o trabalho no capitalismo..... | 47 |
| 1.3.1 As bases do capitalismo..... | 48 |
| 1.3.2 A mercadoria e o fetichismo..... | 59 |
| 1.3.3 A ideologia..... | 63 |
| 1.3.4 Reestruturações produtivas: da crise estrutural à permanente..... | 68 |
| 1.4 A alienação no capitalismo..... | 77 |
| 1.4.1 Alienação, fetiche e ideologia..... | 85 |
| 1.4.2 Alienação, reestruturações produtivas e capitalismo contemporâneo: novas roupagens, antigos interesses (e contradições)..... | 91 |
| 1.5 É possível superar a alienação? A construção da consciência de classe e a práxis revolucionária como alternativa à armadilha da conscientização individual..... | 94 |
| Capítulo 2 - Desenvolvimento do psiquismo a partir da psicologia histórico-cultural.. | 102 |
| 2.1 A psicologia histórico-cultural..... | 103 |
| 2.2 Desenvolvimento do psiquismo: as funções psicológicas superiores..... | 109 |
| 2.3 Pensamento, linguagem e a formação conceitual..... | 123 |
| 2.3.1 As origens genéticas do pensamento e da linguagem..... | 123 |
| 2.3.2 Relação pensamento e palavra: o processo de formação conceitual..... | 129 |
| 2.3.3 Relação sentido-significado: a ideologia e o papel das emoções..... | 133 |
| 2.4 Volição: de onde vem e para onde vai a vontade?..... | 137 |
| Capítulo 3 - Dinâmica consciente - inconsciente e sua relação com a alienação e o fetiche | 141 |
| 3.1 A consciência: a unidade pensar-sentir-agir..... | 142 |
| 3.2 Inconsciente: a relação dialética e a cisão pensar-sentir-agir..... | 147 |
| 3.3 A dinâmica consciente - inconsciente, alienação e fetiche: o muro intenta-se intransponível..... | 159 |
| Referências Bibliográficas..... | 183 |

Lista de siglas

PHC- Psicologia Histórico-Cultural

FPS- Função Psicológica Superior

MHD- Materialismo Histórico-Dialético

Resumo

A presente dissertação tem por objetivo: compreender a implicação da alienação no desenvolvimento do psiquismo humano em sua dialética consciente-inconsciente. A hipótese norteadora é: o capitalismo, através da alienação, constrói um “muro” que dificulta a passagem dos conteúdos inconscientes para a consciência, de maneira a alterar o funcionamento dessa dinâmica dialética. Por isso, orientou-se pelo referencial da Psicologia Histórico-Cultural (PHC) e do marxismo. A metodologia não poderia ser outra o materialismo histórico-dialético já os procedimentos metodológicos adotados: levantamento de textos e leitura, que culminaram na construção de 3 capítulos. No primeiro capítulo foi sistematizado o conceito de alienação em Marx, com contribuições de marxistas, partiu-se da construção histórica dessa categoria, sua relação com o trabalho no desenvolvimento da humanidade e como ela se deslinda historicamente com o processo de mercantilização que se universaliza no capitalismo através da propriedade privada e divisão social do trabalho, até às especificidades da organização produtiva atual; após, teceu sua pela sua relação com a ideologia, o fetiche e a reificação e foi finalizado com as perspectivas revolucionárias para sua superação. O segundo capítulo foi construído de forma a compreender o desenvolvimento do psiquismo em sua totalidade, a partir de Vigotski, um dos precursores da PHC, além de continuadores de sua teoria, assim, reforçou-se a perspectiva de constituição psíquica em relação direta ao modo de produção existente; além disso, elucidou-se o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como linguagem, pensamento, emoção e volição, que possuem relação íntima à função regulatória da dinâmica consciente-inconsciente. O terceiro capítulo foi destinado à compreensão da consciência, do inconsciente e da relação dinâmica destes (dialética e cindida). Por fim, encontrou-se um forte indicativo de que diante da alienação, sobretudo em seu acirramento no capitalismo contemporâneo, há, no psiquismo da classe trabalhadora, uma relação de dominação-subordinação, onde os sentidos inconscientes parecem prosperar frente a regulação da consciência no desenvolvimento do psiquismo. Para enfrentar tal realidade, defendeu-se a apropriação da ciência com base no MHD através da educação, da participação em movimentos sociais e da superação da alienação com a revolução e o fim da sociedade de classes. Aponta-se ainda para a necessidade de novos estudos, que aprofundem essa dinâmica, a nível teórico em outros autores da PHC e dentro da própria obra de Vigotski; além de dar contornos particulares de sua manifestação.

Palavras-chave: psicologia histórico-cultural; marxismo; alienação; consciente-inconsciente; processos psicossociais.

Abstract

The present dissertation aims to understand the implications of alienation in the development of human psyche in its conscious-unconscious dialectic. The main hypothesis is that capitalism, through alienation, creates a “wall” that hinders unconscious content from passing into consciousness, in a way it alters the functioning of this dialectical dynamic. Therefore, the research was guided by Historical-Cultural Psychology (HCP) and Marxist references. The methodology could not be other than historical-dialectical materialism; the methodologic procedures were text research and reading, culminating in the development of 3 chapters. The first chapter systematized the concept of alienation in Marx, with contributions from Marxists, starting from the historical construction of this category, its relation to work in the development of humanity and how it is historically unraveled with the process of commodification that is universalized in capitalism through private property and social division of labor, down to the specificities of the current productive organization. Afterwards, it weaved its relation with ideology, fetish and reification and ended with revolutionary perspectives for overcoming it. The second chapter was constructed in order to understand the development of the psyche in its entirety, based on Vygotsky, one of the precursors of HCP, as well as continuators of his theory. Thus, reinforcing the perspective of psychic constitution in direct relation to the existing mode of production. Furthermore, the development of the higher psychological functions, such as language, thought, emotion and volition, which have an intimate relationship with the regulatory function of the conscious-unconscious dynamic, was elucidated. The third chapter aimed at understanding consciousness, the unconscious and their dynamic relationship (dialectic and split). Finally, a strong indication was found that in the face of alienation, especially in its intensification in contemporary capitalism, there is, in the psyche of the working class, a relationship of domination-subordination, where the unconscious senses seem to thrive in the face of the regulation of consciousness in the development of the psyche. To face this reality, the appropriation of proletarian ideology was defended through education, participation in social movements and overcoming alienation with the revolution and the end of class society. It was also pointed out the need for new studies that deepen this dynamic at a theoretical level in other HCP authors and within Vygotsky's own work; in addition to giving particular contours of its manifestation.

Keywords: historical-cultural psychology, marxism, alienation, consciousness-unconscious, psychosocial processes

Resumen

La presente disertación tiene como objetivo comprender las implicaciones de la alienación en el desarrollo de la psique humana en su dialéctica consciente-inconsciente. La hipótesis rectora es: el capitalismo, a través de la alienación, construye un “muro” que dificulta el paso de contenidos inconscientes a la conciencia, lo que altera el funcionamiento de esta dinámica dialéctica. Por ello, se guió por los referentes de la Psicología Histórico-Cultural (PHC) y del marxismo. La metodología no podría ser otra que el materialismo histórico-dialéctico. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron el levantamiento y lectura de textos, lo que culminó con la construcción de 3 capítulos. En el primer capítulo se sistematizó el concepto de alienación en Marx, con aportes de marxistas, a partir de la construcción histórica de esta categoría, su relación con el trabajo en el desarrollo de la humanidad y cómo se revela históricamente con el proceso de mercantilización que se universaliza en el capitalismo a través de la propiedad privada y la división social del trabajo, hasta las especificidades de la organización productiva actual. Luego se tejió su relación con la ideología, el fetiche y la cosificación y terminó con perspectivas revolucionarias para superarla. El segundo capítulo se construyó con el fin de comprender el desarrollo de la psique en su totalidad, a partir de Vygotsky, uno de los precursores de la PHC, así como continuadores de su teoría, reforzando así la perspectiva de constitución psíquica en relación directa con el modo de producción existente. Además, se dilucidó el desarrollo de las funciones psicológicas superiores, como el lenguaje, el pensamiento, la emoción y la volición, las cuales tienen una íntima relación con la función reguladora de la dinámica consciente-inconsciente. El tercer capítulo tuvo como objetivo comprender la conciencia, el inconsciente y su relación dinámica (dialéctica y dividida). Finalmente, se encontró un fuerte indicio de que frente a la alienación, especialmente en su intensificación en el capitalismo contemporáneo, existe, en la psique de la clase trabajadora, una relación de dominación-subordinación, donde los sentidos inconscientes parecen prosperar ante la regulación de la conciencia en el desarrollo de la psique. Para enfrentar esta realidad se defendió la apropiación de la ideología proletaria a través de la educación, la participación en movimientos sociales y la superación de la alienación con la revolución y el fin de la sociedad de clases. Se apunta también a la necesidad de nuevos estudios, que profundicen esta dinámica, a nivel teórico en otros autores de la PHC y dentro del propio trabajo de Vygotsky; además de dar contornos particulares de su manifestación.

Palabras clave: psicología histórico-cultural, marxismo, alienación, consciente-inconsciente, procesos psicosociales

Introdução

A presente pesquisa surgiu de um questionamento acerca da relação ser humano-sociedade, no que diz respeito ao que mobiliza a ação humana no real, quais os processos que atravessam as escolhas cotidianas de agir de tal maneira e não de outra. Principalmente, quando se observa a vigência de um não reconhecimento nas ações que são realizadas, um estranhamento de si mesmo, em casos que, quando extremos, podem chegar à adoecimentos psíquicos (Silva, 2022) e à produção do que é nomeado como loucura, como a psicose (Ratner 1995), ou que leva à expressão máxima no suicídio (Berenchtein Netto, 2007). Mas que também se presentifica em situações mais brandas, porém não menos danosas.

Para psicologia histórico-cultural (PHC), ao considerar o psiquismo enquanto uma instância que se forma em relação dinâmica com a realidade, é crucial compreender de qual realidade se fala. E esta é a realidade em que se acirram processos exploratórios a plenos pulmões da expansão capitalista, em um processo de crise estrutural (Mészáros, 2011). Assim, as ações¹ que são repetitivas, por vezes impulsivas ou com poucos processos reflexivos e baixas mediações, parecem tomar frente, em termos gerais, à conformação da classe trabalhadora. Principalmente quando se considera o baixo nível de acesso a mediação e formação de conceitos mais complexos, que dependem do acesso e apropriação dos produtos genéricos no processo de socialização.

Por se tratar de uma pesquisa em psicologia, de cunho teórico, buscou-se, diante dessa problemática, compreender qual o mecanismo que ocorre, no momento inter, da subjetivação para a objetivação, que faz com que esse processo ocorra dessa forma. Dentro disso, a questão se centrou nos processos conscientes e inconscientes, que, dentro da PHC possuem essa função regulatória do psiquismo, mormente à dinâmica consciência-inconsciente, que reveste a totalidade dos processos regulatórios e organizam a ação do ser humano no mundo. Como essa dinâmica passa a funcionar através da alienação (conceito marxiano) que estrutura as relações produtivas e reprodutivas dessa sociedade? Posto essa breve apresentação, nas linhas que se seguem, a ideia é tentar aproximar mais o leitor da construção do problema desta pesquisa.

Vigotski é um expoente psicólogo bielorrusso que se aventurou na construção de uma psicologia geral, materialista histórico-dialética no auge da efervescência revolucionária da

¹ As pesquisadoras optaram por não diferenciar ação de atividade nesta pesquisa, ambas aparecem, ao longo do texto, como sinônimo. Significam, em suma, a intervenção do ser humano na realidade.

Rússia (1917) (Lucci, 2006). O autor enuncia que o psiquismo, o que é propriamente humano e que nos individualiza diante do contexto, é eminentemente social.

Desta forma, a infraestrutura de produção da vida vai determinar, a partir de algumas mediações particulares, a própria organização psíquica (Vigotski, 1930). O ser humano se humaniza e desenvolve a partir da sua atividade no mundo, onde é modificado à medida em que transforma a realidade, num movimento dialético de objetivação-subjetivação-objetivação (Lukács, 1981). Logo, a organização e as determinações do trabalho² são fundamentais para pensar e compreender a dinâmica, a estrutura, o funcionamento e o conteúdo dos aspectos subjetivos.

É ancorado nesse método de apreensão e transformação do real fundamentalmente marxiano que Vigotski constrói uma concepção de desenvolvimento cultural que rompe com os dualismos vigentes na psicologia de sua época, e que ainda hoje vigoram, e estabelece uma dialética entre objetivo e subjetivo, uma relação prática do ser humano com a objetividade (Vigotski, 2004). Depreende-se que as bases biológicas (anátomo-fisiológicas) não se configuram como lei determinante do desenvolvimento do ser social, por isso, a explicação de seus comportamentos superiores só pode se dar a partir da cultura (Pino, 2000).

Nessa esteira, Vigotski (2000) desenvolve a lei genética geral do desenvolvimento: tudo ocorre primeiro no plano inter (social), entre as pessoas, na relação - que é também marcado pelo macrosocial: a cultura e o contexto sócio-político - e, após, intra (psíquico), dentro do próprio indivíduo. O que culmina tanto na produção de seus meios de subsistência quanto na produção das funções psicológicas superiores³.

Há emancipação das determinações meramente biológicas e são criadas formas mediadas e mais complexas de se relacionar com o mundo. As formas elementares servem também como base filogenética a este desenvolvimento, e passam a ser subordinadas e transformadas qualitativamente na inserção e estimulação de mediações culturais (Vigotski, 2021a). Assim, o biológico continua presente e necessário, mas possui sua funcionalidade submetida às leis históricas, regulada pelos signos mediacionais, ou seja, também continuam seu desenvolvimento pela mediação dos aspectos culturais. Nesse sentido, é possível dizer que as funções elementares, enquanto formas involuntárias, possuem outras funções, além de

² Trabalho aqui compreendido enquanto um conceito mais amplo, de transformação da natureza e conformação do gênero humano.

³ Funções psicológicas superiores são as funções tipicamente humanas que constituem a estrutura do psiquismo, como atenção, memória, linguagem, criatividade, consciência, inconsciente, dentre outras. Estas se formam no processo de socialização, mediadas pela cultura, a partir das funções elementares, mas as superando em termos de complexidade, que permite um desenvolvimento para articulação consciente e voluntária dessas funções, de acordo com determinadas finalidades, que buscam satisfazer necessidades humanas.

base para o desenvolvimento das superiores, posto que continuam a se desenvolver e manifestar de acordo com a situação de desenvolvimento de cada indivíduo.

No que tange a essas mediações, considera-se que os instrumentos que se interpõem entre o ser humano e a realidade englobam ferramentas e signos. As ferramentas se caracterizam como a função indireta de um objeto como meio para se realizar alguma transformação na realidade, e os signos são instrumentos sociais, construídos a partir da forma de organização das relações sociais, que estabelecem uma função de comunicação, que exerce influência sobre o outro, para depois tornar-se um meio de dirigir o comportamento individual (Vigotski & Luria, 1984).

No processo semiótico de constituição psíquica, as próprias conexões cerebrais criadas pela mediação das operações instrumentais (simbólicas) são um substituto ao estímulo externo, às relações concretas entre as pessoas que a formaram, e passam a operar como reguladoras do comportamento. Assim, evidencia-se que até as conexões neurais são sobredeterminadas, reguladas e criadas a partir das relações reais entre as pessoas em determinada cultura, portanto "é impossível entender o funcionamento de qualquer aparelho nervoso sem a pessoa" (Vigotski, 2000, p. 32). E, não se pode esquecer, essa pessoa está inserida na História.

O psiquismo toma forma a partir da interiorização das relações sociais através da atividade na cultura mediada por instrumentos e signos. Nessa mediação social é notório que, para entender o indivíduo, deve-se primeiro compreender as relações sociais nas quais ele participa, visto que este não internaliza as ações em si e sim o significado destas - que é produzido por meio de relações (Vigotski, 2009).

Importa destacar que essa apropriação não ocorre de forma direta, não é uma mera transposição, mas é marcada por aspectos singulares da particularidade de organização do meio do indivíduo, de disposição e qualidade das mediações e do ciclo do desenvolvimento em que este está. Há que se considerar a situação social do desenvolvimento, marcada pela vivência que constitui a microgênese e forma também os sentidos (Vigotski, 2018).

Desta maneira, considera-se como representantes fundamentais do papel de mediação social dos signos, as FPS: pensamento e linguagem. A linguagem permite a apropriação da cultura, e a forma pela qual esta é apropriada determina como o ser se desenvolve (Vigotski, 2009). De maneira sintética, é possível considerar a linguagem através das imbricações de sentidos e significados que incidem na estruturação do psiquismo.

O significado é o momento inter, o que é culturalmente partilhado, uma compreensão socialmente construída sobre determinado objeto que se encerra na palavra. Com efeito, este

possui uma característica mais estável (Luria, 1986). Contudo, ao chegar até o indivíduo este é modificado em sentido, que é uma incorporação dos aspectos pessoais a esse significado, que tangem à singularidade de cada pessoa (Molon, 2020). Luria (1986) assevera que o sentido é a parte mais móvel da linguagem.

A aquisição da linguagem e a formação de conceitos, essa que ocorre usualmente na idade de transição da adolescência, são marcos essenciais para o processo de significação da realidade e (re)orientação das relações interfuncionais (Vigotski, 2021a). O indivíduo passa a atuar a partir de sistemas de generalizações, à medida que se apropria dos significados construídos na palavra. Nota-se aqui que o ser humano tanto constrói quanto se apropria não só da própria realidade objetiva, mas dos conhecimentos sobre ela, suas significações.

Esse processo de formação conceitual acontece através da mediação das relações com outros falantes, que estabelece os conceitos espontâneos em seu cotidiano, e das intervenções sistematizadas e intencionais. Em nossa sociedade, uma das principais formas em que isso se dá é através da escolarização, a qual deve almejar atuar na zona de desenvolvimento proximal para potencializar a aquisição cultural e o desenvolvimento (Vigotski, 2009, 2021b).

Nesse movimento, desenvolve-se o pensamento por conceitos e a volição, que emergem como o mais complexo nível de organização do sistema interfuncional, onde as funções de ordem e de comando dadas previamente pela cultura são executadas pelo indivíduo em seu próprio psiquismo. Este passa a guiar seu comportamento ao possuir a possibilidade de dominar e direcionar suas funções para atuar na realidade de acordo com determinada finalidade, de modo a regular seu sistema funcional (Vigotski, 2021a).

Assim, há um desprendimento da predominância do comando externo, um enriquecimento do mundo interno e de sua capacidade de auto-organização (Vigotski, 2009). Isso ocorre com maior ou menor nível de autoconsciência (Vigotski, 2021a).

Nesse sentido, a consciência humana, enquanto uma FPS, estrutura-se semioticamente, a partir do contexto cultural vigente, com as significações que lhe são próprias e as possibilidades de socialização dadas (Delari Jr., 2013). Trata-se da compreensão que o ser tem do mundo e de si, empreendida a partir da unidade afetivo-volitiva, que rege as relações interfuncionais; é a própria interação sistêmica entre as FPS, a sua organização.

Todavia, essa compreensão, por ser marcada pela palavra/linguagem, que é construída nas trocas sociais, não será livre de conflitos. Ainda que o significado seja entendido/considerado uma generalização de maior constância, existem disputas no seio da

sociedade capitalista, que determinarão a organização conceitual, o conhecimento sobre o mundo e sobre si (Delari Jr., 2013).

Outrossim, é pelo seu caráter simbólico, que a consciência vai permitir a relação do ser humano com o outro e consigo e a capacidade de autorregulação, ou seja, o domínio dos instrumentos socialmente postos, através da apropriação, para controlar a própria conduta e atuar na realidade. Ela se constituirá, portanto, enquanto a mediação intencional da relação ser humano-realidade (Toassa, 2006).

Na lógica posta de apropriação e (re)objetivação, o ser humano vai estar em desenvolvimento e também em construção da sua consciência. Então, o acesso a diversos e complexos meios instrumentais e simbólicos é diretamente proporcional ao desenvolvimento da conduta voluntária, além da maior possibilidade de realização e reconhecimento enquanto parte fundante do gênero humano, produto e produtor da realidade (Toassa, 2006; Silva, 2009).

Ao considerar a apreensão do psiquismo em sua totalidade, Vigotski (2004) aponta para a presença do inconsciente, que está em um pólo dialético à consciência, trata-se do derivado negativo⁴ desta. Exatamente por isso, é necessário compreender que, para este autor, “o inconsciente não está separado da consciência por alguma muralha intransponível” (Vigotski, 1999b, p. 82).

Enquanto opostos dialéticos, há diferenças marcantes entre ambos. A consciência está marcada pelo significado, posto que a palavra/linguagem se apresenta enquanto signo mediacional, como seu “microcosmo” (Vigotski, 2009); já o inconsciente reside nas esferas cujo sentido é predominante (Santos & Sawaia, 2022).

É notório que o significado não existe desvinculado de sentido, pois ele é afetivo-volitivo, então as palavras, por exemplo, sempre se apresentam a partir da relação sentido-significado (Luria, 1986). Todavia, o sentido, enquanto aspecto afetivo, pode se expressar ou se vincular em outras esferas do psiquismo, com zonas mais desprovidas de significado (Toassa, 2020).

Em termos dinâmicos, Vigotski sinaliza que o inconsciente é importante para regular o nível de consciência, pois não é possível a esta absorver toda a série de estímulos aos quais se é submetido a todo tempo. Portanto, como processo da própria consciência, parte daquilo que passa pelos nossos órgãos do sentido fica inconsciente. O inverso também é válido:

⁴ O termo “negativo” aqui, é utilizado no sentido dialético de negação, não em um sentido de juízo de valor pautado por moralidade.

sempre existe a possibilidade de acessar algo que não está imediatamente no campo consciente, ainda que já tenha passado por este em algum momento. Assim “[...] em psicologia é completamente lícito falar do psicologicamente consciente e inconsciente: o inconsciente é potencialmente consciente” (Vigotski, 1999b, p. 156).

Dessarte, o inconsciente pode se tornar consciente a partir do uso de ferramentas adequadas que permitam uma síntese afetivo-volitiva, que caracteriza o consciente. Além disso, o inconsciente possui a mesma estruturação do consciente, no sentido da gênese social e da organização a partir das relações tecidas entre as funções psicológicas superiores (Santos & Leão, 2012).

O inconsciente se constitui através da atividade do indivíduo no mundo e é permeado de ‘luta interna’, bem como na luta de classes que se apresenta organização social, prehe de conflitos e contradições, ainda que não haja uma transposição mecânica do conflito. (Santos & Leão, 2015). Aponta-se aqui para a vigência do conceito de drama: este conflito que marca os processos conscientes/inconscientes. Ressalta-se que o drama é mais amplo que isso, pois envolve outros processos, e atua em todo o desenvolvimento humano (Santos, 2015).

Não obstante, Vigotski (2004) considera fundante o estudo dessa categoria pois “a questão da psique, do consciente e do inconsciente tem um valor metodológico determinante para qualquer sistema psicológico. O próprio destino de nossa ciência depende de como se resolva essa questão” (Vigotski, 2004, p. 138). Desta maneira, sublinha-se a lógica dialética e de totalidade do psiquismo, de forma a indicar que é necessário compreender o inconsciente para apreender melhor o psiquismo e a própria consciência, a partir de uma perspectiva materialista-dialética e histórico-cultural, a intento de se formar uma psicologia geral e marxista.

Posta essa breve explanação de pressupostos do psiquismo, sobretudo a dialética consciente-inconsciente, faz-se mister retornar à sua raiz social. Na forma de produção da vida atual esta raiz é fundamentada no capitalismo, por sua vez marcado pela alienação, onde há um afastamento do ser humano das produções genéricas e uma mudança em relação ao trabalho enquanto categoria ontológica, para um trabalho marcado pela desrealização, como ver-se-á a seguir.

No sistema vigente, o trabalho é subsumido ao capital, este subordina seu aspecto ontológico de humanização e a possibilidade de objetivação-subjetivação criativa, o que faz com que ele esteja como um meio de obtenção de lucro e manutenção do *status quo*. Ele torna-se parcializado com a divisão de trabalho tipicamente capitalista, entre os que

coordenam, organizam e teorizam a atividade e os que a executam. Assim, o processo de trabalho não é mais dominado pelos produtores, bem como os meios para sua produção, que é propriedade do capitalista, adquirida em meio à acumulação primitiva (Marx, 2023).

Deste modo, o fruto desse trabalho, antes dado enquanto momento de objetivação em um movimento de autoprodução da humanidade, passa a ser estranhado, o ser humano não se reconhece nele enquanto criação e exteriorização objetiva de suas capacidades. Além disso, é privado de usufruir do mesmo para atender suas necessidades humano-genéricas (Marx, 2010).

É nessa relação entre o trabalhador e sua atividade, marcada pela propriedade privada, divisão de classes e exploração da burguesia aos proletários, que Marx (2010) vai apresentar que a alienação possui causas materiais e se sustenta na impossibilidade de (re)conhecimento e apropriação da classe explorada às riquezas que esta produz, e, portanto, à possibilidade de desenvolver-se humanamente.

Por consequência, passa a existir um movimento de alienação, onde o trabalhador valoriza o capital de maneira a gastar sua força de trabalho, enquanto se desvaloriza como humano. Assim, a aparência que desenvolve é a da redução do humano como também a uma mercadoria (Marx, 2023).

Nesse viés, apesar de que seja verdade que a força de trabalho do trabalhador no capitalismo aparece como mercadoria, é importante compreender que o ser humano não se resume à perspectiva mercadológica, existe também sua potencialidade criativa, geradora de utilidades. O trabalhador, visto como uma mercadoria somente, é uma das características da alienação no capitalismo, como será exposto em seguida (Marx, 2008a).

Nesse imbróglio, emerge a reificação, expressão social do fetichismo, onde as mercadorias generalizadas enquanto troca social assumem um poder humano de dominação e atributos qualitativos, e o trabalhador se desrealiza e é tomado como objeto. Instaure-se uma lógica invertida, que desconsidera o processo de produção de valor pelo trabalho através das relações sociais de produção; se naturaliza a realidade exploratória e constituem ideologias que a endossam e organizam (Lukács, 1981).

Em síntese, Marx (2010) aponta 4 formas fundamentais de expressão da alienação na relação do ser humano:

- 1 - com o produto do seu trabalho, que lhe aparece como um objeto estranho, que o controla e determina sua atividade e não o contrário;

- 2 - com o ato produtivo, onde há um estranhamento deste da sua própria atividade produtiva. Aqui o trabalho perde o caráter integral e de fim criativo, torna-se um processo

forçado e voltado ao capital. Passa a ser fonte de sofrimento e desrealização, posto que ele não pertence ao produtor e, para ser realizado, o trabalhador precisa se submeter à exploração capitalista, na lógica da propriedade privada e divisão social do trabalho;

3 - com a sua própria natureza humana, com a impossibilidade de apropriar-se dos produtos que são objetivações da genericidade humana e, assim,

4 - com os outros e consigo mesmo, pois ao tornar-se alheio à possibilidade de se efetivar como humano, da sua atividade ontologicamente formativa, os seres humanos perdem sua qualidade criativa própria, de modo a se pautar apenas pela mera subsistência; há um estranhamento do próprio gênero, enquanto essência humana, e dos outros humanos, como parte constitutiva dessa genericidade.

Vigotski (1930) nos dá pistas que numa sociedade marcada pela alienação e divisão social do trabalho é impossibilitado o desenvolvimento omnilateral dos seres humanos, o que leva a gerar contrastes agudos onde uns se apropriam mais que outros. Assim, promove-se um desenvolvimento inadequado, unilateral.

Vigotski (1930) dispõe que a divisão do trabalho causa uma secção no psiquismo humano. Desta forma, ela compartimenta corpo e psiquismo e reduz seu desenvolvimento a tipos específicos de conteúdos que aparentam governá-los de uma ordem externa a si. Além disso, empobrece o contato do ser humano com outros instrumentos, que possibilitam um desenvolvimento mais omnilateral de sua humanidade pois, “a produção intelectual é determinada pela produção material” (Vigotski, 1930, p. 3). O psiquismo enquanto produto desta produção é então determinado pelo estágio de desenvolvimento de uma sociedade específica.

Em termos de estudo do inconsciente no capitalismo, Santos (2015, 2018) e Santos e Sawaia (2022) têm observado que ocorre uma quebra no processo de pensar-sentir-agir, pela impossibilidade de apropriação de significado nessa sociedade de classes. Nesse sentido, a luta de classes, ao mesmo tempo que cria possibilidades de conversão consciente - por produzir significados a partir do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais -, dificulta que essas possibilidades se efetivem em termos de apropriação da classe trabalhadora.

Assim, o sentido impera em sua lógica afetiva no psiquismo, criando motivações que não são passíveis de domínio. Em termos dinâmicos, criam-se constantemente motivações pautadas por sentidos inconscientes, por conseguinte, nem sempre as motivações passam pela consciência. O problema aqui se encontra não em existirem motivações inconscientes, mas na não possibilidade de conversão para a consciência, nesta sociedade. E isto decorre da

existência de barreiras sociais postas pela divisão social do trabalho e a propriedade privada que engendram na alienação (Santos, 2018).

Destarte, ainda após a ação ocorrer, motivada por sentidos inconscientes, há um empecilho para torná-la consciente, qual seja: a falta de mediações apropriadas. É importante considerar ainda que as motivações são sempre inconscientes, em um primeiro momento, e só após tornarem-se concretas, pela ação, que há a possibilidade de tornarem-se conscientes. Aponta-se de forma a reforçar a crítica: o problema está na permanência dessas motivações no inconsciente pelo teor da sociabilidade capitalista (Santos, 2018).

Nesse sentido, as pessoas são dificultadas de orientar seu comportamento de forma consciente, rumo a seu desenvolvimento pleno. As implicações disso são um apassivamento do indivíduo frente a realidade, no sentido que ao invés de criador, este passa a reproduzi-la de forma automática, ainda que as consequências disso recaiam contra si. Se não é possível compreender o como, o porquê e o para quê da ação, não é possível transformá-la; assim, a realidade marcada pela exploração do trabalho e dominação da classe burguesa à classe trabalhadora aparece como um dado que se impõe aos indivíduos (Santos & Sawaia, 2022).

Todavia, Santos e Sawaia (2022) apontam para a necessidade de mais estudos na relação do inconsciente com a alienação. Concorde-se com isso, pois se a estrutura psíquica é construída através da mediação de signos produzidos nas relações sociais e estas estão calcadas no capitalismo, a forma como o ser humano vai se autoproduzir socialmente estará imbricada pela contradição da alienação em sua relação com o trabalho; o ser humano torna-se um estranho a si mesmo.

Assim, esta investigação visou fornecer elementos para observar como essa universalidade se materializa no indivíduo; primordialmente de modo a desvelar os mecanismos produzidos pelo capitalismo em âmbito psíquico que contribuem para sua própria reprodução e atuam contra os indivíduos, principalmente os da classe trabalhadora, o que reforça e reproduz a lógica fetichista. Assim, muniu-se do seguinte questionamento: em que medida a alienação, o fetichismo e a ideologia burguesa são as bases sociais efetivas dos sentidos que permanecem inconscientes?

Por isso, parte-se da lógica de que é necessário compreender o psiquismo em sua dialética consciente-inconsciente na PHC. Além de sua dinâmica, tramas e articulações com as categorias marxianas, principalmente como forma de entender o funcionamento do psiquismo constituído nesta sociedade.

Além disso, buscou-se avaliar a hipótese de que a organização capitalista atua de maneira a tentar cristalizar o inconsciente como uma instância inacessível do psiquismo. Para

tanto, ela cria mecanismos que dificultam e/ou impedem a conversão de seus conteúdos inconscientes em conscientes e, portanto, a possibilidade de acessar os conteúdos da cultura que viabilizam ao indivíduo formas de desenvolver uma atividade no mundo que seja emancipatória. Pretendeu-se demonstrar que a alienação incide no desenvolvimento do psiquismo enquanto uma totalidade, posto sua articulação sistêmica, o que implica também considerar a relação entre inconsciente e consciente.

Também se faz fundante para elaborar formas de quebrar o muro que barra os processos de conscientização, como aponta Silva (2022). Para munir a psicologia de elementos que contribuam para uma atuação que desvele e denuncie a realidade, sem esquecer dos seus limites e da necessidade da luta político-revolucionária além-psicologia para a efetivação de uma práxis.

Posto isso, levantou-se como pergunta-problema desta pesquisa: quais as implicações, para o desenvolvimento do psiquismo em sua dinâmica consciente-inconsciente, de uma realidade marcada pela alienação?

A partir da seguinte problemática, elencou-se como objetivo da pesquisa: compreender a implicação da alienação no desenvolvimento do psiquismo humano em sua dialética consciente-inconsciente. Para realizar tal feito, pretende-se especificamente: 1) expor o conceito de Alienação para Marx com contribuições de autores marxistas; 2) discutir as bases teóricas da PHC, com predomínio das obras de Vigotski, e sua compreensão do psiquismo humano; 3) apresentar a concepção de consciente-inconsciente para Vigotski; 4) identificar qual a relação existente entre o desenvolvimento do psiquismo em sua dinâmica consciente-inconsciente e a alienação.

Quanto aos procedimentos técnicos adotados na presente pesquisa, optou-se por realizar uma pesquisa de caráter teórico. Portanto, este estudo se concentrou em 4 etapas substanciais:

1. Estudo de alguns dos principais textos em que Karl Marx aborda sobre alienação: Manuscritos econômicos-filosóficos (Marx, 2010); A ideologia Alemã (Marx & Engels, 2007); O capital (volume 1) (Marx, 2023); além de um levantamento bibliográfico de textos de comentadores marxistas que ajudaram na investigação do conceito, como Mészáros (2006), Lukács (1981, 2003), Netto (1981), Ranieri (2000), Konder (2009), Codo, (1985). Que resultou no primeiro capítulo;
2. Levantamento bibliográfico de textos dentro da PHC que ajudam a compreender sobre o desenvolvimento do psiquismo humano. Para tanto, utilizou-se como base os textos de Vigotski (1930, 1931, 1999a, 2000, 2004, 2007, 2018, 2021a, 2021b),

Vigotski e Luria (1984), alguns em parceria com Luria (1986) e comentadores, como: Santos (2015), Eidt; Tuleski (2016) Pino (2000, 2005), Toassa (2009) entre outros. Que deu origem ao segundo capítulo;

3. Levantamento bibliográfico de textos da PHC, a partir de Vigotski (1999, 2009, 2004), que abordam sobre consciente, inconsciente e a dialética consciente-inconsciente, além de comentadores e pesquisadores da psicologia histórico-cultural como: Santos e Sawaia (2022), Santos (2015, 2018), Silva (2022), Toassa (2006, 2009, 2014, 2022), Lane (1995), Silva (2015), dentre outros. O que dá base para o terceiro capítulo;
4. Análise de como a teoria marxiana da alienação dá suporte teórico-metodológico para compreender a relação consciente-inconsciente - a partir de Vigotski - inserida no capitalismo, com base na fundamentação tecida ao longo do trabalho.

Nos passos supracitados, as produções foram coletadas em: livros, artigos, dissertações e teses dispostas nas bases de dados Psycinfo, Scielo, BVS-Psi e CAPES Periódicos. Realizaram-se coletas de dados em português, espanhol e inglês, e assim, deu-se primazia para as traduções em português e espanhol. Obteve-se como critério de seleção o tratamento de um produto científico que aborda os temas mencionados. Cabe ressaltar que os textos foram selecionados a partir da leitura de títulos, do resumo e leituras prévias da pesquisadora.

Os estudos seguiram a partir da leitura e aproximação sucessiva do objeto. De maneira a seguir a perspectiva materialista histórico-dialética do processo de pesquisa, que parte da apreensão de um objeto em movimento. Procedeu-se, no presente caso - ao se tratar de uma pesquisa teórica - do real abstrato concretizado nas teorias estudadas e buscou suas aproximações com o real concreto. Como resultado, constitui-se a totalidade do objeto (dialética consciente-inconsciente no capitalismo) num movimento dialético (Netto, 2011).

De forma a versar acerca do rigor metodológico em pesquisa bibliográfica, Prestes (2013) aponta que,

As palavras de Vigotski são sábias e revelam que, por mais que tentemos definir previamente o caminho que vamos seguir rumo ao objetivo que desejamos alcançar, o mais importante é aonde se quer chegar, e o percurso, ou o método, está rigorosamente relacionado às principais características da pesquisa ou do estudo que se pretende realizar para a investigação da hipótese que foi apenas indicada. Antes de escolhermos o caminho que iremos percorrer, é preciso ter clareza do ponto final. Para isso, precisamos ter dúvidas e não certezas, pois são as perguntas que elaboramos que

guiam nosso trabalho e nos auxiliam na escolha dos caminhos (Prestes, 2012, pp. 403-404).

A orientação desta pesquisa realiza-se a partir de uma posição materialista histórico-dialética, que leva a cabo a radicalidade social da determinação do psiquismo humano e para que se possa compreender seu desenvolvimento desde sua gênese. De maneira a encontrar como fundamentos teóricos o marxismo e a PHC, que também valem-se desse método.

Sobre o método, inspira-se em Vigotski ao sintetizar que “a psicologia marxista não é uma escola entre outras, mas a única psicologia verdadeira como ciência” (Vigotski, 2004, p. 415). Sobremaneira, como retrata Delari Jr (2013), a apreensão do movimento objetivação-subjetivação-objetivação de forma dialética e radicalmente histórica, a que se referiu na constituição do psiquismo, só se torna possível a partir da base marxista.

Contudo, convém salientar que não se trata de uma aplicação mecânica dos conceitos marxianos. Trata-se de uma fundamentação materialista histórica-dialética para uma produção científica que se atente aos reais problemas do ser social.

Portanto, a utilização do referido método, à exemplo do primeiro capítulo, efetivou-se em uma investigação do objeto em movimento, da sua expressão mais desenvolvida (fetichismo), para compreender a alienação (como abstração), a partir de suas condições materialistas em seu momento histórico - da sua gênese até o momento atual - as manifestações de suas contradições. Para, em seguida, confrontar com o concreto, as relações sociais, que estará “como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (Marx, 2021, p. 70).

Ademais, Netto (2011) expõe que o método MHD busca a compreensão de relações e tendências gerais apreendidas através da história em seu movimento de negação-superação. A teoria é, portanto, uma “reprodução, no plano do pensamento, do movimento real do objeto” (Netto, 2011, p. 25).

Assim, propôs-se um recorte do movimento do real, de maneira a captar quais as implicações da subjetivação no contexto objetivo do capitalismo calcado pela alienação, mormente em sua face de fetiche, para o desenvolvimento da dinâmica consciente-inconsciente. Além de buscar traçar alguns apontamentos sobre as consequências desta forma de subjetivação para o movimento de (re)objetivação.

Em larga medida, só há construção teórica válida quando suas categorias podem ser constatadas na práxis humana (Silva, 2019). Não significa dizer, porém, que se disponibiliza como um conhecimento auto-evidente. Dirimir as aparências em busca das complexas

determinações essenciais é tarefa primordial ao pesquisador de bases marxistas. Por meio desta concepção, é o objeto que determina o método de investigação (Netto, 2011).

Assim, compreende-se que apenas a aparência não demonstra o todo de imediato, é necessário a aproximação sucessiva do objeto a partir de um constante confronto com o real e a construção de mediações na abstração para apreendê-lo em sua essência. “[...]toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas[...]” (Marx, 2008a, p. 1080). Sem esquecer, contudo, que conhecer excede a contemplação, o conhecimento se figura como uma mediação na transformação da realidade, como assevera Tonet (2022).

Através de suas categorias centrais, o método materialista histórico-dialético supera o pensamento dicotômico. Considera a realidade um movimento que possui forma objetiva e histórica em processo permanente e intrínseco de construção. Aqui, compreende-se a história não como uma mera sucessão de fatos, em sentido gnoseológico, mas a partir de uma perspectiva ontológica. Nesta, os seres humanos constroem sua própria história sob condições dispostas na natureza - dada e adquirida (Marx, 1852/2020).

Nesse sentido, de modo a se tratar da psicologia e sua teorização sobre a dimensão ontológica do ser, não é possível concebê-la dissociada da realidade social concreta, ainda que o psiquismo possua uma organização singular (Zanella *et al.*, 2007). Nesse movimento do real, estão presentes algumas categorias essenciais do MHD: totalidade, contradição e mediação (Costa, 2020).

A totalidade diz respeito à compreensão de que todos os aspectos estão em relação dialética, incorporando essa perspectiva de objeto multideterminado, como um complexo de complexos que coexistem nesta relação. A realidade está conectada em uma totalidade, nos resta desvelar quais são essas conexões e como se construíram (Zago, 2013).

Já a contradição é a existência de um conflito interno, um embate, uma luta entre contrários (a coisa em si e sua negação) dentro de qualquer fenômeno (Netto, 2011). E a mediação aparece enquanto uma categoria que permite a relação na contradição, de forma a unir os contrários por meio de instrumentos (mediação material) e signos (mediação psicológica), onde os elementos mantêm suas particularidades, mas se transformam mutuamente em algo qualitativamente diferente nessa conexão (Costa, 2020).

Faz-se também fundante a compreensão das classes sociais, principalmente da classe trabalhadora que se apresenta como sujeito revolucionário. Isso se deve não somente pela necessidade real de captar o objeto em movimento através da realidade das relações sociais no capitalismo, de maneira a entender a categoria da luta de classes como imprescindível,

mas também pelo compromisso político-classista em fornecer a possibilidade da contribuição científica que invista sua análise para denunciar o real e a possibilidade de sua superação na transformação social socialista (Tonet, 2022).

Para que os resultados obtidos neste recorte que finaliza a pesquisa em termos de prazos acadêmicos se tornem patente ao leitor, é relevante abordar a realidade da pesquisadora enquanto uma pessoa concreta.

Primordialmente, expressa-se que o tema de pesquisa foi alterado no fim do primeiro ano letivo do mestrado. A alteração partiu justamente pela mudança de atividade principal da pesquisadora - antes apenas psicóloga clínica que atua pela PHC - e pelo que isso possibilitou enquanto acesso a significados, que fizeram tanto questionar o tema anterior em termos de relevância social e pessoal.

Outro marco fundante a essa mudança de objeto, foi o acesso às discussões da aula de “Trabalho, Subjetividade e Formação Humana”, ministrada pelo Prof. Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva enquanto disciplina eletiva do programa de mestrado em psicologia da UFG.

As discussões sobre marxismo, bem como a participação em mobilizações sociais de pautas socialistas revolucionárias, já faziam parte do repertório (e prática) da pesquisadora. Contudo, após dois anos afastada da academia, desde o fim da graduação, os debates da disciplina estimularam interesse e questionamentos em algumas categorias primordiais, no caso aqui, a de alienação, que a motivaram a aprofundar em alguns estudos.

Além disso, o acesso e leitura do livro “Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia soviética” (Silva, 2022), que foi estudado e debatido no Grupo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Psiquismo (GEPTP/FE) coordenado pela Professora Doutora Livia Gomes dos Santos, na Faculdade de Educação (FE/UFG), estimulou a busca por outras produções acerca da temática do inconsciente, além de retomar as produções da própria coordenadora e orientadora. Principalmente, o questionamento sobre as implicações dessa organização social calcada na alienação para os processos que constituem o psiquismo humano.

Por último, embasou-se a construção do problema, do objeto aqui investigado, nas discussões sobre marxismo e política travadas com companheiros de estudos, luta e vida da pesquisadora. Esses que ajudaram a conduzir e a adensar os estudos acerca das contradições prementes dessa sociedade e das limitações da ciência psicológica hegemônica em captá-los.

Foram desenvolvidos, durante o período do mestrado, alguns estudos sobre a alienação na realidade latinoamericana em seu caráter dependente e debates sobre crítica da

psicologia em seus limites práticos; as implicações da alienação para a estrutura volitiva da mulher brasileira, ao articular os estudos da PHC com o feminismo de bases materialista-histórico-dialéticas; alienação, relações de trabalho e uberização. Pesquisas e debates estes, subjacentes e catalisadores desta pesquisa central.

Esta breve contextualização, demonstra a dinamicidade da própria vida, que impulsiona transformações através de mediações. Mas, também aponta para um ponto crucial a ser apresentado, os limites impostos pelo tempo de uma pesquisa de mestrado.

A lógica da Academia reproduz, ainda que com algum nível de embate e resistência, a própria lógica do capital; posto que tanto Estado quanto a Ciência são parte da estrutura burguesa de dominação, que se faz hegemônica (Fernandes, 1975). Então, há um tempo imposto que não condiz com as necessidades reais nem do sujeito (pesquisadora) nem do objeto, em sua relação dinâmica e dialética.

Assim, algumas discussões estão incompletas, foram apenas apontadas ou mesmo desconsideradas (a critério de relevância), com o objetivo de desenvolvê-las em futuras pesquisas. Além do próprio limite de tempo, do prejuízo que a mudança de tema configurou dentro do cronograma, tem-se a realidade da pesquisadora enquanto uma mulher da classe trabalhadora, que não pode ter uma maior dedicação de tempo ao mestrado - também por não dispor de uma bolsa de pesquisa - tempo este tão necessário para a apropriação de novos conteúdos e à exposição destes de acordo com o MHD.

Posto essa digressão, conduz-se para os resultados encontrados nesta pesquisa e expressos nos capítulos que compõem a presente dissertação.

No primeiro capítulo encontram-se algumas discussões marxistas sobre a categoria da alienação. Para compreendê-la melhor, buscou-se apresentar seu desenvolvimento histórico em um sentido epistemológico e sua captura pelas lentes marxianas, em sua obra. Após, deteve-se o seu desenvolvimento ontológico e, posteriormente, histórico. De maneira a atravessar o processo de avanço da mercantilização no capitalismo, permeado pela luta de classes. Após, foi investigada as formas da alienação, sua relação com a ideologia, o fetiche e a reificação. Além disso, teceram-se algumas articulações de sua especificidade no avanço do capital, com as reestruturações produtivas e a agenda neoliberal. Por fim, foi abordado acerca das perspectivas de superação da alienação e da relação estranhada do ser humano com a realidade e consigo.

No segundo capítulo, com o objetivo de compreender o desenvolvimento do psiquismo, em sua totalidade, na perspectiva da PHC, empenhou-se o esforço de acessar as bases dessa perspectiva, seu contexto histórico de formação. Após, debruçou-se acerca da sua

compreensão de desenvolvimento, e assim, deu enfoque ao processo de desenvolvimento das FPS. Depois, os estudos se afunilaram nas FPS: linguagem, pensamento, emoção e volição, por estas serem centrais ao psiquismo, mas, primordialmente, pela relação que vão estabelecer com a dinâmica consciente-inconsciente.

O terceiro capítulo, inicia com uma apresentação sobre a consciência, em uma perspectiva vigotskiana. Após, debruçou-se sobre a relação consciente-inconsciente, em seu aspecto dinâmico; os processos inconscientes e como o inconsciente ganha funcionalidade específica no capitalismo, mormente a partir da cisão pensar-sentir-agir e alguns apontamentos iniciais sobre sua relação com a alienação. Ao fim, através de uma linha argumentativa, com base na prévia fundamentação teórica, foi escrutinada acerca da especificidade de forma que a dinâmica consciente-inconsciente estabelece no capitalismo como implicação da alienação.

Capítulo 1 - Alienação

A espantosa realidade das coisas

É a minha descoberta de todos os dias.

(Pessoa, 1980, p. 104)

Apresenta-se no presente capítulo o desafio de tecer uma compreensão sobre a categoria de alienação em uma perspectiva marxista. Antes de adentrar a discussão do capítulo, aponta-se para a urgente necessidade de fazer aproximações de categorias marxistas à psicologia, principalmente nas linhas de pensamento da PHC.

Vigotski (2004) destacou que criar uma psicologia geral - intentando a formação de uma ciência geral na construção do comunismo - com bases marxistas trataria mais da apropriação do método, para que fosse possível escrever o seu próprio “O Capital”. Entretanto, entende-se que para se considerar uma ciência geral é fundante apreender o ser humano em sua totalidade, mesmo no prisma de sua individualidade, naquilo que se coloca diante da objetividade na qual o ser humano atua e a transforma, de maneira a se fazer humano no processo de subjetivação.

E a objetividade atual é calcada pela organização social capitalista, que rege as mediações de primeira e segunda ordem, as quais se interpõem na relação dialética indivíduo-sociedade. De acordo com Mészáros (2006), mediações de primeira ordem são aquelas formadas nas relações mais diretas dos trabalhadores com as estruturas sociais do capitalismo, em relações cotidianas, como família, relações interpessoais. Já as mediações de segunda ordem permeiam as relações que são mais abrangentes e indiretas, como as relações de propriedade privada e de classe, instituições políticas e jurídicas etc, que organizam e determinam as relações de primeira ordem.

Desta feita, a alienação entra aqui enquanto uma categoria relevante para a compreensão do capitalismo em sua totalidade dinâmica e suas contradições vitais (Mészáros, 2006). Neste capítulo a alienação será trabalhada em seu aspecto vinculado ao trabalho enquanto atividade humana vital consciente, mas também em sua dinâmica tipicamente capitalista, como trabalho abstrato, imperado pela alienação que produz estranhamento (Netto, 1981).

1.1 Histórico sobre o conceito de alienação e sua inserção na obra marxiana

O presente capítulo se propõe a debruçar-se sobre a alienação na perspectiva marxiana, reconhecendo-a como a mais complexa e desenvolvida. É importante destacar que, ao longo da história do desenvolvimento humano, o termo "alienação" assumiu diversas acepções, ou seja, compreensões distintas acerca desse fenômeno surgiram em diferentes contextos. Nesse sentido, é pertinente mencionar algumas dessas interpretações que ainda permeiam o senso comum e, em seguida, apresentar brevemente como esse conceito foi desenvolvido em algumas correntes epistemológicas que precederam e influenciaram o pensamento marxiano.

Isso se deve ao fato de que, ao adotar uma concepção materialista histórico-dialética de ciência, compreende-se que os conceitos se transformam ao longo do tempo, em razão das próprias alterações nas relações humanas e de produção, as quais geram diferentes formas de compreendê-los. Nem todas essas compreensões refletem a essência objetiva do fenômeno, mas todas trazem traços da realidade (Santos, 2015). Nesse contexto, a alienação refere-se a uma separação entre sujeito e objeto, onde o objeto, ao ser separado do sujeito, assume uma posição de dominância. O sujeito, entendido como o ser humano, é dominado por seus próprios produtos (os objetos), o que gera um estranhamento em relação a eles.

No senso comum, a alienação é frequentemente entendida como um não reconhecimento de si mesmo, um afastamento da própria identidade. Na explicação religiosa, é associada à posse por uma entidade externa, como a ideia de estar invadido por demônios (Codo, 1985). Na teologia, especialmente na mitologia judaico-cristã, a alienação é vista como o distanciamento de Deus e de seus preceitos, uma profanação da essência humana (Mészáros, 2006). Na psiquiatria, o termo foi historicamente equiparado à anormalidade ou à loucura, como exemplificado na obra "O Alienista" de Machado de Assis, embora esse uso como sinônimo de loucura tenha caído em desuso (Konder, 2009).

De modo geral, observa-se que por muito tempo o conceito de alienação esteve predominantemente relacionado a uma visão religiosa. No entanto, sua dessacralização ocorreu com a inserção de afirmações concretas ligadas à mercantilização. Nesse sentido, a alienação caracteriza-se pela transformação de tudo em mercadoria, ou seja, pela expansão generalizada da mercantilização (Mészáros, 2006).

Nesse contexto de secularização, os objetos sagrados, antes considerados inalienáveis e fruto do trabalho humano, passaram a ser transformados em mercadorias, separáveis do ser humano e passíveis de serem possuídos por outros. A própria força de trabalho humana, sua

capacidade de trabalhar, tornou-se um bem comercializável. Essa perspectiva repercutiu na economia política inglesa, onde o termo indicava a transferência de propriedade ou direitos de uma pessoa para outra (Musto, 2017).

Nessa acepção, a alienação se manifesta como o estabelecimento da posse, ou seja, a possibilidade de alienar-se de um bem que se torna propriedade de outro. Desse modo, naturalizou-se a organização do trabalho e suas relações, promovendo a universalização da mercadoria como a mediação essencial nas interações humanas (Musto, 2017). Esse aspecto da mercantilização é fundamental para a compreensão da alienação sob a perspectiva marxiana e será explorado em maior profundidade nos tópicos seguintes.

Um dos objetivos desta pesquisa é entender como Marx abordou o conceito de alienação. No entanto, é notório que outros teóricos, antes de Marx, já observaram esse fenômeno e ofereceram explicações, especialmente no contexto em que a alienação começou a emergir como estranhamento, a partir das contradições que se tornavam mais evidentes durante a transição do feudalismo para o capitalismo, com a expansão da lógica de mercantilização.

Mészáros (2006) aponta que, entre os principais pensadores que se debruçaram sobre o tema da alienação, destacam-se Hegel e Feuerbach. Estes, juntamente com economistas políticos clássicos como Ricardo, lançaram as bases para o desenvolvimento do pensamento marxiano.

De acordo com Andery et al. (2000), Marx iniciou sua pesquisa sobre o capitalismo como um hegeliano de esquerda, mas, ao longo do caminho, incorporou as contribuições desses autores por meio do MHD, além de contar com a parceria de Engels e sua atuação política e militante. Assim, Marx desempenhou um papel crucial na criação e desenvolvimento do MHD.

Hegel, um dos maiores expoentes do idealismo alemão, foi pioneiro na abordagem da alienação. Ranieri (2000) explica que Hegel compreendia o "espírito" — próximo ao que se entende por razão — como o construtor da realidade. Ou seja, a ideia se sobrepõe à materialidade, pois esta é fruto daquela. Nessa concepção, há uma separação epistemológica entre sujeito e objeto, com a predominância do primeiro.

Assim, a realidade é a ideia que se coloca em movimento, e é essencial compreender a história, já que o movimento da ideia é o próprio movimento histórico, sendo seu resultado. A razão, portanto, é histórica e se relativiza conforme as transformações ocorridas em cada período. Junto com a razão, a consciência também se altera, à medida que a realidade é dialética e está em constante transformação (Ranieri, 2000).

Dessa forma, o real é racional e o racional é real, isto é, a manifestação da ideia no real forma a natureza, enquanto no tempo forma a história. No entanto, ao longo da história e com a evolução do espírito absoluto, as consciências individuais captam apenas parcialidades desse espírito. Hegel, citado por Ranieri (2000), teorizou a existência de uma relação de exteriorização entre sujeito e objeto, em que o ser humano e o mundo externo aparecem como estranhos e dominantes. A falta de conhecimento sobre a realidade faz com que ela se apresente como algo externo ao sujeito.

Andery et al. (2000) destaca que, para Hegel, o espírito absoluto — o saber supremo que reuniria sujeito e objeto, superando a alienação — emerge a partir da compreensão filosófica da realidade. Para Hegel, bastaria conhecer a realidade para reintegrar-se a ela e superar a alienação, ou seja, o conhecimento seria o caminho para a transformação.

O famoso oráculo de Delfos, com a inscrição "conhece-te a ti mesmo", traduz em termos essa situação: a realidade se mostra dominante e assustadora, e essa percepção se deve à falta de conhecimento sobre ela. De modo geral, Andery et al. (2000) destaca que esse conhecimento surge por meio do trabalho e da ação na realidade, possibilitando ao ser humano acessar aquilo que a ideia construiu e depositou no processo de alienação (exteriorização).

Em suma, Hegel, citado por Mészáros (2006), estabelece que a alienação é inerente ao processo de objetivação humana, pois sujeito e objeto estão separados, e o conhecimento está contido no sujeito de forma metafísica. Portanto, é necessário retomá-lo por meio de uma consciência transcendente. Em uma análise crítica, essa perspectiva idealista naturaliza o processo de produção que gera o estranhamento (Mészáros, 2006).

Contudo, Marx, ao se apropriar da lógica histórico-dialética de Hegel, a reformulou sob um viés materialista. Segundo Mészáros (2006), a concepção de Hegel equiparava a alienação à exteriorização ou objetivação, de modo que o próprio ato de trabalhar e agir no mundo pressupunha uma divisão natural. Isso tornava a alienação insuperável de uma perspectiva objetiva. Sua resposta para tal questão, então, foi voltar-se ao sujeito, enquanto uma consciência metafísica (Mészáros, 2006).

É importante ressaltar que o pensamento hegeliano é extenso e complexo. Aqui, foram apresentados apenas aspectos mais gerais, de forma superficial, para compreender sua concepção de alienação e sua relevância para Marx. O mesmo princípio se aplica aos demais autores citados, sem o objetivo de aprofundar no vasto arcabouço teórico de cada um.

Além de Hegel, Feuerbach se destaca como um dos teóricos que abordam a alienação. Feuerbach, segundo Andery et al. (2000), era um hegeliano de esquerda, ou seja, ele

compreendia a perspectiva de Hegel por meio de um escopo crítico, atento à miséria presente no contexto alemão da época. O filósofo argumenta que tudo o que existe na realidade, todos os objetos, são resultado do trabalho humano; sendo assim, eles são frutos do ser humano, bem como suas propriedades e características.

Feuerbach, citado por Andery et al. (2000), desenvolve uma crítica à religião, afirmando que a existência de Deus, sua figura, é moldada pelos seres humanos ao longo do processo histórico. Dessa forma, aquilo que é atribuído às divindades é, na verdade, humano. No entanto, os humanos não se reconhecem como tal devido ao processo de alienação.

O filósofo entendia que o objeto possui um desenvolvimento histórico independente do sujeito, o que o leva a uma abordagem materialista, em contraposição aos jovens hegelianos (Ranieri, 2000). Assim, Feuerbach considera essencial aproximar-se da essência desse objeto para compreendê-lo plenamente.

Porém, além da crítica que Marx e Engels (2007) fazem à análise de Feuerbach por focar exclusivamente no fenômeno religioso como a causa da alienação, sem expandir sua perspectiva para outras estruturas capitalistas, Feuerbach também limita sua visão da emancipação humana à conscientização, o que é problemático.

Para Feuerbach, citado por Ranieri (2000), existe uma materialidade dada, e, para o ser humano compreendê-la, é necessário desenvolver-se por meio de um processo de introspecção. Ou seja, se a alienação é resultante da mistificação religiosa da realidade, um confronto epistemológico filosófico seria suficiente para superar esse estranhamento. Nesse sentido, Marx incorpora criticamente a teoria da alienação religiosa de Feuerbach, utilizando-a como base histórico-social para identificar a alienação nas condições históricas e sociais do capital (Ranieri, 2000).

Outra perspectiva que se debruçou sobre o tema da alienação foi a economia clássica. Nessa abordagem, a alienação, enquanto estranhamento, é vista como inerente ao próprio trabalho, que se concretiza como riqueza na mercadoria. Em outras palavras, os economistas clássicos reconhecem a separação entre sujeito e objeto, mas a consideram necessária para a produção social de riquezas, cujo aspecto mais desenvolvido é a mercantilização, por ampliar a produção de excedentes (Mészáros, 2006).

Economistas clássicos, como David Ricardo e Adam Smith, entendem que o valor se origina do trabalho e se contrapõem à perspectiva aristocrática vigente na época. Eles reconhecem a relação entre a divisão social do trabalho e a acumulação de capital como grandezas equivalentes. No entanto, suas críticas chegam à limitação de focar apenas na

relação entre propriedade privada e trabalho, sem avançar na análise das contradições internas desse sistema (Mészáros, 2006).

Os economistas, ao analisarem a sociedade, sugerem que o ser humano teria uma propensão natural a essa forma de organização social, devido a características que seriam essenciais. Inicialmente, eles se apresentam como uma crítica ao sistema aristocrático e desvelam aspectos da sociedade capitalista. Contudo, a partir de certo ponto, sua perspectiva crítica se transforma em uma abordagem conservadora (Mészáros, 2006).

Embora considerem que o valor provém do trabalho, sua visão é evidentemente burguesa, pois perde de vista o processo produtivo em sua totalidade. Eles se fecham em um objetivismo mecanicista, como se a produção tivesse se formado e se imposto à sociedade de maneira independente dos seres humanos. Além disso, desconsideram as condições de miséria vividas pela classe trabalhadora nesse sistema produtivo. A limitação histórica dessa vertente teórica se deu em razão do conteúdo de sua teoria, da classe a que pertenciam e do contexto histórico vigente (Mészáros, 2006).

Todavia, é notório que a economia política clássica forneceu algumas contribuições para a perspectiva marxiana, Mészáros (2006, p. 130) sintetiza algumas delas:

- 1) Define o capital como “trabalho armazenado”;
- 2) Mostra que a acumulação de capital aumenta com a divisão do trabalho e que a divisão do trabalho aumenta com a acumulação do capital;
- 3) Desenvolve de modo agudo e consistente – embora unilateralmente – a idéia de que o trabalho é a única essência da riqueza;
- 4) Acaba com o misticismo associado à renda da terra;
- 5) Prova que o poder governante da sociedade moderna não é político, mas econômico: o poder de comprar do capital; e, finalmente,
- 6) Estabelece-se como a única política e a única universalidade, tornando evidente seu próprio caráter cosmopolita.

Diante desse cenário, concorda-se com Musto (2014) ao afirmar que, antes das contribuições de Marx, a alienação era percebida como um fenômeno existente, mas a partir de uma perspectiva naturalizada, formativa e inerente ao ser humano. O fenômeno não era compreendido em seu sentido materialista histórico-dialético, que critica a perspectiva naturalizante e camufladora da realidade.

Marx, ao se deparar com esse cenário ideológico conservador, que cindia sujeito/objeto e homem/sociedade, e que compreendia o ser humano e suas produções em termos idealistas e naturais, estudou os autores supracitados e incorporou — de forma a superá-los — alguns elementos em sua análise crítica do capitalismo. Ele incorporou,

sobretudo, a compreensão material de que o trabalho produz riqueza, abordada pela economia clássica (Netto & Braz, 2012).

No que tange à lógica dialética hegeliana, Marx a inverteu, atribuindo uma realidade na qual o sujeito age e se separa do objeto, mas não de forma estranhada em um sentido a-histórico. Além disso, ele utilizou a perspectiva histórico-materialista de Feuerbach (Ranieri, 2000).

A abordagem de Marx a esse fenômeno destacou as contradições e explorações constituintes do sistema de produção capitalista. Ele forneceu uma perspectiva mais ampla da desconexão do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho e à sua essência humana — raízes de seu desenvolvimento (Mészáros, 2006).

Assim, observa-se que Marx (1983, 2007, 2010, 2023) não aceitou passivamente as perspectivas dominantes, mas as criticou por perpetuarem uma visão idealista — abstrata — e mecanicista — imediatista — da alienação. Sua análise buscou desmistificar a alienação, destacando suas origens históricas e sociais no contexto específico do modo de produção capitalista, com vistas a uma transformação radical nas relações sociais e na organização da produção.

O cenário histórico em que Marx desenvolveu sua teoria estava marcado pela ascensão do capitalismo industrial no século XIX na Europa. Essa nova forma de produção e organização social despertou o interesse do autor em compreender as contradições que se aprofundaram (Mészáros, 2006).

Nesse sentido, nos "Manuscritos Econômico-Filosóficos" de 1844, Marx começou a explorar o tema, criticando a abordagem de Hegel sobre a alienação (Barros, 2011). É também nesses manuscritos que a ideia revolucionária da síntese entre história e antropologia, base da teoria da alienação de Marx, emerge pela primeira vez.

Após os manuscritos, Marx concentrou-se em aprofundar seu estudo dos clássicos da economia política, especialmente influenciado pelo trabalho de Engels sobre "A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra", além de "Esboço de uma crítica para Economia Política". Essa imersão intensiva na economia política marcará um ponto fundamental em seu desenvolvimento intelectual (Mészáros, 2006).

Em meio a esse cenário, Marx vai consolidar sua teoria a partir de uma síntese materialista histórico-dialética, que observa uma relação imbricada sujeito-objeto, além de pautar-se na perspectiva da centralidade do trabalho (Netto, 2011). Marx (2010) se põe a tecer suas críticas a essa alienação que gera estranhamento, mas a compreende enquanto fenômeno produzido em um tempo histórico específico; e não imposta de forma natural e a-histórica.

A partir do acesso a escritos de Engels, que avaliava a situação da classe trabalhadora naquele momento, ele passa a radicalizar sua teoria e inserir mais veemente o aspecto da luta de classes. Assim, ele enxerga a alienação, tipicamente em sua expressão de estranhamento, como um fenômeno construído nas relações de produção capitalista.

Embora os "Manuscritos Econômico-Filosóficos" apresentem análises incipientes sobre o tema, eles são textos nos quais Marx começa a se afastar do idealismo filosófico (Mészáros, 2006). Portanto, a análise desses manuscritos, será útil na presente pesquisa, de modo a considerar como referência primordial "O Capital", por ser a obra de maior maturidade e complexidade do autor (Barros, 2011).

"O Capital" introduziu escritos nos quais Marx (2023) expandiu sua análise da alienação, as complexificando com as categorias do funcionamento do capital. Netto (1981) observa que nessa obra o autor discute a alienação em uma perspectiva mais concreta e historicizada, ao explorar temas como a mercadoria e o fetichismo. Além disso, Musto (2014) identifica outras obras em que Marx abordou a temática da alienação, como "A Sagrada Família", "O Manifesto do Partido Comunista" e os "Grundrisse", também em "O Capital Volume VI inédito".

Em resumo, o conceito de alienação em Marx foi desenvolvido por meio de um diálogo crítico com diversas influências teóricas e uma análise profunda das contradições do capitalismo. Ele se afastou das abstrações idealistas e construiu uma análise materialista histórico-dialética que considera as relações sociais de produção como a base da alienação. "Além da apropriação materialista da dialética, outro traço do pensamento de Marx é a apropriação dialética do materialismo, que deve buscar a superação do que ele mesmo denominou de 'materialismo vulgar'" (Barros, 2011, p. 225).

A alienação foi um tema presente em toda a obra marxiana, apenas se complexificou no decorrer dos escritos em termos de suas determinações e relações com as demais categorias explicativas do sistema capitalista.

Entende-se aqui que não há um rompimento entre o jovem Marx, dos "Manuscritos" e o Marx maduro, de "O Capital", mas sim uma maior complexificação e concretização da temática em sua obra, por isso, não se desconsidera o valor teórico do que foi produzido em sua juventude. Além desses escritos, a pesquisa se ancora em comentadores como Mészáros (2006), Konder (2009), Netto (1981), Ranieri (2000) dentre outros.

Desta maneira, entende-se que para Marx (2010) o estranhamento é o resultado da alienação no capitalismo, de uma objetivação/exteriorização que ocorre a partir da propriedade privada, divisão social do trabalho - e luta de classes. Nesta, a produção é

apropriada pelos capitalistas, enquanto os trabalhadores gastam sua força de trabalho sob condições precarizadas (Antunes, 2015), alheios ao processo, aos demais seres humanos e a si mesmos em sua natureza humana (Marx, 2010).

A alienação enquanto separação entre o sujeito produtivo e o objeto produzido, como um momento entre a objetivação e a subjetivação, para seguir nesse movimento de produzir a realidade e a si, torna-se um problema por indicar um processo pautado por relações de dominação, onde aquilo que é objetivado atua de jeito a dominar o sujeito que o produziu (Mészáros, 2006).

Ainda mais, expressa-se que a alienação fez parte do processo de desenvolvimento da humanidade e das forças produtivas. Não é uma questão de jogar fora as riquezas que esta relação com a realidade permitiu produzir, mas a partir dela subverter sua ordem, invertê-la (Mészáros, 2006).

Assim, a abordagem a ser examinada aqui se encontra no âmbito da crítica da economia política marxiana. Para tanto, busca-se uma abordagem geral e explicativa da forma de (re)produção da humanidade e das relações que a constituem, e assim, construir uma lógica ontológica. Nesse ínterim, aborda-se a alienação em sua raiz histórica (Musto, 2014).

Ao introduzir a discussão sobre este conceito na obra de Marx, há que se considerar o debate sobre a tradução dos conceitos de alienação na obra e sua relação com o termo "estranhamento". Mészáros (2006) destaca que o conceito marxiano de alienação engloba as manifestações do estranhamento do homem em relação à natureza e a si mesmo.

Mészáros (2006) sugere que, embora a tradução dos termos "estranhamento" (Entfremdung) e "alienação" (Entäusserung) em Marx seja complexa, ambos os termos referem-se à sensação de desconexão ou separação entre o indivíduo e o mundo ao seu redor, que partem dessa base produtiva.

Todavia, entende-se aqui que a alienação é um processo mais amplo que engloba e que leva a essa sensação de estranhamento. Dito isto, Costa (2012) discute a alienação em uma perspectiva de objetivação, ou seja, como se dá a possibilidade de transformar a natureza e o tipo de relação estabelecida no intercâmbio humano-natureza.

Nesse contexto, o estranhamento surge como resultado dessa transformação no capitalismo, e assim representa a maneira como essa retorna ao ser humano, como ele a incorpora e a subjetiva. Portanto, ambas as perspectivas estão em uma relação dialética, se entrelaçando de maneira intrincada, no que a alienação é uma perspectiva mais geral e anterior, analiticamente (Costa, 2012).

Ainda nessa discussão, Ranieri (2000) aponta que Marx, no decurso de seus trabalhos, se deteve inicialmente em abordar sobre alienação e estranhamento, pois ainda se estabeleciam as bases de sua teoria. E que no decorrer de suas exposições, ele focou no estranhamento, que seria a alienação em seu teor histórico, tipicamente capitalista; justamente pelo objetivo de historicizar o processo de alienação no capitalismo.

Assim, Ranieri (2000) entende que o estranhamento passa a englobar o processo de alienação no capitalismo. A alienação aparece enquanto a própria atividade produtiva, a exteriorização/objetivação, e o estranhamento como a forma invertida de não-reconhecimento e dominação em que esta toma forma no capitalismo. Não se perde de vista a alienação, pois a atividade criadora não se exclui, o trabalho permanece vigente, mas este se subordina à finalidade da troca, e assim, no capitalismo, o trabalhador é induzido a deixar em segundo plano o caráter humanizador do trabalho.

Ainda, cumpre destacar a diferença entre objetivação e exteriorização. Para Marx (2010) exteriorização é a objetivação no trabalho alienado, pois não é o movimento em que algo subjetivo se objetiva a transformar na realidade, de maneira dialética e materialista, mas um movimento no qual aquilo realizado por meio do trabalho se torna externo, estranho e alheio. A existência não é só exterior ao trabalhador, mas independente, alienada.

Ademais, a alienação na concepção de Marx (2010), afeta primordialmente a classe que vive do seu trabalho, até os que não estão diretamente envolvidos na produção (Antunes, 2015). Essa dinâmica ocorre no momento em que os indivíduos se tornam estranhos a si, separados dos meios, do processo, do produto e das relações gerados por seu próprio labor por meio das relações produtivas; essa dinâmica resulta em uma desconexão não apenas com os frutos tangíveis do trabalho, mas também com sua própria essência humana (Marx, 2010).

Dessa maneira, percebe-se que essa temática atravessou toda a trajetória e obra de Marx, e assim, é uma das categorias estruturais para compreender o funcionamento do capitalismo. O que varia é a complexidade de determinações e as contribuições de Engels, que direcionaram Marx para uma abordagem mais materialista (histórico-dialética) para apreender a alienação a partir de análises objetivas da produção da vida.

Isso ocorreu porque, anteriormente, as pesquisas de Marx focalizavam análises e críticas da alienação em várias esferas, com uma tonalidade mais humanista e filosófica. Com o tempo, ele concentrou suas investigações nas bases da alienação no trabalho, a partir das quais todas as outras formas de alienação se originam (Barros, 2011). Por isso, é também esta a forma que ganhará centralidade no presente trabalho.

Ranieri (2000) advoga que Marx passou a utilizar mais o termo estranhamento ao longo de suas obras, aponta que este havia deixado de lado a discussão da alienação, em seu caráter produtivo-ontológico. Todavia, por questões didáticas se optou por considerar como alienação, alienação estranhada ou alienação que se produz estranhamento, e estranhamento ao se referir especificamente a seus efeitos.

Então, as pesquisadoras, neste trabalho, vão ao encontro da concepção de Netto (1981), de que a nomenclatura é mantida, mas superada qualitativamente. A devida distinção da alienação será efetuada nos momentos em que essa for abordada nos estágios pré-capitalistas. Não obstante, Mészáros (2006) defende que o termo alienação é sintético, pois condensa uma série de relações advindas da estrutura produtiva capitalista. Por isso ela aparece nas demais obras, em termos de frequência, em que é substituída por contextos.

É relevante notar que a perspectiva marxiana de alienação se concentra na alienação de seres humanos concretos, pertencentes a classes sociais definidas, a classe trabalhadora. Essa análise é aplicada ao contexto do modo de produção capitalista. Por suposto, visto não se tratar de uma classe homogênea, outros determinantes na relação exploração-opressão como gênero, raça, capacitismo, sexualidade e posição na divisão internacional do trabalho - ver em: Federici (2017, 2019) - também desempenham um papel na alienação, mas essa perspectiva não será explorada em profundidade aqui.

Propõe-se na presente pesquisa, trazer aspectos universais, de uma classe trabalhadora que atua de diversas maneiras para a manutenção deste sistema, de forma produtiva ou reprodutiva, para que tais elementos possam contribuir em futuras análises que particularizam e singularizam este fenômeno, de maneira a possibilitar destrinchar a complexa trama da sociedade capitalista de forma a objetivar sua superação.

Consequentemente, de modo a considerar essas nuances, cabe, para outras pesquisas, aprofundar ainda mais a análise das novas formas de organização do trabalho, como o toyotismo e a uberização, que se estruturam com o objetivo de perpetuar o sistema capitalista e absorver suas crises estruturais (Antunes, 2015). Essas mudanças determinarão especificidades na manifestação da alienação, e assim complexificar a compreensão da divisão social do trabalho.

No entanto, o ponto fulcral é que a manifestação da alienação como expressa hoje deriva de um modo de produção específico, o capitalismo, que não foi superado. Assim, a análise das bases marxianas para a alienação permanece válida como uma proposta inicial para aprofundar futuras discussões e pesquisas, uma vez que essa é uma temática complexa e fundamental.

Neste intuito, reforça-se que ao centrar a análise marxiana da alienação na classe trabalhadora, reconhece-se que esta escolha é fundamentada na compreensão de Marx (2023) sobre a centralidade do trabalho na dinâmica social e econômica do sistema capitalista.

Conforme Mészáros (2006) aponta, o quadro conceitual da teoria da alienação de Marx está enraizado na ideia de que a produção é uma atividade intrinsecamente humana, a atividade vital consciente. No entanto, no sistema capitalista, ela é organizada de maneira a alienar os trabalhadores de seu próprio trabalho e dos produtos que criam.

Por fim, Mészáros (2006) enfatiza que a novidade histórica da teoria da alienação de Marx, em relação às concepções anteriores, reside no fato de que sua abordagem é baseada nas categorias da necessidade inerente aos fundamentos ontológicos objetivos da vida humana, e não apenas em abstrações utópicas. Posto esse direcionamento de Mészáros (2006), inicia-se a tentativa de responder: “o que é alienação para Marx?” com a discussão sobre trabalho.

1.2 Atividade vital consciente: o trabalho

A alienação, em termos gerais, representa um tipo de relação que o ser humano estabelece com o mundo, criando e concebendo seus produtos, e a forma como essa relação ocorre. Marx e Engels (2007) defendem que é justamente por meio do trabalho que o ser humano constrói sua natureza (tanto externa quanto a própria), e isso se dá a partir dos meios e ferramentas dispostos, de forma mediada. Dessa forma, a objetivação possui um caráter humanizante — entre outras formas, destaca-se a produção de utilidades, ou valor de uso, que será abordado em outro subtópico.

O ser humano, enquanto sujeito, encontra e transforma o objeto ao qual destina sua ação em uma relação dialética. Por isso, o trabalho é o elo, o intermediário entre sujeito e objeto, através do qual essa relação pode existir, seja de forma estranhada ou não. Em vista disso, para compreender a lógica da alienação em Marx, não é possível ignorar a explicação sobre a centralidade do trabalho na constituição humana, ou seja, o trabalho em seu sentido ontológico. Assim, antes de discutir o conceito de alienação, será apresentada a definição marxista de trabalho.

Marx (2023) afirma que “Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios” (Marx, 2023, p. 328). Nesse sentido, ao referir-se ao objeto de trabalho, trata-se, por exemplo, da própria terra e dos elementos naturais

pré-existentes. Após sua modificação, esses elementos passam a ser matéria-prima para o trabalho. Ou seja, tem-se a natureza dada e a natureza transformada pela ação humana (Marx, 2023).

O meio de trabalho é aquilo que se interpõe entre o trabalhador e seu objeto, ou seja, um instrumento para a transformação da natureza. Ainda, o autor afirma que “o próprio elemento natural se converte em órgão de sua atividade, um órgão que ele acrescenta a seus próprios órgãos corporais, prolongando sua forma natural” (Marx, 2023, p. 9).

Enquanto a atividade orientada a um fim, tem-se que, o homem (re)produz a sua vida de uma forma social que se centraliza no trabalho. Assim como Marx e Engels afirmaram que:

a produção da vida, tanto da própria, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla -de um lado, como relação natural, de outro como relação social-, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade (Marx & Engels, 2007, p. 24).

É a partir do trabalho humano, que as demais condições de existência vão surgir e em torno dele se organizar. O trabalho aparece enquanto o primeiro ato histórico. E essa atividade se difere da animal justamente pelo fator histórico e dialético que a compõem. Pois não é uma atividade meramente reprodutiva, marcada por uma herança genética, dada pela imediaticidade biológica, como ocorre com os animais a atenderem suas necessidades de sobrevivência. O trabalho se trata de uma atividade criativa e transformadora, exclusivamente do ser humano (Marx & Engels, 2007)

Nessa esteira, Marx e Engels (2007) apontam que o trabalho é a atividade fundamental por meio da qual os seres humanos transformam a natureza e produzem os meios necessários para sua existência. Ou seja, movidos à satisfação de necessidades, materiais ou imateriais, os seres humanos utilizam os meios disponíveis na natureza enquanto objeto para transformá-los e criar produtos úteis a este fim. Os autores enfatizam que esta não é apenas uma atividade física, mas também um processo social que envolve relações de produção e troca.

Justamente por isso, ressalta-se que o trabalho é “a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (Engels, 2006, p. 1), em que:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para

sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2023, pp. 326-327).

Em síntese, o trabalho é a atividade que diferencia o ser humano de outros animais, pois, ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, o ser humano cria novas demandas e, simultaneamente, transforma a si mesmo, constituindo-se como humano em um movimento dialético. Isso ocorre por meio de uma organização histórico-social que o precede, uma herança social que lhe é imposta.

Por isso, o ser humano também se torna histórico, já que, através da coletivização e socialização criadas na relação de trabalho, ele pode transmitir suas criações (produtos) e condições de vida para outras gerações (Marx & Engels, 2007). Assim, a própria história da humanidade é moldada pelo trabalho, que pode se dividir em funções específicas na coletividade, a partir das condições dadas.

Dessa forma, o trabalho é uma atividade social e coletiva, que constitui o próprio ser humano. Portanto, ao se referir ao trabalho, não se trata apenas de um indivíduo, mas da maneira como determinada coletividade se organiza para realizar as atividades produtivas. Consequentemente, o ser humano só se constrói como tal a partir das relações que estabelece com os demais nesse coletivo (Marx & Engels, 2007).

Assim, o trabalho é também um processo de subjetivação, que conforma o desenvolvimento de características humanas específicas (Berino, 2005). Através dele, o ser humano desenvolve habilidades físicas e aspectos de sua subjetividade, já que cada tipo de trabalho demanda competências, ferramentas e conhecimentos específicos para ser executado, um conjunto de instrumentos e técnicas que são criados, apropriados e transmitidos aos demais.

Nesse sentido, o trabalho possibilita ao ser humano uma cisão entre a necessidade e o objeto que a satisfaz diretamente. Ou seja, criam-se mediações sociais que intermedeiam essa relação, tornando-a menos imediata (Martins, 2008). A alienação surge aqui como a separação entre o ser humano e o objeto; é o trabalho mediado que permite essa cisão — marcada pela divisão social do trabalho e pela propriedade privada (Konder, 2000). Mais adiante, ao discutir as bases do capitalismo, será possível entender como esse processo foi historicamente possibilitado e qual tipo de trabalho o viabilizou, visto que não se trata apenas de uma cisão, mas de uma relação de dominação do objeto pelo sujeito.

De maneira a voltar à discussão do trabalho, e adentrar ao caráter mediado de constituição da humanidade, Lukács (1981), aponta a existência de um *pôr teleológico*, que se refere à noção de finalidade ou propósito em relação a um processo ou fenômeno. O autor diferencia entre o *pôr teleológico primário*, que diz da relação de transformação entre o ser humano e a natureza, e o *pôr teleológico secundário*, que trata da relação dos seres humanos entre si, de modo a objetivar a intervenção em suas ações.

Lukács (1981) aponta que essa categoria se trata do momento predominante do ser social (aquilo que determina seu sentido), diferente do ser inorgânico que o sentido é se transformar, tornar-se outro (exemplo: água que varia em diferentes estados) e o orgânico que é se repor a si mesmo (reprodução biológica). Por isso que no trabalho não há apenas uma relação mecânica com a natureza, e sim de transformação, como uma atividade voltada a um fim específico, previamente idealizado pelo ser humano (Marx & Engels, 2007).

É somente nessa lógica de colocar algo de si através do trabalho na natureza, na atividade de criar, que é possível gerar a utilidade naquilo que se constrói para atender as necessidades. Aqui reside a potencialidade do trabalho. Há uma preparação e organização que é empenhada para que aquilo que está posto na natureza se torne algo apropriado à satisfação de determinada necessidade, a atividade assim é direcionada nessa prévia ideação, ainda que se transforme no momento de objetivação. É a essa relação de transformação do ser humano com a natureza, mediada por ferramentas, que o autor vai denominar *pôr teleológico primário* (Lukács, 1981).

Quanto ao momento de objetivação, o autor estabelece uma diferença sobre o processo de objetivação e o de exteriorização. O primeiro está relacionado à produção prática e genérica, enquanto a exteriorização está relacionada à expressão individual e à influência no próprio indivíduo (Lukács, 1981).

Já mostramos que objetivação e exteriorização são aspectos dos mesmos atos práticos, que a justificação de separá-los em geral apoia-se precisamente em que, na objetivação, o ser humano produz algo prático, mesmo que seja meramente a expressão de seu sentimento através da linguagem que, segundo sua essência, é preponderantemente genérica, que em alguma medida constitui um elemento da estrutura do que o gênero justamente é, enquanto o aspecto da exteriorização no mesmo ato aponta a que este é posto em movimento por um ser humano individual e que expressa e influencia, positiva ou negativamente, o seu desdobramento individual (Lukács, 1981, p. 464).

Nesse sentido, é por meio do *pôr teleológico primário* que vai surgir o *pôr teleológico secundário*, esse diz da relação dos homens com os demais, mediada por signos, ou seja, do

próprio surgimento da linguagem e da consciência, que possibilita ao humano atuar sobre os outros humanos e sobre si mesmo e construir estruturas sociais mais complexas.

Os pores secundários são mediações criadas e transmitidas historicamente. Assim, se relaciona a uma construção coletiva e trata-se de uma mediação mais complexa entre sociedade-indivíduo, um conjunto de práticas sociais e históricas que passam a compor a história da humanidade, em um sentido de totalidade (Lukács, 2003).

Ou seja, trata-se do trabalho do ser humano sobre o ser humano, o trabalho ideológico, para orientação e efetivação da produção material. Ressalta-se aqui o caráter social da linguagem e da consciência e a importância que o psiquismo assume no direcionamento histórico. As formas de compreender a realidade, atuar consciente nesta e comunicá-la, surgem no seio das relações sociais de produção e são por ela determinadas.

Dessa maneira, o trabalho promove um *salto ontológico* e viabiliza a criação de um ser qualitativamente diferente dos seres orgânicos e inorgânicos, ainda que ele incorpore e supere estes. Ou seja, parte-se de uma organização corporal específica, de uma base biológica (de modo a contar com uma certa disposição de estruturas químicas) para que possa produzir na realidade e autoproduzir como humano (Lukács, 1981).

Contudo, é importante salientar que a emergência do trabalho não elimina as outras esferas do ser social - principalmente as construídas em relação ao pôr secundário - como tudo que é construído e o constitui como tal, exemplo: relações sociais, instituições, cultura, educação e etc. Assim a humanidade se efetiva na natureza enquanto condição e objeto de trabalho, mas a supera, de maneira a criar qualidades especificamente humanas, qualidades essas que vão também passar a constituir e organizar a própria relação com a natureza (Lukács, 1981).

Até aqui, tratou-se do trabalho em seu sentido concreto, enquanto condição de existência humana. Em síntese, a partir da concepção de Marx e Engels (e com contribuições de Lukács), pode-se definir o trabalho como: uma atividade histórica e dialética vital consciente, orientada a um fim, onde há a transformação intencional/mediada da natureza orgânica e social, que assim, visa a produção de um objeto útil, ou seja, capaz de satisfazer as necessidades materiais e imateriais.

Nesse sentido, é um trabalho que humaniza e promove o surgimento do ser social, qualitativamente humano, em um processo de objetivação-subjetivação-objetivação. Além de possibilitar o surgimento da consciência, linguagem e demais estruturas que propiciam criar novas necessidades e orientar a própria atividade vital consciente.

Além disso, aponta-se para outra categoria que possibilita pensar na perspectiva da totalidade dialética que constitui a relação do ser humano com a realidade, mediada pelo trabalho. É a *dialética singular-particular-universal* (S-P-U) (Oliveira, 2005).

O universal diz respeito aos produtos humano-genéricos, as leis gerais da natureza (social). Ou seja, aquilo que pode ser apropriado e também é produzido pelos indivíduos, para criarem e satisfazerem necessidades. De maneira mais abrangente, diz respeito à totalidade do ser social em sua relação dialética com a natureza. Apesar de amplo, este não é um conceito meramente abstrato, posto que se concretiza nas relações sociais (Oliveira, 2005).

Pode-se pensar aqui na própria estrutura das relações de trabalho no capitalismo e a lei do valor que organiza essas relações e passa a estabelecer uma forma de organização social específica, baseada na exploração de trabalho e na universalização da mercadoria, discussão que será apresentada nos próximos tópicos.

Já o particular, refere-se às formações específicas dentro do universal. É onde se constituem as mediações que determinam a universalidade e concretizam na singularidade; são condições materiais específicas. Pode-se pensar, como exemplo, na formação social de cada país, classes, instituições, dentre outros. É a ponte entre indivíduo e sociedade (Oliveira, 2005).

O singular é o que distingue um ser humano dos demais, aquilo que o torna único, irrepetível. A partir da forma como o ser humano se relaciona com a natureza e outros seres humanos, este se distancia das relações imediatas, apropria-se das mediações e objetiva outras, de modo a se fazer e imprimir de maneira singular. Em termos de fenômeno, o singular é o que se apresenta de forma mais imediata (Pasqualini & Martins, 2015).

Todas essas esferas se relacionam dialeticamente, não é possível compreender uma sem a outra. Por isso é necessário sair da imediaticidade para entender um fenômeno, que é sempre imbricado de uma série de determinações.

Não existe o homem singular, mas o homem singular-particular-universal. Por isso, a singularidade só pode ser compreendida no desvelar de suas conexões com o particular e o universal: se em cada ente singular estão contidos o particular e o universal, a compreensão da singularidade é tão mais objetiva quanto mais se capte suas mediações particulares com a universalidade (Pasqualini & Martins, 2015, p. 367).

Observa-se aí que há uma relação dialética de produção ativa sujeito-objeto, ser humano-natureza, na qual, este potencialmente está enquanto um ser capaz de direcionar sua

própria atividade no mundo, de modo que se cristalizam ali, na objetivação, suas capacidades humanas que lhe são úteis à satisfação de necessidades previamente estabelecidas. É um processo mediado através da dialética S-P-U que não se dá necessariamente em termos de estranhamento, pois essas formas-úteis que estão presentes no produto, voltam ao ser humano e possibilitam seu desenvolvimento.

O trabalho é uma atividade potencialmente livre e coletiva (social). Para além de seu caráter humanizador, que possibilita a criação de novas necessidades, de modo a afastar as barreiras naturais e criar uma realidade cada vez mais humana e social. Por isso, quando a alienação interfere nesse processo e tira o caráter criativo do trabalho perde-se tanto. Para compreender melhor as bases que possibilitam a caracterização histórica e material desse fenômeno, se debruça agora sobre o processo de mercantilização e as bases do capitalismo.

1.3 Mercantilização: o trabalho no capitalismo

Não se pode comprar as nuvens

Não se pode comprar as cores

Não se pode comprar minha alegria

Não se pode comprar minhas dores

(Calle 13)⁵

De maneira a considerar a definição ontológica do trabalho, é essencial fornecer uma contextualização mais abrangente. Viu-se que, todo trabalho parte de uma objetivação do ser humano na realidade, enquanto momento necessário à (re) produção da humanidade.

Assim, o ser deposita algo de si no objeto. Outrossim, esse movimento, por sua prévia idealização de satisfação das necessidades humanas, retorna enquanto apropriação (subjetivação). Todavia, neste modo de produção a objetivação se torna externalização e se iguala a alienação: o ser humano se objetifica, o que o leva a ser apartado e subordinado a sua própria criação (Martins, 2008). É como o estranhamento se torna possível e se estabelece como a forma predominante de relação do ser humano com a realidade que se pretende apresentar neste tópico.

⁵ Trecho da música “Latinoamérica” de Calle 13, um trio de Porto Rico, que compõe e canta músicas urbanas, hip-hop e rap, traduzido do Espanhol - pelas pesquisadoras.

1.3.1 As bases do capitalismo

É notório que o sistema capitalista se organiza com base na divisão de classes e na propriedade privada. Ou seja, uma classe (a burguesia) se torna proprietária dos meios de produção, enquanto a classe trabalhadora detém apenas sua força de trabalho e, por isso, é compelida a vendê-la à burguesia em troca de sua subsistência (Marx, 2023). Como resultado, a relação do trabalhador com o trabalho é mediada pelos objetivos estabelecidos pela própria burguesia para o processo produtivo, que visa ao lucro na criação de mercadorias para troca, em contraponto à criação de utilidades que possam satisfazer as necessidades humanas (Marx, 2023).

Nesse sentido, os produtos produzidos pelos trabalhadores se tornam este tipo específico de produto, a mercadoria. A própria força de trabalho dos trabalhadores, antes qualidade de sua potencialidade, é cooptada pelo processo de troca, tornando-se também mercadoria, de modo que a atividade produtiva se torna um meio, não um fim. Como nos aponta Mészáros (2006), é apenas a partir da mercantilização, propriamente no seu processo de universalização no capitalismo, que a alienação na forma de estranhamento se torna possível, pois o produto do trabalho humano, em termos excedentes, pode ser direcionado a troca, transferido a outras pessoas. E é a esse processo que se detém nas próximas linhas.

Para compreender a emergência do capitalismo com base mercantil, ou seja, o processo no qual a mercadoria se torna uma mediação fundamental para a satisfação e criação de necessidades, faz-se necessário uma contextualização histórica, e assim reconhecer que o modo de produção capitalista não surge de uma evolução natural da sociedade.

Nesse sentido, concorda-se com Netto & Braz (2012) ao afirmarem que outras formas de organização do trabalho existiram, baseadas em diferentes organizações das forças produtivas (meios de trabalho, objetos do trabalho e força de trabalho) que operam dentro de determinadas relações de produção. Em outros períodos históricos a alienação existia, pois a mercadoria surgiu como possibilidade no desenvolvimento das forças produtivas e da divisão social do trabalho que possibilitou a produção de excedente e, portanto, a possibilidade de se alienar ⁶do produto, por meio da troca. A diferença para a alienação hoje vigente reside no fato de que este tipo de relação passou a ser fulcral no processo de produção e reprodução da vida.

⁶ Entende-se por propriedade o regime que determina a distribuição do excedente. É importante salientar que a propriedade privada, surge antes do capitalismo e mesmo do feudalismo, mas tratava-se de algo que não regia a base do processo produtivo, tal como se tem hoje. Com a produção de excedente, emerge a possibilidade da alienação, mas não da qualidade e extensão que se coloca hoje.

A compreensão desse processo demanda uma análise da história social do desenvolvimento humano. Lessa (2012) aponta para dois saltos ontológicos qualitativos marcantes no desenvolvimento das forças produtivas: a revolução neolítica e a revolução industrial. A primeira inaugurou o trabalho excedente na história da humanidade, porém manteve a carência; enquanto a segunda superou a carência, mas exacerbou as desigualdades.

Antes da revolução neolítica, tem-se o exemplo do trabalho de coleta, que revela uma colaboração nas divisões de tarefas, não fundamentada em relações de autoridade. A divisão do trabalho, como foi visto anteriormente, faz parte da organização social da coletividade que atua no processo de trabalho. Desta forma, desde que o trabalho se inaugura como atividade central para o desenvolvimento humano, aquela se faz presente, mas não necessariamente como se conhece hoje (Lessa, 2012).

Inicialmente, a divisão das funções se dava com base na colaboração e igualdade, não era determinada pelo tipo de trabalho (produtivo ou reprodutivo), gênero ou idade, o que resultou em relações de poder equilibradas. O produto da atividade vital humana era compartilhado de maneira mais igualitária (Lessa, 2012).

A transformação desse cenário ocorreu com a revolução neolítica, que impulsionou a produção por meio de avanços na caça, coleta, agricultura e a passagem do nomadismo ao sedentarismo. Durante esse período, o excedente de produção emergiu, de modo a representar o que vai além das necessidades individuais de sobrevivência. Abriu-se aqui a possibilidade de criar novas necessidades. No entanto, esse excedente ainda não era suficiente para atender às necessidades de toda a comunidade, o que manteve um estado de carência. O excedente individual não se acumulava, e assim impediu o investimento no desenvolvimento das forças produtivas (Lessa, 2012).

Outrossim, Konder (2000) afirma que foi nesse período que a alienação emerge como possibilidade, justamente pela produção excedente, ainda que escassa. A partir da revolução neolítica, a natureza passou a ser objeto da ação humana, de maneira a acentuar uma divisão entre objetivo e subjetivo, que antes se dava enquanto um todo indiferenciado.

Foi a partir da produção excedente que o ser humano passou a poder estabelecer os pões secundários, criar para além das necessidades postas de reprodução da vida. Ou seja, cultura não mais se inicia do zero, mas passou a ser repassada como forma de trabalho pretérito, que pode servir de ferramenta para novas criações quando passível de apropriação. Assim, se desenvolve uma genericidade humana, uma natureza tipicamente humana, que já é mediada por essas ferramentas (Konder, 2000).

A questão é que nem todos puderam se valer dessas condições excedentes para o desenvolvimento de uma "supranatureza"; como o raciocínio lógico abstrato que pode se desenvolver por meio dos estudos e da arte, algo que atua no próprio desenvolvimento da consciência (Konder, 2000).

Isso porque a reprodução permanecia enquanto uma necessidade, e o excedente era muito limitado. Aqui já começa a se estabelecer a divisão entre trabalho manual e intelectual, e as raízes da propriedade privada e divisão de classes, onde há a possibilidade de apropriação do trabalho de outrem, uma separação entre aquele que produziu e seu objeto (produto) (Konder, 2000).

Como se viu com Lessa (2012), antes havia uma divisão do trabalho, que não era social, no sentido de se pautar em papéis que delimitavam a posição social, os acessos e opressões. Agora o cenário começa a mudar.

A separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual cava um abismo entre a teoria e a prática, provocando o exílio da teoria para *fora* da prática e instaurando formas de atividade das quais a teoria tinha necessariamente de estar banida. De dois aspectos de uma mesma realidade - a *práxis* humana - a teoria e a prática passam a ser duas realidades independentes, capazes de se *estranhar* reciprocamente (Konder, 2000, p. 65).

Assim, a transição para uma divisão do trabalho mais complexa do que a organização comunal, e uma organização social baseada em classes ocorreu com a revolução neolítica. Pois esse excedente permitiu à classe dominante se apropriar do trabalho excedente de outras classes, e assim consolidar a sociedade de classes. Foi neste cenário que a mercadoria se despontou como uma possibilidade (Mészáros, 2006).

Konder (2000) disserta que a divisão social do trabalho, propriedade privada e as classes sociais, possibilitaram avanços e retrocessos. Avanço no sentido de promover uma possibilidade de desenvolvimento além da relação das satisfações de necessidades básicas, mas, ao mesmo tempo, parcializa, atomiza, o ser humano e rompe com o aspecto comunitário de produção.

Há aqui, então, uma contradição entre humanização e alienação, ou seja, criou-se condições de maior emancipação da natureza e desenvolvimento da espécie humana. No entanto, isso ocorreu às custas de privação, exploração, escravização e morte de uma grande parcela da população, que se viu alheia a essa riqueza.

O escravismo passou a se fazer presente neste período, com a era dos impérios, quando se tornou possível expropriar a produção de outros seres humanos a partir da

escravização e exploração de sua força de trabalho. Netto e Braz (2012) apontam que antes disso não era vantajoso, as guerras por expansão e dominação de território não culminaram em escravização dos povos, pois não havia uma utilidade, posto não existirem meios desenvolvidos para exploração da força de trabalho destes.

Propõe-se agora centrar a discussão no surgimento das bases do sistema capitalista, ocorridas durante a transição do feudalismo para o capitalismo, marcada pelo período de acumulação primitiva (Netto & Braz, 2012). É nessa esteira que a alienação sai do domínio religioso, cai em uma análise da economia clássica, e passa a ser objeto de estudo e investigação de Marx. Ou seja, as relações de produção se alteram e com elas a própria dinâmica da alienação, através da inserção de mediações de segunda ordem como a propriedade privada e a divisão social do trabalho (Mészáros, 2006).

A alienação no feudalismo aparecia a partir de mediações políticas e sociais (ideológicas), que atuava na manutenção da divisão social do trabalho, mas não havia a propriedade privada tal como hoje, os indivíduos ainda podiam se apropriar daquilo que produziam e se reconheciam no processo, mesmo que em uma escala reduzida (Andery et al., 2000).

A questão não estava atrelada diretamente com a forma de produção da vida, não mexia de forma tão profunda e intensa com a atividade vital humana. Nesse modo de produção, haviam contratos que regiam a relação entre servo e senhor, pautados pela ideologia da Igreja e regulamentação legal de uma instituição semelhante ao que se tem como o Estado hoje (Andery et al., 2000).

A separação entre campo e cidade no processo de industrialização foi uma parte crucial para o desenvolvimento histórico da alienação no capitalismo (Marx & Engels, 2007). Isto pois, no período do feudalismo, as relações eram majoritariamente baseadas em um processo de produção para consumo, o excedente poderia ser trocado em caráter excepcional e sem contar com a mediação de outra mercadoria para isso.

Com o transcurso de guerras, tomada de terras comunais, expropriação das ferramentas dos camponeses, destruição das relações coletivas, ocorreu um processo de migração para os centros urbanos que se expandiram. Estava estabelecida uma necessidade de trabalhar não pelo produto, para a satisfação da necessidade, mas por dinheiro que pudesse fornecer acesso a produtos de satisfação das necessidades, de uma forma indireta, portanto. O trabalho passou a ser meio, não fim (Marx, 2023).

Não obstante, no feudalismo se desenvolvia a produção de alguns produtos específicos, como vestuários e sapatos. Mas estes eram feitos de maneira artesanal, cujo

processo produtivo passava pela criação e execução de todas as etapas pela mesma pessoa, ou por um conjunto de pessoas que trabalhavam coletivamente, mas de maneira integral e integrada (Andery et al., 2000; Codo, 1985; Netto & Braz, 2012).

Com o processo de mercantilização, cisão campo e cidade e proletarização dos camponeses, o processo produtivo passou a se atomizar, os trabalhadores foram se apartando do processo criativo, da idealização do produto, bem como das etapas práticas, das ações necessárias para sua realização. O “o que” e o “como” fazer se perderam em sua totalidade para o trabalhador (Andery et al., 2000; Codo, 1985; Netto & Braz, 2012).

Como consequência disso, os trabalhadores passaram a fazer tarefas isoladas e que lhes eram alheias, e assim, perderam a conexão que tinham entre si, com as etapas do processo produtivo, com a idealização, o caráter criativo deste, e também com aquilo que era apresentado como resultado final (Andery et al., 2000; Codo, 1985; Netto & Braz, 2012).

O processo de mudança histórica da alienação e, portanto, da relação mediada ser humano-natureza, referido supra, trata-se da passagem da manufatura artesanal para a divisão social do trabalho, que foi exponencialmente acelerada e intensificada a partir da maquinofatura. À medida que as máquinas passaram a substituir as ferramentas que dependiam mais imediatamente do manuseio humano, o processo de automatização do trabalho se intensificou e seguiu a todo vapor (Marx, 2023).

Nesse cenário, a acumulação primitiva, ou originária, tratou-se de uma batalha travada pelo controle dos meios de produção, de modo a incluir os recursos inorgânicos e as ferramentas que medeiam a transformação da natureza. Através do cercamento, ocorre a privatização de terras, ferramentas e recursos naturais diversos, frequentemente acompanhada de violência e repressão (Netto & Braz, 2012).

Marx (2020/1867) condensa esse processo de acumulação ao afirmar que a expropriação dos bens da Igreja e das terras do Estado, além da transformação da propriedade feudal em propriedade privada moderna foram meios pelos quais a acumulação primitiva foi realizada, o que levou a proporcionar a base para a agricultura capitalista e a oferta de mão de obra assalariada para a indústria urbana (Marx & Engels, 2007).

Netto e Braz (2012) anunciam que este movimento começou como um ato revolucionário da classe burguesa, então constituída de comerciantes, que foram acumularam dinheiro através do processo que saiu da manufatura e foi para as cooperativas, em que estes passaram de produtores para donos da produção e comerciantes, e todos os artífices supracitados na acumulação originária.

Os burgueses, em um primeiro momento, buscavam o confronto ao monopólio social da Igreja e da nobreza, que se organizava por meio de um incipiente Estado autocrático, que visava regular a relação entre servos e senhores, assegurar o poder da nobreza e da Igreja. Esta classe, então, atuou junto aos camponeses livres e desamparados, e assim, objetivaram libertar as forças produtivas dos limites impostos pela ordem vigente (Netto & Braz, 2012).

Os limites presentes naquele momento passavam a se anunciar por um período de escassez de produtividade nas terras e, portanto, de alimentos, além de pestes que assolavam a população. Todavia, ao se assentarem na posição de poder, os burgueses se colocaram em uma dinâmica conservadora, i. e., abandonaram a ideologia proposta e se subordinaram às relações para reproduzir a mercantilização (Netto & Braz, 2012).

Enquanto uma parcialidade, os burgueses se colocaram como detentores de uma universalidade abstrata e fundaram o Estado burguês, em contraponto ao feudal, e a Ciência moderna, em contraponto à ideologia religiosa, como ferramentas de manutenção da propriedade privada e dos mecanismos de acumulação. Passou-se a anunciar a liberdade como possibilidade de se alienar do que é constitutivo da humanidade, seu próprio trabalho e os frutos deste, na promessa do direito natural à propriedade (Mészáros, 2006).

Neste cenário de transição do feudalismo para o capitalismo, camponeses, outrora possuidores de terras e beneficiários de seu próprio trabalho, se encontram despossuídos tanto da chance de realizar seu trabalho quanto dos meios para efetivá-lo. Eles se veem compelidos a vender sua força de trabalho como única alternativa viável, uma vez que os meios de produção estão nas mãos da burguesia (Marx, 2023). Os que não conseguem fazê-lo são usados como um exército de reserva, ferramenta de controle de classe, para manter os níveis de exploração, numa lógica de inclusão-exclusão.

Essa expansão e universalização da acumulação originária ocorre com o processo de expansão colonizadora e predatória do capitalismo pelo globo, o que constitui um contínuo de dominação (Netto & Braz, 2012).

A privatização das terras, a apropriação dos meios de produção e a expropriação de camponeses, assim como a escravização de povos originários e colonização de culturas, entre outras formas de violência, contribuem para a concentração de riqueza e o fortalecimento da burguesia no contexto da luta de classes (Netto & Braz, 2012). Esse processo se intensifica em uma fase imperialista do capitalismo. Posto isso, vige a necessidade da abertura de um parêntese para explicar esse processo.

No final do século XIX, e início do século XX, as condições históricas materiais do capitalismo se elevam para um estágio superior no qual se desenvolve uma nova forma de

exploração do trabalho, especificamente em países periféricos. Essa complexificação do capitalismo resulta em uma dominação econômico-política de países imperialistas sobre países mais fracos e dependentes (Lenin, 2021).

Essa nova etapa do capitalismo trata-se do imperialismo, como expressão da fase monopolista daquele. Nessa nova época histórica, a concorrência, embora sustentada por uma imagem de ideal de livre concorrência, se converte em seu oposto, o monopólio. Isso resulta em “a produção se tornar social, mas a apropriação continuar a ser privada” (Lenin, 2021, p. 44).

Posto isso, Lenin (2021) sustenta que a principal característica do imperialismo é ser um particular estágio monopolista do capitalismo, no qual: a centralização da produção, que resulta nos grandes monopólios, assume um importante papel na dominação econômica; há o nascimento de uma poderosa burguesia oligárquica financeira através da fusão do capital bancário e capital industrial, que vai influenciar na relação entre países imperialistas e dependentes; ocorre o avanço da exportação monetária como função decisiva; emerge uma nova partilha do mundo entre grandes potências capitalistas, com dominância, ocupação e manipulação em territórios; prevalece a existência de lutas entre as potências capitalistas pelas terras a serem dominadas, mas sem interromper a supracitada partilha do mundo. Desta maneira, reafirma-se que o imperialismo possui características que complexificam o capitalismo.

Portanto, entende-se que nesse estágio superior do capitalismo a burguesia monopolista (internacional) detém grande poder sobre decisões nas relações de produção nos países subdesenvolvidos, o que acaba por influenciar diversas condições para com a classe trabalhadora, ainda mais com as pertencentes desses países dependentes. Como resultado, exerce uma influência sobre as condições de desenvolvimento educacional e controle nas relações financeiras, como gastos públicos ou mesmo direcionamentos tecnológicos, entre outros, que aguçam a exploração capitalista.

Neste intuito, é importante ressaltar que, de maneira conflituosa e contraditória no capitalismo, caminha-se da fase de livre concorrência para sua fase de monopólio e, claro, uma marca para esta transição é a crise do capital. Ainda, o mais interessante, nesta toada da contradição, é que no estado desse destruidor estágio do capitalismo abrem-se possibilidades, pois “o monopólio é a transição do capitalismo para um sistema mais elevado” (Lenin, 2022, p. 113).

Por fim, a respeito do imperialismo, enfatiza-se a compreensão dessa fase como de fato um estágio do capitalismo, pois as condições históricas materiais para atingir esse

desenvolvimento emergiram da exploração do trabalho, da acumulação primitiva e dos conflitos e crises do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Dessa maneira, novas condições e estratégias foram desenvolvidas para a manutenção da exploração do ser humano pelo ser humano.

Tudo isso também propicia uma divisão internacional do trabalho, onde países do norte sob maior vantagem de acúmulo de mercadorias e dinheiro bem como sob artifícios econômico-ideológicos - submetem os demais a uma exploração em prol de seu enriquecimento, de maneira a criar um processo de dependência econômica e limitação do avanço tecnológico dos países do sul - (Netto & Braz, 2012).

Destarte, em síntese, a perspectiva marxista compreende que a divisão social do trabalho se refere à forma como as tarefas produtivas são divididas e organizadas na sociedade. Essa divisão da sociedade em classe burguesa e proletária é uma característica do modo de produção capitalista e tem implicações significativas. Nesta esteira, Marx e Engels (2007) afirmam que é justamente no seio do capitalismo que se consolida a verdadeira divisão de classes, por ter seus aspectos mais marcados devido à produção excedente ser mais abundante, porém expropriada e privatizada.

Ainda, retoma-se que no sistema capitalista, os trabalhadores assalariados geralmente executam o trabalho manual, enquanto os proprietários dos meios de produção ou gestores desempenham funções de trabalho intelectual. Isso cria uma assimetria de poder e uma relação de subordinação, na qual os trabalhadores são responsáveis pela execução física do trabalho, enquanto os capitalistas controlam o conhecimento e as técnicas e tomam as decisões sobre o processo de produção.

Observa-se aqui, que essa divisão objetiva desenvolver diferentes tipos de trabalhadores e diferentes tipos de habilidades. Assim, perde-se de vista a integralidade humana na satisfação de necessidades, e este desenvolvimento passa a ser pautado pelas necessidades mercadológicas do lucro. Um trabalhador que só sabe apertar botões de uma máquina específica e outro que só sabe fabricar esses botões. Cada qual é submetido a uma determinada formação, centrada na utilidade de sua força de trabalho, não em suas potencialidades criativas.

A divisão social do trabalho se interconecta com a lógica do trabalho produtivo e improdutivo, que, para Marx (2023), não é uma interpretação moral, mas sim relacionada à posição do trabalhador em relação à produção e à valorização da mais-valia. Primeiro, sobre o que é a mais-valia e as formas em que aparece: *mais-valia absoluta* e *mais-valia relativa*.

A *mais-valia*, de modo geral, é o valor gerado pelo trabalhador que excede o equivalente ao que recebe como salário. Durante sua jornada de trabalho, o trabalhador produz um valor superior ao necessário para cobrir o custo de sua força de trabalho, e esse excedente é apropriado pelo capitalista como lucro (Marx, 2023).

A *mais-valia absoluta*, por sua vez, é obtida através do prolongamento da jornada de trabalho ou da intensificação do trabalho realizado. Ao estender o tempo de trabalho ou aumentar o ritmo da produção, o capitalista amplia o período em que o trabalhador está gerando valor adicional, além do necessário para cobrir o valor da sua força de trabalho, aumentando assim o lucro sem alterar a estrutura do valor da força de trabalho em si (Marx, 2023).

Já a *mais-valia relativa* se refere ao aumento do lucro do capitalista por meio do investimento no desenvolvimento das forças produtivas, que resulta na diminuição do valor dos bens necessários à reprodução da força de trabalho (Marx, 2023). Para compreender melhor esse processo, cabe explicar sobre o valor da força de trabalho.

O valor da força de trabalho, de acordo com Marx (2023) é determinado de maneira análoga ao valor das mercadorias em geral: pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução. No entanto, a força de trabalho possui uma característica singular, pois não é uma mercadoria qualquer, mas a capacidade do trabalhador de realizar trabalho. Esse valor, portanto, deve ser compreendido a partir das necessidades materiais e culturais que permitem a manutenção e reprodução da vida do trabalhador enquanto força de trabalho ativa.

Para se formar o valor da força de trabalho, é necessário considerar todos os bens e serviços que são indispensáveis para a subsistência do trabalhador e de sua família. Isso inclui alimentação, vestuário, habitação, saúde, educação, e outros elementos que, historicamente, foram incorporados por meio de lutas sociais, elevando o padrão de vida e, conseqüentemente, o valor da força de trabalho (Marx, 2023).

Ademais, o valor da força de trabalho também deve refletir os custos de preparação e formação do trabalhador, que englobam o tempo e os recursos despendidos para adquirir as habilidades e conhecimentos necessários para desempenhar suas funções no processo produtivo. Dessa forma, o valor da força de trabalho não é fixo, mas dinâmico, variando conforme as condições econômicas, sociais e políticas de uma sociedade, bem como a intensidade e a qualidade das lutas de classe (Marx, 2023).

Ao incrementar a produtividade, o valor desses bens é reduzido, o que, por consequência, diminui o valor da força de trabalho, uma vez que este corresponde ao total

necessário para a sua reprodução. Processo que resulta na supracitada *mais valia-relativa* (Marx, 2023).

Nesse processo, a diminuição do valor dos bens de subsistência do trabalhador permite ao capitalista reduzir o valor da força de trabalho. Assim, durante a jornada de trabalho, o tempo necessário para produzir o equivalente ao valor da força de trabalho se torna menor. O resultado é que o capitalista consegue se apropriar de uma parcela maior do valor produzido ao longo da jornada de trabalho, sem precisar estender as horas de trabalho ou intensificar o esforço do trabalhador. Em outras palavras, ao reduzir o custo de reprodução do trabalhador, o capitalista aumenta sua margem de lucro sem alterar a estrutura básica da jornada de trabalho (Marx, 2023).

Ressalta-se, enfim, que a mais-valia é o que se converte em lucro para o burguês, mas essa transformação não ocorre de maneira direta. O burguês não se apropria imediatamente da mais-valia gerada pela exploração de seus trabalhadores. No mercado, os burgueses competem entre si pela apropriação das frações da mais-valia total produzida pela classe trabalhadora. Dessa forma, a quantidade de mais-valia que cada burguês individualmente conseguirá apropriar-se depende de algumas mediações, como a produtividade.

O trabalho é considerado produtivo ao contribuir para a geração de mais-valia ao capitalista. Em contrapartida, o trabalho improdutivo não resulta na criação desta, mas ainda desempenha um papel social no funcionamento do capitalismo, como no processo de circulação e valorização da mais-valia, há também o trabalho reprodutivo, necessário a reprodução da força de trabalho (Marx, 2023).

Todos esses trabalhos se tornam centrais para o funcionamento da estrutura capitalista e em todos esses se divide a classe trabalhadora, a qual necessita da venda de sua força de trabalho para sobreviver e não da exploração do trabalho dos demais. Seja esse trabalho remunerado ou não, formal ou não.

Nesse cenário, encontra-se uma série de particularidades da formação da classe trabalhadora em sua diversidade, com trabalhos mais precarizados ou mesmo não-remunerados, destinados a mulheres da classe trabalhadora e população negra ou povos originários, que encontram-se marginalizados deste sistema, mas cuja presença em uma dialética inclusão-exclusão (Sawaia, 2011) é fundante para seu funcionamento. Este trabalho não abarca em profundidade essa discussão, mas é importante compreender que ela existe e que atua neste processo.

Em relação ao trabalho produtivo e improdutivo, a diferença principal é que o produtivo é trocado por capital, enquanto o improdutivo é trocado por renda (Marx, 2023).

Ambos envolvem a compra e venda da força de trabalho do trabalhador assalariado (Gois, 2017). Todos são essenciais para a reprodução do sistema e atuam sob exploração direta ou indireta de modo a objetivar a produção de lucro.

Barros, Bordalo e Nascimento (2013) apontam que para esse sistema permanecer atuante se fundamenta, também, no controle da maioria da população e constantes mudanças nos modelos de produção (que ver-se-á adiante) e nos mecanismos para mantê-los. É necessário uma série de artimanhas para que o ser humano se submeta cada vez mais à venda de sua força de trabalho (um tipo especial de mercadoria comercializável) à mercê das condições econômicas desumanizantes.

Entrementes, cria-se também uma estrutura de mecanismos institucionais e ideológicos, calcada na competitividade e individualização que não permite a união da classe oprimida e sua organização para lutar contra este sistema, e assim se vale do desemprego e da miséria enquanto ameaça real de marginalização deste processo (Sawaia, 2011).

Dessarte, todo esse movimento se deslinda com processos de opressão e resistência. Mas os mecanismos supracitados, além do exército de reserva, asseguram a dominação. O exército de reserva, ou exército industrial de reserva, trata-se de um meio pelo qual se vale de um contingente de trabalhadores marginalizados ao sistema, que servem de ameaça aos que neles se inserem, no sentido de que, caso este se oponha às normas, existem outros dispostos a ocupar seu lugar e garantir a sobrevivência via salário (Marx, 2023).

Como resultado desse processo, o acesso aos produtos que atendem às necessidades dos trabalhadores está condicionado ao salário que recebem dos burgueses. O valor do trabalho humano deixa de ser determinado pelo valor dos produtos e passa a ser regulado pela lógica de troca, medida pelo tempo socialmente necessário para a produção. Isso transforma os produtos úteis em mercadorias, de modo a ser que essa lógica de mediação se generalize e passe a reger todas as relações entre pessoas e objetos (Marx, 2023).

Nesse ínterim, há uma conversão da força de trabalho humana em mercadoria, passível de alienação daquilo que produz como será melhor compreendido nos seguintes subtópicos. Importa aqui entender que toda a dinâmica de produção da vida e do próprio trabalho vai se reduzir ao lucro e a mercadoria emerge como uma unidade de análise essencial para compreender o funcionamento do sistema capitalista.

No contexto do modo de produção capitalista, Marx (2023) ilumina o fenômeno pelo qual a riqueza das sociedades, sob o capitalismo, se transforma em uma ampla coleção de mercadorias. A aparente reunião de produtos tangíveis encobre uma complexa rede de relações sociais mediadas pelo valor de troca e camufladas pelo fetichismo.

Encaminha-se agora a discussão para compreender o processo pelo qual as mercadorias se tornam unidades essenciais de estudo para desvendar a operação do sistema capitalista, de forma a compreender como a dialética entre valor de uso e valor de troca conduz à alienação do trabalhador e ao surgimento do fetichismo. Através desta abordagem, examina-se como as relações sociais entre as pessoas passam a ser vistas como relações entre mercadorias e como o processo de reificação se solidifica no cotidiano das sociedades dominadas pela lógica capitalista.

1.3.2 A mercadoria e o fetichismo

Tem horas em que penso que a gente carecia, de repente, de acordar de alguma espécie de encanto

(Rosa, 1970, p. 66).

"A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma 'enorme coleção de mercadorias'" (Marx, 2023, p. 157). Com estas palavras, Marx (2023) inicia a discussão sobre a mercadoria, que, no capitalismo, expressa a dominação da vida humana pelo produto do trabalho. A mercadoria universaliza-se; todas as relações são mediadas pela forma mercadoria, através da compra e venda (Marx, 2023).

O capital, como valor que requer constante valorização para existir e acumular mais riqueza, encontra expressão na mercadoria, assim camufla suas origens centradas no trabalho humano, único capaz de gerar valor. A riqueza social cristaliza-se na mercadoria (Marx, 2023). Para compreender melhor isso, é crucial explorar o processo de produção da mercadoria, compreender o que é a mercadoria efetivamente.

Como já foi possível constatar, a mercadoria tem um surgimento tardio na história da humanidade: ela aparece após a desintegração das comunidades primitivas e se instaura a divisão do trabalho. No escravismo e no feudalismo estava presente, apesar de não ser predominante e não caracterizar os modelos de produção por isso.

Foi necessária a existência da divisão social do trabalho e a propriedade privada para produzir produtos dotados de valor de uso, para atender necessidades físicas e espirituais, que possam ser reproduzidas e destinadas à troca. Ou seja, aquilo produzido para usufruto próprio, autoconsumo, não é mercadoria, é produto, como alertam Netto e Braz (2012).

Na produção da mercadoria o valor de uso representa um valor qualitativo que atende às necessidades humanas, é sobrepujado pelo valor de troca, criado pelo *trabalho abstrato* e existente apenas em relação a outras mercadorias. Com a propriedade privada dos meios de produção detida pela burguesia, subverte-se a lógica de produzir para atender necessidades humanas (valor de uso) para produzir para criar valor de troca, que por existir apenas em relação ao de uso, é denominado somente de valor. Assim, a mercadoria se apresenta como dotada de valor (Marx, 2023).

Antes de explicar melhor a constituição desse valor, vale destacar o conceito de trabalho concreto e abstrato. De acordo com Marx (2023), o trabalho concreto refere-se ao esforço físico e habilidades práticas empregadas pelo trabalhador na produção de bens ou na realização de uma determinada tarefa. É o trabalho real que transforma a matéria-prima em um produto final. Por exemplo, um marceneiro que utiliza suas habilidades para transformar tábuas de madeira em móveis ou um professor que ensina algo a um aluno - aqui o seu objeto de trabalho é o próprio aluno.

Nesse sentido, o trabalho se apresenta no seu sentido de atividade vital consciente, como expressão real e efetiva do trabalho. Este é realizado de uma forma mais direta, onde há a objetivação do ser humano e expressa sua singularidade. Trata-se do trabalho de um ser concreto, específico. Além disso, ele aparece como o que de fato produz o valor de uso. Ou seja, é o gasto de energia de um trabalhador voltada teleologicamente à transformação da natureza com uso de instrumentos, que visa atender e criar novas necessidades humanas (Marx, 2023).

Por outro lado, o trabalho abstrato é conceituado como a forma socialmente necessária de trabalho que é expressa em uma determinada quantidade de tempo de trabalho. É um conceito abstrato que significa a redução do trabalho humano a uma unidade comum - o tempo de trabalho. Marx (2023) argumenta que, no sistema capitalista, o valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho abstrato necessário para produzi-las.

Como já foi apresentado, no capitalismo, os trabalhadores vendem sua força de trabalho aos proprietários dos meios de produção em troca de um salário. O valor desse trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir as mercadorias. Portanto, sob o ponto de vista marxista, o trabalho abstrato é a forma dominante de trabalho na sociedade capitalista, onde as mercadorias são produzidas para a troca e o valor é determinado pelo tempo de trabalho abstrato.

Nesse sentido, aquele trabalho concreto, de um ser humano singular, é abstraído em prol da necessidade de geração de valor, e igualado como uma geleia amorfa de trabalho

(Marx, 2023). O foco não está no trabalho criativo, muito menos no trabalhador que o executa, mas sim na geração de valor na sociedade capitalista. Aqui pouco importa quem fez, como ou em quais condições, é um trabalho em si indiferenciado.

A igualdade *toto coelo* [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como trabalho humano abstrato (Marx, 2023, p. 208).

Assim, o valor é quem se torna "sujeito" e os humanos se tornam "objeto" já na produção mercantil. Ou seja, é o processo de valorização do capital que vai ditar a intencionalidade das ações, que serão executadas de forma alheia pelos seres humanos, como se fossem a parte passiva desta relação.

De volta à mercadoria, e seu valor, compreende-se que este se apresenta na dialética uso-troca, é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução, relativo ao trabalho abstrato. Medido pela média de tempo da produtividade industrial total, permite a equiparação e troca de mercadorias diferentes. O valor é produto do trabalho humano nas relações sociais de produção (Marx, 2023).

Partindo da compreensão de que o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, é importante avançar para a concepção de capital em Marx (2023), que não se limita a ser apenas valor em estado estático. O capital, na perspectiva marxiana, deve ser entendido como valor em movimento, submetido a um processo contínuo de metamorfose com o objetivo de se autovalorizar.

Esse processo de valorização do valor é central para a dinâmica do capital, onde o valor passa por diversas fases—como a produção e a circulação, sempre com a finalidade de retornar ao capitalista em uma forma aumentada. É esse ciclo de transformação contínua que define o capital não apenas como valor, mas como valor que se expande e se reproduz por meio da exploração do trabalho e da produção de mais-valia (Marx, 2023).

Para sintetizar como ocorre a valorização, segue um recorte no processo produtivo: o capitalista compra com seu dinheiro (acumulado nos processos já explicitados) mercadorias, que se subdivide em: meios de produção (capital constante⁷, que não cria valor) e a força de trabalho - um tipo de mercadoria especial por ser capaz de criar e incorporar valor - que é paga pelas horas contratadas (Marx, 2023).

⁷ Também chamado de trabalho morto, em contraposição ao trabalho vivo contido na força de trabalho, que produz valor (Marx, 2023).

Então, o trabalhador põe-se a trabalhar no período contratado, de modo a saturar de valor de uso os objetos dispostos como meio de produção, e tudo o que produz nesse tempo é propriedade do capitalista. Como exemplo dessa situação, pode-se dizer que se o capital constante inicial custou X, o trabalhador recebe 2X de salário⁸, mas produz 10X nas horas de trabalho (nessa diferença reside o mais-valor), assim, o tempo excedente desse processo, o mais-valor, se incorpora ao valor da mercadoria final, que será vendida. Esta terá seu preço determinado a partir do tempo médio socialmente necessário à sua produção, como já mencionado.

Retoma-se a discussão da mercadoria: é notório que esta, ao entrar no processo de circulação, é trocada por seu valor. O dinheiro, como forma de representação desse valor, funciona como equivalente geral, e estabelece a conversão monetária do preço. Além de facilitar a troca, o dinheiro representa a valorização do trabalho do trabalhador, aquilo que possibilita a compra de mercadorias para satisfazer suas necessidades (Marx, 2023).

Enfim, a realização da mercadoria representa a desrealização humana. O trabalhador, separado do processo e do produto de seu trabalho, só acessa o resultado como forma-mercadoria adquirida com dinheiro, no consumo. Este mesmo dinheiro, inserido no processo produtivo, torna-se uma mercadoria. No processo de troca, as mercadorias parecem relacionar-se entre si, (dinheiro-mercadoria), perde-se de vista o cunho social e humano da produção de valor (Marx, 2023).

Surge assim o caráter fetichista da mercadoria, onde as relações sociais entre as pessoas são intermediadas pela troca de mercadorias, isso traz a aparência que são as mercadorias, não as pessoas, que se relacionam (Marx, 2023). No momento da troca perde-se a singularidade do trabalho, que se torna apenas o valor abstrato, independente “do indivíduo concreto que o realizou ou que o utiliza” (Codo, 1985, p. 26).

Essa contradição entre valor de uso e valor de troca contribui para o fetichismo da mercadoria. As mercadorias, ao se tornarem entidades autônomas com valor atribuído, oblitera o trabalho humano envolvido, de modo a criar a ilusão de que o valor é inerente a elas. O fetichismo se manifesta da seguinte maneira: as mercadorias, na aparência, parecem capazes de se autoproduzir e gerar riqueza (Marx, 2023).

⁸ O salário é o valor da força de trabalho; como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho tem valor de uso e valor de troca. Sua utilidade reside no fato de produzir mais valor do que possui. Já esse valor de troca, ou valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção (Marx, 2023), ou seja, aqui entra na conta: trabalho de cuidado, formação, conhecimento acumulado. Por isso, há uma construção prévia e uma reposição constante dessa força de trabalho. Por exemplo, no processo de escolarização e especialização; no trabalho doméstico de alimentação, etc.

Além disso, surge o processo de reificação, onde o trabalhador é objetificado ao colocar suas capacidades humanas em um objeto (mercadoria) que se torna humanizado. As pessoas são coisificadas, e as mercadorias, animadas, dotadas de qualidades humanas. A reificação transforma a apreensão das relações sociais entre os indivíduos como relações entre coisas, isso é um fértil terreno à ilusão de naturalidade que essencializa este modo de produção e dificulta a apreensão da totalidade do processo produtivo, a apropriação dos pores secundários (Lukács, 2003).

Netto (1981) destaca que o ápice desse fetiche é o lucro, onde o dinheiro gera mais dinheiro, camuflando as relações sociais de produção. Contudo, esse movimento, que eleva a abstração do trabalho, tende a resultar em crises, pois o valor não se produz por si só, mas a partir do trabalho humano (Marx, 2023).

Todas essas dinâmicas estabelecem a infraestrutura, ou seja, a base econômica que sustenta as relações de produção e as forças produtivas em uma sociedade. A partir dessa base, a sociedade se desenvolve, em termos de uma totalidade dialética, e assim constrói a superestrutura, que abrange as instituições políticas, culturais, ideológicas e outras formas de expressão e organização cultural (Marx, 2008). Importa salientar que esses termos tratam-se de uma metáfora, que traduzir a complexa dinâmica de funcionamento da totalidade, inextricável, da estrutura capitalista.

Cria-se uma forma específica de apreender o real, ideologias particulares a este modo, que atuam diretamente no direcionamento da atividade e, portanto, constitui a dialética objetiva-subjetiva-objetiva estranhada na qual se assenta o ser humano no capitalismo.

1.3.3 A ideologia

Só acredite no que os seus olhos vêem e seus ouvidos escutam.

Não acredite nem no que os seus olhos vêem e seus ouvidos escutam.

E saiba que não acreditar ainda é acreditar.

(Bertolt Brecht)

É notório que no processo de produção da vida, nas relações sociais de produção, em que as mercadorias são construídas, também se criam a linguagem, os conhecimentos sobre a

realidade, bem como a articulação de instituições, produções culturais e demais formas superestruturais (Igreja, Estado...), que se assentam como parte da herança cultural produzida pela humanidade no seu processo de construção social, de produção e reprodução da vida (Marx, 2008b) . Onde vigoram as mediações de segunda ordem (Mészáros, 2006). É sobre esse processo que se propõe lançar luz neste subtópico.

No presente trabalho, será adotada a perspectiva de Lukács (1981), que compreende ideologia enquanto um conjunto de ideias em um sistema, que abarcam uma forma de se aproximar e apreender o real, com a função de intervenção prática à medida que resolvem conflitos sociais, sobretudo o de classe, nesta organização societária. Dessa forma, este conceito, incorpora tanto as explicações que buscam desvelar, quanto as que buscam distorcer o real, de modo a servir a uma finalidade específica.

Nesse íterim, o autor compreende a definição de ideologia enquanto “falsa consciência” algo que pode reduzir a complexidade do fenômeno e, por isso, é necessário entendê-la em seu sentido ontológico-prático e não gnosiológico (Carli, 2007). Para Lukács (1981) ideologia é algo além de um conhecimento falso.

Contudo, antes de adensar no escrutínio da perspectiva lukacsiana, é necessário ressaltar que essa não é uma perspectiva unânime dentro do campo marxista, existem outras acepções, como aponta Konder (2020). Além disso, existem algumas especificidades decorrentes do próprio pensamento marxiano, que valem ser ressaltadas e incorporadas à medida do possível em relação ao pensamento marxista de Lukács.

Na perspectiva marxiana, a ideologia está intrinsecamente ligada à estrutura de classe e às condições materiais de existência. Marx e Engels (2007) afirmam que "as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes" (p.47), ou seja, as concepções da classe que controla os meios de produção se tornam as concepções universais que guiam a sociedade. Isso implica que a ideologia, sob o capitalismo, é um reflexo das relações materiais de produção, apresentado como uma verdade universal e naturalizada.

Marx e Engels (2007) abordam a ideologia como uma ferramenta de universalização de uma perspectiva particular. A ideologia não reflete a realidade social de forma neutra, mas transforma os interesses específicos da burguesia em interesses gerais da sociedade. Isso resulta em uma visão do mundo que oculta as contradições entre as classes e apresenta o capitalismo como o único sistema possível e racional.

A ideologia, portanto, desempenha um papel ativo na manutenção da ordem social, ao mascarar as relações de exploração e alienação que sustentam o capitalismo. Esse processo é uma forma de pensamento que impede os trabalhadores de perceberem a verdadeira natureza

de sua exploração e as possibilidades de transformação social. Isto pois a ideologia trata-se de uma produção que não parte da realidade social, mas passa a atuar nessa de forma a guiar seu ritmo, a partir de análises que não possuem um embasamento histórico-social (Marx & Engels, 2007).

Dessa forma, é desenvolvida uma visão crítico-negativa da ideologia, na qual a ideologia é vista como um mecanismo de organização social, que se infiltra nas estruturas a vistas de promover uma dominação que perpetua a exploração capitalista (Marx, 2008b). Assim, sublinha-se o seu caráter repressivo.

Postas essas considerações, recorre-se a Vaisman (2010) que nos aproxima da concepção aqui trabalhada. De acordo com o autor, para Lukács, ideologia se relaciona à própria concepção ontológica. Pois, para que seja possível organizar o trabalho, é necessário o surgimento do pôr teleológico secundário. Nessa lógica a ideologia surge como o “*momento ideal da ação prática*” (Vaisman, 2010, p. 49). Mas isso se configura como apenas uma das características desse pôr teleológico.

Ao escrutinar o tema, Lukács (1981) atrela também a formação da forma ideologia como é conhecida hoje a um momento histórico específico do desenvolvimento da humanidade. Trata-se do período aqui mais estudado para compreender as bases do capitalismo, a transição do modo de produção feudal.

Essa transição foi tocada pela classe burguesa, até então a intentos de revolucionar o sistema vigente. Criaram-se ideologias para combater a superestrutura feudal - a forma ali estabelecida de explicar a realidade de maneira mística - e surgiu o que se entende enquanto a própria ciência moderna. Essa transição foi pautada por uma revolução que perdeu de vista esse caráter e passou a pautar-se pela conservação da ordem e a atomização da realidade, assim que a burguesia ascendeu (Lukács, 1981).

Sobre este último ponto, Lukács (1981) reafirma sua defesa de compreender a ideologia de forma mais ampla, pois ela carregou em sua origem a formulação de um sistema de ideias que de fato apreenderam a realidade de forma mais totalizante e complexa, além das aparências mistificadoras, como a própria quebra do antropocentrismo. Ainda que, no fim, a classe até então revolucionária, passou a subverter as formas de explicação à finalidade de perpetuar-se enquanto dominante.

Não obstante, nota-se que desde os primórdios da necessidade de divisão social do trabalho enquanto maneira de organizá-lo e desenvolver sociedade e indivíduo, surge também a necessidade de se desenvolver ideologias que pudessem generalizar certas concepções da realidade. Isso também possibilita atuar sobre o pôr teleológico dos demais, de modo a

direcionar esse processo da divisão como: orientar cada um em sua função e conectar as atividades isoladas à totalidade teleológica objetivada com determinada atividade mais global (Lukács, 1981).

Em síntese, a ideologia emerge da própria necessidade de estabelecer a comunicação, que visava organizar e resolver os conflitos sociais emergentes da forma de organização do trabalho de dada sociedade. Surge enquanto uma demanda social no desenvolvimento da humanidade e está intimamente relacionada ao desenvolvimento do pôr teleológico secundário (Lukács, 1981).

Lukács (1981) assevera que, ainda que houvesse certo nível de comunicação em outras formas de organização do trabalho, é apenas na sociedade de classes, com a divisão entre trabalho intelectual e manual, que a ideologia se assenta. Isso pois, se passa a haver uma maior necessidade de generalização para a orientação da atividade dos indivíduos, que se torna intensamente compartimentada, além das contradições mais aparentes da luta de classes, que demandam um nível mais especializado de resolução de conflitos.

Assim, a função de ideologia “desempenhada pelas posições teleológicas secundárias é tanto mais fundamental quanto mais complexa for a divisão do trabalho” (Vaisman, 2010, p. 47). Nesse sentido, a ideologia desponta enquanto forma social de consciência, que possui uma base material na produção da vida.

Em seu berço, essas representações teleológicas atuavam nos indivíduos, de forma a mediar sua relação com o grupo, posteriormente com a sociedade, à medida que se especificam e se transformam as organizações, como já apresentado. Assim, a ideologia se desenvolve mais plenamente nas sociedades de classe, em seu sentido de maior complexidade, devido à própria complexificação da estrutura produtiva. Em outros modos produtivos já era possível a produção de algumas generalizações, como a filosofia, a religião, os traços do pensamento científico.

Então, ela (a ideologia) trata-se de um amplo conceito, de generalização universal, para orientar a prática do grupo, está atrelada à própria capacidade teleológica e a característica social do trabalho. Como descreve Lukács (1981), a ideologia é um veículo para dirimir e produzir conflitos sociais. **A ideologia orienta a práxis**; e essa é sua característica fundamental, posto que podem existir conjuntos de ideias que explicam a realidade de tal maneira, mas se não houver intervenção social, essas são meras ideias, não ideologias.

Carli (2007) e Vaisman (2010) reforçam esse sentido de ideologia enquanto função social. Ou seja, nem todas as compreensões da realidade, nem tudo que é produzido enquanto

conhecimento, é ideologia. Apenas aquelas vinculadas à prática de resolução de conflitos de classe. Assim, a ideologia se relaciona com o sentido de práxis e ao próprio movimento de objetivação-subjetivação-objetivação, i. e., ao buscar a resolução dos problemas postos, ela cria respostas e possibilita o surgimento de outras perguntas.

Como aponta Lukács (1981), ainda que a ideologia parta de uma produção material, que depende do desenvolvimento das forças produtivas, ela ganha certa autonomia, e isso possibilita a continuidade de determinado desenvolvimento, ou seja, define a direção deste, além de facilitar uma intervenção prática na realidade.

No que tange ao momento atual, de forma capitalista e a sua especificidade de divisão social do trabalho, tem-se a presença de um acentuado conflito de classes, de uma luta, que edifica e perpetua esse modo de produção. Do exposto até agora, podemos compreender que se há classes distintas, uma divisão do trabalho e a expropriação desse pela classe burguesa, há também especificidades na forma em que cada trabalho é executado, ou seja, o trabalho manual e o intelectual.

Destarte, há um grupo que idealiza e outro que executa a atividade, um que se apropria do excedente e outro que gasta e repõe sua força de trabalho (Marx, 2023). Marx e Engels (2007) apontam que inclusive dentro da classe dominante há uma divisão entre trabalho intelectual e manual. Os primeiros são mais responsáveis por produzir e disseminar ideologias com aspectos universais, lutando pela dominação também neste campo. O que não retira o teor de luta de classes embutido nessa divisão, pois dentro da classe dominante ela opera de maneira particular.

Neste contexto, a ideologia se consolida enquanto forma de mediar os conflitos de classes, e as próprias contradições que emergem desse sistema, sua divisão, sua desigualdade. Não obstante, ela também vai cumprir a função de perpetuação deste, ao vigorar a predominância de uma ideologia que visa o pleno funcionamento e valorização do capital (Lukács, 1981).

Enquanto a perspectiva marxiana foca no papel repressivo e mistificador da ideologia, Lukács (1981) propõe uma ampliação dessa noção, ao reconhecer a dimensão prática e ontológica da ideologia. Para o autor, a ideologia é um momento essencial da práxis. A ideologia burguesa, apesar de distorcer a realidade, desempenha um papel real na organização da vida social, pois é parte do movimento ideal que orienta a ação prática dos indivíduos dentro da estrutura social capitalista.

Mas a principal contribuição de Lukács (1981) é a noção de ideologia proletária, que visa desvelar o funcionamento deste sistema, através da perspectiva que o trabalhador tudo

produz, uma abordagem fundada no MHD. Para o proletariado assumir um papel ativo na transformação social, é imprescindível que desenvolva uma consciência de classe que consiga transcender as condições de alienação e reificação impostas pelo sistema capitalista. Nesse sentido, a ideologia proletária não se limita a ser uma mera reação à opressão, mas se configura como um instrumento vital para que os trabalhadores recuperem sua humanidade e suas potencialidades criativas.

Apontou-se, na especificidade do capitalismo, em como nessa relação, mediada pela propriedade privada e pela divisão social do trabalho, a estrutura social é movida pela produção de mercadorias para a obtenção de lucro e perpetuação do sistema. Assim, isso vai ditar o ritmo, a forma e o próprio sentido do trabalho, além das produções ideológicas. Porém, fala-se aqui de um modo de produção prenhe de contradições, que encontra seus limites anunciados, pois abocanha de forma inesgotável os recursos naturais e humanos. Isto pois, este processo se pauta pela acumulação e obtenção de mais-valia, não pela humanização.

Dessarte, os limites deste sistema estão postos materialmente. Por isso, o mesmo é permeado por crises e necessidades de reestruturação de seus modelos produtivos e da própria organização desta produção (com a gestão e controle da força de trabalho). Essas reestruturações também impactam na divisão social do trabalho, nos meios de trabalho e, não obstante, na própria forma em que a alienação vai se expressar e atuar - usualmente com uma exponenciação como um todo e evidência de uma ou outra dos tipos mencionados, como veremos no próximo subtópico sobre as reestruturações produtivas ainda que de forma mais superficial, pois não é o objetivo aprofundar nessa discussão.

1.3.4 Reestruturações produtivas: da crise estrutural à permanente

Entende-se que adicionar esta investigação enriquece a discussão acerca da ‘alienação no capitalismo’ de determinações e permite a apreensão deste em seu movimento real. De uma forma que, ainda que não esgote as relações que o constituem, pode aproximá-lo do concreto pensado e permitir uma base para a compreensão de como a alienação afeta os seres humanos da classe que depende de seu trabalho, a partir desses modelos que passam a ditar a forma de produção da vida, de modo a produzir necessidades e erigir ideologias específicas para satisfazê-las, mesmo na superestrutura.

Assim, elucida-se que as perguntas-guia da classe dominante podem ser ilustradas em: “como aumentar a produtividade e, portanto, os lucros? Como perpetuar e aprofundar

este sistema regido pelo capital?”. E a partir deste cenário material e da necessidade de atuar na resolução dessas questões, a história do capitalismo traça seu curso nas reestruturações a serem apresentadas.

As reestruturações produtivas partem do seio da produção, da luta de classes, enquanto respostas à crise estrutural do capital (Mészáros, 2011). Emergem do embate entre a produção de riqueza de forma coletiva e a forma em que esta é apropriada, de maneira privada, nesse embate encontram-se uma série de limites e contradições. Netto e Braz (2011) discutem que, por isso, a crise é parte do movimento do capital. Salienta-se, contudo, que já existiu em outros modos de produção, mas qualitativamente diferentes, como as de subprodução e de carência.

Propõe-se uma sintética apresentação a essas contradições no capitalismo que propiciam o desencadeamento de crises: não existe uma ordenação da totalidade da produção, mas a parcialização chega nos capitalistas de forma a cada um se orientar por interesses individuais de lucro, com comandos “isolados”. Há também a queda na taxa de lucro com a reação de aumento da mais-valia absoluta. Outra contradição é o subconsumo da classe trabalhadora, ou seja, existem poucos recursos para comprar as mercadorias que seguem produzidas a todo vapor (Netto & Braz, 2011).

Assim, no capitalismo a crise é de superprodução, onde o capital produzido não é consumido no mercado. Como consequência, se reduz a produção e aumenta o desemprego. A oferta é maior que a demanda e o valor não se realiza na troca. E aí há a recessão. Tudo isso tem a função de fazer valer a lei do valor: onde o rico cada vez fica mais rico.

O capitalismo carrega em seu cerne a crise como motor produtivo e também capacidade de superação (com centralização e concentração). No entanto, quem ganha com as crises são os próprios capitalistas, enquanto a classe trabalhadora sofre os efeitos devastadores (Netto & Braz, 2011).

Desta maneira, Harvey (1992) aponta para a existência de crises de produção, distribuição, consumo e re-investimento. Já Netto e Braz (2011) elucidam a existência de ciclos nas crises: crise, depressão, retomada, auge, além da possibilidade de crises sistêmicas, que envolvam todas essas esferas.

Essas contradições somadas à própria necessidade de expansão do capital que se sobrepõe a qualquer produção de utilidade, em termos majoritários, como viu-se no processo de mercantilização, denotam uma mobilização dos burgueses para aprimorarem técnicas, ferramentas e divisões do trabalho, de forma a visar a obtenção de lucro. Mas mais do que alterar a dinâmica interna da produção, altera-se todo o modo de vida, de organização social e

das relações, desde a produção. Criam-se novas ideologias para organizar e reger a vida produtiva e reprodutiva, de jeito a orientar os indivíduos dentro da sociabilidade capitalista, de acordo com suas próprias normas e valores.

Assim, retorna-se a Marx (2023) ao mencionar que as alterações nas formas de organização da produção são parte da estrutura do capital, pois, são meios de otimizar a produção e intervir na luta de classes. Nesse sentido, aponta-se para outra contradição fundamental, a humanização x desenvolvimento das forças produtivas.

Ora, não é possível negar que todas essas técnicas são realizadas com conhecimentos produzidos pelos seres humanos na história da humanidade e de maneira a otimizar a produção permitem uma superação do nível de carência e possibilidade maior de desenvolvimento. A questão é que há um limite no que tange à apropriação disto que é produzido, justamente pelo império da propriedade privada não é possível repartir unilateralmente essas produções - como ficará mais evidente na discussão sobre alienação propriamente. Netto e Braz (2011) sintetizam essa contradição no seguinte ponto: há uma produção socializada (e exploratória) e um consumo privado.

Para além disso, Mészáros (2011) aponta para o limite que o capitalismo atingiu no desenvolvimento progressista, de forma a ser hoje apenas um vetor destrutivo de qualquer processo de desenvolvimento humano, pois atua de forma predatória em todas suas relações, e é eminentemente destrutivo. Netto e Braz (2011) reiteram que o que antes favorecia o desenvolvimento das forças produtivas passa a travá-las.

Marx (2023), em sua análise sobre o capitalismo, vislumbrou na Revolução Industrial - que teve início na segunda metade do século XVIII, com o surgimento das primeiras fábricas e o uso de máquinas a vapor e se estendeu ao longo do século XIX - um elemento crucial para a acumulação capitalista. A exploração da força de trabalho nas fábricas, a concentração de capital nas mãos da burguesia e a expropriação dos trabalhadores eram características desse período.

Nesse ínterim, o capital concorrencial caminha para o monopolista, pois apenas os capitalistas com maiores recursos resistem à crise, por ter maior capacidade produtiva (acúmulo de técnicas). As empresas e capitalistas maiores incorporam os menores e seguem o curso de forma mais complexa e também instável (Netto & Braz, 2011).

No início do século XX, os paradigmas do taylorismo e do fordismo representaram estágios avançados no processo de organização do trabalho industrial. Frederick Taylor, por meio de sua administração científica, almejava maximizar a eficiência na produção, de maneira a fragmentar tarefas e impor rigoroso controle sobre os trabalhadores. Seu objetivo

era adaptar a forma de trabalho às necessidades do capital, e assim, separar a gerência da execução e buscar otimizar o tempo de trabalho para promover uma maior taxa de mais-valia absoluta (Ribeiro, 2015).

Ao sistematizar e monopolizar as técnicas, Taylor retirou a concentração do conhecimento da produção das mãos dos trabalhadores, o que levou a uma alienação e despossessão destes em relação ao controle sobre o seu próprio labor. A ideologia taylorista incorporou a perspectiva de que a prosperidade do trabalhador estava intrinsecamente ligada à prosperidade da empresa, para visar reduzir resistências e conflitos de classe através da cooperação aparente (Ribeiro, 2015).

Por sua vez, Henry Ford, inovador no fordismo, incorporou e aprimorou a racionalização proposta por Taylor, pois automatizou e mecanizou o processo produtivo. A introdução da linha de montagem permitiu reduzir o tempo de produção, o que levou ao aumento dos lucros de maneira significativa. Ford não apenas visava dominar o processo produtivo, mas também buscava a adesão dos trabalhadores a essa dominação (Ribeiro, 2015).

Ford enxergava a necessidade de disciplinarização da força de trabalho para o processo produtivo e para o consumo, ao se valer do lema de produção e consumo em massa. Com isso, contou com a intervenção estatal, regulamentação do keynesianismo e implementação do Estado de bem-estar social, além de pegar carona na expansão do pós-guerra (Harvey, 1992).

A lógica desse modelo taylorista-fordista seguia essa dinâmica de produção e consumo em massa, possibilitada pelo aumento da produtividade. Mas tal modelo possui limitações quanto à capacidade de consumo da população ao longo do tempo (Antunes, 2015).

Na década de 1970 a superprodução se acentuou, juntamente com a crise do petróleo, que além de combustível, era matéria-prima para a produção nas indústrias. Isso elevou o preço das mercadorias e fez eclodir a crise que colocava em xeque o modelo fordista-taylorista de produção (Antunes, 2015). Mészáros (2011) aponta que esta crise, apesar de se valer das contradições basais do capitalismo, uma vez que se tratava de uma manifestação da crise estrutural, traz um caráter diferente, que irá marcar o funcionamento do capitalismo daí para frente. A isto, o autor estabeleceu o conceito de crise permanente. Antes, as crises que levaram às reestruturações previamente expostas, se apresentavam em caráter cíclico, em períodos de acumulação e recessão, que se davam de maneira a terem momentos específicos mais ou menos homogêneos para cada fase (Mészáros, 2011).

Todavia, a partir da crise de 1970, Mészáros (2011) propõe que ela agora está em um caráter contínuo, permanente, estourada de maneira constante, pois há a presença de recessão e superproduções em momentos concomitantes. A extrema pobreza e o desemprego convivem lado a lado com as inovações tecnológicas e a expansão do capital.

Tudo isso só é possível devido ao aumento das contradições do capital geradas principalmente a partir da maior autonomização do capital financeiro juntamente ao investimento em tecnologias e trabalho morto/pretérito, que eleva a produtividade - e aqui pode-se entender como o próprio fetiche - e aumenta o desemprego. Posto esta digressão para compreender o caráter desta crise, propõe-se passar a seus desdobramentos.

Uma reorganização fazia-se como necessidade fruto de um projeto de retomada de acumulação e dominação - extensão do capital (Antunes, s/a). Nesse ínterim, passava-se a investir mais no capital financeiro, que possibilita maior lucratividade, como, por exemplo, os títulos e ações. O ganho se dava a partir da especulação. Em termos gerais, aponta-se que a lógica financeira se torna progressivamente predominante. Isso migrava o investimento dos bancos, que antes estavam nas indústrias, para o mercado financeiro, o que torna o trabalho mais abstrato e conflita com a base produtiva que gera esse valor (Harvey, 1992). Para garantir a acumulação de riquezas e exploração, o capitalismo precisou se reestruturar.

Assim, no cenário da segunda metade do século XX, o toyotismo surge como uma resposta à crise estrutural (e permanente) do capitalismo. Originado no Japão, esse sistema de produção, conhecido pela forma de acumulação flexível, destaca-se pela flexibilidade, participação dos trabalhadores e produção "just in time" (Antunes, 2015). Ao horizontalizar e descentralizar a produção, com as terceirizações, desarticular e incorporar os sindicatos de uma forma não-combativa e intensificar a exploração, o toyotismo representa uma tentativa de superar as contradições e a crise predominante na época (Antunes, 2015). Objetivava-se uma maior produtividade e maior giro de consumo, sem produção de estoque, e possibilitar atender a demandas mais específicas. Na prática, a descartabilidade de trabalhadores e de bens caminhavam em conjunto, além do Estado atuar de maneira a possibilitar maior força e autonomia para o capital financeiro (Harvey, 1992).

Antunes (s/a) disserta que há uma diminuição da durabilidade dos produtos para aumentar a velocidade do circuito produtivo. Com isso, o capitalismo coloca em prática sua tendência expansionista e destrutiva, e assim, estabelece uma taxa decrescente do valor de uso das mercadorias e um aumento do processo de abstração do trabalho e do fetichismo.

Nesse ínterim, os trabalhadores são incentivados a participar ativamente dos processos de melhoria contínua, como no sistema Kanban, dando a ilusão de maior controle

sobre o trabalho. No entanto, a gestão mantém um alto grau de poder e define metas de produção, dessa maneira, revela uma estrutura de poder nas mãos da administração, que está voltada a favor da classe dominante (Antunes, 2000).

A flexibilidade, embora aparente, muitas vezes resulta em uma intensificação oculta do trabalho, o que pressiona os trabalhadores a assumirem múltiplas funções e a trabalharem em ritmo acelerado. Além da crescente demanda de qualificação, que caminha junto ao processo de precarização, e que acaba por acentuar e complexificar a divisão social, como um avanço neoliberal (Antunes, 2015).

O programa neoliberal emerge também nesse cenário. Surge no contexto pós Segunda Guerra Mundial, com suporte teórico de Hayek⁹. Trata-se de uma resposta ao modelo vigente até então, em que o Estado assume o papel de garantir o bem-estar social, com uma atuação intervencionista, em consonância com as diretrizes fordista/taylorista. Contudo, só começou a ganhar espaço após a crise do modelo econômico do pós-guerra em 1973 (Anderson, 1995).

Desta feita, o neoliberalismo nasce como uma nova face do capitalismo, uma “resolução” da crise de acumulação vigente - com crescente inflação e desemprego, em prol do fortalecimento do poder da classe dominante, da burguesia. Assim, há que se considerar que essa nova fase consiste numa complexidade de estruturas, que abarca uma teoria político-econômica e uma prática social (Harvey, 2014).

Então, entende-se que falar do neoliberalismo é dizer que é uma ideologia dominante de legitimação do capitalismo, que cria raízes no senso comum; estratégias de reestruturação política, social e econômica do capitalismo, que cumpre seu fim de beneficiar a classe dominante, mas que não necessariamente resolveu as problemáticas do crescimento econômico (Harvey, 2014). Até porque a crise se trata de um processo estrutural e permanente (Mészáros, 2011).

Este modelo é caracterizado pela desregulamentação, privatização e redução de gastos públicos, o neoliberalismo beneficia a classe capitalista, e atua com a arruinação dos direitos trabalhistas (Antunes, 2000). Desta forma, observa-se uma mudança no direcionamento, na função do Estado, que se torna mais austero às classes trabalhadoras, com intervenção a favor da burguesia, de forma a ordenar a classe dominada (Harvey, 2014).

De maneira a considerar a agenda neoliberal, o Estado adota medidas de austeridade no controle financeiro e das organizações de trabalhadores (sindicais), enxuga gastos sociais

⁹ Friedrich Hayek foi o principal teórico do neoliberalismo no pós-guerra. O texto que encabeçou o programa neoliberal é “O Caminho da Servidão”, redigido em 1944 (Anderson, 1994).

e medidas protetivas, de modo a assegurar uma taxa constante de desemprego (Anderson, 1995).

A perspectiva é desarticular os trabalhadores e fortalecer uma lógica individualista, para tanto,

Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. O ataque ideológico nessas linhas [...] era implacável” (Harvey, 2014, p. 32).

Ainda, como resultado da agenda neoliberal, nota-se o enfraquecimento da identificação dos trabalhadores como tal, a falácia do "fim do trabalho" (Antunes, 2018). Uma defasagem geral dos vínculos coletivos, dos espaços comuns, da solidariedade. Além disso, as demais instituições, educacionais, empresariais, se reestruturam como braço deste processo, que conta também com o fortalecimento da norma jurídica para controle de classe (Harvey, 2014).

Segundo Harvey (2014), com o neoliberalismo se adensa o processo de financeirização, o foco sai das empresas para o capital financeiro e há um processo de mercantilização geral (do Estado, instituições, relações...). Como exemplo disso, no liberalismo, vigente até então, a empresa ou o capital arcava com os erros de investimentos (o emprestado), já no neoliberalismo aquele que pegou o empréstimo é quem arca com todos os riscos.

No neoliberalismo há uma proteção aos interesses do capital e uma hiper responsabilização do indivíduo sem a proteção do Estado e demais instituições; o indivíduo deve ser capaz de prover aquilo que antes era responsabilidade do Estado, em um contexto de deterioração de leis trabalhistas, medidas protetivas, aumento da competitividade e intensificação da concentração de renda e exploração do trabalho (Harvey, 2014).

Esta fase do capitalismo aprofunda a crise permanente, e leva a facilitar a concentração de renda com a exploração desregrada do capital (de recursos humanos, naturais, tecnológicos). Isso propicia uma expansão destrutiva do capital, que passa a criar de forma acelerada novas necessidades para o consumo, que são pautadas por uma lógica de lucro e não desenvolvimento humano (Harvey, 2014).

Então, ganha-se um grande poderio produtivo aliado à finalidades destrutivas, acentua-se a contradição desenvolvimento das forças produtivas x humanização.

Há, portanto, um vínculo constitutivo entre dinamismo tecnológico, instabilidade, dissolução de solidariedades sociais, degradação ambiental, desindustrialização, aceleradas mudanças das relações tempo-espaço, bolhas especulativas e a tendência geral de formação de crises no capitalismo (Harvey, 2014, p. 79).

É importante salientar que os modelos tayloristas-fordistas bem como os pós-fordistas não foram extintos totalmente, mas coexistem de maneira incorporados ao toyotismo e submetidos à lógica neoliberal, a depender da necessidade contextual e nível de desenvolvimento (Antunes, 2000). Ou seja, o capitalismo se complexifica, de maneira a integrar de forma contraditória essas reestruturações, sob a perspectiva neoliberal em uma fase imperialista.

O toyotismo, regido pelo neoliberalismo, ainda é o modelo que vigora com maior força. Porém, na transição para o século XXI, emerge a "uberização" ou "economia de plataforma", que aprofunda as características do toyotismo. Empresas como a Uber provocam a extrema flexibilização das relações de trabalho, classificam os trabalhadores como autônomos para evitar responsabilidades trabalhistas, o que resulta no que se depara enquanto a exploração e precarização contemporâneas (Antunes, 2018/2020).

Por conseguinte, o cenário histórico atual aponta para o fenômeno do trabalho precarizado. Caracterizado por polivalência, intermitência, flexibilização de direitos e terceirização, esse fenômeno desvincula mais ainda o trabalhador do sentido criativo do trabalho, intensifica a divisão social do trabalho e aumenta a competitividade e o desemprego (Antunes, 2018/2020). Esse fenômeno caminha juntamente com a globalização, em um sentido imperialista (Netto & Braz, 2012).

Com esse processo, os países mais ricos/centrais têm um poder de concorrência maior, o que resta para os periféricos um enrijecimento intensificado nesses aspectos, que ganham mais força a cada ano e retiram cada vez mais seu potencial competidor, o que leva uma superexploração de seu trabalho. América Latina, Ásia e África acabam por sofrer mais esses efeitos. Objetiva-se com esse processo a diminuição e precarização do trabalho vivo no processo de valorização do capital pelo trabalho, ao aumentar o lucro da produção e também a concentração de renda (Antunes, 2018).

Vale ressaltar que o capitalismo tende a substituir o trabalho humano por máquinas, ainda que essa seja impossível de ser feita de forma completa. Mas isto afasta o processo de valorização da sua origem, o trabalho, como previamente discutido, e o torna mais abstrato. Essa substituição é realizada com o propósito de aumentar a extração de mais-valia (Marx, 2023).

Dessarte, essa tentativa de substituição do trabalho humano por máquinas, visa aumentar a produtividade, garantir uma maior apropriação de mais-valor, o que, na dinâmica da concorrência, resulta em lucros extraordinários para o capitalista. Além disso, ao reduzir os custos de produção—uma vez que o valor das máquinas e matérias-primas é incorporado no preço final das mercadorias—o capitalista consegue otimizar seus ganhos. Essa substituição, no entanto, tem efeitos mais amplos, como o aumento do exército industrial de reserva, que, ao pressionar os salários para baixo, contribui para a disciplina da classe trabalhadora. Em última análise, essa dinâmica intensifica a extração de mais-valia relativa, ao reduzir o valor dos bens necessários à reprodução da força de trabalho e, conseqüentemente, ao rebaixar o valor da força de trabalho em si (Marx, 2023).

Esse processo de mecanização aumenta o potencial destrutivo do capital, pela finalidade a ele atribuída (Mészáros, 2011), e intensifica a crise sistêmica, estrutural e permanente em vigor desde então, com suas particularidades nos países imperialistas e do sul global.

À medida que a indústria avança na divisão do trabalho e substitui o trabalho vivo pelo trabalho objetivado (morto), os trabalhadores se afastam da concepção e apropriação dos frutos do seu labor. Ademais, a tecnologia também expande o alcance do capitalismo para além das paredes fabris, o que configura o espaço urbano global como uma extensa fábrica (Faustino & Lippold, 2023).

O cerne da questão é que, mesmo com a globalização das "big techs", o trabalho não é substituído em sua essência como produtor de valor, pois tal substituição seria insustentável. No entanto, os trabalhadores são conduzidos a posições mais precárias e altamente exploratórias. Isso se manifesta através da desregulamentação laboral, exigências de maior qualificação, competitividade e ampliação da extração de mais-valia, tanto em termos relativos quanto absolutos (Antunes, 2018).

Contudo, com a influência da tecnologia e das máquinas cibernéticas, ocorre um distanciamento ainda maior do processo de produção, isso intensifica a divisão social do trabalho e dá origem a uma nova classe, a dos serviços, que atuam na valorização do valor, mas em uma posição de intensa exploração (Antunes, 2018).

A questão central é que, ainda que a sociedade capitalista tenha se complexificado, expandido suas forças produtivas e refinado os mecanismos de valorização do valor, o que a estrutura ainda é o mesmo: exploração do trabalho do ser humano pelo ser humano e retirada de mais-valia. Assim, a lei do valor vigora, a falácia do fim do trabalho e da substituição do trabalhador por máquinas cai por terra. E o que vê-se em termos de desenvolvimento é

sempre com a agudização das contradições, quanto maior a riqueza, maior também a miséria, com níveis intermediários de exploração.

Posta essa breve contextualização da estrutura capitalista, volta-se o enfoque para a categoria central da presente pesquisa, de modo a buscar entender o que é e como a alienação se relaciona a esta complexa estrutura.

1.4 A alienação no capitalismo

A alienação é a conversão das potencialidades humanas em poder contra os seres humanos, trata-se da transferência de poder de autodeterminação do gênero. Ela emerge como uma expressão temporal, e ganha forma e substância no cenário histórico do capitalismo, devido a seu caráter específico de produção, e expressa uma relação de objetivação regida pelo estranhamento, um tipo de exteriorização. Através dessa compreensão, desvenda-se não apenas como a alienação se concretiza nesse sistema, mas também seu papel crucial, embora crítico e negativo, no processo de (de)formação humana.

Neste tópico, será investigada a alienação no capitalismo e brevemente exposta a forma como ela opera em suas diferentes expressões. Além das relações que possui com categorias fundantes previamente abordadas, como trabalho, divisão social do trabalho, propriedade privada, mercadoria, ideologia e as reestruturações produtivas.

Entende-se que a alienação parte do princípio de uma separação do homem de seu produto, através do trabalho enquanto atividade teleológica. Foi possível constatar que em outros momentos históricos ela já existia como uma questão, devido a transferência de poder que pressupõe. Porém, é no capitalismo que esta ganha uma forma generalizada, devido ao próprio caráter mercantil da produção, que se alastra de modo a tecer a qualificação do caráter do trabalho no capitalismo, e assim se desponta o trabalho abstrato que subjuga o concreto.

Assim, trata-se de um momento em que o ser humano externaliza-se no real. Todavia, devido a todo o exposto acerca das particularidades de produção e autoprodução no sistema capitalista, a alienação possui um caráter estranhado, ou seja, o ser humano não se reconhece naquilo que foi exteriorizado, é um objeto estranho a si, que aparece não sob seu domínio, mas como algo que lhe domina. Para entender melhor este processo busca-se partir das bases da alienação, em sua relação com o trabalho.

Como foi exposto supra, Marx (2010) desenvolveu a sua teoria da alienação no contexto da crítica da economia política, o autor objetivou entender as contradições e

limitações do modo de produção capitalista. Marx e Engels (2007) partem da ideia de que o trabalho é uma atividade fundamental para a existência humana e que, por meio do trabalho, o ser humano transforma a natureza e cria as condições materiais para sua própria subsistência, e, assim, cria a si mesmo neste processo.

No entanto, na sociedade capitalista, o trabalho se tornou uma atividade alienada, ou seja, os trabalhadores não têm controle sobre os meios ou o processo de produção e não se reconhecem no produto final do seu trabalho (Marx, 2010). Considera-se aqui uma relação de contradição dialética entre alienação e trabalho em seu sentido ontológico.

Assim, sob o sistema capitalista, ocorreu uma transformação do trabalho que o redirecionou de maneira significativa. Apesar deste manter sua essência criativa, neste contexto, ele não se destina apenas à produção de bens para satisfazer necessidades e fomentar o desenvolvimento humano. Em vez disso, o foco recai na troca e objetiva a geração de lucro para uma classe específica, a burguesia (Marx, 2023).

A alienação, em sua manifestação específica no capitalismo, revela-se como um fenômeno relacionado ao trabalho e, assim, à própria humanidade, ou melhor, desumanização. Compreende-se desumanização aqui em um sentido que o ser humano tende a se reconhecer mais naquilo que é animal do que o que é especificamente humano (Marx, 2023). Ainda que, mesmo essas atividades, em algum nível, sejam marcadas pelo humano.

Nesse sentido, “O homem alienado é um homem desprovido de si mesmo. Se a história distancia o homem do animal, a alienação re-animaliza o homem” (Codo, 1985, p. 8). Pela lógica da alienação o ser humano é captado a partir de sua negação.

Como exposto no tópico anterior, a acumulação de riqueza resulta da exploração da classe trabalhadora, que é submetida a reproduzir o capital e manter a ordem, isso transforma o trabalho em uma atividade alienada e alienante (Marx, 2023). Assim, se é pelo trabalho que ocorre o desenvolvimento do ser humano como enquanto ser social, ao ser expropriado os meios e produtos deste processo, acaba-se por impedir o reconhecimento naquilo que é produzido, passa a ser estranho aos seres humanos e afasta-se da própria qualidade enquanto tais. (Codo, 1985). Ou seja, tudo aquilo que se produz enquanto pores primários e secundários, passa a ser direcionado por uma necessidade do capital.

Dessa maneira, a alienação tem como fundamentos dois aspectos cruciais. Primeiramente, o trabalhador opera sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. Em segundo lugar, o produto do trabalho pertence ao capitalista, não ao produtor direto, ou seja, o trabalhador (Marx, 2023).

Por consequência, tanto o processo quanto o produto do trabalho não pertencem ao trabalhador, e a sua exteriorização torna-se alheia, não há mais utilidade ao seu propósito criativo ontológico, mas volta-se à valorização do capital, e a objetivação é barrada enquanto processo singular. É a conversão da força de trabalho em mercadoria - esta que expande seu domínio no próprio desenvolvimento humano.

Dentro dessa organização produtiva voltada para o lucro, a alienação resultante leva a uma condição na qual quanto mais o trabalhador produz, mais se empobrece. Ao empregar sua força de trabalho na produção de mercadorias, o trabalhador se desvaloriza ainda mais (Marx, 2010). Nesse sentido, o trabalho atribui valor às mercadorias, enquanto desvaloriza o ser humano. O espaço que deveria ser um meio de realização humana se transforma em um local de sofrimento e penúria.

As potências - sangue, suor e lágrimas - investidas no processo de externalização durante o trabalho não se convertem em possibilidades de atender e gerar novas necessidades. Pois, não foram concebidas autonomamente no processo de divisão social do trabalho, que separa o trabalho criativo do produtivo, como parte da construção de um objeto que seja voltado à utilidade humana (Marx, 2010).

Nesse contexto, a classe trabalhadora, responsável pela produção de tudo, acaba por se desconectar de sua própria produção, que lhe parece algo estranho e distante. Essa alienação não é apenas um aspecto momentâneo do processo de objetivação-subjetivação do trabalho, mas algo que faz com que o próprio trabalhador não se reconheça nesse processo (Marx, 2010).

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação (Marx, 2010, p. 83).

Em síntese, Marx (2010) identifica quatro formas essenciais de alienação enraizadas no sistema capitalista, as quais funcionam de forma dialética, a partir da alienação do produto do trabalho. Ressalta-se que essas formas são estruturantes e constituintes do ser social nesta realidade do capitalismo, assim conhecê-las não nos exime delas.

Em primeiro lugar, Marx (2010) destaca *a alienação dos produtos do trabalho*. Ranieri (2000) compreende que este tipo surtiria em um estranhamento em relação ao mundo exterior. Isto ocorre pois, de acordo com Marx (2010), há uma separação entre o trabalhador e o resultado de seu esforço, visto que a propriedade dos produtos é transferida ao capitalista, este não detém aquilo que produz, mas é expropriado pelo detentor dos meios de produção.

O produto é a cristalização das potencialidades humanas, aquilo que configura enquanto trabalho pretérito, passível de apropriação, ou seja, o meio que medeia a relação entre os homens, que faz com que este utilize das produções histórico-genéricas e se imprima nela para que os outros possam se apropriar - o movimento objetivação-subjetivação.

Assim, Mészáros (2006) nomeia este processo como Alienação da natureza, pois, aliena-se do resultado do seu processo de objetivação/exteriorização na natureza, a natureza transformada, as produções sociais. Neste caso há um afastamento dos meios de satisfação e produção de novas necessidades.

Desta maneira, não se reconhecer no produto é também não se reconhecer enquanto parte do gênero e da construção da história humana, da natureza também como essência do ser social. E não entendê-la enquanto construída por si e pela relação com os demais seres humanos (Codo, 1985).

Há aqui uma cisão indivíduo-gênero: o trabalho enriquece a totalidade social (compreendida no capitalismo enquanto uma parcialidade representada pela burguesia) e empobrece o indivíduo, que não se apropria do que produz (Martins, 2008). Veja, leitor, o que Marx (2010) discorre sobre

O trabalhador coloca sua vida no objeto; no entanto, agora ela não pertence mais a ele mesmo, mas sim ao objeto... transformando-se em um poder autônomo diante dele, uma potência que, embora tenha concedido vida ao objeto, agora se apresenta a ele como hostil e estranha (Marx, 2010, p. 81).

Esta alienação se vincula intimamente à propriedade privada. Marx (2010) aponta que a propriedade privada se pauta pela lógica privatizada do produto. Ou seja, parte-se do pressuposto de poder apropriar-se individualmente e tomar como posse produções coletivas, de modo a subordina-las para fins pautados por necessidade também individual de obtenção de lucro. É só porque os meios se colocam como privados, pertencentes à burguesia, que aquilo que com eles é produzido através do uso da força de trabalho da classe trabalhadora, pode também ser apossado, e não coletivizado.

Marx (2010) estabelece a propriedade privada como consequência do trabalho alienado, pois há uma relação ativa onde o ser humano constrói suas relações de produção e

que, portanto, podem transformá-la. Mas com a consolidação da sociedade capitalista, esta passa a ser também causa, em um movimento dialético de determinação.

Enfim, a alienação dos produtos do trabalho é a primeira forma de alienação, dela resulta as demais, porque extrai dos indivíduos o caráter antropológico da sua atividade. A própria atividade produtiva resulta de atividades produtivas anteriores (trabalho pretérito).

Nessa esteira, Marx (2010) também destaca *a alienação em relação ao ato produtivo*, que surge como a fragmentação do trabalhador em sua atividade produtiva, onde o processo de trabalho se desconecta de sua criatividade e se torna uma mera exigência para a sobrevivência (Marx, 2010).

Estar alienado em relação ao produto pressupõe alienar-se do processo que o gerou. Nesse tipo, o trabalhador não se reconhece nos meios produtivos (ferramentas e técnicas), que compõem o processo de seu trabalho. Estes deveriam aparecer como trabalho pretérito que estaria a seu dispor enquanto ferramenta, mas com a alienação aparecem como algo externo a si e colocado enquanto dominante, no sentido de existirem ferramentas e técnicas que visam a obtenção do lucro e a produtividade e não o desenvolvimento humano no trabalho. E, para isso, essas mesmas ferramentas podem ser usadas contra si, para lhe explorar mais, sem que este tenha voz no processo produtivo, sem que este adapte os instrumentos às suas necessidades.

Ou seja, os meios utilizados para transformar a natureza, orgânica ou social, os meios de produção (ferramentas, instrumentos, signos) o que inclui a própria técnica - o como produzir- pertence ao burguês e é alheio ao trabalhador, este apenas utiliza de forma mecânica para produzir algo que nem bem sabe o que é ou como é feito em sua totalidade. Assim, este depende das normas do burguês para produzir. Este tipo de alienação denota o caráter histórico da alienação, que só é de maneira estranhada por ser no capitalismo.

Nesse sentido, a alienação em relação do ato produtivo, se imbrica à divisão social do trabalho. Pois ela que vai estabelecer qual função específica ocupará qual trabalhador, ela que direciona a forma em que se estabelecerá a relação deste com a natureza, e de maneira a dividir trabalho intelectual e manual e subjugar o intelectual ao manual e ambos aos interesses do capital.

Aponta-se que a divisão social do trabalho como se edifica no capitalismo, catalisada pela luta de classes, intensifica o processo de alienação e fragmenta a humanidade. Esta estabelece uma evidente separação entre aqueles que realizam trabalho manual e o intelectual, de coordenação. Os primeiros atuam de modo a transformar diretamente a

natureza com meios que lhes são impostos - pertencentes à classe dominante - e os demais regulam o direcionamento do trabalho (Macário, 2018).

Aqui, a própria finalidade do trabalho se perde, assim como a integralidade do indivíduo. Isso resulta em uma organização do trabalho que não é mais uma força unificada, integrada no coletivo e voltada a uma totalidade consciente, mas sim uma potência externa e autônoma que escapa ao controle humano, e que, inclusive, molda sua vontade e ação no mundo (Marx & Engels, 2007).

Portanto, essa divisão social do trabalho, como aparece no capitalismo, oculta o conjunto de relações sociais que os indivíduos estabelecem como parte da coletividade para reproduzir a humanidade. Quanto mais profunda e abrangente essa divisão do trabalho, mais restrita fica a atuação do trabalhador a uma única tarefa cindida da totalidade, isso amplia e intensifica a fragmentação social, em contradição à necessária colaboração social do processo produtivo e a necessidade de práxis no trabalho como princípio ontológico (Macário, 2018).

Neste cenário, os sujeitos desenvolvem suas potencialidades, intelectuais e físicas, pautadas pela necessidade imposta em sua atividade, determinada pela sua posição na divisão social do trabalho. Assim, os produtos que serão acessados, dependem desse direcionamento, que é feito de forma a mutilar o trabalhador a funções atomizadas.

A própria divisão social do trabalho da qual resulta o processo de alienação e é a partir deste intensificada, demonstra uma predominância de aspectos inconscientes, do não domínio. Para que seja possível significar e agir perante a realidade é necessário ter acesso aos recursos produzidos na história da humanidade. E o acesso a estes é determinado pela posição nessa divisão e, por isso, orientados de acordo com os desígnios do lucro.

Essa contradição entre fragmentação e necessidade de totalidade se expressa na medida em que nota-se que esta divisão do trabalho atua como obstáculo à realização ao desenvolvimento unilateral do gênero, uma vez que permite que a atividade espiritual e material, o trabalho e o consumo, sejam atribuídos a indivíduos distintos. Portanto, a propriedade privada está ligada a um processo específico de divisão de classes, e propicia a divisão entre a ideia-produção-consumo/apropriação (Macário, 2018).

Classes distintas representam distintos interesses e isso se expressa nessa divisão. O indivíduo não se reconhece enquanto ser genérico e coletivo, e passa a se orientar de modo individualista, de modo que “o indivíduo - que depende da coletividade - só consegue defender o seu interesse particular de indivíduo prejudicando os interesses de outros indivíduos que integram essa mesma coletividade” (Konder, 2009, p. 67).

Dado a divisão social do trabalho, o não trabalhador lida com as condições de forma teórica enquanto o trabalhador as experimenta na prática. O trabalhador produz e sofre com a alienação, de maneira direta, enquanto o não trabalhador a entende como um dado posto, a forma pela qual as relações se estabelecem na realidade (Marx, 2023).

Outra forma de alienação é a *alienação em relação a si*. Esta ocorre a partir do momento que o trabalhador é privado de sua essência humana e o ato de trabalho é reduzido a um meio de subsistência, o que resulta na perda de identidade genérica. O trabalho perde seu caráter antropológico e é transformado em penúria, em algo voltado para dominar e explorar e não potencializar as capacidades humanas. Aliena-se o ser humano do trabalho enquanto atividade vital consciente, em seu sentido ontológico.

Desta maneira, o ser humano é afastado de si mesmo, pois aquilo que o caracteriza foi tomado pelo capital e deturpado, transformou-se potência em impotência. O ser humano se vê passivo diante da realidade, e inverte o processo dialético, como se esta o criasse como tal e dominasse, não o contrário. Aquilo que se subjetiva, no processo de exteriorização-subjetivação, não é incorporado como aspecto da humanidade, justamente por não servir de início a este fim.

Finalmente, a *alienação em relação aos outros* manifesta o antagonismo das relações sociais sob o capitalismo, que leva a uma competição intensa e relações hostis, em detrimento da colaboração solidária. Se perde a noção de coletividade necessária a (re)produção da vida, a interconexão humana, a identidade entre os seres humanos (Marx, 2010).

Disso tudo resulta a *alienação em relação ao gênero*: trata-se do ser humano estar distante, afastado e estranho às produções humanamente construídas - aqueles produtos que satisfazem as necessidades humanas. Afasta o ser humano de se apropriar destes e, portanto, desenvolver sua humanidade. Ou seja, aquele mundo que ele enriqueceu a partir de sua transformação na natureza e produção de produtos e condições sociais, o empobrece, pois é dele estranhado.

A alienação em relação ao gênero é o que impossibilita o ser humano tornar-se consciente, naquilo que se refere à consciência da possibilidade de tomar a realidade como objeto de seu trabalho para satisfação de necessidades, de modo a se orientar por uma finalidade. Pois só através de uma atividade vital coletiva, o ser humano é capaz de ter a si enquanto objeto, de atuar diante da realidade e de si mesmo para transformação. Isso parte do entendimento do ser humano enquanto ser social e coletivo, e alienar-se do produto, do processo produtivo e de si, também é alienar-se da própria humanidade enquanto aspecto construído social e historicamente de maneira dialética e materialista (Marx, 2010).

Os meios, o processo e o produto foram retirados do trabalhador, e aquilo que possui e parte de si parece dominá-lo e controlar sua própria produção (Marx, 2010). O trabalhador se encontra alienado tanto do objeto de trabalho quanto dos meios de subsistência. Assim, ele é alienado de sua própria natureza, que o constitui e é o meio de sua realização, como mencionado anteriormente.

Ao não ter a liberdade de usar essa natureza para produção e por não possuir mais os meios orgânicos, inorgânicos e ferramentas necessárias, estas que se tornaram propriedade alheia (a classe burguesa), o trabalhador também é privado da capacidade de criar - que depende de sua subsistência e dos meios para tal. "O ápice desta servidão é que só como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico, e apenas como sujeito físico ele é trabalhador" (Marx, 2010, p. 82).

Assim, ele se aliena, se separa, de sua natureza ontológica e da natureza enquanto relação com o objeto e os meios (ferramentas com trabalho incorporado ou não) através das quais se faz humano. E o próprio conceito burguês de liberdade cai por terra, pois

O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum sentido para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer humanos os sentidos do homem quanto para criar sentido humano correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural (Marx, 2010, p. 110).

Portanto, nota-se que, por meio desse processo de alienação, não é concedida ao ser humano a oportunidade de desenvolver-se como indivíduo. Os sentidos humanos são construídos socialmente, mas para alcançar isso, é necessário que o processo de objetivação-subjetivação-objetivação seja realizado.

Isso se aplica ao indivíduo de uma classe específica, a classe trabalhadora, representada aqui de forma a abranger, ainda que sem detalhes específicos, as novas classes emergentes no processo de intensificação da divisão social do trabalho, além daqueles que se inserem nessa dependência do trabalho, de forma direta ou indireta, com exceção à classe burguesa - ainda que também seja impactada por essa alienação (Marx, 2010).

A classe dominante não passa imune a isso, mesmo que mais protegida dos impactos pelo acesso privilegiado às produções genéricas, ela sofre as consequências de seu poderio destrutivo. No momento em que a humanidade não é considerada em sua interdependência coletiva, não existe humanidade, as pessoas morrem (como na sangrenta guerra imperialista à

Palestina), o planeta cede (como no aquecimento global e nas gritantes consequências de onda de calor e catástrofes ambientais - longe de serem “naturais”).

A alienação, nesse contexto, emerge da intensificação da separação material entre interesses individuais e comuns, e gera uma relação de subjugação do ser humano em relação à sua própria ação e ao poder que ela adquire. Pois o valor produzido na divisão social é transferido à burguesia e é usado contra o próprio trabalhador (Marx, 2010).

Dessa maneira, Marx (2010) destaca que a alienação resulta do trabalho dividido em classes que criou a propriedade privada e esta, por sua vez, alimenta a alienação. Hoje, a divisão social do trabalho e propriedade privada não mais se separam, são os pilares do estranhamento, da forma em que se expressa a alienação nesta sociedade de modo a: impedir o acesso aos meios e aos produtos; parcializar a forma como esse acesso ocorre de acordo com os interesses capitalistas; e realizar uma cisão singular/universal, onde a esfera pública e a privada parecem se chocar, e perde-se a totalidade do processo de produção da vida.

Bom, até aqui entende-se a alienação como essa relação entre sujeito (produtor) e objeto (produto), onde há um processo de estranhamento entre produtor e seu produto, e demais alienações supramencionadas, com a subjugação e dominação das próprias potencialidades humanas (força de trabalho da classe trabalhadora) por outros seres humanos (burguesia).

Porém, quando se fala do produto que expressa essa relação de alienação e estranhamento não refere-se a qualquer qualidade de produto, e sim à mercadoria. Por isso, é importante aproximar-se da alienação em estágio mais complexo, calcado na generalização da produção mercadoria no capitalismo, que produz um tipo específico de alienação, o fetichismo.

1.4.1 Alienação, fetiche e ideologia

O fetichismo trata-se de um cortinar das relações de produção, de tudo aquilo que viu-se como parte fundante do trabalho enquanto atividade vital consciente como fenômeno intrínseco à reprodução de mercadorias e ao próprio sujeito como mercadoria, traz a separação entre as pessoas, mediadas pela fantasmagoria da mercadoria, com a humanização do produto do trabalho em contraste à desumanização do próprio trabalhador (Marx, 2023).

Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, **as**

relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (Marx, 2023, p. 207, **grifo nosso**).

Esse processo culmina na alienação, em um não reconhecimento naquilo que produz, ou no processo, que lhe é imposto, e transforma o trabalho em fonte de sofrimento (Marx, 2010).

Codo (1985) afirma que como parte da expressão dessa alienação há um distanciamento entre o produtor e o consumo, não se consome aquilo que produz, e não se produz aquilo que se consome, dentre as restritas possibilidades de consumir à dependência do acesso monetário. E nessa cisão entre consumo-produção, perde-se de vista que o próprio consumo só é possível com uma produção prévia, realizada a partir da relação entre pessoas.

Assim, a alienação na perspectiva marxista também se manifesta no acesso limitado aos produtos do trabalho, mediado pelas relações de troca e condicionado pelo poder aquisitivo dos salários na esfera do consumo. Ou seja, aquilo que é produzido só é acessado no mercado a depender do dinheiro possuído, não há um acesso direto ou de acordo com as necessidades do trabalhador. E sim um acesso limitado a depender das necessidades de reprodução de sua força de trabalho, enquanto mercadoria; e um acesso possibilitado só a partir de outra mercadoria-equivalente, o dinheiro (salário) (Marx, 2023).

Destaca-se que mesmo na existência de possibilidade de consumo a alienação permanece, justamente devido ao caráter fantasmagórico que a mercadoria assume. Ou seja, um maior acesso às mercadorias, por si, não resolve a questão. Pois este ainda será marcado por uma falta de (re)conhecimento crítico-social do processo de produção e de si enquanto gênero naquele produto.

Não é possível responder: como foi produzido e para quê. Assim, o trabalhador agora apresentado como consumidor, tem uma "[...] ruptura entre necessidade real, que o produto satisfaz, e a necessidade sentida pelo sujeito que consome" (Codo, 1958, p. 47). Suas próprias necessidades tornam-se alheias, impostas, justamente pois o sentido da atividade produtiva, ao qual não é lhe permitido acesso, é a produção de lucro, e não a realização universal-singular de suas necessidades (Codo, 1958).

Nessa esteira, o capital se expande, cria novas necessidades e mercantiliza outras. A mercadoria é universalizada enquanto mediação fundamental deste sistema, e pelo consumo desta busca-se justamente recuperar as capacidades humanas ali postas, subjetivar as propriedades mágicas cristalizadas neste produto animado. Mas essa satisfação não é

possível, seja pela falta de acesso, seja pelo acesso distorcido, fetichizado, que camufla a real utilidade do objeto, e dispõe de uma generalização humana que solapa as singularidades de cada indivíduo (Codo, 1985).

Nesse ínterim, a mercadoria penetra em cada espaço objetivo e subjetivo e passa a ditar o sentido das relações e ser essa referência de valor e de re-produção das necessidades. Assim, ela atua de modo a escamotear que essa construção e valorização vem das relações sociais entre os seres humanos (Codo, 1985). Além disso, essa não é apenas a fonte da produção de mercadoria e sim da própria vida, de um tipo específico de vida. Há um processo de mercantilização da subjetividade.

Como nos aponta Don L¹⁰ “morra bem, viva rápido” é a receita expressa deste sistema, com condições que qualificam a morte e encurtam a capacidade de vida, principalmente a criativa, de forma a rebaixá-la à subsistência (Marx, 2023). Como reforça Mézáros (2006, pp. 133-134), nesse *quiproquó*, “as necessidades humanas só podem ser satisfeitas até o limite em que contribuem para a acumulação de riqueza”. Assim, o capital reina por cima da miséria e oferta migalhas à base produtiva, no limite mínimo para sua máxima produtividade.

Na mencionada música, Don L escreve o seguinte desabafo: “Eu sei, deveria dar valor à vida. Deveria ter um bom valor aqui, ma'. Tipo cem mil, ia dar valor à minha”. Aqui compreende-se a dinâmica capitalista cuja valorização está atrelada ao dinheiro, à mercadoria, esta a qual o trabalhador recorre em busca daquilo que perdeu no próprio processo de produção, o reconhecimento de seu valor.

O caráter de *coisa* que as relações sociais adquirem na forma mercadoria é, agora, o caráter das *objetivações humanas*: elas se coagulam em uma prática social que os agentes sociais particulares não reconhecem como sua. O *fetichismo* mercantil passa a ser fetichismo de *todo* o intercâmbio *humano* (Netto, 1981, p. 85)

Reforça-se que o trabalhador perde diversas formas de valorização enquanto ser humano e passa a ser avaliado apenas pelo seu valor no contexto da produção mercantil, medido pela quantidade de mercadorias que possui ou pode adquirir com seu salário.

O que Netto (1981) defende é que o fetichismo é que dá os contornos da alienação no capitalismo, ou seja, sua concretização histórica, a forma como ela se expressa no capitalismo. A alienação, assim, é uma questão mais abrangente, que na sociedade burguesa é

¹⁰ Gabriel Linhares da Rocha, colocado aqui em seu artístico Don L, é um rapper e compositor brasileiro. A citação faz parte do título de uma de suas composições.

incorporada e qualitativamente transformada, de maneira a produzir o fetichismo, que mistifica as relações, reifica e objetifica os seres humanos, sobretudo da classe trabalhadora. Os transforma em objetos movidos por determinações naturais que fogem a seu controle - na aparência.

Dessarte, na alienação, o trabalhador não se percebe no produto de seu trabalho, por ter contato com ele apenas de forma atomizada e, após, pela mediação da mercadoria dinheiro. O fetichismo é o que ele consegue identificar de seu produto - mercadoria - na aparência: algo humanizado, autônomo, místico, gerador de riqueza (Marx, 2023), e não como algo produzido por si:

O elemento misterioso da forma mercadoria consiste simplesmente no fato de ela fazer espelhar para os homens as características sociais do seu próprio trabalho como características materiais dos próprios produtos do trabalho, ou seja, como qualidades naturais sociais dessas coisas, e por isso também a relação social dos produtores para com o trabalho total como uma relação social entre os objetos existentes independentemente deles (Marx, 1867/2020, pp. 214-215).

Nesse movimento a própria necessidade humana é transformada em necessidade de reprodução do capital, das mercadorias e de si mesmo enquanto mercadoria - expressa na força de trabalho em sua apreensão fetichizada. Como sua subjetivação ocorrerá desta forma, a sensibilidade e seu desenvolvimento vão se pautar pela reificação (Ferraz & Biondini, 2019). Assim, a mercadoria dita relações, valores e a reprodução das necessidades, e mascara que a produção de valor vem das relações sociais entre os seres humanos.

A luta contra a alienação não é sobre salário ou melhoria de salário, pois a própria alienação do salário advém do trabalho alienado, então não é somente ao alterar isso que essa dinâmica de estranhamento mudará, “toda servidão humana está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação” (Marx, 2010, p. 331).

Em síntese, a alienação que gera estranhamento é a forma de produção típica do capitalismo, embasada na propriedade privada e divisão social do trabalho. A objetivação e transformação da natureza são fundamentais para a satisfação das necessidades e para o processo de humanização pela subjetivação.

O fetichismo marca o processo de subjetivação, ao identificar o ser humano com a mercadoria e o desidentificar com o gênero humano através da reificação, onde as relações sociais são coisificadas e apreendidas de tal maneira. Alienação, fetichismo e reificação são

momentos dialéticos inseparáveis no capitalismo, onde o fetichismo reproduz a alienação como sua forma particular de expressão.

Então, complexifica-se a compreensão de alienação para o seguinte movimento: alienação em relação aos meios (propriedade privada), ao processo (divisão social do trabalho), que produz uma alienação do produto (posição de consumidor) e conduz à alienação das relações (desidentificação com o outro) e de si mesmo (enquanto ser ontológico, criativo e social), além de uma identificação como mercadoria. Esse movimento ocorre de forma dialética e só pode ser separado a título de exposição didática.

Todavia, além desse movimento, compreende-se que no seio das relações de produção marcadas pelo fetichismo, ocorrem processos de produção de conhecimento acerca desta realidade, como ocorre o direcionamento prático das estruturas sociais? Como essas contradições se reverberam neste espaço? Para responder, propõe-se retornar à ideologia.

Em síntese, Lukács (1981) conceitua a ideologia como um conjunto prático de ideias que intervêm na realidade. Vaisman (2010) relaciona essa noção à ontologia e ao pôr teleológico secundário e aponta para sua atuação prática. Ao longo da transição do feudalismo para o capitalismo as ideologias emergem como resposta à estrutura feudal e caminham para a ciência moderna. Com a divisão do trabalho, elas passam a mediar e criar conflitos de classe, de modo a guiar a práxis (Lukács, 1981). Entretanto,

“[...]a práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens- aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior.” (Netto & Braz, 2012, p. 56).

Assim, no capitalismo, a ideologia aparece como uma dimensão ideal da alienação, pois o domínio da produção de riquezas também é o domínio das ideias. Impulsionada pelo processo de divisão social do trabalho, as produções ideológicas que guiarão a objetivação humana orientam a reprodução deste processo, de modo a alimentar a alienação e igualar objetivação e exteriorização à alienação. Como resultado, há o velamento e a naturalização desta forma alienada de produzir a vida. Atua-se, assim, na própria reprodução do fetiche e reificação do ser humano.

Todavia, se há classes distintas, com interesses distintos, há disputas também no âmbito ideológico. Assim, há uma ideologia proletária, que, como Tonet (2022) nos elucida, objetiva a apreensão do real além da aparência, concebida em sua fundamentação materialista

histórico-dialética, e uma ideologia burguesa, que objetiva a exploração e expropriação. Desta maneira, a luta de classes atravessa também o âmbito ideológico e perfaz a formação de consciência ao orientar a prática a uma determinada direção.

É importante ressaltar que existe uma complexificação do processo de divisão social do trabalho, que cria novas classes no entremeio dos proletários e burgueses. Desta maneira, existem algumas outras ideologias que disputam esse espaço.

Nesse sentido, como já foi exposto anteriormente, a ideologia vai se vincular com a própria estrutura de produção da vida, ou seja, há uma íntima e inseparável ligação entre o âmbito ideológico e a materialidade, esta que determina sua construção, assim a luta ideológica é a própria expressão da luta de classes, pois nela se constitui. Aqui opta-se centrar nessas duas, principalmente, como recortes para retratar essa disputa.

Konder (2020), ao retomar o pensamento de Lukács, afirma que há uma “consciência possível” para a classe trabalhadora, em contraponto a que se constrói nesta sociedade marcada pela alienação, que é justamente aquela que se atém a totalidade, que consegue superar a perspectiva fragmentada dos fatos e reconhecê-los como partes de um processo maior e as “*coisas* como relações humanas” (Konder, 2020, p. 71), assim se contrapõem justamente a lógica do fetichismo que é reproduzida na ideologia burguesa. E isso viria a partir de um pensamento dialético e crítico. Contudo, apesar de poder configurar uma disputa, essa forma de consciência não permite uma emancipação da alienação, como será possível constatar no próximo tópico.

No contexto capitalista, as ideologias medeiam as contradições, e servem, assim, à classe dominante, portanto estas se relacionam à alienação e ao fetiche/reificação, de modo a operar em sua reprodução. Isso ocorre em termos majoritários. É crucial mencionar, todavia, a presença da ideologia proletária, que busca compreender o real além da aparência (Tonet, 2022), o que demonstra haver uma continuidade da luta de classes no campo ideológico.

Todavia, ainda que se defenda a existência de uma ideologia proletária, que permite uma disputa do espaço ideológico, é necessário compreender que, devido a própria estrutura de ideologia, a ideologia dominante está de acordo com a burguesia, pois esta é a classe que detém os meios de produção e, não obstante, as instituições, o domínio da mídia e demais estruturas.

Assim, pelo próprio lugar que ocupa na luta de classes, a ideologia proletária acaba por se circunscrever a meios muito específicos, já que há um acirramento da divisão social e do monopólio da propriedade privada, uma intensificação da lógica de produção do lucro, como viu-se no próprio processo histórico de reestruturações produtivas. Aperta-se o cerco da

produção material da luta de classes, e também dificulta os embates a nível ideológicos, o que faz com que nesses espaços a classe trabalhadora também fique submetida à lógica dominante de apreender (fetichizar) o real. Frisa-se aqui, a luta ideológica não se autoproduz nem é apenas em termos ideológicos.

Mas, como viu-se no tópico anterior, esse acirramento da divisão social e o processo de ampliação da lógica da mercadoria, vai ocorrer a partir de crises e reestruturações no modelo de produção. Nesse sentido, propõe-se abordar a perspectiva contemporânea da alienação no contexto das transformações nos modelos de produção e no estágio atual do capitalismo, de modo a apontar algumas de suas particularidades a partir das reestruturações produtivas e como esta se expressa hoje. É importante abordar este movimento, pois, observou-se que a alienação parte justamente dessa relação dos seres humanos com os meios de produção, expressa na infraestrutura da sociedade.

1.4.2 Alienação, reestruturações produtivas e capitalismo contemporâneo: novas roupagens, antigos interesses (e contradições)

No interior do capitalismo, as forças produtivas continuam a se desenvolver, marcadas por revoluções técnicas e científicas que visam manter o sistema, aumentar o lucro e adaptar os trabalhadores à lógica do capital. Essas transformações carregam especificidades em relação à alienação e ao desenvolvimento humano.

O taylorismo, caracterizado pela extrema fragmentação das tarefas de trabalho, onde cada trabalhador realiza uma tarefa altamente especializada e repetitiva, foi aprofundado com o fordismo. Esse modelo taylorista-fordista dominou o século XX. Segundo Lukács (2003), essa crescente racionalização da produção tornou o trabalho mais abstrato e o distanciou de sua ontologia criativa.

A divisão social do trabalho aumentou e, assim, retirou do ser humano o domínio sobre a finalidade do seu trabalho, e o tornou mais fragmentado, o que teve implicação na própria fragmentação do sujeito (Lukács, 2003). Isso resultou na perda de conexão com o produto final, em um processo de acumulação via produtividade, com metas rígidas e cronometragem rigorosa, que demandava intensas jornadas de trabalho que desconsideram as necessidades básicas para a reprodução da força de trabalho.

Nesse contexto, o trabalhador apropria-se do produto, em algum nível, mas não da atividade produtiva, que permanece alienada. Wallon (2010) aponta para a padronização das subjetividades, como consequência, onde o processo de trabalho reifica as pessoas, de forma

a transformá-las em máquinas que reproduzem movimentos repetitivos, afastadas da totalidade do processo produtivo. Trabalhadores são, assim, mutilados em sua subjetividade, com gestos e ritmos impostos.

Lukács (2003) reforça essa perspectiva, ao afirmar que o ser humano aparece enquanto uma parte mecanizada, que tem que se submeter a um processo externo a si, previamente organizado. Como se o trabalhador fosse desprovido da capacidade de criar valor e esta capacidade se mostra na máquina, que rege este processo. Além disso, o autor aponta que com o aumento da especialização no trabalho perde-se o contato com a totalidade.

Com o advento do toyotismo na agenda neoliberal, a alienação intensifica-se pela desidentificação entre o indivíduo e o gênero humano, há uma falsa perspectiva de trabalho em equipe e de domínio de uma parte maior do processo produtivo, o que reforça o fetichismo. Isto camufla os processos de competitividade vigentes, além atribuir uma demanda de multifuncionalidade, que intensifica o nível exploratório, mas mantém a finalidade da atividade sobre domínio dos desígnios capitalistas.

Enquanto a uberização reforça a cooptação da subjetividade, de modo a conduzir o trabalhador a se reconhecer como mercadoria e adensar o processo de reificação, vê-se que as atividades tornam-se mais restritas ao trabalho com a intensificação da divisão social do trabalho e aumento da exploração. O processo é menos apropriado devido a existência das plataformas digitais e a mediação da tecnologia; o produto do trabalho abstrato é afastado com o aumento da precarização. Há uma demanda de maior nível de produtividade dos trabalhadores em condições de trabalho ainda mais extenuantes (Antunes, 2018).

No neoliberalismo, de maneira geral, a esfera da subjetividade é reestruturada e cria-se um modelo de interação social baseado na dinâmica do mercado. A competitividade, a concorrência e o aumento do desempenho individual são maximizados, e afasta as potencialidades individuais das coletivas (Harvey, 2014).

O indivíduo deve capacitar-se constantemente, é necessário que este invista na especialização de sua força de trabalho, de modo a ampliar a extração de mais-valor para os capitalistas. O sucesso e a falha individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou falhas pessoais, e não atribuídos a exclusões sistêmicas. Além de que este perde os vínculos com sua classe, passa a ser compreendido como um colaborador individual, não como trabalhador (Harvey, 2014).

Assim, no neoliberalismo, o indivíduo se sobrepõe ao coletivo, como se a sociedade se tratasse de uma mera soma destes. Fenômeno que ocorre em relação com fetichismo da individualidade, Duarte (2012) dispõe que esse fenômeno ocorre ao naturalizar características

que compõem o sujeito, não como fruto de um desenvolvimento marcado por processos de alienação, mas algo que são próprias ao indivíduo.

Ainda, no neoliberalismo, o indivíduo carrega a falsa percepção que se autoproduz, é visto como uma mercadoria, capital em expansão, capaz de sanar todas suas necessidades, alcançar um nível de realização plena por meio de seus esforços e autoinvestimento, uma lógica de performance e desempenho (Corbanezi, 2021).

Neste cenário de capitalismo contemporâneo, compreende-se o impacto cultural e de constituição das relações e subjetividade humana. Netto (2012) destaca, à exemplo, o fenômeno que parte do consumismo promovido no liberalismo para a subjetivação deste processo, no neoliberalismo. Isto decorre da apreensão da própria realidade por meio de uma lógica imediata, que se cola nas mercadorias de consumo na perspectiva do fetiche.

Embora à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente a identificação como uma “sociedade de consumo”, a cultura que nela hoje se afirma é uma cultura de consumo: ela cria a “sensibilidade consumidora” que se abre à devoração indiscriminada e equalizadora de bens materiais e ideais — e, nela, a própria distinção entre realidade e representações é esfumada: promove-se uma semiologização do real, em que os significantes se autonomizam em face dos referentes materiais e, no limite, se entificam (Netto, 2012, pp. 419-420).

Isso reforça a lógica voraz, imediata e fetichista que passa a reger as relações e é internalizada pelo indivíduo, bem como a leitura do fetichismo da individualidade de Duarte (2012), que ganha quórum nas epistemologias neoliberais e pós modernas, o que traz à tona o irracionalismo.

A alienação efervesce em sua característica atômica e inverte a realidade a colocando como uma mera soma de indivíduos e ações individuais, estes que se relacionam como coisas. A alienação em relação aos outros reverbera, como se a construção coletiva seguisse um processo externo e o indivíduo ganhasse centralidade, como produtor de si mesmo. Além da alienação em relação a si, enquanto ser humano, pois se vê alheio a sua própria humanidade e é identificado com uma mercadoria, reificado, se adensa o fetichismo na constituição do sujeito, bem como na produção material da vida, através do avanço da financeirização aliada ao imperialismo.

A competitividade exacerbada e a desidentificação do trabalhador com sua classe dificultam o processo coletivo de resistência (Antunes, 2000, 2015), além do próprio contexto de enfraquecimento da luta sindical, perda de espaços comuns e instituições protetivas (Harvey, 2014).

A precarização, como visto, ocorre juntamente com a expansão do imperialismo. Neste movimento há uma maior mobilidade financeira o que também intensifica a alienação. Além de aumentar o monopólio, ou seja, maior concentração da propriedade privada, e colocar o Estado e instituições bancárias com a função de regular o capital corporativo e atrair mercado financeiro internacional, alheio às necessidades da classe trabalhadora.

Ao considerar transformações nos modelos de produção e o estágio atual do capitalismo, Antunes (s/a, 2015) destaca que a tecnologia pode funcionar como uma ferramenta de alienação no contexto do trabalho, dessa maneira, ela intensifica a exploração. A discussão se concentra na forma como a automação e a informatização podem agravar a precarização do trabalho e enfraquecer os laços de solidariedade entre os trabalhadores, ao elevar a alienação do gênero humano, além da alienação do processo produtivo, que torna-se muito mais mediado por técnicas desconhecidas pela classe trabalhadora.

Não obstante, Faustino e Lippold (2023) argumentam que a alienação técnica e do trabalho atingiram seu ápice no mundo informacional das máquinas cibernéticas. Isso evidencia que, com a crescente automação e digitalização do trabalho, os trabalhadores se distanciam cada vez mais do processo produtivo e, assim, estranham o produto final. Além desta funcionar como meio de reestruturação do mundo do trabalho, de forma a vigorarem ocupações mais precarizadas e outras que demandam um alto nível de especialização.

Assim, no taylorismo-fordismo, toyotismo, neoliberalismo e uberização, observa-se uma evolução complexa do sistema produtivo, marcada por uma série de transformações que impactam diretamente a vida e o trabalho dos indivíduos, de forma a agudizar a alienação e a exploração no âmago da sociedade capitalista. A alienação se intensifica com o desenvolvimento das forças produtivas, pois este só ocorre à custa de exploração da força de trabalho, com a cooptação e esvaziamento das potencialidades humanas.

1.5 É possível superar a alienação? A construção da consciência de classe e a práxis revolucionária como alternativa à armadilha da conscientização individual

Quem colhe e quem planta é você

Mas quem engorda é ele

Nós fica sem nada e divide

Tô cansada de ser refém

Hoje é nós que vai render

(Don L)¹¹

Karl Marx afirmou que “a forma do processo social da vida eliminará seu véu místico somente quando o processo material de produção estiver sob o controle consciente e planejado de homens livremente organizados em sociedade” (Marx, 2010, p. 109).

Após essa explicação sobre a alienação na perspectiva marxista, que destacou seu teor prejudicial à humanização, surge a questão: como transformar esse cenário? Como o ser humano pode retomar sua atividade vital de maneira criativa? A resposta encontra-se na categoria marxiana de “práxis”, uma atividade consciente orientada teleologicamente para a transformação objetiva (Martins, 2008).

Netto (1981) discute três perspectivas sobre a superação da alienação. A primeira afirma que a superação requer a transformação das raízes genéticas da alienação, o que inclui a propriedade privada e a divisão social do trabalho. A segunda sugere uma dialética alienação-desalienação, onde a alienação persiste devido à sua natureza sociável.

A terceira perspectiva, sustenta que a alienação tem bases materiais que precisam ser transformadas e gerar novas formas de comportamento social, inclusive as ideológicas. Durante um processo de transição socialista, essas formas podem persistir, mas com nova orientação.

A presente abordagem alinha-se à última perspectiva mencionada, ao compreender a complexidade desse fenômeno e a necessidade de apreendê-lo, de forma a considerar a totalidade dialética que o constitui, de modo a abarcar a relação de objetivação-subjetivação-objetivação que transforma reciprocamente o indivíduo e a sociedade, bem como a interconexão entre infraestrutura e superestrutura, entre as mediações de primeira e de segunda ordem.

Marx (2010) propõe que a superação da alienação ocorre pela abolição da propriedade privada dos meios de produção e pelo estabelecimento de uma sociedade onde o trabalho se torna uma expressão livre e criativa da essência humana. Ele afirma que “a supressão da propriedade privada é a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos” (Marx, 2010, p. 109).

A transformação das relações sociais de produção, alcançada por meio da revolução e da criação de uma sociedade socialista, permitiria aos trabalhadores apropriarem-se dos frutos de seu trabalho e exercerem controle sobre o processo de produção. Assim, a superação da

¹¹ Trecho da música “Auri sacra fames” do rapper Don L com participação de Tasha & Tracie, uma dupla de rappers brasileiras.

alienação ocorre pela emancipação da classe trabalhadora (e, portanto, de toda a humanidade).

Marx (2010) estabelece o proletariado como a classe responsável pela superação desse modo de produção, pois está na base de produção deste sistema e sofre suas contradições mais agudas. Para realizar essa tarefa, o proletariado precisa desenvolver sua “consciência de classe” (Barros, 2011). Propõe-se desenvolver melhor essa ideia a partir do conceito de práxis.

A práxis, de acordo com Mészáros (2006), implica uma transformação da relação entre teoria e prática, de maneira a integrá-las novamente. Marx via essa superação da alienação como uma necessidade ontológica, que ocorrerá através de um processo dialético entre teoria e prática. Isso envolve uma mudança tanto na forma como pensamos sobre o mundo quanto na forma como agimos no mundo. A mudança constante e a interação entre diferentes forças, o que Marx chamou de “Aufhebung” ou “superação”, são essenciais para essa transformação (Mészáros, 2006).

A transformação material das relações de produção deve ocorrer em âmbito coletivo. A atividade prática do indivíduo, embora importante, não pode, sozinha, romper com a estrutura que reproduz a alienação. A práxis social humana, como destacado por Marx e Engels (2007), envolve a mediação do trabalho e a capacidade de responder a necessidades e possibilidades de forma criativa, em um sentido coletivo.

Assim, ação prática não se iguala a uma atividade individual. O indivíduo por si pode causar pequenas transformações, mas não romper com a estrutura que reproduz a alienação. Este tipo de compreensão visa evitar uma perspectiva fetichizada que coloca a ação individual acima da coletiva.

Portanto, a superação da alienação permeia, também, a reconstrução da consciência de totalidade enquanto parte do processo (Lukács, 1981). Isso significa que os indivíduos devem compreender as relações entre as partes e o todo da sociedade e as implicações de suas ações. A conscientização da reificação é fundamental para essa transformação, mas deve ser acompanhada por uma ruptura histórica (Lukács, 2003).

Ainda sobre essa conscientização, é possível introduzir a categoria consciência de classe enquanto possibilidade. Entende-se que quanto mais se conhece sobre algo, amplia-se a possibilidade de transformá-lo. Passar da coisa "em si", para "para si", ao compreender a função e a natureza que a atravessam para possibilitar a atuação frente a essa e sua transformação. Passar da mera internalização, para a apropriação (Barros, 2011).

A *classe em si* refere-se a uma classe social que existe objetivamente, independentemente da consciência de seus membros. Esta classe é definida por sua posição nas relações de produção. A *classe para si* é uma classe que desenvolveu uma consciência de classe e se organiza em torno de seus interesses comuns (Lukács, 2003).

Assim, a consciência de classe, "para si", trata-se de uma apropriação da realidade disposta, capitalista, que revela o papel da classe trabalhadora nesta, em sua função de autora - pois através da sua força de trabalho cria os produtos e mercadorias - e classe revolucionária - no ponto de vista da sua potencialidade de transformação da realidade que a explora e oprime (Lukács, 2003).

Para Lukács (2003), burguesia e proletariado são classes "puras", no sentido de nascerem do seio da relação de produção em que se sustenta o capitalismo, as outras classes se derivam em outro lugar que não do processo produtivo. É importante ressaltar que essa definição não é valorativa, em termos de não validar a existência ou valor das demais classes, tampouco sua função na estrutura capitalista. Ainda sobre as classes puras, o autor compreende que a burguesia, enquanto classe, não consegue enxergar a totalidade do processo, pelo fato de isso ir contra seus interesses. Outrossim, existe uma fimbria de classes que surgem no desenvolvimento do capitalismo.

A burguesia pode desenvolver formas de apreender a realidade e até uma leitura relativamente complexa desta, mas encontra seu limite na raiz de sua formação. O limite é o entendimento de que a burguesia já não é mais interessante, em termos de totalidade, enquanto classe, pois esta já cumpriu seu papel histórico no desenvolvimento da humanidade, por isso deve retirar-se de cena para que siga o avanço da humanidade e não sua destruição. Nesse limite a burguesia retrocede, como quem tem medo de chegar perto demais do sol com asas de cera¹². Nesse ínterim, esta segue a camuflar o real e se apegar a seus interesses particulares, e assim caminha para perspectivas de que não haveria nenhuma possibilidade de desenvolvimento para além do capitalismo (Lukács, 2003).

Por isso, o proletariado, inervado pelos interesses genéricos da própria humanidade, tem o potencial de desenvolver a consciência de classe, seus interesses particulares coincidem com os do gênero humano. Desta maneira, está de acordo com o processo de humanização efetivamente unilateral (Lukács, 2003).

É nesse sentido que Marx e Engels (2008) afirmam que a burguesia produz seus próprios coveiros: a classe trabalhadora, que deve assumir o protagonismo como classe

¹² Referência à mitologia grega, especificamente ao mito de Ícaro.

revolucionária. Apenas essa classe, que não se funda na exploração¹³ de outra, é capaz de abolir a sociedade de classes. E é apenas enquanto classe que essa emancipação se efetivará, justamente pelo teor estrutural.

Isso significa que a classe trabalhadora que se constituiu como necessária para a acumulação de riqueza e, assim, necessária para o próprio funcionamento do capitalismo, deve assumir o protagonismo como classe revolucionária. Como classe que só possui sua força de trabalho, ela não tem nada a perder com a revolução, a não ser suas correntes (Marx & Engels, 2008).

Iasi (2012) aponta que o indivíduo possui um papel, enquanto membro desta classe, principalmente na sua relação com a classe como um todo, i. e., na sua formação cotidiana, na construção processual de sua consciência de classe.

Acerca desta categoria, Iasi (2012) dispõe que a consciência de classe não será imóvel, hermética ou um lugar fixo a se chegar no capitalismo. Mas uma construção constante, que considera as contradições que atravessam a dinâmica da particularidade que constituem os indivíduos e a própria classe. Por isso, é um processo, não um objetivo estanque. Há momentos de maior ou menor "adaptação" às ideologias burguesas (Iasi, 2012).

Marx e Engels (2007) sublinham o aspecto material, de transformação, da práxis, mas destaca-se a necessidade de ir além deste. Todavia, como pontuado por Lukács (1981),

Esse ir para além, contudo, é determinado, por último, pelo processo de produção material; se uma determinada tomada de posição espiritual se independentiza, é sempre existente uma necessidade social como seu motor. Essa conexão não precisa ser, de modo algum, uma conexão consciente; mesmo na realidade o é apenas em casos extremamente excepcionais. »Eles não sabem, mas fazem«, diz Marx sobre a práxis social dos seres humanos, e pode-se dizer que quanto mais é distante uma tal práxis do processo de produção no sentido estrito, tanto menor é a probabilidade de que seja executada com a consciência correta sobre suas próprias bases e funções sociais (p. 462).

¹³ Aqui cabe uma ressalva, que não será dirimida neste trabalho, sobre as especificidades que compõem a classe, onde categorias como patriarcado e racialização constroem, dentro do capitalismo e da luta de classes, formas específicas de exploração e mecanismos de opressão. Isso se efetiva através da divisão sexual e racial do trabalho, além da divisão internacional do trabalho perpetrada por processos de colonização e da expansão imperialista do capital. Também há que se considerar o próprio desenvolvimento das forças produtivas que, como viu-se, complexifica a divisão de classes, como com o setor de serviços. Todavia, entende-se que, apesar da não homogeneidade dentro da classe, este ainda é um aspecto central do qual se derivam todos os outros processos de exploração e de opressão e, por isso, é o que une dentro das particularidades, mas que estas não devem, jamais, ser preteridas em termos de embate tanto nesta quanto na construção de uma nova sociedade que, efetivamente, suprassuma os processos de exploração-opressão dos seres humanos pelos outros, das mulheres pelos homens, dos negros pelos brancos, dos povos explorados pelos exploradores, enfim, dos proletários pelos burgueses.

No trecho acima, o autor estabelece que é necessário romper com as bases de produção deste sistema, pois, ainda que as suas produções ganhem uma independência (como a ideologia burguesa), isso ocorre por existir uma base material que estabelece essa necessidade. Ou seja, há uma divisão social do trabalho e uma luta de classes entre expropriadores e expropriados, que cria condições para erigir determinada forma de organizar e direcionar o trabalho, um pôr teleológico, que reforça esta divisão.

Nesse ínterim, importa reconhecer a urgência e radicalidade de uma transformação na forma de produção da vida, a partir da compreensão desta como um passo inicial e fundamental, porém sem reduzir a análise presente a esse aspecto. Há a necessidade de estabelecer embates a nível de produção de consciência, todavia, sem cair em um lugar de considerar que saber nos exime dos efeitos materiais da alienação - mais ou menos consciente, a classe trabalhadora é explorada. Alienação esta que é gerada no seio da propriedade privada e divisão do trabalho tipicamente capitalistas, e só aí encontra o cerne de orientação à sua superação.

Mészáros (2006), em consonância com Engels (1984), também defende a abolição do Estado burguês, que medeia as relações sociais e reforça os processos de alienação. A transformação política é necessária para a transformação da totalidade, que caminhe para a universalização da humanidade e à verdadeira liberdade, entendida como autodeterminação em determinadas circunstâncias postas.

Lukács (2003) estabelece uma diferença entre tarefas imediatas e históricas da classe trabalhadora. As primeiras dizem respeito a considerar a realidade posta e a necessidade de sobrevivência imediata, ou seja, às específicas que a classe trabalhadora deve travar no dia a dia para melhorar suas condições de vida e trabalho dentro do sistema capitalista, como melhoria de salário, condições de trabalho menos exploratórias, possibilidades de espaço para construir a consciência de classe etc.

Já a tarefa histórica é a de transformação dessa realidade, esta que é crucial para que se efetive essa consciência e, ao mesmo tempo, abra espaço para o surgimento de outras potencialidades. Uma deve ocorrer concomitantemente à outra. Lukács (2003) argumenta que é crucial para a classe trabalhadora não perder de vista estas tarefas históricas enquanto luta por suas demandas imediatas.

A realização das tarefas históricas depende do desenvolvimento da consciência de classe para si, que faculta aos trabalhadores a visão para além das lutas imediatas e a compreensão da necessidade de uma transformação social (Lukács, 2003).

Assim como o cerne do problema da alienação não se encontra no indivíduo, que na verdade aparece na divisão social do trabalho e propriedade privada, tampouco sua emancipação estará. A possibilidade de omnilateralidade da apropriação e desenvolvimento humano, está justamente na raiz social da alienação, e ela é coletiva!

A superação da alienação é a superação do próprio capitalismo, a destruição da propriedade privada, a luta proletária rumo a libertação das amarras do capital, a instauração do comunismo. Na criação de um sistema produtivo onde a divisão social do trabalho não esmague a cabeça da maioria da população, não seja pautada por opressões e possibilite a retomada de uma lógica comunitária, coerente à própria lógica do trabalho ontológico, onde a humanidade pode caminhar de acordo com a totalidade, respeitar as construções singulares e dar espaço para sua objetivação (Mészáros, 2006).

Essa disputa será travada no seio da luta de classes, através de uma mobilização geral que parte dos trabalhadores produtivos, os que nada tem a perder senão suas correntes (Marx & Engels, 2008c). Entende-se aqui, que, apesar de partir destes, deve se estender a toda a classe trabalhadora, em sua totalidade.

Entretanto, não se pode incorrer em enganos: a teoria do MHD permite uma coerência ideológica, pés no chão, para enxergar a realidade e encabeçar processos que se pretendem revolucionários, mas sem a transformação efetiva, ela tanto deixa de ser marxista, quanto se perde em seu propósito e reproduz o estranhamento, pois conhecer a realidade não torna os seres humanos separados dela.

Assim, compreende-se que a liberdade será alcançada somente através do processo revolucionário, quando houver a possibilidade, no comunismo, de colocar a produção da vida material sob controle consciente da humanidade, como indicado na citação de Marx que inicia este tópico.

Ao tratar dessa perspectiva da liberdade, quanto dos fundamentos de uma práxis, é necessário discorrer também da ação consciente humana. Ou seja, há uma orientação da ação transformadora efetivada a partir dos seres humanos. Existe uma mediação entre o horizonte de transformação e a prática, são os seres humanos dotados de uma teleologia que vão guiar este processo.

Todavia, estes, os trabalhadores, estão também inseridos nessa realidade de alienação que produz estranhamento através de todos os processos trazidos à tona neste capítulo. Mas, se esta realidade não lhes aparece dotada da totalidade apreendida pelo MHD, e sim em uma forma fetichista e reificadora, como isso repercute no desenvolvimento humano?

Se o campo da consciência está marcado pela ideologia predominante ou pelos limites da propriedade privada para efetivar a práxis, como isso vai configurá-la? Se o ser humano não está consciente da totalidade do real, de que forma ele regula sua ação no mundo?

Postos esses questionamentos, conduz-se à discussão para compreender a esfera intrínseca do humano, suas especificidades oriundas da socialidade, discussão que será efetivada no próximo capítulo sob a ótica da PHC. Para que sejam fornecidos os aportes necessários em prol de uma aproximação desses questionamentos, que serão aprofundados no terceiro capítulo.

Capítulo 2 - Desenvolvimento do psiquismo a partir da psicologia histórico-cultural

*sou quem sou porque os outros são
há uma história em cada amanhecer
e em cada transparência do crepúsculo*

(Benedetti, 1998)

O objetivo do presente capítulo é apresentar a Psicologia Histórico-cultural, particularmente no que tange à discussão do desenvolvimento do psiquismo. Isso porque para que se possa compreender a dinâmica inconsciente-consciente dentro desta perspectiva e como ela se relaciona com a alienação o primeiro aspecto é compreender a totalidade desse psiquismo e a forma como ele se constitui, o que terá relação direta com o modo de produção existente (Vigotski, 1930). Dessarte, objetivando compreender o desenvolvimento do psiquismo humano em uma perspectiva histórico-cultural e o lugar da relação consciente-inconsciente nessa dinâmica, a vistas de romper com uma perspectiva hegemônica que ou a desconsidera ou apreende em termos idealistas, é importante retomar as bases e as principais categorias do psiquismo.

Bernardes (2010) aponta que podem existir algumas finalidades de pesquisa, de cunho revolucionário ou conservador. A primeira objetiva a transformação, enquanto a segunda uma institucionalização ou críticas sem encaminhamentos para sua superação. O autor compreende que os pressupostos teórico-metodológicos de pesquisa sobre a constituição e desenvolvimento humano a partir da PHC (sustentadas pelo materialismo histórico-dialético), visam a superação das condições instituídas na realidade, ao identificar na historicidade dos fenômenos as condições necessárias para objetivar-se a genericidade humana na individualidade.

Neste capítulo será traçada a apreensão epistemológica e ontológica de ser humano dentro da PHC, seguida pelo aprofundamento em categorias essenciais para compreender a dinâmica do desenvolvimento humano de forma mais complexa, com foco nas funções psicológicas superiores.

Aborda-se, posteriormente, a formação conceitual, relação pensamento, linguagem e emoção; seguido da discussão sobre dinâmica consciente-inconsciente, para que seja possível no seguinte capítulo, compreender como a alienação impacta no desenvolvimento do psiquismo humano como um todo, com destaque em sua dinâmica consciente- inconsciente.

Como uma perspectiva marxista, compreende-se que a PHC apreende o psiquismo em uma relação ontológica ao trabalho. Ou seja, é este que vai permitir o surgimento daquele. É a partir do pôr teleológico primário que se lançam as bases do desenvolvimento do ser social. Mas para que este continue em movimento e consiga também direcionar e criar em sua atividade no mundo, se fazem necessários aqueles processos que se desenvolvem a partir dos pores teleológicos secundários, como a imaginação, consciência e, principalmente, a linguagem.

O ser humano, em sua atividade, não se encerra no trabalho, ou seja, apesar deste ser um aspecto inicial e fundante em sua autoprodução, a partir dele é possibilitada a construção de estruturas complexas e ímpares, em cuja relação de totalidade, entende-se enquanto psiquismo, permeado de motivos, sentidos, e estruturas mais complexas como pensamento e imaginação.

Outrossim, seu processo de desenvolvimento é fundamentalmente social, e possui raízes na organização infraestrutural da sociedade, de onde constrói a cultura que o organiza, através da atividade, de maneira semiótica, em uma lógica afetivo-volitiva. Para compreender como essa cultura se desenvolve de uma forma singular no indivíduo, qual é o processo que forma o psiquismo como tal, recorre-se à seguinte discussão.

2.1 A psicologia histórico-cultural

A PHC encontra em Vigotski, junto com Leontiev e Luria, seus pioneiros, os quais formaram a tríade conhecida como troika¹⁴. Este trio liderou grupos de pesquisa durante a efervescência cultural e transformações sociais decorridas da Revolução Russa de 1917 (Lucci, 2006). De acordo com Souza (2016), o contexto revolucionário inspirou-os na criação de um novo humano, e deu origem à necessidade de uma ciência que fundamentasse esse processo.

¹⁴ É necessário apontar que essa não é uma leitura unânime dentro da PHC, Yasnitsky (2016) estabelece, por exemplo, que havia apenas o círculo Vigotski - Luria, aqui o autor defende um rompimento com Leontiev. Na presente pesquisa, entende-se que Leontiev faz parte da construção disso que denominamos PHC. Compreende-se a existência de alguns afastamentos e mesmo especificidades teóricas, mas que podem coexistir em uma perspectiva mais abrangente da teoria, de forma a incorporá-las a partir da leitura do método MHD, em seu movimento dialético. Mas é justamente por haver essas especificidades que opta-se neste trabalho por não abordar os textos de Leontiev, inclusive suas imprescindíveis contribuições para a compreensão da relação psiquismo-alienação. Pois isso demandaria aprofundar em categorias como atividade e personalidade, e o tempo da pesquisa não permite. Além de que, como o objetivo é compreender a alienação em relação à dinâmica consciente-inconsciente entende-se que ao centrar nas obras de Vigotski, com as contribuições lurianas e de demais comentadores, será mais frutífero a este momento da pesquisa, posto que Leontiev não aborda essa especificidade. Assim, Vigotski toma à frente no embasamento teórico desta dissertação.

Ao se debruçarem sobre a psicologia naquele momento histórico, se depararam com uma ciência em crise, postas as inúmeras e desconexas formas de explicação e de objeto dentro da psicologia em voga, todas compreendidas por eles enquanto reducionistas (Vigotski, 2004). Não havia uma, mas diversas psicologias. Com efeito, as explicações de ser humano, propriamente as suas faculdades superiores (pensamento, linguagem, consciência etc), se desdobravam primordialmente a partir de duas epistemologias: a idealista e a materialista (mecanicista).

A materialista compreendia o ser humano a partir de seus aparatos biológicos, mais voltada à objetividade e vinculada ao estudo do cérebro e do sistema nervoso, como se esse substrato material criasse o psíquico de uma forma transposta e imediata. Já a idealista o compreendia em detrimento destes, se fechava em uma subjetividade metafísica, abstrata, como se o psíquico criasse a realidade material enquanto uma extensão deste, independente da matéria (Vigotski, 2004).

Entende-se aqui a crítica de Vigotski (2004) de que havia uma divisão entre duas perspectivas que fechavam o ser humano, sem o apreender em sua totalidade. Nesta esteira, o autor encontrou uma cisão entre subjetividade-objetividade, consciente-inconsciente, individual-social, biológico-psíquico etc.

Vigotski (2004) observou que essa crise, onde as diversas abordagens existentes se dicotomizavam nessas perspectivas, tinha como fundamento a falta de unidade metodológica, mas não de qualquer metodologia, e sim de uma que pudesse retomar as origens ontológicas do ser e se pautar pelo movimento prático. O pesquisador alertou para um distanciamento entre a academia e a prática que fez com que a teoria se apartasse desta de forma a não efetivar uma práxis, e servir ao interesse de reprodução de uma sociedade específica, a capitalista.

De modo a traçar sínteses que pudessem transformar este cenário, valeu-se do método de investigação e exposição marxiano, MHD. Este, por sua vez, enuncia a prática como critério de verdade, i. e., onde a teoria é posta em xeque constantemente por meio da ação (Netto, 2011). Foi elaborada uma perspectiva que assentiu o ser humano em uma relação dialética com a natureza, e que se tratava de um ser tanto biológico, quanto portador de uma realidade (semiótica) que o estrutura internamente e orienta suas ações na realidade (Pino, 2005).

Assim, munido deste método, Vigotski formulou a lei fundamental de sua teoria: o psiquismo histórico-cultural (Molon, 2020). Inaugurou tessituras em prol da construção de uma psicologia geral, ancorada em uma epistemologia que abarca a totalidade, de modo a

fugir de hermetismos e buscar resolver as contradições da prática de forma dialética (Vigotski, 2004). Com efeito, superou-se a lógica formal que separava o humano em esferas estanques, e o colocou enquanto ideal e material, ao mesmo tempo.

Nesta teoria, outra ruptura que foi sintetizada é a relação individual-social, concebidos aqui enquanto dois momentos de um mesmo fenômeno, o indivíduo desenvolve sua individualidade através da inserção social em um coletivo. Há aqui um movimento entre o universal e o singular, onde a universalidade social é interiorizada particularmente, pela mediação cultural, e forma o singular. O social está contido no indivíduo e este naquele (Pasqualini & Martins, 2015).

A PHC define a pessoa enquanto um *ser social*, que se humaniza a partir da sua atividade no mundo, onde o sujeito é modificado à medida em que transforma a realidade, de maneira dialética (Pino, 2000). Uma acepção explicitamente marxista.

A palavra social em aplicação no nosso caso tem muitas significações: 1) mais geral – todo o cultural é social; 2) sinal – fora do organismo, como instrumento, meio social; 3) todas as funções superiores constituíram-se na filogênese, não biologicamente, mas socialmente; 4) mais grosseira – significação – os mecanismos dela são uma cópia do social. Elas são transferidas para a personalidade, relações interiorizadas de ordem social, base da estrutura social da personalidade. Sua composição, gênese, função (maneira de agir) – em uma palavra, sua natureza – são sociais” (Vigostki, 2000, p. 26).

Desta feita, Pino (2000) disserta sobre esses diversos aspectos aos quais o termo ‘social’ em Vigotski estaria relacionado. Em síntese, pode-se compreender o social enquanto algo que viria de sociabilidade, ou seja, aquilo que é construído para além da base biológica, de forma coletiva, em relação.

Contudo, o ser humano ainda se afasta do social primitivo e, a partir do uso de instrumentos (mediadores) para transformar a realidade, constrói uma nova forma de sociabilidade, tipicamente humana, que permite a construção de signos e da própria cultura, além da estruturação psíquica semiótica, que é pautada por essas qualidades de relação. Com efeito, é um social que produz o cultural e é por este transformado a partir da significação.

Por conseguinte, retoma-se a discussão de trabalho ontológico, enquanto atividade vital do humano por meio da qual ele se relaciona com a natureza e com os demais, e assim cria as condições necessárias para re-produção de sua vida; este satisfaz e engendra novas necessidades, em um constante movimento de objetivação-subjetivação-objetivação, ou seja, a realidade objetiva através do trabalho constrói o indivíduo e este também a transforma (Lukács, 1981).

Nessa esteira, Vigotski (2021b) elenca a existência de duas linhas de desenvolvimento: a cultural e a biológica. E é no entrecruzamento dessas duas linhas que há o desenvolvimento humano, onde a cultural vai incidir na transformação das bases anátomo-fisiológicas, já maturadas a partir do desenvolvimento da espécie.

Sob essa ótica, Vigotski (2000) aponta para a perspectiva de uma radicalidade histórica na compreensão do ser humano e seu desenvolvimento. O ser é cultural, subordinado às regularidades histórico-sociais; ressalta-se que, enquanto *cultura*, entende-se o acúmulo de produções históricas da humanidade. Ou seja, em uma forma específica de sociabilidade, constroem-se tanto ferramentas quanto signos, que permitem uma ação e compreensão específica desta; o conjunto dessas produções constituem o que se entende como cultura. E o ser é cultural justamente por desenvolver-se a partir da apropriação desta (Pino, 2000).

A noção de desenvolvimento humano aparece atrelada a um contínuo espiralado revolucionário ao longo do ciclo vital. Este, e a consequente transformação do indivíduo - que será melhor trabalhada no próximo tópico - vai acontecer a partir de planos genéticos do desenvolvimento humano, são eles: a *filogênese*, a *ontogênese*, a *sociogênese* e a *microgênese* (Vigotski, 2021a). Assim, Vigotski (2021a) complexifica a compreensão das duas linhas de desenvolvimento (cultural e biológica).

A filogênese diz respeito à evolução da espécie via adaptação progressiva desde o princípio da espécie humana, a herança biológica, que vai se configurar como uma base, pré-disposições gerais. Já a ontogênese, relaciona-se à história da humanidade, a evolução humana em suas transformações até a morte (Vigotski, 2021a).

Por sua vez, a sociogênese se refere à origem das funções psicológicas superiores, o que fornece um cunho relacional a estas, pois só existem a partir da interação relacional entre as pessoas em determinada cultura - uma perspectiva mediacional (Vigotski, 2021a).

Enfim, a microgênese trata-se de uma síntese dessas últimas, que vão inaugurar o psiquismo humano individual, de modo a tecer relação íntima com a afetividade. Esta é a ponte final que diz da interiorização e materialização da cultura no indivíduo (Vigotski, 2021a).

De acordo com Vigotski (2021a), o desenvolvimento histórico e a socialização mediada por instrumentos (ferramentas e signos) desempenham um papel fundamental na formação das funções psicológicas superiores (FPS) - pensamento, linguagem, emoção e consciência. Pois, o ser humano se constrói como tal por meio de suas relações com os

outros, o que contribui para o desenvolvimento dessas funções. Esse aspecto central em sua obra é essencial para a compreensão do desenvolvimento do psiquismo.

Além disso, Eidt e Tuleski (2016) enfatizam a importância de superar a dicotomia entre a natureza dada e o aspecto sociocultural adquirido. Assim, as autoras destacam a necessidade de abordar as FPS como uma unidade psicofisiológica. Então, é notório que o desenvolvimento dessas funções é impulsionado pelas contradições entre processos biológicos/naturais e processos sociais, e é sobredeterminado pelos últimos.

Mas, como investigar esse desenvolvimento? Em contraposição à abordagem analítica e descritiva que atomiza os processos mentais em elementos mais simples, Vigotski (2021a) advoga por uma investigação baseada na totalidade. Essa abordagem busca compreender as conexões e as relações dinâmicas entre os elementos envolvidos, busca-se uma análise explicativa que vá além das manifestações externas do fenômeno.

O autor usa o exemplo da água (H₂O) para ilustrar esse princípio, destaca que as características externas não revelam a essência do fenômeno, que só pode ser compreendida ao se considerar as conexões e relações dinâmicas entre os elementos (Vigotski, 2021a). Isto é, se a questão presente é “como apagar o fogo”, analisar a água apenas por seu estado externo (líquido, gasoso, sólido), pode levar a incorrer em erros, por exemplo, pois a gasolina também pode estar em estado líquido e é inflamável. Com efeito, a resposta que explica o porquê da água ter propriedades que apagam o fogo, é dada além da aparência. Ademais, essa resposta também não viria de uma separação analítica das partes constitutivas, analisar o hidrogênio em separado do oxigênio. Hidrogênio (H) e Oxigênio (O), quando separadamente considerados, são ambos elementos inflamáveis; o que significa que reduzir dado fenômeno às suas mínimas determinações não implica, necessariamente, na capacidade de explicação desse fenômeno; mais que isso, é importante considerar justamente a sua complexidade e, para isso, é necessário buscar a unidade mínima de análise, aquela que conserva as relações primordiais, que, no caso do exemplo acima, é a relação entre duas moléculas de hidrogênio e uma de oxigênio (Vigotski, 2018).

O *método genético-experimental* postulado por Vigotski (2021a) é uma abordagem fundamental para o estudo das funções psicológicas superiores. Esse método parte do fenômeno e é guiado pela análise histórico-dialética de seu processo para identificar seus marcos fundamentais. Por meio deste método, o autor recria artificialmente o processo genético do desenvolvimento psíquico, de modo a possibilitar a identificação de seus elementos constitutivos, dissecar até suas unidades mínimas de análise e os reconstrói explicativamente.

Os comportamentos fossilizados, por exemplo, são comportamentos que se tornaram automáticos após um longo período de desenvolvimento. Esse termo se refere à ideia de que esses comportamentos estão cristalizados e não revelam imediatamente sua natureza interna. A análise genético-experimental visa aprofundar a compreensão desses comportamentos, da gênese à sua evolução ao longo do tempo (Vigotski, 2021a).

Torna-se notório neste método uma busca pelo conhecimento que supere as aparências. Ressalta-se que esta apreensão vai ao encontro da concepção espinosana em que conhecer é conhecer pelas causas (Espinosa, 2009), por isso, pode-se dizer que a tradição libertária deste autor trata-se de uma importante inspiração epistemológica para Vigotski.

Munido desses fundamentos, Vigotski (2021a) buscou estudar as FPS em experimentos onde atuou nas formas automáticas, os comportamentos fossilizados, de forma a transformá-los em um processo vivo, dinâmico, para permitir o estudo de sua gênese. Com isso, foi estudado o processo de escolha, onde os sujeitos eram submetidos a situações-problema em que tinham que escolher entre duas alternativas.

Neste experimento, o processo de escolha dava-se a partir de conexões já existentes (resposta simples), com problemas conhecidos. Mas no intuito de intervir de forma intencional para compreender o processo de estabelecimento dessas conexões e ajustes (respostas complexas), buscou estabelecer problemas novos e fornecer estímulos externos para a resolução do problema apresentado (Vigotski, 2021a). Vigotski (2021b) o nomeia como método instrumental, que se vale da metodologia da dupla estimulação.

Com a transição da operação direta para o uso de signos, foi possível aferir que havia uma superação das respostas automáticas a partir da mediação fornecida pelo estímulo externo. Esse último permitia a criação de respostas mais complexas, ainda que embasadas naquelas que já estavam presentes, em um processo de incorporação por superação, que possibilita novas sínteses qualitativamente diferentes (Vigotski, 2021a).

As funções psicológicas superiores, suas características e conexões são determinadas pelo tipo, qualidade e posição dos signos utilizados. Visto que dependem destes enquanto mediadores para sua constituição, uma transformação neles, altera também a direção de seu desenvolvimento. “Assim como o uso de certo instrumento determina todo o mecanismo de uma operação de trabalho, o caráter de um signo utilizado é base de todo o processo” (Vigotski, 2021a, p. 160).

Mas há uma diferenciação importante entre instrumento e signo:

Enquanto um instrumento ou um desvio verdadeiro são usados para provocar uma mudança em alguma situação externa, a função de um signo consiste principalmente em mudar algo na própria resposta ou no comportamento humano. O signo não muda o objeto em si, mas apenas redireciona ou reconstrói a operação mental (Vigotski, 2021a, p. 168).

Assim, compreende-se a função primordial dos signos no desenvolvimento do comportamento, por isso este é um aspecto tão fundante ao considerar análise da dinâmica do desenvolvimento do psiquismo a partir da PHC (Vigotski, 2021b).

Em resumo, o estudo das funções psicológicas superiores, que é de suma importância para compreensão do desenvolvimento humano, baseia-se em três princípios. Primeiramente, a análise de processos em vez de objetos, aqui é enfatizada a importância de investigar a totalidade e considerar o desenvolvimento histórico. Em seguida, a busca por explicações de causas em vez de uma descrição superficial, são exploradas as conexões e relações dinâmicas entre os elementos envolvidos. Por fim, o estudo de comportamentos fossilizados, que são fundamentais para compreender a evolução das funções ao longo do tempo (Vigotski, 2021a). Isso nos remete novamente à necessidade de descrever o psiquismo antes de analisar a relação inconsciente/consciente: este processo está completamente relacionado ao processo e funcionamento das Funções Psicológicas Superiores, que analisadas individualmente sempre terão aspectos dos dois polos dessa relação.

Apresentados os princípios teóricos e epistemológicos que fundamentam a PHC em sua metodologia, além da *centralidade das FPS* para compreender o desenvolvimento do psiquismo humano nesta perspectiva, cabe na seguinte seção, esmiuçar este conceito, de forma a articular este com o exposto e aprofundar na explicação de seu desenvolvimento e suas relações com os demais conceitos da teoria. Entende-se que o desenvolvimento das FPS é o próprio desenvolvimento humano (Vigotski, 1931).

2.2 Desenvolvimento do psiquismo: as funções psicológicas superiores

Neste tópico a discussão sobre o desenvolvimento, sobretudo relacionado ao desenvolvimento das funções psicológicas superiores, será apresentada, em alguns momentos, a partir do desenvolvimento infantil (pedológico¹⁵) e isso se dá por dois motivos: é imprescindível compreender como se origina esse processo desde seus primórdios; e a maioria dos textos de Vigotski são desde essa perspectiva. Metodologicamente Vigotski

¹⁵ De acordo com Vigotski (2018), a pedologia é a área de estudo sobre o desenvolvimento da criança.

(1931) apontava a necessidade de estudar o desenvolvimento desde duas perspectivas: a gênese (no desenvolvimento infantil) e o desmantelamento, o que acontece principalmente em caso de adoecimento mental. Esse segundo eixo era um dos temas que Vigotski trabalhou no final da vida, o que possivelmente é uma explicação para os poucos trabalhos desde essa perspectiva.

Exatamente por isso é importante ressaltar que o desenvolvimento não se encerra na infância, e esta discussão será melhor apresentada posteriormente na discussão da atividade; e a maioria dos processos que explicamos desde a infância ocorrem também em outras etapas da vida. Assim, os mecanismos aqui citados enquanto parte do desenvolvimento da criança seguem valendo, com suas especificidades, para os estágios posteriores, auxiliando à compreensão do que é a psique, ou o *psiquismo*. Sobre isso, nota-se que:

[...]la psique no debe ser considerada como una serie de procesos especiales que existen en algún sitio en calidad de complementos por encima y aparte de los cerebrales, sino como expresión subjetiva de esos mismos procesos, como una faceta especial, una característica cualitativa especial de las funciones superiores del cerebro (Vigotski, 1931, p. 4).¹⁶

Apreender as funções psicológicas superiores, seu desenvolvimento, sua forma de estudo e como articulam-se entre si é entender a história da transformação das formas de comportamento social em formas de organização psíquica individual, como reproduzimos, em âmbito singular, aspectos universais. Possibilita, então, aproximar do conhecimento da formação do psiquismo, posto que este constitui-se de uma série de relações que essas FPS tecem entre si (Linhares & Facci, 2021a).

Ao estudar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, Vigotski (2021a) aponta alguns fatores importantes que serão retomados aqui. Primeiro seria o conceito de unidade entre o biológico e o social, já apontado anteriormente.

Pino (2005) reforça a ideia de que a partir do nascimento de uma criança a cultura já estaria totalmente imbricada no humano ela, ainda que nos primeiros anos de vida os processos de maturação estejam mais marcados por alguns aspectos biológicos, estes já estão subordinados ao contexto sociocultural em que a criança está imersa. Destarte, não há a possibilidade de dizer de um *marco cultural* ao longo da vida, onde o ser humano tivesse um salto ontológico, há apenas alguns saltos qualitativos em seu desenvolvimento.

¹⁶ [...] o psiquismo não deve ser considerado como uma série de processos especiais que existem em algum lugar como complementos acima e separados dos cerebrais, mas como expressão subjetiva desses mesmos processos, como uma faceta especial, uma característica qualitativa especial das funções superiores do cérebro (Vigotski, 1931, p. 4, tradução das pesquisadoras).

É importante ter isso em vista para se considerar o aspecto biológico que reside no humano, pois é a partir deste que as FPS vão se constituir, em um processo dialético de superação por incorporação. Há uma noção de indissociabilidade, mas não igualdade entre os aspectos biológicos e sociais, uma unidade dialética (Linhares & Facci, 2021).

Então, Vigotski (2021a) elucida a importância da compreensão dessa base para o estudo das funções psicológicas superiores, pois as funções elementares não desaparecem, apenas se re-organizam e subordinam às superiores (com exceção dos casos de adoecimento, onde estas podem se tornar independentes).

Por el contrario, el reconocimiento de la unidad de este proceso psicofisiológico nos conduce obligatoriamente a una exigencia metodológica completamente nueva: no debemos estudiar los procesos psíquicos y fisiológicos de forma separada, puesto que desgajados del conjunto se nos hacen totalmente incomprensibles; debemos abordar pues el proceso en su totalidad, lo que implica considerar a la vez los aspectos subjetivos y objetivos (Vigotski, 1931, p. 4).¹⁷

No “nascimento cultural”, de acordo com Pino (2005), o ser humano se emancipa da natureza por meio dos instrumentos e dos signos e passa a ter uma relação mediada com a mesma, de modo a compor sua realidade material, sua cultura. E para que esse nascimento ocorra, “[...]a chave está na *mediação semiótica*, uma vez que a *significação* é o grande *conversor* da natureza em cultura e da cultura em natureza” (Pino, 2005, p. 94, *grifos no original*).

A partir dessa conversão mediada por instrumentos, o ser humano constrói suas funções psicológicas, que se tratam de funções culturais, constituídas tanto por um elemento material quanto pelo simbólico. Esse primeiro elemento já foi dado pela natureza, enquanto o segundo é fonte da intervenção humana (Pino, 2005).

Entretanto, Pino (2005) pontua que, mesmo após essa conversão, a natureza em si permanece enquanto um dado. Assim, as funções elementares não perdem suas características no momento em que adquirem formas que representam a significação. Deste modo, além de o meio sensório-motor atuar enquanto forma primeva de contato do homem com seu meio cultural, ele permanecerá na constituição do homem, enquanto parte fundante, pois “somente seguindo as leis da natureza externa é que podemos alterá-la e submetê-la a nossos objetivos” (Vigotski, 2021b, p. 80).

¹⁷ Pelo contrário, o reconhecimento da unidade deste processo psicofisiológico nos conduz obrigatoriamente a uma exigência metodológica completamente nova: não devemos estudar os processos psíquicos e fisiológicos separadamente, posto que separados do todo se tornam para nós totalmente incomprensíveis; devemos abordar, portanto, o processo em sua totalidade, o que implica considerar conjuntamente os aspectos subjetivos e objetivos (Vigotski, 1931, p. 4, tradução das pesquisadoras).

Até o exposto, entende-se que há uma biologia, que se imbrica e transforma em função superior através da mediação cultural (instrumentos), que constitui o ser humano de forma semiótica, e o torna potencialmente emancipado da ditadura imediata das funções elementares. Contudo, elas continuam presentes, mas modificadas, já que o ser humano é também biologia e corpo, é psicofísico. Mas como isso ocorre na prática?

Em termos de exemplificação, toma-se a fome. Enquanto uma necessidade biológica, que diz de uma manutenção básica para que seja possível executar as demais atividades, é imprescindível que ela seja atendida, assim ela permanece como dado, um pré-requisito. Porém, a fome no ser cultural, aparece de uma maneira qualitativamente distinta, pois a forma de satisfazê-la se altera; não é mais a partir de uma relação direta onde qualquer alimento comestível pode saná-la, e sim se mostra como fome de algo. Assim, não se come carne crua com as mãos, mas carne cozida, temperada, de garfo e faca, por exemplo. Mais do que isso: em nome de normas e hábitos culturais, mesmo quando há a comida disponível e as possibilidades concretas de se sanar essa fome, é possível que a pessoa escolha não comer, seja para atender a padrões estéticos específicos (como uma pessoa que tenta emagrecer), seja para melhorar ou manter a saúde e reconhecer no alimento algo prejudicial (como um diabético diante de um alimento doce, ou uma pessoa alérgica a determinado alimento) ou por outro motivo qualquer. Logo, o elemento biológico permanece e mobiliza o corpo, como fonte de carecimento que pode provocar uma ação; mas a cultura - com suas normas e conhecimentos pode direcionar o comportamento para o contrário daquilo que o organismo biológico necessita. No entanto, permanecemos um corpo e com necessidades biológicas: em caso de fome extrema, o “fome de algo” desaparece ou ao menos perde a importância; em caso de recusa extrema ao alimento (como no caso da anorexia) o corpo falha, o que pode levar a óbito.

E é justamente por isso que a explicação da diferença entre o comportamento humano do animal não se dá pelos aparatos biológicos, e sim pelo fator cultural, que determina a funcionalidade específica de uma função que a torna superior e não elementar, ainda que não prescindida dessa fisiologia. Por conseguinte, a questão é como tal necessidade será atendida, e que, nesse processo, outras necessidades podem surgir e que, ainda que culturais, vão afetar diretamente ambas as esferas (Santos & Sawaia, 2022).

A respeito da diferença de funcionalidade das FPS no desenvolvimento histórico, ou seja, da especificidade que cada uma ganha em seu ato de funcionar de acordo com o contexto específico em que se desenvolve, Vigotski (1999a) utiliza o exemplo do sonho, que será apresentado a seguir.

Essa função psicológica superior, que nesta sociedade capitalista ocidental possui uma qualidade tal, o autor nota que para Cafre - membro de uma tribo - ocupava a mesma função que para nós tem o pensamento, o que não poderia ser explicado a partir de uma alteração biológica ou intrafuncional e sim de sua relação com os outros processos, que é determinada pela forma e qualidade das relações sociais nas quais o indivíduo está inserido em determinada cultura, pela própria organização social de sua infraestrutura e particularidades superestruturais (Vigotski, 1999).

Nesse sentido, Vigotski (2018) contesta as abordagens hereditárias. Compreende que o fator hereditário tem um peso menor quanto maior o tempo de inserção cultural a criança possui, e um peso maior, quanto menor o tempo em que ela está em relação. E mesmo as questões hereditárias que ainda aparecem, se mostram de maneira significativamente distintas de acordo com o meio que se desenvolve e com a própria singularidade de cada indivíduo.

E é por isso que a psicologia genético-experimental, proposta pelo bielorrusso para estudar as funções psicológicas superiores, busca compreender a gênese e a história do comportamento, de onde vem o fenômeno e como se transforma em seu devir, posto que as interações com o meio não cessam de afetar e desenvolver. Para tanto, um conceito central é o de desenvolvimento, que aqui será retomado e complexificado (Vigotski, 2021a).

Vigotski (2021a) vai contra as concepções pré-formistas de desenvolvimento, que consideram a criança como uma miniatura, protótipo do ser adulto, apenas em quantidade reduzida, que ainda vigoravam na prática psi. Para combater essa noção, é necessário compreender o desenvolvimento como um processo dialético, complexo, formado por crises de transformações, qualitativo. Este processo pode ser representado por um movimento espiralado, não evolutivamente crescente, mas que caminha para todas as direções e se move pela superação de dificuldades a partir de estímulos-problema e mediações fornecidas para a adaptação constante e ativa.

Outrossim, fala-se aqui de um desenvolvimento revolucionário permeado por crises. E isso vai contra a abordagem evolucionista, que postula um desenvolvimento retilíneo de acúmulos qualitativos pela passagem do tempo (Vigotski, 2021a). Cada etapa do desenvolvimento é marcada por uma alteração na forma de funcionamento.

As novas etapas do desenvolvimento não surgem da maturação de um embrião pré-existente e sim de um confronto com o meio. O signo entra aqui enquanto elemento crucial para catalisar esse desenvolvimento, posto que “é sempre um meio de relação social, um meio de influenciar outras pessoas, e, somente mais tarde, ele se transforma em um meio de influenciar a si mesmo” (Vigotski, 2021a. p. 194). É o processo de ‘conversão simbólica’

previamente mencionado. Dessa forma, apenas a partir da socialização e do acesso aos signos via inter-relacional que há a impulsão do processo de desenvolvimento, onde em cada etapa há alterações substanciais. Aqui é necessário fazer um breve parêntese para lembrar que o signo é ideológico, ou seja, não é algo neutro e desinteressado; o que implica em dizer que o desenvolvimento também carregará as determinações ideológicas de dado momento histórico.

Aqui é válido distinguir a organização de tempo estabelecida por Vigotski (2018), quando se fala em etapas (ciclos); não se trata de estágios relativos ao tempo cronológico apenas, mas sim ao ciclo de desenvolvimento. Uma criança cronologicamente mais velha pode estar em ciclos diferentes quanto a seu desenvolvimento em comparação a uma criança mais nova.

Assim, no ciclo de desenvolvimento a idade pedológica pode divergir da idade cronológica. Além disso, o próprio ciclo não carrega uma regularidade quanto ao tempo decorrido cronologicamente, um ciclo pode durar 1 mês, outro quatro anos, a depender do tempo necessário para desenvolver tais aspectos e das condições do meio. Apesar dessa diferença entre as idades e da irregularidade dos ciclos, há uma regularidade no sentido do que é desenvolvido primeiro, ou seja, há alguns pré-requisitos no desenvolvimento para que haja a passagem de um ciclo para outro (Vigotski, 2018).

Em suma, a lógica do desenvolvimento é retratada na passagem do interpsicológico para o intrapsicológico. Conhecida como a primeira *Lei Geral do Desenvolvimento*, a dinâmica diz respeito ao desenvolvimento das FPS como um processo que se dá primeiro a nível social, inter-relacional e após este é internalizado para âmbito intersíquico, de maneira a fundar as funções tipicamente humanas (Vigotski, 2021a).

Em geral, podemos dizer que as relações entre as funções mentais superiores foram em algum momento relações reais entre as pessoas. Eu me relaciono comigo mesmo da mesma forma que as pessoas se relacionam comigo (Vigotski, 2000, p. 196).

Dessa maneira, entende-se que a base do desenvolvimento está no meio em que este ocorre. Enquanto uma atividade semioticamente mediada, o processo de desenvolvimento humano vai depender da organização social, das relações e da disposição de ferramentas mediadoras (signos e instrumentos) no entorno da criança e da ação que se desenrola a partir disso (Martins & Facci, 2016).

No entanto, quando se fala de desenvolvimento, o meio nunca aparece como algo que se transpõe de forma abstrata, já foi mencionada a fundamental mediação dos signos para que

isso ocorra, mas mesmo este processo de conversão do social para o individual ganha uma terminologia específica, que é *situação social de desenvolvimento* (Vigotski, 2018).

Este termo é importante, pois parte de uma consideração da relação dialética que existe entre a pessoa e o contexto. Considera-se que o mesmo meio pode significar coisas distintas para diferentes crianças. Assim, uma pessoa específica pode ser afetada de maneira muito diferente que outra a um mesmo contexto, a depender de quem é essa pessoa. E ainda que para uma mesma pessoa o meio não mude ao longo da vida, ele significará coisas diferentes nos diferentes ciclos em que estiver. Desta maneira, observa-se que é uma relação dinâmica (Vigotski, 2018). Mais à frente haverá uma discussão sobre o *drama e vivência*, onde esta complexa relação será melhor explorada.

Além disso, o autor toma o conceito de *zona de desenvolvimento proximal* como forma de demonstrar que, a partir da interação e mediação dos processos culturais, a criança pode aprender o que está a seu nível de potência e, conseqüentemente e simultaneamente, desenvolver-se:

[...] chamamos a zona de desenvolvimento proximal. Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (Vigotski, 2007, p. 97).

Assim, o autor retoma que, não necessariamente processos de aprendizagem e desenvolvimento são correspondentes no indivíduo, ainda que, concomitantemente, propõe uma unidade de tais processos, pois esses seriam aspectos inseparáveis no sujeito visto que através deles que estaria contida a forma em que a criança internaliza o mundo exterior em seus sentidos e significados (Vigotski, 2007).

Nessa interação meio-pessoa, torna-se pungente uma primazia do meio enquanto base para significação e desenvolvimento. Na esteira dessa discussão, aponta-se que "O indivíduo torna-se para si mesmo o que ele é por meio do que ele manifesta para as outras pessoas" (Vigotski, 2021a, p. 199). Esse processo de internalização pode ser melhor compreendido nas seguintes etapas

- 1) A pessoa influencia a pessoa – obrigatoriamente de fora, com ajuda de sinais.
- 2) A pessoa influencia a si – de fora e com ajuda de sinais, isto é, de modo social.
- 3) Juntamente com a regulação intra-cerebral da conduta aparece a autoestimulação, como caso particular da estimulação social (a telefonista maneja o aparelho). É impossível fazer analogias de toda a conduta com o funcionamento do aparelho. Mas aparelho + a pessoa... (Vigotski, 2021a, pp. 39-40)

Não obstante, o autor assente que a *imitação* se trata de um mecanismo também primordial utilizado para o processo de desenvolvimento da linguagem e apropriação dos signos. Ela é essencial, então, para a formação das funções psicológicas superiores, a partir de uma compreensão de que, ao imitar, a criança se apropria de uma forma de resolução de um problema, a partir da observação e internalização ativa (Vigotski, 2021a).

Por exemplo, considere uma situação em que uma criança observa um adulto na atividade de escrita. No conceito de imitação de Vigotski, a criança não se limitaria a copiar os movimentos motores específicos da escrita, mas também buscaria compreender o significado por trás desse ato cultural. A criança, ao imitar o adulto, se envolve em uma atividade que transcende a mera reprodução motora; ela internaliza os conceitos relacionados à linguagem escrita, comunicação e expressão.

Nesse processo de imitação para a internalização das relações sociais e conversão em *relações interfuncionais*, é notório que não há apenas uma cópia. Até pelo exposto na discussão de situação social de desenvolvimento, vê-se um caráter ativo em que essa apropriação se dá, ou seja, a criança constrói significações específicas quando toma para si esses papéis e atribui sentidos próprios.

Nota-se até então uma aproximação ao entendimento de como ocorre o processo de subjetivação. Outro aspecto fundante para compreendê-lo é a discussão sobre o mecanismo de funcionamento das funções psicológicas superiores, como elas vão se organizar. Com vistas a compreender isso, a partir de Vigotski (2021a), pode-se estabelecer a existência de relações de *subordinação e hierarquização*¹⁸, onde há uma relação dialética todo-parte, com maior diferenciação entre suas partes e a formação de um todo qualitativamente diferente, que elabora uma rede complexa de funções, que se entende enquanto o psiquismo.

Esse mecanismo de subordinação e hierarquização funciona da seguinte forma: inicialmente o psiquismo é um todo indiferenciado, e seu desenvolvimento vai se dar a partir da interiorização da cultura, mediada pelos signos fornecidos nas relações sociais. Assim, no princípio a criança não possui o desenvolvimento da linguagem, do pensamento, memória ou da imaginação (Vigotski, 2021a).

Ao longo de seu processo de desenvolvimento, em etapas estabelecidas na sua situação social de desenvolvimento, a criança vai ter uma função que vai saltar desse todo indiferenciado e passar a subordinar as outras, o que inaugura um ciclo específico. Aqui

¹⁸ A origem dessa discussão apropriada por Vigotski (2021a), remete ao psiquiatra alemão Ernst Kretschmer (1924), o qual estabeleceu duas leis: lei da estratificação e lei da superestrutura (Vigotski, 2021a).

inicia o processo de diferenciação de uma função em específico, mas também do psiquismo como um todo. Ou seja, há uma estrutura da própria função e dela em relação às demais, que não pode ser separado.

Ainda nesse processo, formam-se as estruturas centrais e periféricas do psiquismo. A lógica onde uma estrutura ordena e outras obedecem - i. e. trabalham para desenvolvê-la intensamente (Vigotski, 2021a). Nesse movimento, as funções primordiais são desenvolvidas primeiro e em sequência, como a percepção. Nesse sentido, o psicólogo enuncia que apesar de não haver uma ordem exata em termos classificatórios de desenvolvimento, existem alguns pré-requisitos base, que são essas funções primordiais (Vigotski, 2018).

Nos primeiros momentos de vida, a percepção afetiva inaugura esse processo de diferenciação e hierarquia no desenvolvimento, por consequência todo o psiquismo da criança estará regulado a partir dela. Posteriormente, esse movimento segue em etapas sucessivas, onde vão se alterar as funções dominantes, nos ciclos de desenvolvimento. Uma hora determinada função toma a cena, em outro momento emerge uma função diferente para se diferenciar e desenvolver (Vigotski, 2021a).

Esse transcurso ocorre usualmente em períodos críticos, onde há uma demanda do meio para que a criança se mobilize a partir de um lugar diferente, há uma mudança de ciclo e da sua situação social de desenvolvimento (Vigotski, 2021a). Todavia, pode ocorrer que mesmo dentro de um ciclo outra função que não a dominante, ocupe seu lugar temporariamente, como um sentimento de paixão que pode desorganizar momentaneamente a hierarquia estabelecida.

Vigotski e Luria (1984) ainda colocam outro aspecto que também há de ser crucial para o entendimento das funções psicológicas superiores, que é a unidade entre elas:

Estamos agora diante de uma conclusão de grande importância teórica. Com base na semelhança essencial que se manifesta em sua origem e desenvolvimento, devemos considerar a unidade das funções psicológicas superiores. Funções tais como a atenção voluntária, a memória lógica, as formas superiores de percepção e movimento, que até agora foram investigadas separadamente, como fatos psicológicos independentes, aparecem à luz de nossos experimentos como fenômenos essencialmente de uma mesma ordem: unificados em sua gênese e em sua estrutura psicológica (pp. 19-20).

Pode-se compreender as relações interfuncionais e sua organização enquanto unidade psicológica fundamental, que Vigotski (1999a) nomeará como *sistemas funcionais*. A combinação de funções, semioticamente estruturada com a mediação da atividade, leva a uma reorganização, onde a mudança de uma altera as outras; por exemplo, ao reorganizar a

percepção, reorganiza-se a atenção, que influi na memória de planejamento para a ação com a combinação dos elementos atuais com os passados.

Desta forma, as próprias funções já não podem ser pensadas e caracterizadas apenas em termos intrafuncionais, isoladas desse sistema interfuncional; pois a motricidade, ou a percepção, por exemplo, passam a se caracterizar a partir do tipo e da forma de relação que tecem entre si e com as demais (Vigotski, 1999). Assim sendo,

[...] a memória não apenas muda quando contrai matrimônio, se nos permitem dizê-lo assim, com o pensamento, mas este, ao modificar suas funções, não é o mesmo que conhecemos quando estudamos operações lógicas. Aqui se alteram todas as conexões estruturais, todas as relações, e nesse processo de substituição de funções nos encontramos com a formação do novo sistema [...] (Vigotski, 1999, p. 7).

Portanto, cada função se desenvolve em separado, mas de maneira a tecer relações com as outras a todo momento e a afetar diretamente o funcionamento das demais nesse processo, ou seja, indiretamente também estão se desenvolvendo, mesmo que de forma mais rudimentar. Conclui-se, então, que há uma relação dialética todo-parte entre as funções, denominada de sistema interfuncional, que vai se especificar mais ao longo do desenvolvimento (Vigotski, 2021a).

Sob essa ótica, é notório que funções não existem em separado ao ato de funcionar que é construído nesse sistema e na constante interação dialética com o meio. Retoma-se o exemplo da água do tópico anterior: o que dá à água a sua funcionalidade, as suas propriedades, não é o hidrogênio ou o oxigênio em si, mas sim a relação que eles estabelecem, que forma uma cadeia química específica.

Obtém-se de toda essa discussão que não há hierarquia fixa e imutável das funções. Como viu-se, em cada etapa do desenvolvimento ocorrem transformações, que acompanham o próprio movimento do real. Ou seja, ao longo da vida, as relações entre as funções e a qualidade destas podem se alterar, existem algumas linhas fixas neste fluxo (os ciclos), que trazem certa estabilidade, mas mesmo estas não estão imunes (exemplo da paixão). O psiquismo é movimento (Martins & Facci, 2016). O papel social ocupado pela pessoa vai determinar a hierarquia das funções (Vigotski, 1930).

Assim, na passagem de um ciclo ao outro, quando ocorre uma crise, com novos estímulos e situações problemas que são fornecidos, a função até então dominante passa a se estabelecer na periferia e outra vem ao centro. Como exemplo a percepção, que perde seu lugar de tirania, e então passa por um processo de regressão, para que outra função possa assumi-lo e evoluir em sua forma superior. Aqui retoma-se a lógica de crise, evolução e

involução, com avanço de uma função e retrocesso de outra, em prol do desenvolvimento do psiquismo como um todo (Vigotski, 2021a).

Nesse sentido, o psiquismo estrutura-se como uma rede, onde uma linha se sobressai e reorganiza as demais, mas as outras permanecem ali presentes, formam o tecido do psiquismo, um emaranhado de funções em um sistema próprio. Daí compreende-se que o germen do novo está contido no velho, ou seja, o que vai emergir enquanto um novo ciclo, já estava presente no antigo, enquanto potencial para assumir um protagonismo na hierarquia (Marins & Facci, 2016).

A partir dessa compreensão de relações interfuncionais e da regulação do sistema de funções se pode pensar como a personalidade irá se formar. Vigotski (1999a) discorre sobre a relação íntima que existe entre as FPS e a *personalidade*, ao ressaltar que o caráter do autodomínio da conduta parte precisamente de uma explicação da personalidade, que se constitui então enquanto esse sistema de relações interfuncionais. Esta que vai se formar a partir das modificações das relações entre as funções, que se agrupam de formas distintas.

A personalidade é um conceito histórico, trata-se da forma singular em que o ser humano internaliza as relações genéricas dispostas em sua particularidade. Quando apreendida em termos de interiorização, ela se apresenta como outro conceito, de acordo com Vigotski (2021), o de visão de mundo.

A visão ou concepção de mundo, não diz respeito a um sistema lógico ou uma concepção consciente, e sim à relação cultural com a realidade. Veja, os animais não possuem essa concepção de mundo, nem tampouco a criança nos seus primeiros anos de vida e, pode-se dizer, que até sua maturação sexual. Pois o que há neste meio tempo seria melhor compreendido enquanto atividade (Vigotski, 2021).

O desenvolvimento da concepção de mundo e, portanto, a estruturação da personalidade, se dá em meio a estreitas conexões entre as funções, e por isso não é um desenvolvimento compartimentado e uma póstuma somatória destas. Também não trata-se de um desenvolvimento natural ou orgânico, de maturação fisiológica (Vigotski, 2021).

Assim, o desenvolvimento das funções se condiciona ao desenvolvimento da personalidade como um todo. Em uma lógica de S-P-U, a personalidade se presentifica em cada função, dessa forma quando estudamos estas, também se apreende traços da personalidade. Aqui importa compreender a relação todo-parte dentro do psiquismo que se forma a partir do desenvolvimento aqui em pauta.

Não obstante, esse mecanismo de subordinação e hierarquização, a própria regulação das relações interfuncionais, por dependerem dos estímulos externos, está calcado no

processo de interiorização das relações sociais, como se estabeleceu no início dessa discussão: “A criança aplica para si mesma aquelas formas de comportamento que os adultos normalmente utilizam com relação a si próprios e este é o aspecto central do domínio de seu próprio comportamento” (Vigotski, 2021a, p. 167).

Essa relação então ocorre de forma a unificar na pessoa os mecanismos de comando e ação, que estão presentes no meio. Mas aqui não fala-se de um meio abstrato, “o próprio tipo de desenvolvimento histórico do comportamento venha a estar na dependência direta das leis gerais do desenvolvimento histórico da sociedade humana” (Vigotski, 2009, p. 149).

Nesse viés, Vigotski (1930) assevera que a organização das relações sociais de produção vai determinar, a partir das mediações mencionadas, a própria organização psíquica, o que ressalta a natureza social do desenvolvimento. Assim, a formação do psiquismo se dá em um contexto social e histórico específico, a partir de uma infraestrutura, que aqui trata-se do modo de produção capitalista.

A alienação, de acordo com o bielorrusso é uma consequência direta do capitalismo, no qual os indivíduos são submetidos a uma divisão do trabalho extremamente fragmentada e desumanizante. Ela ocorre quando os indivíduos são separados dos meios de produção e dos instrumentos culturais que são necessários para a construção de sua própria vida e da vida em sociedade (Vigotski, 2000).

O pesquisador que defende a lei fundamental do desenvolvimento histórico humano, aponta para uma participação fundante da particularidade da classe que os sujeitos pertencem para a formação da sua personalidade, que não se dá de forma homogênea. A alienação impossibilita o desenvolvimento omnilateral dos seres humanos, o que produz contrastes agudos, onde uns se apropriam mais que outros, além de conformar um cenário de luta de classes que vai se presentificar no próprio psiquismo (Vigotski, 1930). Na visão do autor (e aqui defendida), o capitalismo:

não só fracassou em elevar a humanidade como um todo - e cada personalidade humana individual - para um nível mais alto, como a reconduziu a uma degradação mais profunda da personalidade humana e de seu potencial crescimento omnilateral (Vigotski, 1930, p. 4).

Além disso, a divisão do trabalho causa uma secção e compartimenta corpo e psiquismo de forma a direcionar seu desenvolvimento a tipos específicos de conteúdos que aparentam governá-los de uma ordem externa (Vigotski, 1930). Acontece que, se o próprio meio não é uno, sem conflitos, harmônico, como isso vai repercutir na organização funcional?

Todo o processo de dominância de uma função e de alteração dessas relações interfuncionais sob a demanda objetiva, não ocorre de forma tranquila, livre de embates e conflitos. A função que exerce a dominância não abre mão desta facilmente, a todo momento há disputas para estabelecer qual levará a centralidade e o poder de subordinar as demais, como na própria luta de classes. Então, ainda em um ciclo aparentemente estável, esta tensão é permanente. Todas querem ocupar o lugar de centralidade. Como se configura essa luta?

A dinâmica da relação entre as FPS é o *drama*. O drama pauta-se nessa luta interna, onde o processo de subordinação e resposta ao comando não opera sem resistência e contradições, está permeado por elas, assim como nas relações sociais. No intervalo entre o estímulo do meio e a resposta do sujeito, na rede psíquica, há um palco em disputa para ditar o comando da ação humana (Santos, 2015).

Analisar a personalidade a partir do conceito do drama permite compreender o movimento de contradição e de conflito existente na realidade. Trata-se de um importante eixo de análise que compreende que o psiquismo é marcado pela luta, contradição e conflitos existentes na realidade.

Além disso,

O drama também permite a compreensão da dupla mediação que caracteriza o fenômeno psicológico humano. A proposta básica de Vigotski é que a passagem do social para o psiquismo se dá pela mediação semiótica; mas essa passagem também exige a atividade do sujeito (Santos, 2015, p. 198).

A concepção de conflito na compreensão do psiquismo não é nova e, aos poucos, ganha destaque nas diferentes compreensões do funcionamento subjetivo, no mesmo momento que a consolidação do capitalismo passa a se caracterizar como a polarização em duas classes distintas e seu embate passa a ocorrer de forma cada vez mais direta (Santos, 2015). É importante destacar que o conflito e a luta interna de sistemas fazem parte da própria dinâmica do psiquismo; no entanto, no capitalismo o drama ganha contornos distintos e conflitos irresolúveis, ou movimentos de tentativa de resolução que podem fazer com que hajam prejuízos ao sujeito ou, no mínimo, que dificultam a construção de alternativas efetivas e duradouras.

Ou seja, a ação humana, por ser mediada, é também transformada de acordo com a pessoa concreta que está em cena, não trata-se de uma simples ordem de estímulo-resposta, há uma decisão que transforma em realidade as possibilidades vigentes, que ordena o devir psíquico (Santos, 2015). Essa ação é tomada por uma pessoa concreta, de classe, gênero, raça, sexualidade (dentre outros determinantes) definidos.

Veja-se o conflito mais de perto: quer-se agir de uma forma, mas deve-se agir de outra. Cada uma dessas dimensões possui um afeto motivador. E a definição desse choque, o caráter decisório é o que define o desenrolar da trama, as próximas cenas. A história não está definida (Delari Jr, 2011).

Vigotski (2000) aponta para o exemplo de um juiz que está em processo de julgamento da esposa: enquanto juiz deve condená-la, como marido não o quer fazê-lo. Mas uma ação deve ser tomada, e esta determinará tanto como se sentirá, quanto seus caminhos enquanto esposo e juiz, o que vai ressignificar a sua personalidade como um todo. Outrossim, as próprias consequências da ação estão em consonância com os significados atribuídos socialmente.

E esse movimento constante que culmina na ação, ao abrir um novo drama, ou dar foco para outro já subjacente, tem como palco o cotidiano, onde desenrolam-se as escolhas e suas reorganizações e também onde o universal se concretiza na vida singular dos indivíduos, que trabalham, se relacionam, sofrem, sentem prazer etc (Santos, 2015).

Assim, de acordo com Delari Jr (2011), o drama aparece enquanto a organização das FPS e a própria relação indivíduo-sociedade. Também, segundo Santos (2015), ao retomar o pensamento lukacsiano, ele diz da própria concepção de totalidade psíquica; além de evidenciar uma unidade afetivo-volitiva, a integralidade do psiquismo.

O drama sinaliza que há uma escolha posta ao indivíduo em todas as situações. Levantar ou não, ligar ou não, pegar este ou outro caminho. Das mais às menos relevantes. Com maiores ou menores possibilidades de caminhos. A questão é que elas não estão sempre conscientes e, portanto, sob o domínio do indivíduo. Então, como podemos nos aproximar mais ao concreto dessas escolhas e em que medida elas são possíveis em termos libertários nesta realidade social?

Ora ainda ao se tratar de uma escolha, este nunca é um processo simples. Ele é complexo, permeado de afetos, sentidos conflitantes, de sistemas contraditórios, e, por isso, há um movimento também interno que antecede a ação, ao qual não se pode furtar. Assim, após a interiorização ou conversão e reorganização das funções, essas passam a atuar de forma a selecionar e organizar a forma de contato (mediado) do ser humano com o meio, de modo a guiar suas ações previamente de uma determinada maneira, de acordo com essa estrutura já construída. Maneira esta que é dramática, como demonstrado, e que também se modifica na ação. Importa aqui compreender que é neste campo que entra a possibilidade de criação e transformação no momento de exteriorização (Vigotski, 2021a).

Contudo, fica o imbróglio entre a determinação social, ação individual e liberdade de escolha relacionadas ao comportamento consciente e inconsciente como um apontamento crucial a esta pesquisa, a que pretende-se desenvolver melhor ao longo do trabalho.

Em suma, aponta-se para três tipos de conexões entre as funções: as primárias, hereditárias, que regem inicialmente as relações entre os aspectos emocionais e os intelectuais, estas que diminuem à medida que transcorre o desenvolvimento e se subordinam às demais formas, como viu-se; as secundárias, impostas pelo meio, que coordenam a relação interno-externo e, por fim, as terciárias, mais definitivas, que estabelecem a base para a autoconsciência, a partir da formação de conceitos (Vigotski, 1999).

Não obstante a essa discussão, emoção, pensamento e linguagem aparecem enquanto estruturas que possuem maior maturação na adolescência e vão determinar a organização psíquica, principalmente na fase adulta, onde há a predominância da consciência. Assim, aponta-se para a necessidade de deter-se mais à discussão destas funções.

2.3 Pensamento, linguagem e a formação conceitual

2.3.1 As origens genéticas do pensamento e da linguagem

Pensamento e linguagem, embora distintos em suas funções e origens filogenéticas, convergem em um ponto-chave de desenvolvimento ontogenético: o pensamento verbalizado, um marco que diferencia o ser humano dos animais. Vigotski (2009) destaca essa interseção como fundamental, embora ressalte que, mesmo nesse estágio, ambas as funções permanecem com partes independentes, assemelham-se a dois círculos que se cruzam em um ponto.

Em termos de desenvolvimento ontogenético, Vigotski (2009) aponta para a existência de alguns estágios: o estágio pré-intelectual da fala, onde está presente a emissão de sons, balbucios, como no bebê, que emite sons involuntários, mas sem nenhuma articulação com o pensamento.

Há também o estágio pré-verbal do pensamento, no qual observa-se a resolução de problemas práticos baseada no campo perceptivo e no uso de objetos. Por exemplo, um bebê pode recuperar um objeto caído debaixo do berço se estiver ao alcance. O leitor se lembra de quando se discutiu sobre a função primordial no início da infância ser a percepção afetiva? Pois bem, ela vai regular o pensamento e a fala aqui.

O psicólogo soviético retoma estudos que aproximam os estágios iniciais da vida, dos primeiros meses, à forma de comportamento de alguns animais, em experimento, como os do pesquisador Kohler. Observou-se que os símios tanto possuem emissão de sons mais rudimentares, quanto conseguem atuar na resolução de problemas práticos, quando os objetos são dispostos em seu campo de visão imediato (Vigotski, 2009).

Porém, como já foi discutido, a diferença vital entre o comportamento humano e o animal é o aspecto simbólico e a capacidade de transmissão deste, com a socialização, fator que vai determinar a mudança da relação entre pensamento e linguagem como será trabalhado mais à frente, onde há o encontro das funções, obtém-se disso o significado como unidade básica de análise (Vigotski, 2009).

Sobre a discussão do desenvolvimento do pensamento e da linguagem, nota-se também uma diferença no direcionamento deste desenvolvimento, eles “evoluem” em sentidos opostos. Qual seja: a linguagem vai da parte para o todo, e o pensamento transcorre do todo à parte, assim eles são opostos contraditórios (Vigotski, 2009).

Inicialmente, a linguagem se forma a partir de palavras isoladas com significados específicos. A criança adquire essas palavras e começa a associá-las aos objetos e eventos em seu meio. Esse é o desenvolvimento inicial da função psicológica da linguagem, em que as palavras representam unidades de significado (Vigotski, 2009).

À medida que a criança avança no desenvolvimento, ela começa a combinar essas palavras em frases, de modo a formar estruturas mais complexas. Com o uso de frases, a criança adquire a capacidade de expressar pensamentos mais complexos e elaborados, até chegar a uma fala coerente. Dessa maneira, o desenvolvimento da função psicológica linguagem segue a direção da parte para o todo, das palavras isoladas para as frases mais complexas (Vigotski, 2009).

Por outro lado, o pensamento se desenvolve inicialmente como um todo indiferenciado, em que as crianças têm uma compreensão global da situação ou do problema. Na medida em que as crianças interagem com as outras pessoas e utilizam a linguagem para comunicar e resolver problemas, elas internalizam a função psicológica da palavra para o pensamento (Vigotski, 2009).

Através da mediação dos outros e do uso da linguagem, a criança começa a desmembrar o pensamento global em partes menores, em elementos que podem ser manipulados e analisados, como complexos e categorias, expressos na palavra. Por isso que quando chega na palavra, uma só palavra já é uma frase completa no pensamento, há um subtexto ali. Dessa forma, o desenvolvimento do pensamento ocorre na direção do todo à

parte, em que o pensamento global é desmembrado e se torna mais articulado e reflexivo (Vigotski, 2009).

Dessarte, nota-se que linguagem e pensamento são diferentes, mas não independentes, como nenhuma função o é. E, justamente por isso, o desenvolvimento de uma vai impulsionar o da outra. Stern, citado por Vigotski (2009) aponta que em meados dos 2 anos, essas duas funções vão se juntar no pensamento verbalizado. Importante destacar que não se trata de uma periodicidade dada biologicamente; mas uma marca dada por nossa cultura que faz com que em torno dessa idade a socialização da criança já alcançou um importante nível, resultante da inserção da criança no universo simbólico que a rodeia. É a partir dessa intersecção que pode surgir a fala interior. Esse aspecto, denotativo da apropriação da linguagem, elucida que o movimento ocorre a partir do social, do inter para o intra, como foi demonstrado anteriormente (Vigotski, 2009).

Propõe-se focar agora na função linguagem, cuja importância reside na apreensão contextual, uma abstração que estrutura a consciência entre o interno e o externo. A linguagem consente a comunicação, socialização, produção e troca de conhecimentos, e influência nas relações. Com base em sua função, permite um movimento que vai da materialidade objetiva (representação sonora, visual) para a subjetividade (internalização por cada sujeito em seu funcionamento psíquico) e, por fim, uma nova objetivação (criada a partir do embate entre o significado social e a organização do psiquismo) (Vigotski, 2009).

A linguagem possibilita a apropriação da cultura, e também atua na determinação do próprio desenvolvimento humano, conforme já discutido anteriormente. A significação é considerada a mediadora universal da cultura e da humanidade histórica (Pino, 2005). Em linha com a acepção marxista, a linguagem é o instrumento que movimenta o homem na construção de sua história. Ela promove os processos de abstração, planejamento, comunicação e o desenvolvimento de forças produtivas e relações sociais, bem como do próprio ser social. Desta maneira, ela é criada e apropriada no seio das relações sociais.

De forma resumida, a linguagem deve ser considerada através dos sentidos e significados que estruturam o psiquismo (Molon, 2020). O significado é o aspecto culturalmente compartilhado, uma compreensão social. No entanto, no indivíduo ele é sempre permeado de sentido, uma incorporação dos aspectos pessoais desse ao significado e caracterizando assim a singularidade de cada indivíduo. Mas como ocorre seu desenvolvimento?

Para responder a isso, é preciso entender que a linguagem surge inicialmente como função de socialização e, somente depois, atua através da mediação da fala interna na

formação do pensamento verbalizado, o que resulta em uma reorganização das FPS (Vigotski, 2009).

Esse desenvolvimento acontece em estágios, primeiramente o pré-intelectual, conforme já explicitado. Em seguida, a *psicologia ingênua*, quando há uso correto da palavra, mas sem compreensão, com a função imitativa mais presente. E, posteriormente, a *fala egocêntrica* (Vigotski, 2009).

Na infância, a fala egocêntrica emerge como um estágio crucial. Nesse momento, a criança está imersa em suas atividades, como brincar sozinha em seu quarto com seus brinquedos. Durante essas brincadeiras, a criança começa a narrar em voz alta as ações imaginárias de seus brinquedos. Por exemplo, ao manipular um boneco, ela expressa: "Agora o boneco está escalando a montanha em busca de um tesouro!", movendo o brinquedo pela superfície da mesa ou estante (Vigotski, 2009).

É importante ressaltar que essa fala não é direcionada a outra pessoa, mas é uma forma que a criança utiliza para organizar seus pensamentos, direcionar suas ações e explorar ideias enquanto se diverte. É como se estivesse "pensando em voz alta", ao utilizar a linguagem para estruturar e dar significado às suas atividades, contribuindo para a sua compreensão do mundo ao seu redor (Vigotski, 2009).

Esse estágio da fala egocêntrica é fundamental no desenvolvimento, pois representa a transição entre a externalização e a internalização da linguagem. É um momento no qual a criança começa a utilizar a fala como um instrumento para regular suas próprias ações, antes mesmo de internalizar completamente essa habilidade. É um elo inicial entre a linguagem e o pensamento, onde a linguagem se torna um auxílio para organizar e direcionar a própria ação da criança durante suas experiências lúdicas.

Somente após isso, estabelece-se o estágio da *linguagem interiorizada*, do pensamento verbalizado, onde torna-se possível, por exemplo, fazer contas mentais (Vigotski, 2009). Todo esse processo fundamenta-se na palavra, no desenvolvimento da significação, que representa a unidade entre o pensamento e a linguagem.

Por conseguinte, o desenvolvimento do significado é estável -pois ainda que se desenvolva, o faz socialmente- mas se altera no decorrer da ontogênese, em relação à apropriação e ao sentido que este terá para a criança. Isto ocorre pois, ainda que o meio falante da criança permaneça o mesmo ao longo de seu ciclo de desenvolvimento, a forma com que isso vai chegar até ela configura algo totalmente diferente de acordo com sua situação social de desenvolvimento (Vigotski, 2009).

Para compreender o papel da palavra na organização do comportamento do indivíduo, é necessário primeiro entender a relação entre as pessoas. A palavra funciona como comando: "O poder da palavra sobre a função mental se baseia no verdadeiro poder do superior sobre o subordinado" (Vigotski, 2021a, p. 196).

A palavra exerce essa função de execução e direção em um momento interpessoal, e após a internalização, passa a regular o próprio comportamento. Como se fosse o supervisor e o subalterno unidos em uma mesma pessoa, um processo de desenvolvimento que passa por três estágios básicos: em si, para o outro e para si, como já explicado anteriormente. Importante destacar que, se consideramos que o modo de produção é o que determina e estrutura o psiquismo, essa lógica de supervisor e subalterno já é resultado da apropriação das relações sociais, transpostas para o psiquismo individual.

Para ilustrar melhor o desenvolvimento da linguagem, Vigotski (2000) usa o exemplo do gesto de apontar. Uma criança, na intenção de alcançar um objeto, gesticula em direção a ele, o que leva a mãe a se aproximar, pegar esse objeto e entregá-lo à criança. Essa ação pode ser compreendida como uma atribuição de significado, onde o gesto antes direcionado ao objeto passa a ser direcionado à mãe.

A reação da mãe é percebida como uma reação relacional, não intencional no início, mas que se torna um signo a partir desse momento. Isso reafirma que, tanto quanto qualquer função psicológica superior, a linguagem "antes de se tornar função, foi uma relação social entre duas pessoas" (Vigotski, 2000, p. 24).

Há uma mudança de direcionamento, de uma ação sem significado para uma ação significada e dirigida ao outro, que pode ser apropriada e regular o próprio comportamento, de modo a seguir a lógica do inter para o intra. E é nesse sentido que se desenvolve a linguagem.

Luria (1986) argumenta que a palavra possui algumas funções importantes: ela duplica a realidade e outorga a existência de uma realidade interior (semiótica); substitui e designa objetos, e é útil para indicar objetos e referir-se a estes mesmo sem sua presença.

A palavra também é responsável por regular o comportamento. Essa se trata de uma de suas funções fundamentais, pois permite que o ser humano regule sua própria ação, independentemente de estímulos externos. Além disso, permite associações com outros objetos e eventos passados; possibilita a abstração (com o desenvolvimento do pensamento verbalizado), análise e generalização, ou seja, um desprendimento do real imediato para construir explicações mais complexas (Luria, 1986).

Ao levar em consideração essas funções, é essencial lembrar que, como signo, a palavra possui um aspecto ideológico. Assim, a forma como a assimilação, interiorização, regulação e transmissão ocorrem é influenciada pela cultura. Refletem-se nas palavras as próprias relações sociais, contraditórias e baseadas na luta de classes (Vigotski, 2000).

Portanto, o próprio direcionamento que a linguagem apresenta para o psiquismo é influenciado por uma disputa ideológica, baseada nas condições materiais da sociedade capitalista. Os papéis de subalterno e subordinado não serão internalizados sem resistência, aqui retoma-se a perspectiva dramática refletida na palavra, daí o drama se atualiza (Vigotski, 2000).

Após explorar o processo de apropriação da linguagem e sua conexão com o pensamento, vamos adentrar na análise do *pensamento*. Ao explorar o conceito de pensamento, é fundamental considerar seu aspecto como uma função orientada para a ação no mundo e resolução de problemas. Vigotski (2009) destaca essa faceta ao retomar a análise de Pliekhánov, que evidencia a singularidade criativa do ser humano ao descrever a atividade intelectual como a habilidade de inventar e empregar instrumentos de trabalho. É relevante ressaltar que essa capacidade não surge de maneira natural, mas sim, é desenvolvida socialmente, assim, ela emerge a partir de motivações e necessidades específicas.

No processo de desenvolvimento do pensamento, a infância revela uma base inicial caracterizada pela inexperiência ampla com a realidade, assim manifesta, predominantemente, um pensamento prático, especialmente na fase pré-verbal. Este percurso evolutivo subsequente é marcado por estágios distintos, de modo a englobar a experimentação por tentativa e erro, a ampliação da fala interna, a seleção de soluções e o uso de signos, entre outros marcos significativos (Vigotski, 2009).

Além disso, é essencial sublinhar a capacidade integradora e impactante do pensamento em todas as funções psicológicas. Enquanto responsável por sua (re)organização, este possui o poder de alterar o sistema psíquico de maneira distribuída. No entanto, essa função reorganizadora só se manifesta de forma marcante quando atinge um estágio de desenvolvimento específico.

Este estágio caracterizado pelo surgimento do pensamento em conceitos é um marco qualitativo que permite a formação do pensamento abstrato, onde este passa a se realizar na palavra, de modo a tomar forma objetiva. Esse novo patamar possibilita a capacidade de abstrair e generalizar conceitos, os quais se tornam instrumentos no processo reflexivo do indivíduo, e possibilita, assim, tecer sua compreensão do mundo e das relações existentes.

2.3.2 Relação pensamento e palavra: o processo de formação conceitual

Pode-se compreender que a formação de conceitos é um elo entre as FPS e a personalidade, um sistema complexo de signos interiorizados e inter relacionados que guiam as funções, primordialmente pensamento e linguagem aqui em foco, de modo a possibilitar um conhecimento mais rico do mundo e de si mesmo; constrói-se com ela uma específica estrutura motivacional, que possui linhas de estabilidade e instabilidade. A seguir, a discussão segue para explorar mais sobre a formação de conceitos no desenvolvimento, que aborda o próprio processo de significação tipicamente humano.

Vigotski (2009) anuncia a necessidade de compreender o processo de construção do pensamento, tal como aparece nos adultos, pois este não se dá da mesma maneira durante o desenvolvimento pedológico até a adolescência. Fenotípicamente, a criança se utiliza do mesmo método para a resolução de problemas do que o adulto, qual seja a palavra - da sua ou da mediação de um adulto que a possui.

Todavia, como já elucidado, em termos ontogenéticos, há uma diferença na linha de desenvolvimento da linguagem e do pensamento, então ainda que se valendo da palavra, ela representa algo qualitativamente diferente para a criança do que para o adulto, isso porque a forma como seu pensamento se organiza ainda está em desenvolvimento. Nesse viés, de modo a retomar os estudos de Uznadze, Vigotski (2009) assevera que mesmo que a função para ambos seja de comunicação e assimilação, a forma do pensamento por detrás desta é divergente em sua estrutura e operação.

Sobre a formação conceitual, podemos assinalar que emerge enquanto uma possibilidade de autoconsciência, i. e., um processo amplo de generalização sobre a vida e sobre si, que possibilita a formação efetiva da personalidade para si. Essa última, assim como a aquisição da linguagem, faz um salto qualitativo no desenvolvimento das FPS e ocorre no período da adolescência (Luria, 1986; Vigotski, 2021a).

Vigotski (1999) nos conduz à compreensão que a formação de conceitos seria a construção da relação entre os signos culturais em um objeto, que é compreendido a partir de uma rede de informações construídas no desenvolvimento, uma complexificação da relação com o real, que ocorre por meio desse sistema. Ou seja, é a criação e apropriação de conhecimentos específicos sobre a realidade; o dicionário é um bom retrato disso.

Tal rede vai impactar a forma de agir no mundo, dado que a mudança de significação implica em uma própria alteração da consciência. Luria (1986) discorre que “a palavra começa a introduzir o objeto em uma determinada categoria de sistemas conceituais

hierarquicamente organizados” (p. 57), e isso parte de uma necessidade, uma motivação posta socialmente, pois "A palavra não esteve no princípio". No princípio esteve a ação. A palavra constitui antes o fim que o princípio do desenvolvimento. A palavra é o fim que coroa a ação" (Vigotski, 2009, p. 485).

Dado esse cenário, Vigotski (2009) reforça sua perspectiva da não coincidência entre o pensamento e a linguagem da criança e do adulto, e aponta que seu desenvolvimento até a formação conceitual dá-se em algumas etapas específicas: o sincretismo; a formação de complexos; o pseudoconceito enquanto a última fase da formação de complexo e a formação de conceitos.

Deter-se-á um panorama geral sobre cada etapa. Contudo, as etapas possuem fases internas em seu desenvolvimento, que não convém esmiuçar aqui pelo teor desta pesquisa. Destaca-se, porém, que no interior dessas etapas há um movimento em seu desenvolvimento, que lança as bases para as próximas; os saltos de desenvolvimento não são lineares (Vigotski, 2009).

Na etapa do sincretismo, observa-se uma difusão dos nexos subjetivos, em contraste a uma carência de nexos (apropriação de significados) objetivos. É criado um amontoado de associações com parâmetros subjetivos, os critérios partem de uma predominância da percepção afetiva. Ou seja, o que se destaca para a criança é considerado válido para a agregação, de modo que objetos sem nenhuma coincidência podem ser agrupados (Vigotski, 2009).

Já na formação de complexo, os nexos objetivos são mais considerados, a criança consegue reconhecer aspectos em comum. Todavia, as associações são feitas com base nessas relações concretas imediatas, que não possuem critérios classificatórios mais complexos, qualquer tipo de associação que exista é válida aqui, portanto os vínculos são dispersos. Além disso, os complexos se fundem ao objeto, como algo inerente a esses (Vigotski, 2009).

Durante o estágio do sincretismo, é como se a criança agrupasse brinquedos de cores diferentes apenas porque gosta deles, sem considerar suas características. Por outro lado, na fase de formação de complexos, ela começa a perceber que os brinquedos redondos têm algo em comum, mesmo que sejam de cores diferentes.

Vale ainda destacar o *pseudoconceito* enquanto etapa final do pensamento por complexos, por este carregar o germen dos conceitos. Aqui, a criança consegue se aproximar mais do adulto em uma questão fenotípica e de funcionalidade, no sentido da comunicação. Assim, ela imita e internaliza, mas não se apropriou no sentido de utilizar de forma

consciente ou compreender a lógica do pensamento, o processo pelo qual foi construído (Vigotski, 2009).

Por fim, tem-se os *conceitos propriamente*. O processo de formação conceitual envolve diversas funções superiores, tais como a atenção voluntária, a memória lógica, abstração, dentre outras. Por isso, ele se desenvolve de forma mais tardia, após certo tempo de socialização. E com o desenvolvimento do intelecto, como observado acima, é possível chegar a níveis mais elevados de generalizações presentes na linguagem de forma cultural (Vigotski, 2009).

Desta maneira, os conceitos vão além de agregações ou associações, há a construção processual de uma estrutura explicativa através dos vínculos. Dando a palavra a Vigotski (2009): “No conceito, esses vínculos são basicamente uma relação do geral com o particular e do particular com o particular através do geral” (p. 181).

O processo de construção de conceitos é indiscutivelmente mediacional. Até aqui já ficou evidente que os seres humanos se constituem enquanto seres sociais, através das mediações culturais que nos são fornecidas, principalmente signos e ferramentas. E que estas mediações são passadas através das relações sociais, no contexto particular em que se é inserido, a exemplo da relação com adultos. Entretanto, Vigotski (2009) estabelece algumas mediações fundamentais que constroem os conceitos, através do signo.

Inicialmente o autor dispõe sobre as relações com pessoas mais experientes, crianças em ciclos mais avançados ou adultos, nas relações cotidianas, de convivência familiar, socialização em outros espaços e instituições. Essas relações propiciam a inserção em um meio falante, que constrói para a criança, em seu processo de internalização, conceitos cotidianos ou espontâneos vinculados mais à experiência concreta, imediata. Aqui pode-se retomar os exemplos já apresentados no processo de imitação ou significação gestual (Vigotski, 2009).

Todavia, para obter o salto qualitativo na apropriação cultural e a formação de conceitos científicos, Vigotski (2009, 2021b) aponta para a presença crucial da escolarização. Nesse meio ocorrem intervenções intencionais, organizadas para atuar na zona de desenvolvimento proximal e desenvolver o potencial latente. Os conceitos científicos inserem o objeto em ordenações complexas dentro dos sistemas (Vigotski, 2009).

Vigotski (2009) compreende que os conceitos espontâneos fornecem uma base necessária para os conceitos científicos, que são desenvolvidos de modo a superá-los qualitativamente, ficam subordinados a estes. Todavia, sempre coexistem alguns conceitos espontâneos, ou mesmo pseudoconceitos em todos os indivíduos, visto que a complexidade e

a multiplicidade do contexto em que se vive faz com que seja impossível que o indivíduo se aproprie completamente de todos os conceitos científicos. Mas o que é importante reforçar é que a partir de dado momento do desenvolvimento foi construída a possibilidade de se desenvolver os conceitos científicos, integrando-os na totalidade do psiquismo e possibilitando a atuação do sujeito no contexto. O processo de desenvolvimento do significado é permanente na ontogênese.

Ao estudar ciências na escola, as crianças aprendem sobre as diferentes propriedades da água. Elas passam de uma compreensão superficial de “a água molha” para entender conceitos como densidade, ponto de ebulição e ciclo da água. Essa ampliação do conhecimento é um reflexo direto do impacto da educação na formação de conceitos mais complexos.

Entretanto, é sempre vigente a necessidade de pensar com criticidade os aspectos que constituem a escola, pois, como visto, há uma disputa de interesses nesta sociedade onde a classe dominante visa a manutenção da expropriação dos conteúdos historicamente produzidos para seu usufruto. A escola, enquanto instituição que não se desvincula de seu contexto sócio-histórico, enquanto uma superestrutura (Marx, 2008b) ou mediação de segunda ordem (Mészáros, 2006), também vai ser palco dessa luta, e caminhará de acordo com a classe que vigora no poder, pactuado a favor da existência de uma sociedade hierarquizada por meio da formação de humanos parcializados e, portanto, adaptados (Duarte, 2001).

Nessa discussão, pode-se compreender que existe uma lógica onde o pensamento se realiza na linguagem, se transforma quando colocado em palavras e não apenas é uma veste pronta que se transpõe; e isso ocorre de maneira mais complexa no pensamento conceitual (Vigotski, 2009).

Outrossim, é justamente por haver essa transformação, que o pensamento não se reduz às palavras, i. e., ele possui uma extensão maior do que o que é expresso na palavra, pois há uma cadeia de sentidos que se exprimem em uma palavra enquanto significado. No pensamento uma palavra está tão saturada de sentidos que são necessários muitas outras para explicá-la (Vigotski, 2009).

Pense na palavra “casa”. Para uma criança, inicialmente, essa palavra pode representar apenas um lugar onde ela vive. Conforme essa criança cresce e é exposta a diferentes contextos e experiências, o significado dessa palavra se expande. Ela passa a entender que “casa” não se restringe apenas ao local físico, mas também pode representar conforto, pertencimento, segurança e até mesmo uma sensação de acolhimento familiar; bem

como pode indicar o completo oposto. Essa alteração no entendimento da palavra reflete diretamente como o pensamento se desenvolve através da linguagem, à medida que a criança atribui novos significados à palavra com base em suas experiências e interações.

Assim, nem sempre o que é dito condiz com o pensamento, aliás, como nos alerta Vigotski (2009), são raros os momentos em que isso ocorre, há um subtexto que se relaciona à pessoa singular que pensa. A transição não é uma tradução literal, há uma gama de sentidos silenciosos ali.

Para entender o discurso do outro, nunca é necessário entender apenas umas palavras; precisamos entender o seu pensamento. Mas é incompleta a compreensão do pensamento do interlocutor sem a compreensão do motivo que o levou a emití-lo. De igual maneira, na análise psicológica de qualquer enunciado só chegamos ao fim quando descobrimos esse plano interior último e mais encoberto do pensamento verbal: a sua motivação (Vigotski, 2009, p. 481).

Apreende-se também que “a forma de pensar, que junto com o sistema de conceitos nos foi imposta pelo meio que nos rodeia, inclui também nossos sentimentos. Não sentimento simplesmente: o sentimento é percebido por nós sob a forma de ciúme, cólera, ultraje, ofensa” (Vigotski, 1999, p. 19).

Assim, as significações tanto são construídas por via das emoções, quanto possibilitam também construir explicações sobre como a realidade nos afeta e também sobre nossos próprios sentimentos. Por conseguinte, juntamente com o pensamento e a linguagem, a emoção aparece enquanto elemento primordial em termos de organização do sistema funcional (Toassa, 2014).

2.3.3 Relação sentido-significado: a ideologia e o papel das emoções

Vigotski buscou construir uma psicologia dialética, de maneira que não só os dualismos mente-corpo, objetivo-subjetivo, mas também a perspectiva de cisão entre razão e emoção foi severamente criticada pelo autor. Antes, as emoções eram consideradas algo isolado da vida psíquica do ser humano. Assim, o bielorrusso assentiu a presença de uma unidade cognição-afeto, ou seja, o conhecimento também é construído a partir de uma base afetiva (Lane, 1995).

É notório que Vigotski não conseguiu se debruçar de forma a trazer contribuições mais complexas sobre uma teoria das emoções, devido à sua abreviada vida - visto que este se dedicou a esses estudos no momento no qual perdia a batalha contra a tuberculose. Todavia, ele estabeleceu algumas bases para que possamos compreendê-la a partir de uma

ótica histórico-cultural, principalmente ao se inclinar às contribuições espinosanas (Toassa, 2009).

Desta maneira, a emoção entra na presente discussão, como qualquer função psicológica superior, que também se constrói na socialização. Ora, a realidade nos afeta a todo o momento, e produz variações fisiológicas, mas essas são significadas de acordo com os signos sociais dispostos (Toassa, 2009).

Destarte, uma sudorese, taquicardia e dilatação da pupila, pode significar coisas distintas a depender da situação, do contexto. Quando se depara com um animal feroz, significará essas variações como medo; já em um contexto de relações interpessoais, pode se referir a uma paixão.

Outro exemplo que nos aproxima da emoção enquanto construção social é a forma pela qual diferentes países, com algumas especificidades culturais, possuem conceitos distintos para dizer de uma emoção. Por exemplo, saudade, que não possui tradução em outra língua que não a do português. O próprio conceito, como vimos, cria-se a partir de um problema, uma necessidade objetiva de assimilar e comunicar (Vigotski, 2009).

Assim, as emoções também vão se desenvolver ao longo da ontogênese. Uma criança possui suas sensações fisiológicas significadas a todo tempo pelos adultos que a rodeiam. Por consequência, as emoções se complexificam e adquirem um caráter mediado e, nesse sentido, se integram no sistema funcional e são revestidas pela linguagem, em seus significados e sentidos (Toassa, 2014).

Dessa forma, as “reações” não aparecem de forma direta, passam a indicar estados complexos de humor (complexos estruturais) e variam a partir da situação social de desenvolvimento. Toassa (2014) relata que esses complexos englobam mímicas, gestos, entonações, dentre outros fenômenos semióticos, que não se encerram em algo externo nem interno à pessoa.

É nesse sentido que as emoções passam a integrar nosso psiquismo, e atribuem um tom às experiências, que por meio delas tornam-se *vivências*. As vivências configuram parte fundamental da microgênese, onde o indivíduo vai internalizar a cultura por meio da sua própria organização psíquica prévia. Ou seja, não há uma transposição, mas uma subjetivação a partir do choque entre o meio e o psiquismo, propriamente em sua unidade afetivo-volitiva, que produz algo novo, singular. Elas dizem respeito a como a realidade, o contexto social, vai afetar cada pessoa (Toassa, 2009). A vivência é, portanto, uma importante unidade de análise para compreendermos a relação dialética que se estabelece entre o sujeito e o contexto no qual ele está inserido: não é o meio em si que determina, como se fosse uma cópia ou alguma

relação mecânica; tampouco não é o indivíduo, como uma mônada, que desenvolve: é a unidade meio-indivíduo, marcada pela história do indivíduo, seus sentidos e emoções, sua história, em suma a sua vivência, e como esses aspectos (subjetivos) interagem com o meio (objetivo) desenvolvendo algo novo e diverso de outros indivíduos.

Sob essa ótica, as emoções são constituintes da vivência e também resultantes dela, por isso, essenciais para a compreensão do desenvolvimento psíquico, juntamente com as categorias de ciclo, drama e situação social de desenvolvimento.

Nesse viés, compreende-se a emoção não só como função, mas como um aspecto psíquico, i. e., Vigotski a descreve em termos de uma motivação que percorre toda a vida psíquica e possibilita a organização do comportamento. Ou seja, as afetações que a realidade produz no indivíduo e que ele já acessa de forma atravessada pela sua cultura, significadas, impulsionam a resolvê-las de alguma maneira, assim elenca-se a presença da ação enquanto integrante da tríade pensar-sentir-agir, que caracteriza o comportamento humano consciente (Lane & Camargo, 1995). Assim, Lane (1995) caracteriza a emoção como mediadora na constituição do psiquismo humano.

Acontece que, assim como os conceitos que significam as emoções, estes trazem um arcabouço de possibilidade de ações, ou seja, caso se entenda estar apaixonado ao invés de com medo, a ação será orientada a partir disso e do que o conceito de paixão carrega enquanto rede de informações culturais. A título de exemplo, apresenta-se uma situação pautada por normas de gênero: um homem apaixonado deve se furtar a esse sentimento e priorizar algo distinto, uma mulher deve fazer ações para demonstrar e conquistar a pessoa que é objeto desse afeto.

Não obstante, os próprios significados passam a construir emoções específicas. Vigotski (2018b), ao discutir sobre a imaginação, estabelece que há uma dependência dupla da imaginação e da experiência, com uma mediação emocional, a vinculação com a realidade possui esse aspecto. Através da emoção seleciona-se e associa-se significados a partir do tom afetivo comum, assim como significados podem suscitar emoções, como no caso da arte. Desta feita, a emoção está presente no início e no fim dos processos psicológicos.

Nesse sentido, a emoção está relacionada à vivência, por depender dos sentidos específicos atribuídos ao longo do desenvolvimento, e, ainda que “imaginada” ou não gerada a partir de uma experiência imediata com o objeto, ela é real e tem o potencial de promover uma reorganização do psiquismo de modo a “resolver” esse afeto. E, no fim, como a própria vivência e os instrumentos internalizados para a resolução desse afeto possuem base material

no modo de produção vigente, a própria emoção carrega sentidos relativos à exploração gerada na luta de classes e divisão social do trabalho.

Para entender isso, é necessário compreender que a emoção se expressa e se constitui por meio da linguagem. O sentido da palavra se vincula mais a seu aspecto afetivo (Toassa, 2020). Isto porque, já se constatou que o indivíduo não tem uma apropriação transposta do arcabouço cultural contido no significado da palavra, a semiótica se efetiva na microgênese, e esta é pautada por uma série de particularidades.

A título de exemplo há o significado “mãe”, que está associado ao cuidado. Entretanto, uma pessoa que passou por uma situação de violência doméstica, tem sentidos de desprezo, violência, raiva, tristeza, maus tratos, associado a este significado. Então, isso complexifica o significado e também orienta a ação desta pessoa na realidade, ou seja, vai compor o significado da palavra mãe, e também se expressar no subtexto do pensamento, e na motivação consciente ou inconsciente, como será apreendido no próximo tópico.

É nessa dinâmica, que se compreende o significado enquanto a construção sócio-cultural de um sistema de relações em torno de dado objeto que é mais estável, principalmente no período em que se consolida como conceito, pois viu-se que ao longo de seu desenvolvimento há mudanças neste, o significado para uma criança e para um adulto se expressam diferentes. É a partir dele que se estabelece a primordial função de comunicação, por isso ele se associa mais à ação, à concretização do pensamento em palavra e intervenção na realidade (Vigotski, 2009).

Já o sentido, se expressa como uma zona do significado mais variável, o “significado individual da palavra” como assevera Luria (1986), isso pois diz respeito às impressões singulares que se atribui a algo na vivência particular da realidade. E é nesta esfera que a emoção se vincula.

Salienta-se que, embora o significado não possa ser separado do sentido, pois o ser cognoscitivo é sempre uma pessoa concreta, que vivencia a realidade através de suas emoções, seja na forma como é afetado ou na maneira como nela age, o sentido encontra certa independência ao significado, o sentido não se restringe à linguagem (Toassa, 2014).

No pensamento, por exemplo, foi possível compreender que a palavra não o expressa completamente, mas há algo de não dito, que compõe a trama psíquica. Não é à toa que Vigotski (2009), ao abrir o capítulo ‘pensamento e palavra’ cita o seguinte poema de Óssip Mandelstam “Esqueci a palavra que pretendia dizer, e meu pensamento, privado de sua substância, volta ao reino das sombras”. Nesse sentido, nem todo sentido é significado, mas

está presente de alguma forma no psiquismo e pode orientar as ações humanas, como será exposto no seguinte tópico.

Além disso, compreende-se que a vinculação entre sentido e significado, que opera de maneira conceitual, possui a ideologia como sua forma social, que o engendra no processo de internalização no desenvolvimento das FPS. Isto pois, os significados socialmente estabelecidos possuem uma base no modo de produção, como já apresentado no primeiro capítulo. Assim, trata-se de uma leitura da realidade cujos nexos intra e inter significados, em suas diversas formas, são intencionadas com base em um tipo de práxis específica. Por isso, não há neutralidade nesse processo, e há perspectivas dominantes estabelecidas com a finalidade de manutenção da ordem vigente, contidas na ideologia burguesa, mas perspectivas dramáticas, com apropriações de outras ideologias, mormente às ideologias proletárias

Bem, ao entender o significado como a unidade básica de análise do psiquismo e sua relação com a ideologia, como pode-se conceber a relação sentido-significado quanto à orientação afetiva do psiquismo na totalidade pensar-sentir-agir? E como um afeto gerado nessa realidade de alienação e mercantilização da subjetividade, a partir da reificação, atua na orientação da ação na realidade, por qual mecanismo? O que motiva o comportamento humano? O que determina a escolha?

2.4 Volição: de onde vem e para onde vai a vontade?

A volição trata-se de uma FPS que impulsiona o funcionamento das demais. Ou seja, aquilo que se pode denominar como vontade é o que faz com o que o sujeito aja de determinada maneira e não de outra perante a realidade, é o que dita a forma de sua objetivação no mundo. Trata-se da forma pela qual o sujeito responde às afetações da realidade (Vigotski, 2021).

Outrossim, é notório que nem sempre tem-se consciência do que determina as ações, ou seja, a vontade não trata-se de uma ordem consciente. Existem atos volitivos voluntários e involuntários. Inicialmente, observa-se que diante da complexidade de determinações da intrincada tessitura social criada no seio do modo de produção capitalista, não é possível acessar a todo momento tudo aquilo que motivou a ação. Todavia, desenvolver esta consciência é possível, como será possível apreender no próximo capítulo.

De acordo com Vigotski (2021), a motivação (ato volitivo) se constrói a partir de dois momentos, que não tem correspondência direta necessariamente, são eles: escolha e ação. A

escolha diz respeito ao momento que precede a ação e ocorre após a afetação da realidade, onde são confrontados uma série de motivos a partir da necessidade posta. Ou seja, o ser humano é afetado de forma a suscitar uma resposta, mas o que vai determinar qual será o rumo assumido em meio a algumas possibilidades dispostas, qual será a resposta, parte de uma perspectiva dramática da organização funcional. Afinal, o próprio processo de escolha envolve um certo conflito: não se escolhe entre uma coisa boa e outra ruim.

No processo de escolha, todas as funções apropriadas no processo de socialização se presentificam como uma estrutura motivacional, que se forma de maneira mais ou menos estável de acordo com a função social do sujeito, e como este as internalizou em termos de relevância social de cada função; além das ferramentas dispostas no meio social e a qualidade de suas mediações (Vigotski, 2021). Afinal, qualquer escolha exige a participação do pensamento – a análise da situação, a compreensão dos diferentes elementos envolvidos no contexto, a compreensão das possibilidades a se escolher; envolve também a imaginação – a necessidade de imaginar as possíveis consequências de seguir um caminho ou outro; a emoção – a busca por uma decisão que tenha menos implicações negativas; enfim, a todo o psiquismo está mobilizado em qualquer processo de escolha e, a depender da complexidade do que se precisa escolher, a dinâmica também vai ser intensificada e o indivíduo ficará mais mobilizado enquanto durar esse processo.

Essa estrutura cria a base sobre a qual se incide a afetação e através da qual será realizado o processo de escolha. Pode-se pensar essa estrutura em termos da visão de mundo do indivíduo, a parte subjetiva da personalidade, como nos afirma Vigotski (2021). Assim a volição dita tendências de ação diante de determinado contexto (Vigotski, 2021).

A partir dessa estrutura, constata-se a existência de alguns desejos no psiquismo humano, que orientam a ação no momento da escolha, criam-se essas tendências mais ou menos estáveis. Mas estes desejos, a vontade, não trata-se de algo inerente à subjetividade humana; na verdade, são criados, tal como qualquer FPS, a partir do desenvolvimento de estímulos auxiliares (signos) (Vigotski, 2021).

A possibilidade do uso de estímulos socialmente construídos, e semioticamente apropriados, para a regulação do comportamento no processo de escolha, que permite que este seja compreendido desta maneira (como uma escolha), é um marco que diferencia funções elementares de FPS. Para ilustrar essa ideia, Vigotski (2021) recorre a anedota filosófica do asno de Buridan, o asno encontrando-se em uma situação em que está com fome e com sede, igualmente, e se dispõe a uma mesma distância do alimento e da água, este permanecerá com fome e com sede por não saber qual necessidade sanar primeiro. No

entanto, aponta Vigotski, apoiado em Espinosa, a diferença do humano é que ele pensa. Ou seja, ele pode analisar a situação em que está e optar em ir para uma direção ou para a outra, apoiando-se em motivos secundários ou outros recursos que possibilitam a mediação do processo de volição.

Retorna-se à discussão do drama e do conflito que permeiam a volição. Essa discussão remete à própria luta de classes, à divisão social, sexual, racial e internacional do trabalho, determinações que atribuem atividades específicas e maneiras particulares aos quais os sujeitos terão acesso à universalidade genérica, que como viu-se, nessa sociedade ocorre de forma desigual, parcializada e, sobretudo, alienada e fetichizada. Assim, a qualidade de apropriação conceitual para elaborar o processo de escolha, os motivos predominantes, possuem essa raiz social.

Além disso, há embates e resistências no ato volitivo, tal qual estão postos socialmente, que conferem a perspectiva dramática da volição, ainda que o conflito não ocorra de maneira mecânica, dado a vivência, a dimensão afetiva e a capacidade de transformação que, apesar da constante tentativa do capital, não pode ser subsumida por completo.

Vigotski (2021) ressalta que, diante da complexidade da estrutura motivacional e da dificuldade de escolha, há a possibilidade do uso de estímulos auxiliares, presentes no contexto, para impulsionar o ato volitivo. Ele utiliza uma criança em experimento como exemplo, “quando os motivos se relacionavam a diferentes aspectos da personalidade da criança, a escolha natural era dificultada e ela rapidamente jogava o dado para decidir sua sorte” (Vigotski, 2021, p. 388).

Na idade de transição da adolescência, como viu-se nas discussões precedentes, ocorre um salto no desenvolvimento a partir da aquisição do pensamento por conceitos, que permite enxergar a personalidade para si, ao compreender os motivadores da ação. Nesse sentido, o ser humano é potencialmente livre, no sentido de poder compreender suas necessidades, as leis da natureza (inclusive a natureza socialmente transformada) e subordinar as últimas às primeiras. Assim, liberdade não é estar livre de determinações, é poder agir diante delas, e utilizar dessa realidade a seu favor, a favor do desenvolvimento das potencialidades humanas (Vigotski, 2021).

A partir disso, questiona-se como se organiza a totalidade pensar-sentir-agir por onde atravessa esse processo de escolha, visto que está posta em uma sociedade calcada na divisão social do trabalho e na propriedade privada? Quais são as tendências de ação no capitalismo?

O ato volitivo é mais ou menos consciente? Quais as implicações desta realidade para o processo de escolha que se expressa nas ações?

Compreende-se que o inconsciente e a consciência são mecanismos regulatórios do psiquismo, que operam no todo a partir de determinada estrutura, que se denomina personalidade. Então é dessas funções que se detém no próximo capítulo, à guisa de responder esses questionamentos. Mormente da relação dialética consciente-inconsciente, com as implicações da alienação e do fetiche para seu desenvolvimento.

Capítulo 3 - Dinâmica consciente - inconsciente e sua relação com a alienação e o fetiche

Esse grande simulacro

*Cada vez que nos dão lições de amnésia
como se nunca houvesse existido
os ardentes olhos da alma
ou os lábios da pena órfã
cada vez que nos dão aulas de amnésia
e nos obrigam a apagar
a embriaguez do sofrimento
convenço-me de que meu território
não é a ribalta de outros*

*Em meu território há martírios de ausência
resíduos de sucessos / subúrbios enlutados
mas também singelezas de rosa
pianos que arrancam lágrimas
cadáveres que ainda olham de seus hortos
lembranças imóveis em um poço de colheitas
sentimentos insuportavelmente atuais
que se negam a morrer no escuro*

*O esquecimento está tão cheio de memória
que às vezes não cabem as lembranças
e rancores precisam ser jogados pela borda
no fundo o esquecimento é um grande simulacro
ninguém sabe nem pode / ainda que queira /
esquecer
um grande simulacro abarrotado de fantasmas
esses romeiros que peregrinam pelo
esquecimento
como se fosse o caminho de santiago*

*o dia ou a noite em que o esquecimento estale
exploda em pedaços ou crepite /
as lembranças atrozes e as de maravilhamento
quebrarão as trancas de fogo
arrastarão afinal a verdade pelo mundo
e essa verdade será a de que não há
esquecimento*

(Bertold Brecht)

O presente capítulo ganha centralidade nesta pesquisa, pois trata das categorias centrais a serem analisadas, consciência e inconsciência, com o enfoque na forma de relação que estas estabelecem entre si.

Para Vigotski (2004), a consciência ganha centralidade na PHC por permitir a regulação e atuação intencional do ser humano na realidade. O inconsciente, por sua vez, deriva desta e atua em conjunto na relação dialética onde este é potencialmente consciente. O inconsciente ganha caráter regulatório, todavia, trata-se de uma regulação mais imediata.

Contudo, bem como já foi deslindado no capítulo anterior, o psiquismo, em sua organização funcional, se especifica diante da realidade material de produção da vida. E como esta está marcada pelo capitalismo, se encontra neste capítulo algumas das especificidades que essas funções e sua relação adquirem.

Fundamentalmente no tópico final, se estabelecem aproximações para responder a algumas das perguntas centrais traçadas nesta pesquisa, e alcançar o objetivo geral, para entender como se configura a dinâmica consciente-inconsciente com a implicação da alienação. E possibilitar uma contribuição para a atuação pró desenvolvimento de processos conscientes que se pretendam, efetivamente, emancipatórios.

3.1 A consciência: a unidade pensar-sentir-agir

A consciência constitui o objeto central da PHC, apesar do psiquismo não se resumir a ela. Vigotski (2004) propõe alçar uma psicologia dos cumes, ao considerar a consciência um aspecto fundante do humano. É premente ressaltar que o autor bebe em Marx e Engels (2007) para deslindar este conceito, principalmente na discussão de associá-la a uma esfera praxica e teleológica que encontra as raízes de seu desenvolvimento no trabalho a partir do

uso de instrumentos (Vigotski, 2009). Contudo, Vigotski constrói contribuições que superam e complexificam essa base, de forma a se voltar mais às particularidades da consciência em sua dinâmica psíquica. Ainda, é notório compreender que há mudanças do próprio conceito ao longo de sua obra¹⁹, que não serão especificadas aqui.

Toassa (2020) aponta que, na obra vigotskiana, a consciência se apresenta em alguns sentidos: um processo e seu produto, e como atributo. Enquanto atributo diz respeito ao estar em vigília, em estado consciente. Já na forma de processo e seu produto, está relacionada à construção ativa de um conhecimento sobre a realidade e sobre si, a tomada de consciência, que se dá como o resultado de um processo de compreensão, que não se realiza de imediato e depende dessa atuação sistêmica (Toassa, 2006). Não obstante, como processo, pode-se caracterizar a consciência na maneira de um sistema psicológico, com efeito, ela se apresenta enquanto uma estrutura composta de várias estruturas.

Dessa forma, a consciência tem sua própria estrutura de desenvolvimento, mas esta é formada de diversas outras estruturas funcionais que também possuem suas especificidades (Toassa, 2020). O pensamento e linguagem, bem como as demais funções psicológicas superiores, se desenvolvem e se vinculam dentro do próprio desenvolvimento da consciência, em uma dialética parte-todo (Toassa, 2006). Ela é uma totalidade ordenada e direcionadora das demais funções.

No processo de aprender uma nova língua, por exemplo, o indivíduo não apenas adquire vocabulário, mas reorganiza toda a sua estrutura de pensamento, o que ilustra a atuação da consciência. Ao internalizar novos significados e conceitos, a consciência atua em sua função organizadora, integrando essa nova linguagem ao conhecimento prévio do sujeito. Esse processo vai além do ato de memorizar palavras; o indivíduo começa a captar nuances culturais, modos de pensar e expressar que ampliam e transformam sua compreensão da realidade. Assim, a linguagem torna-se uma ferramenta de mediação, onde a consciência age para interpretar e conectar esses novos elementos ao sistema psicológico existente. Isso demonstra a dialética parte-todo: o desenvolvimento de uma função - a linguagem - reflete-se na consciência em sua totalidade, afetando também a forma como o sujeito passa a se posicionar e agir no mundo.

Nesse viés, enquanto sistema, a consciência também se desenvolve ao longo da vida, não nasce pronta. Inicialmente, por exemplo, é mais afetivo-perceptiva, dotada de um estado de maior indiferenciação, depois se desenvolve na separação figura/fundo; eu/outro (Toassa,

¹⁹ Para aprofundar nessa discussão ver: Delari Jr (2013), Molon (2020) e Toassa (2006, 2009, 2020).

2020). Mas como não se trata de uma função qualquer, desde o início já estabelece uma relação com as demais funções, nesse supramencionado caráter sistêmico. Ao longo de seu desenvolvimento, essas relações estabelecidas vão se alterar, de forma a mudar os vínculos interfuncionais nas estruturas e também a própria consciência. Ainda, ela começa sua diferenciação maior na crise dos 3 anos, mas alcança seu grau mais elevado tardiamente (Toassa, 2020).

Um exemplo desse estágio inicial da consciência, em que a criança experimenta o mundo sem distinguir entre si mesma e os outros ao seu redor, ocorre quando um bebê vê sua irmã sair do ambiente: para ele, ela desaparece completamente porque ainda não estabeleceu a separação entre figura e fundo, ou seja, a ideia de que ela continua a existir mesmo quando fora de sua visão. Com o desenvolvimento, a criança começa a perceber a irmã como uma figura independente, formando a noção de *eu* e *outro*, que é tão cara ao processo de autoconsciência.

Para desenvolver a autoconsciência, a noção de como se relaciona com o outro e consigo é necessário estar com um certo nível de desenvolvimento do pensamento e da fala (Vigotski, 2009). Primordialmente na fase de transição (adolescência) já apresentada, onde há a apropriação efetiva da fala, internalizada, e a formação de conceito, no qual a palavra adquire seu ápice de significação, em termos de complexidade e de tempo de socialização, e que permite direcionar essa consciência para si, colocar-se como objeto dela (Toassa, 2020).

Toassa (2020) relata que entender a consciência é compreender precisamente como o ser humano regula a sua conduta. Essa regulação advém através da superação do estímulo-resposta, no contato com o meio, a partir da inserção de novos mediadores, instrumentos (signos e ferramentas). Dessa forma, um dos fatores mais importantes da consciência é seu caráter social, pois, apesar de ser um fenômeno privado, ela estrutura-se semioticamente, a partir do contexto político-ideológico e histórico vigente com as significações que lhe são próprias e as possibilidades de socialização dadas por este contexto (Delari Júnior, 2013).

É precisamente a partir da linguagem apropriada, o significado em sua expressão máxima no conceito, propriamente o científico, que vai permitir o ser humano efetuar o seu segundo salto ontológico. Formular os pores teleológicos secundários, influir na ação dos demais seres e de si próprio, de acordo com uma finalidade específica. Então, a qualidade desses conceitos há de ser determinante aqui.

“Se a consciência, que sente e pensa, dispõe de diferentes modos de representação da realidade, estes representam igualmente diferentes tipos de consciência” (Vigotski, 2009, p. 485). Vigotski aqui explora a ideia de como a consciência humana é determinada por

diferentes maneiras de representar a realidade. Ele sugere que a forma em que se percebe, pensa e age sobre o mundo está intimamente ligada aos modos ou formas de representação que utilizamos. Dessa maneira, ela está também marcada pelos aspectos ideológicos que constituem os conceitos, e também pelo embate representativo da luta de classes, entre as ideologias burguesa, a proletária, e demais, que aparecem nesta na dinâmica do drama.

Acerca desta relação entre signos, ideologia e consciência, Silva (2015, p.92) discorre que,

A ideologia seria um dos componentes da mediação do psiquismo individual com a realidade social, um sistema de ideias, conceitos que realizam funções com determinados valores e moldam a consciência individual por meio de mecanismos pelos quais significa e dá sentido, em uma palavra – organiza – as ideias que recorrem para mover-se no mundo, tomar decisões, compreender e agir na realidade.

A consciência, além de ser imbricada pela linguagem, vai determinar sua própria apropriação. Ou seja, atua-se ativamente na construção de sentidos de forma a utilizá-los para a autorregulação e permitir ao ser humano organizar suas forças psíquicas para colocá-las orientadas na realidade de uma maneira específica, o que possibilita a passagem mediada e criativa da subjetivação para a objetivação. Não há uma cópia do externo, mas uma transformação afetivo-volitiva e intencional.

Desta forma, para que o ser humano se mova em função de um desenvolvimento de suas funções, e efetive seus potenciais, de maneira a atender e criar necessidades e se complexificar, é importante que haja um processo de práxis consciente, de tal modo que possa orientar o desenvolvimento de sua personalidade para si, de forma a exercer plenamente suas capacidades criativas e criadoras, e efetivar o processo de humanização (Vigotski, 1999). Para agir de forma volitiva e intencional, e promover sua emancipação, é necessário que se tenha acesso aos meios instrumentais e simbólicos de agir na realidade e compreender como esta o afeta. Ou seja, se apropriar de significados e ferramentas que o possibilitem se orientar na realidade (Santos, 2015).

Em síntese, a consciência se trata de uma totalidade que abrange além de uma função, mas é considerada em termos de sistema e relação com o mundo, que possibilita uma intervenção intencional na realidade, de modo a possibilitar a atuação em prol do desenvolvimento da própria humanidade, enquanto potencialidade, mas pode ser utilizada para outros fins, de acordo com o tipo de ideologia vigente. Em sua especificidade na dinâmica do psiquismo, a partir de Vigotski, considera-se também enquanto característica sua função primordial de organização e regulação dos processos psicológicos.

Ao trazer a consciência como foco de ação desta perspectiva, Lane (1995) esmiúça esta temática, ao compreender que não apenas o pensamento e a linguagem fazem parte da formação desta consciência, pois o indivíduo pode, ainda munido de significados acerca de determinado fenômeno, agir de forma contraditória a este. Assim, a autora vai trabalhar as emoções enquanto este elo-dialético que garante a unidade da consciência na dinâmica pensar-sentir-agir. O significado que compõe a consciência está imbuído de sentidos e, portanto, de aspectos emocionais.

É importante acessar como a realidade nos afeta, para significá-la e, assim, mobilizar o psiquismo para ação no processo de (re)objetivação. Por isso, estar consciente é conseguir explicar o que se faz e porquê, nessa unidade pensar-sentir-agir. Compreender os motivos das ações (Lane, 1995) se trata de uma noção que a consciência não é apenas conceitual, mas também motivacional e fundamentalmente determinada pela atividade do sujeito no mundo.

Em uma perspectiva de construção de uma sociedade omnilateral, Siva (2015) ressalta que Vigotski estabelece a necessidade da superação da regulação por sistemas ideológicos, fragmentários - que partem da ideologia burguesa, dominante - e a construção de uma regulação por sistemas unitários, que abarcam uma relação mais abrangente entre todo/parte - o que compreende-se aqui como uma apropriação científica pautada no/pelo MHD, que leve em consideração as questões da classe que vive de seu trabalho, a exemplo da ideologia proletária. Aqui, o autor se aproxima das contribuições de Espinosa sobre liberdade, em uma dimensão unitária, que vincula indivíduo e todo, em uma finalidade comum de humanização e desenvolvimento das potencialidades humanas.

Essa vertente é compreendida aqui como algo que esteja mais alinhado à discussão de práxis revolucionária, que visa supracumir os mecanismos de alienação e fetiche, em um horizonte da construção de uma sociedade planejada, orientada aos interesses dos trabalhadores, que são interesses propriamente de humanização. Algo que não se efetivou no período de transição vivenciado por Vigotski, como bem pontua Silva (2015).

O ponto é que, de acordo com Silva (2015), ao longo de sua obra, Vigotski não entende ideologia apenas como falsa consciência, mas a compreende enquanto um sistema explicativo - valorativo, com a capacidade de orientar ações no real de acordo com sua estrutura de signos. Mas o autor também compreende os aspectos parciais e fragmentados contidos na ideologia, mormente aqui a ideologia burguesa, em sua relação inextricável com o fetiche.

Por isso, reforça-se a defesa nesta pesquisa da apropriação da ciência, calcada no MHD, que desvele a ideologia burguesa, como um dos meios para chegar a esse horizonte de

sistema único, em termos de desenvolvimento do psiquismo como um todo. Silva (2015) também assevera a necessidade de apropriação de conceitos científicos que se pautem por essa práxis e possibilitem o desenvolvimento da autoconsciência. Todavia, é importante considerar que a apropriação de uma ideologia alinhada aos interesses da classe trabalhadora, em si, terá pouco resultado se não converter em ação, é preciso estar associado à luta revolucionária.

Como implicação desse processo, tal como a realidade se mostra, o psiquismo se estrutura de maneira a conter a fragmentação entre a relação todo-parte que estabelece em sua regulação, justamente por ser estruturado semioticamente, através da atividade, e das experiências singulares e individuais, que a complexificam. A relação todo-parte, diz da própria dinâmica da alienação em nossa sociedade, indivíduo-sociedade; indivíduo-trabalho; indivíduo-natureza, e por isso ela também carregará suas contradições e (im)possibilidades de ser um todo dialético, unitário. Entender isso será imprescindível para a discussão sobre a dinâmica consciente-inconsciente.

Já a consciência, mesmo quando representa apenas um fragmento dessa realidade, só se caracteriza como consciência se tiver a apropriação e a utilização de conteúdos culturais. Todavia, meio a apropriação e utilização desses conteúdos há uma relação dramática no que tange à coexistência da ideologia burguesa e proletária, em uma tensão constante.

Um último, mas não menos importante, aspecto para se abordar ao se falar em consciência é o inconsciente. Vigotski (2004) defende que todo fenômeno, em sua totalidade, é melhor compreendido quando considerado seu oposto dialético, sua negação. E é nesse cenário que emerge o inconsciente. Vigotski (2004) rompe com a perspectiva que cinde essas duas esferas, bem como critica a apreensão freudiana de inconsciente, que o essencializa e reduz à sexualidade.²⁰

3.2 Inconsciente: a relação dialética e a cisão pensar-sentir-agir

Ando na sombra, nesse lugar onde tantas coisas acontecem.

(Lispector, 1998, p. 73)

²⁰ É importante considerar que essa crítica foi realizada no tempo histórico de Vigotski com o desenvolvimento que havia da psicanálise até então, é notório que outros autores, após, complexificaram essa discussão, em termos epistemológicos, mas a crítica metodológica e o não-rompimento com as raízes da teoria não que ser considerados enquanto atualidade da crítica vigotskiana.

Como exposto previamente, entende-se que a consciência se trata do objeto primordial da PHC, i. e., aquilo que representa o que há de maior complexidade em termos de desenvolvimento humano, que está no cume. Ademais, é necessário acessar os abismos para entender o cume (Vigotski, 2004). Assim, Vigotski (2004) assevera a urgência em trazer o inconsciente para a discussão do psiquismo em uma ciência geral fundada no/pelo MHD, enquanto parte constitutiva deste e, primordialmente, da dinâmica com a consciência, como função reguladora. Para introduzir a dinâmica consciente-inconsciente, o ponto de partida é: em termos dinâmicos, o inconsciente é potencialmente consciente. Com a palavra, Vigotski (1999b, p.82):

Porque o inconsciente não está separado da consciência por alguma muralha intransponível. Os processos que nele se iniciam têm, frequentemente, continuidade na consciência e, ao contrário, recalamos muito do consciente no campo do inconsciente. Existe uma relação dinâmica, viva e permanente, que nunca cessa, entre ambas as esferas da nossa consciência²¹. O inconsciente influencia nossos atos, manifesta-se no nosso comportamento, e por esses vestígios e manifestações aprendemos a identificar o inconsciente e as leis que o regem.

Entretanto, esse movimento não ocorre em uma transposição mecânica, e esta é uma questão fulcral para compreender a dinâmica, além de outras como: a disposição de mediações necessárias para que ele ocorra e suas especificidades de manifestação (Vigotski, 2004).

Mas, antes de adentrar a essas questões, retoma-se a compreensão de Vigotski (2009) sobre essa dinâmica. O autor compreende que, originalmente, o inconsciente deriva da consciência, mas à medida que esta se desenvolve ele se diferencia e torna-se uma grandeza específica.

Mas as próprias pesquisas de Freud estabeleceram que o inconsciente enquanto algo reprimido da consciência surge tarde e, em certo sentido, é uma grandeza derivada do desenvolvimento e da diferenciação da consciência. Daí a grande diferença entre o inconsciente e não conscientizado. O não conscientizado ainda não é inconsciente em parte e nem consciente em parte. Não significa um grau de consciência mas outra orientação da atividade da consciência. Eu dou um nó. Faço isso conscientemente. Entretanto, não posso dizer exatamente como o fiz. Minha ação consciente acaba sendo inconsciente porque a minha atenção estava orientada para o ato de dar o nó

²¹ É importante considerar um erro de tradução nesta versão, já que na versão em espanhol essa consciência aparece como psiquismo. Assim, ressalta-se a compreensão de que o inconsciente é uma derivação e não uma parte da consciência.

mas não na maneira como eu o faço. A consciência sempre representa algum fragmento da realidade. O objeto da minha consciência é o ato de dar o nó, o próprio nó e tudo o que acontece com ele, mas não aquelas ações que produzo ao dar o nó e nem a maneira como o faço. O fundamento disto é o ato de consciência, do que é o objeto a própria atividade da consciência (Vigotski 1934/2009, p. 280).

Nesse trecho é possível observar que primeiro o inconsciente deriva e após constitui a própria consciência, como uma instância psíquica. O autor concorda com Freud, em termos, mas passa a compreender a relação como oposto dialético, i. e., essa discussão trata-se de uma questão de ordem metodológica.

Assim, com intuito de direcionar o olhar do leitor à existência dinâmica de uma esfera inconsciente, recorre-se a Vigotski (2004), que retoma alguns indícios que sinalizam a função desse oposto dialético. Em primeiro lugar, o psiquismo é afetado a todo momento pelo meio, a todo momento chegam estímulos, informações etc. Todavia, a percepção não capta todos eles, ela vai selecionar apenas alguns, que são os que chegam à esfera consciente (Vigotski, 2004). Vigotski (1999b, p. 312) compara essa dinâmica a vários trens na tentativa de passar por um único túnel.

O princípio da luta pelo campo locomotor geral, estabelecido por Sherrington, mostrou que o nosso organismo está estruturado de tal modo que os seus campos receptores nervosos superam em muito os seus neurônios eferentes, resultando daí que o nosso organismo percebe muito mais atrações e estímulos do que pode realizar. O nosso sistema nervoso lembra uma estação para a qual confluem cinco ferrovias mas da qual só uma há partida; de cada cinco trens que ali chegam, apenas um consegue irromper para fora, e assim mesmo depois de uma luta cruel, pois os outros quatro permanecem na estação. Assim, o sistema nervoso realizado representa uma ínfima parte do que existe em forma de possibilidade, que foi acionado mas não encontrou vazão.

Nesse sentido, torna-se inviável estar consciente das várias interações que o ser humano desenvolve com a realidade (Silva, 2022), existem afetações que não são captadas pelo consciente, mas estão presentes no psiquismo (Vigotski, 2004). Há uma luta para determinar o que ficará no campo consciente, pautada pela vivência e pela volição - e como foi exposto anteriormente, essa dinâmica caracteriza-se sobretudo como um drama. É o resultado desse embate que responderá a seguinte questão: como a realidade me afeta e quais dessas afetações se realizará na ação (e como)? (Santos, 2015).

Basta olhar para uma criança e se perceberá que nela há muito mais potencialidades de vida do que aquelas que se realizam. Frank diz que se a criança brinca de soldado, bandido ou cavalo, isto ocorre porque nela estão realmente implícitos o bandido, o cavalo e o soldado (Vigotski, 1999b, p. 312).

Um segundo indício é: outras informações que não estão conscientes no momento presente, mas que já estiveram em outros, onde ficam quando não estão como objeto da consciência? Aqui, Vigotski (2004) indica mais um sinal relativo à necessidade de existir a esfera inconsciente enquanto mecanismo regulatório para armazenar essas informações, de modo a garantir uma economia energética.

Além disso, o autor salienta que existe uma série de conteúdos fragmentários no psiquismo, o que também reforça a existência dessa esfera (Vigotski, 2004).

O mundo deságua no homem pela boca larga de um funil através de mil apelos, atrações, uma parte insignificante desses elementos se realiza como se escorresse para fora pelo bico do funil. Compreende-se perfeitamente que essa parte não realizada da vida, que não passou pelo bico estreito do funil, deve ser eliminada de qualquer maneira (Vigotski, 1999b, p. 312).

Outro indicativo da presença de uma esfera inconsciente é observado na existência de motivadores que não são conscientes. Esse aspecto inconsciente da motivação é apontado por Vigotski (2021), como mencionado no capítulo 2. Santos e Sawaia (2022) marcam o fato de que nem sempre se sabe o que fez agir de tal maneira, o porquê e como da ação. Assim, existem ações que são orientadas de forma inconsciente, mas que ao tornarem-se concretas, objetivadas através da atividade, é possível também tornar conscientes esses motivadores, todavia, isso demanda a apropriação de ferramentas culturais. Aqui, encontramos a resposta para a questão: como responder àquilo que me afeta?

Em síntese, Vigotski (2004) propõe a existência de uma esfera inconsciente, pois a realidade afeta constantemente, mas nem tudo chega até os indivíduos de forma consciente. Entretanto, o afeto fica presente no psiquismo e nesse atua, de forma a orientar a ação através dos sentidos, e ele o faz por meio da regulação da função inconsciente. Além das próprias habilidades que outrora foram conscientes em um processo de aprendizagem, por exemplo, mas que se automatizam e são executadas de maneira involuntária, sem ter que passar pela consciência, como recurso para poupar o funcionamento do psiquismo e permitir que a consciência se ocupe de outras funções. Assim, o inconsciente se ocupa também dos comportamentos automatizados. Este tipo de processo inconsciente é mais facilmente tornado consciente, por já haver uma vinculação sentido/significado e uma apropriação prévia, que apenas ocorre em pano de fundo à consciência. Por exemplo, o adulto que aprendeu a amarrar os calçados em sua infância e o faz de modo automático agora.

Em termos dinâmicos, o inconsciente é imprescindível e não necessariamente precisa tornar-se consciente. Contudo, é importante que haja essa possibilidade, principalmente no momento em que o sujeito age de forma prejudicial a si, assim como ocorre nos processos de alienação.

Posta essa apresentação inicial, é também fundamental compreender que o inconsciente, como as FPS, se desenvolve culturalmente e, portanto, é determinado pelo modo de produção da vida vigente, o capitalismo. Assim, o inconsciente também possui uma perspectiva sistêmica, no sentido de que está em relação dialética com as demais funções superiores e também impacta o desenvolvimento dessas. Ainda que ele tenha o desenvolvimento mais precário. Mas, a perspectiva central aqui é sua relação dialética com a consciência, de onde este parte, fundamentalmente (Santos, 2015).

Acerca da dialética consciente-inconsciente, ao se aproximar de suas características, nota-se uma diferença quanto à própria formação de cada membro desse par. Foi apresentado previamente que a consciência é marcada pelo significado, justamente como ferramenta para realizar seus processos regulatórios de maneira voluntária. Todavia, o inconsciente aparece mais atrelado aos sentidos (Santos & Sawaia, 2022).

No entanto, ainda que o inconsciente seja predominantemente marcado pelo sentido, não existe nenhum sentido totalmente livre de significado, pois os sentidos só podem existir à medida que há algum significado anterior, pela própria lógica de desenvolvimento inter-intra. Como no discurso interior do pensamento, onde perde-se a palavra, mas outrora já foi verbo (Vigotski, 2009). Nesse sentido, é possível afirmar que alguns conteúdos são mais facilmente acessíveis que outros, pois passaram pela consciência em algum momento ou se atrelaram à sentidos por associação e podem vir a ser significados de outras formas (Silva, 2022).

Para ilustrar a discussão anterior, tem-se associações indiretas, que podem não coincidir ou contradizer a causa real da afetação, mas justamente por mecanismos inconscientes, não-voluntários, encontram formas de vazão indireta. Como nos chistes, ou “atos falhos”, em que se intenciona falar sobre tal questão, mas se expressa de modo a abordar sobre outra questão e, nessa contradição, evidencia-se a lógica de associação de sentidos, por meio do qual determinado sentido não significado encontrou de se expressar (Santos, 2015). O que explica essa escolha inconsciente em termos de expressão, a própria ação contida na fala, são motivações inconscientes.

À título de exemplificação, o leitor é convidado a imaginar a seguinte situação: um trabalhador de marketing, que possui acesso a alguns significados em uma perspectiva crítica acerca da realidade de exploração do capitalismo, mas não pode evidenciá-los na empresa.

Sente-se incomodado e, por vezes, indignado, com a produção voltada somente à incentivar o consumo, a despeito das necessidades de fato potencializadoras do desenvolvimento humano. Todavia, como esse trabalhador precisa de seu salário para sobreviver, ele costuma conseguir regular esses afetos e apenas reclamar em situações pontuais, com amigos de confiança. Ao se preparar para uma campanha para incentivar o uso de suplementos alimentares para crianças, o trabalhador passa alguns dias incomodado, se sente mal, com dificuldade de concentrar-se no trabalho, mas não entende o porquê. O nosso trabalhador não se recorda que, há alguns dias, no fim do dia de trabalho, ao rolar o feed do seu instagram, viu, de relance, um vídeo no reels que assevera que este mesmo suplemento possui uma tabela nutricional diferente para países do norte e para países do sul global. São utilizados aditivos de açúcares na fórmula destes, diferente daqueles, o que é prejudicial ao desenvolvimento dessas crianças. Meio a tantas informações, aquilo não ficou na esfera consciente, mas o afetou, de forma, inclusive, intensa, que iria se configurar como uma gota d'água futuramente.

Posto este cenário, durante uma apresentação importante sobre a nova estratégia de marketing, dias após, o trabalhador diz, acidentalmente: "Nossa nova estratégia de marketing é perfeita para enganar... quero dizer, engajar nossos clientes". Neste ato falho, o trabalhador utiliza um jogo de palavras que revela de maneira sutil suas preocupações escondidas. O lapso entre *enganar* e *engajar* não é apenas um erro simples, mas sim uma expressão involuntária de um conflito interno. A palavra *enganar* carrega um sentido profundo de crítica e insatisfação com as práticas da empresa.

De acordo com a discussão prévia, este ato falho demonstra como o inconsciente, carregado de sentidos, pode emergir de maneira indireta através da linguagem. A escolha involuntária da palavra *enganar* em vez de *engajar* revela um sentido não significado de forma consciente, mas presente no psiquismo do trabalhador. Este sentido encontra expressão no ato falho, e evidencia a dinâmica dialética entre o consciente e o inconsciente, através da objetivação. Isto, ao se considerar que este possui alguns significados dispostos (críticos) para compreender a raiz desse erro, então é um sentido inconsciente com maior facilidade de tornar-se consciente. No entanto, isso pode não vir à tona de forma imediata, se predominar, naquele cenário, por exemplo, a vergonha pelo erro, o medo de ser punido pela sua fala, que ocuparia a consciência do trabalhador de forma a não dar espaço a essa reflexão ocorrer. Ou mesmo, em outras situações, se este não tivesse uma disposição de significados críticos, ou esta fosse menos presente em seu psiquismo, talvez a probabilidade de tornar-se consciente seria menor. O fato é que, a afetação da realidade se manifesta no psiquismo do trabalhador e, através de um ato "falho", se torna passível de ser consciente.

Posto este exemplo, retoma-se a discussão teórica sobre o inconsciente. Este, em termos de dinâmica psíquica, se coloca enquanto aquela vertente vinculada a adjetivos de outras funções como: automático, imediato e involuntário. Mas, enquanto função, se estabelece nessa dinâmica com o consciente, sustentado pela impossibilidade de tudo estar consciente a todo tempo. Tornam-se necessárias as zonas de conteúdos inconscientes, nas quais residem as informações que não estão disponíveis de forma imediata, mas podem ser acessadas, se necessário e possível diante das disposições de ferramentas (Santos, 2015).

Desta feita, as formas de expressão do inconsciente são de ordem mais imediata, pautadas por uma dimensão afetiva e volitiva, mas sem a intencionalidade, permitida pela linguagem. No entanto, Vigotski (2004) é veemente ao afirmar que há sempre uma possibilidade para a passagem do inconsciente para consciente a partir da disposição de ferramentas culturais. O inconsciente pode ser potencialmente consciente. Essa passagem, contudo, irá transformá-lo, tal como a passagem do pensamento para a linguagem, que foi apresentada no capítulo anterior. Ou seja, um sentido, ao vincular-se a um significado, vincula-se também a uma cadeia de outros sentidos que passam a compô-lo, que altera sua forma e conteúdo. Assim, consciente e inconsciente se estabelecem em uma relação figura-fundo e, à medida em que há uma alteração na atividade, que, por si, reorganiza o psiquismo, aspectos deste fundo sobressaem, pois há elementos culturais, ferramentas e signos, que permitem esse acesso (Santos, 2015).

Essa passagem, contudo, se complexifica quando se pensa em termos da qualidade do signo, ou seja, do tipo de ideologia que servirá de veículo para tanto. As ideologias burguesas, por exemplo, podem atuar nos processos conscientes do psiquismo. Exemplo: o indivíduo vê uma roupa nova, até pensa que não precisa, por já ter muitas roupas e não ter dinheiro disponível em débito para tanto. Todavia, ele se convence que merece e sente a necessidade (real) de comprá-la. Então lembra que tem limite no cartão de crédito e a compra, assim, ele sente, pensa e age.

Nesse sentido, vale ressaltar que um significado ideológico é um significado, mesmo quando é um significado criado/desenvolvido/apropriado pela burguesia. E, quando apropriado, deixa o indivíduo submetido a determinações e necessidades de uma classe. Aqui, diferencia-se a consciência vigotskiana com a consciência no marxismo: o sujeito pode agir de forma consciente sendo contra a própria classe (e, em última instância, contra si mesmo), ou seja, há uma unidade pensar-sentir-agir ainda que em um fragmento de ação.

Uma outra compreensão desses significados, quando mais limitados, pode ser a de que são pseudoconceitos, a última fase do pensamento por complexos (Santos, 2015), devido

a seu caráter mais imediato, que comporta sentidos contraditórios. Ao retornar no último exemplo, seria considerar que o indivíduo que criou a vontade de comprar roupas e a colocou em ação não chegou nem a pensar que precisa.

Para entender melhor essa possibilidade, como sinaliza Vigotski (2009), pseudoconceitos são formação de complexos cujo produto do pensamento, em aparência, coincide com a formação conceitual, mas não houve um processo de desenvolvimento no sentido de apropriação deste e de seus nexos significativos. O que há é uma internalização sem um processo criativo, uma cópia dos complexos que correspondem ao significado de determinada palavra, que lhe foi fornecido pronto pelo meio, com a mediação de alguma relação. Ou seja, sabe-se o significado, mas não o seu processo de construção e nem há uma intervenção nesta construção. Os pseudoconceitos assumem a função de conceito no sentido da comunicação, de forma aparente. Mas não são utilizados de forma intencional para direcionar a ação de outro ou a própria. Senão, de maneira inconsciente, ou seja, o predomínio de sentidos nos nexos faz com que esses mobilizem o psiquismo e orientem a atividade de maneira não autônoma, assim, "o conceito "em si" e "para os outros" se desenvolve na criança antes que se desenvolva o conceito "para si" (Vigotski, 2009, p. 198). A aparência não revela a função que exerce no psiquismo e é prejudicada a formação da consciência para si (Lukács, 2003). Assim, trata-se de um nível mais precário de desenvolvimento.

É importante lembrar o período histórico em que Vigotski escreveu, no seio do processo revolucionário da URSS, no qual estava em pauta o desenvolvimento de um novo ser humano, com o processo de mudança produtiva em curso. Isso significa que, ao pensar a realidade de alienação no capitalismo, não é possível seguir à risca os estudos de Vigotski, no sentido do desenvolvimento conceitual ser uma tendência plena na vida adulta.

É possível articular esta discussão à de Vigotski (2009, p.289), que estabelece uma diferença entre processos não-conscientes e inconscientes:

Mas as próprias pesquisas de Freud estabeleceram que o inconsciente enquanto algo reprimido da consciência surge tarde e, em certo sentido, é uma grandeza derivada do desenvolvimento e da diferenciação da consciência. Daí a grande diferença entre o inconsciente e não conscientizado. O não conscientizado ainda não é inconsciente em parte e nem consciente em parte. Não significa um grau de consciência mas outra orientação da atividade da consciência.

Nesse sentido, para Silva (2022), os processos não-conscientes, dizem respeito, em termos predominantes, ao estágio pré-conceitual no desenvolvimento infantil, onde não é possível tornar determinados conteúdos conscientes devido à uma falta de apropriação típica

destes estágios. Ainda que esses possam aparecer em outros momentos do desenvolvimento. Já os processos inconscientes são os aqui expostos enquanto potencialmente conscientes.

Na presente pesquisa, diante desse imbróglio, propõe-se uma articulação com a tendência de cristalização em pseudoconceitos, principalmente na vida adulta, e o fetiche, que atua como a base social do inconsciente, como uma das possibilidades.

Como já se apreendeu o psiquismo em sua origem social, construído em uma relação dialética de objetivação e subjetivação, considera-se que nesta sociedade se estabelece uma especificidade quanto ao desenvolvimento do inconsciente enquanto função. Bem como as demais FPS, o inconsciente não foge da determinação cultural.

Nessa esteira, Lane (1995) discorre que em nossa organização social atual, capitalista, são endossadas cisões entre as esferas afetivo-volitivas, em uma perspectiva cartesiana de divisão entre razão e emoção e domínio desta por aquela. Respaldados pela divisão social do trabalho no capitalismo que separa o trabalho manual e o intelectual, e compartimenta os indivíduos em sua atividade principal, movido à produção de lucro por parte dos detentores dos meios de produção. Dessa forma, não são fornecidas condições para que se efetive a conscientização e, fruto disso, emerge o inconsciente historicizado no capitalismo, que dissolve a relação entre sentido e significado, isso torna o ser um desconhecido em sua própria casa.

É necessário compreender, contudo, que não há uma cisão completa, no sentido de ruptura, apenas uma estrutura contextual, que altera a relação de ambos.

Nesta realidade, passa a não ser possível a todos a apropriação de significados (com o predomínio de pseudoconceitos) ou ocorre uma apropriação de significados pautados por uma única e/ou predominante ideologia, a burguesa. E isso não possibilita com que o indivíduo compreenda, de maneira mais complexa, os múltiplos sentidos que orientam sua ação na realidade e poder reorientá-la para que atenda suas necessidades formativas, em prol do desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores e do desenvolvimento da própria humanidade, em uma lógica inseparável indivíduo-coletivo. Assim, “é muito mais provável que eu tenha uma existência marcada muito mais por uma aceitação e repetição do que está posto do que por uma modificação e criação da realidade” (Santos & Sawaia, 2022, p. 182).

Dessarte, vigora uma contradição insolúvel entre aquilo que se é permitido apropriar enquanto significado, por meio de signos ideológicos marcados pela alienação, e o que é vivenciado em uma realidade de exploração-opressão. Na qual as necessidades são criadas, e engendram as motivações, por meio de elementos estranhos, que buscam pelo lucro e não pelo desenvolvimento humano (Santos, 2015). Ou seja, sente-se de uma forma, mas pensa de

outra o que também produz uma ação contraditória, que não corresponde ao pensamento ou ao sentimento

Assim, ao haver uma afetação da realidade, sente-se, mas este afeto não é passível de ser significado, ou o é a partir da ideologia burguesa e, ainda que não seja por ela, pode haver uma dificuldade de possível transformar essa compreensão em ação. Assim, a cisão principal que a alienação provoca, não é um processo meramente cognitivo, é uma (im)possibilidade da unidade pensar-sentir-agir no capitalismo, pois mesmo quando se apropria da ideologia proletária, esta não é a dominante em termos de produção da realidade, se não há o processo revolucionário. Na verdade, ela atua em uma perspectiva dramática com a burguesa, ocupando o espaço que é possível ocupar no real em meio às contradições da luta de classes.

Isso dificulta orientar a ação na realidade em busca de uma resolução efetiva para este afeto, que de fato conduza a uma perspectiva de emancipação. Ou seja, para que haja uma transformação coletiva da realidade social, pois não é possível encontrar ou atuar perante as reais causas deste afeto, por não haver ferramentas dispostas no meio que possibilitem essa ação (Santos, 2015).

Aqui, há uma cisão entre pensar-sentir-agir. Pode ser que o sujeito tenha uma internalização do conteúdo cultural, mas este não esteja de acordo com o sentido, justamente pelo teor inconsciente contido nesse sentido. À exemplo, o sujeito se sente cansado constantemente, mas atribui esse cansaço a falta de sono e acredita que não tem cuidado com seu sono, mesmo ao saber que possui uma carga extenuante de trabalho, no qual não se realiza em suas potencialidades humanas e não consegue receber o suficiente para conseguir pagar todas as contas e ter uma boa alimentação, o que faz com que durma menos por estar hiperestimulado (sobrecarregado), com deficiência de vitaminas e com preocupações constantes. Todavia, não possui trabalhos melhores disponíveis em seu contexto.

Nesse caso, ainda que a má qualidade do sono contribua com o seu cansaço, ele não é a causa em termos de totalidade, nem será possível atuar diretamente nele e efetivamente resolver as demais questões contidas nisso. Mas, pelo teor neoliberal das ideologias contidas no cotidiano de produção e reprodução, o sujeito se vê como responsável pela manutenção do seu próprio bem-estar, as respostas são rápidas e de cunho individualizantes.

As preocupações e a exploração que lhe aparecem expressas como cansaço se vinculam mais à significados ideológicos individualistas, que pautam seu afeto de sentir-se responsável por seu “autocuidado”, que é o que de fato mobiliza sua ação frente aos meios dispostos para tanto, por exemplo buscar uma terapia para o sono, valer-se da medicamentação com hipnóticos. Daí que este pensa de forma diferente do que sente e

age de outra que não efetivamente resolve esse afeto. Convém, ainda, apontar que, mesmo que este soubesse as reais causas, talvez não pudesse sair de seu trabalho. Assim, ele pode até sentir e entender o que e porquê sente, mas a impossibilidade/dificuldade de ação permanece. Ele tem que trabalhar, em um trabalho alienado. Esse é o limite do processo de escolha, em termos libertários, no capitalismo, algo que se torna, individualmente, insuperável.

Destarte, pode-se compreender que o inconsciente possui dois determinantes fundamentais, a atividade e a linguagem, pois no momento que há uma afetação, há também uma resposta, uma reobjetivação (Santos, 2015). O ato volitivo é o que direciona a ação, mas este possui elementos de ordem consciente e também inconsciente, construídos no que se expressa enquanto vontade, como já exposto, assim o ato pode ser voluntário ou involuntário (Vigotski, 2021).

Desta forma, o inconsciente opera de maneira a criar motivações que orientam a ação do sujeito na realidade e, portanto, estruturam sua atividade, e constroem sentidos desta para si. Aqui reside o perigo desta ausência de ferramentas disponíveis para utilizar na regulação do próprio comportamento (Santos, 2015).

Ao abordar sobre inconsciente, também se faz mister elucidar os vestígios deixados por este. Ou seja, as formas pela qual se manifesta, indiretas, que não se restringem à via do significado, pela relação dinâmica com a consciência, como já foi possível ter uma noção a partir dos exemplos citados. Os sentidos inconscientes podem também se expressar no sonho, na própria palavra não-intencional via associações de sentido (Santos, 2015), como já exposto, em sintomas de adoecimento psíquico (Silva, 2022), em manifestações psicossomáticas (Santos, 2022; Nikolaeva, Arina & Leonova, 2012). Entende-se que na própria atividade humana de maneira universal, ou seja, ações pautadas por motivos estranhos, alienados, que atentam contra a humanidade, subjugam a classe trabalhadora e perpetuam a ordem e são direcionadas por uma forma específica de relação consciente-inconsciente (desenvolver-se-á melhor à frente).

Mas no que tange à relação consciente-inconsciente, propõe-se na presente pesquisa que no capitalismo parece ser inaugurada uma relação dramática entre consciente e inconsciente, na qual os sentidos inconscientes parecem prosperar. Posto o nível de alienação ao qual submete-se o sujeito, diante da divisão social do trabalho, é válido considerar que no conflito entre os significados conscientes e os sentidos inconscientes, estes atuam em maior parte da construção de motivos que dão forma à vontade e determinam os atos volitivos. Assim, o inconsciente parece dominar a esfera volitiva, com a predominância de afetos não significados, ou apenas parcialmente significados; as escolhas e a atividade são determinadas

por motivos estranhados criados a partir do fetichismo e endossando a reificação, que se expressa como base social dessa relação.

São diversas as razões que conduzem as pesquisadoras a colocarem isso como uma forte possibilidade. Um dos fatores é a já apontada dificuldade de apropriação dos conteúdos culturais existentes, particularmente daqueles que carregam as marcas da classe trabalhadora e que poderiam ser utilizados em defesa dos interesses das maiorias populares. Outro é a como a aceleração cotidiana e a forma como o neoliberalismo tem se convertido em elementos da subjetividade, com destaque aqui para o individualismo exacerbado e a gestão de si, parece exigir que se esteja sempre fazendo novas tarefas - em casa, nas relações, no trabalho, nas redes sociais - e essas tarefas acabam tendo que ser automatizadas para que se possa dar conta da quantidade crescente de demandas. Por fim, outro aspecto que direciona a tal compreensão é a forma como as emoções são cooptadas e tratadas pela ideologia hegemônica: a alegria compulsória, a hipervalorização do sofrimento e impossibilidade de sentir raiva são exemplos de como se intenciona que a emoção perca o seu caráter comunicativo e se transforme em um objetivo em si mesmo, de forma a dificultar a unidade pensar-sentir-agir que caracteriza a consciência. Nessa forma de organização social, a realidade afeta; mas ao buscar os elementos para significar a forma como se dá esse afeto para poder agir esta ideologia traz a explicação que vai contra a concreticidade da realidade: o sujeito está exausto do trabalho burocrático; mas a ideologia dominante o diz que tem que ser feliz por ter um trabalho; está em grande sofrimento psíquico, mas o outro está pior; depois de um dia exaustivo o indivíduo julga que merece um agrado - que vem, invariavelmente, com a marca do consumo (mesmo que esse consumo implique em uma dívida).

É necessário evidenciar que, com isso, não há uma defesa da primazia do inconsciente; a defesa por uma atuação consciente na realidade e a centralidade segue sendo um dos grandes desafios e objetivos das práticas calcadas na perspectiva da PHC; no entanto, ao se embasar na obra de Vigotski, é necessário compreender a forma como a realidade concreta organiza e determina os conteúdos e processos psíquicos; e, nessa forma de sociabilidade, a consciência parece ter cada vez mais dificuldade de ser desenvolvida, sobretudo de forma a possibilitar uma atuação que possibilite uma inserção ativa e criativa na realidade.

Convém salientar que essa criação se expressa na forma da dialética universal-particular-singular, que para Vigotski tem a vivência, mas, primordialmente, a volição como base fundamental. Ou seja, não se trata de um indivíduo em abstrato, mas sim

de uma pessoa real, em suas relações cotidianas, com sua própria microgênese, sua estrutura de personalidade específica e sua organização consciente singular, que é afetado e responde de maneiras específicas a cada situação. Por isso, não é possível generalizar essa relação em termos individuais, mas é possível compreender sua predominância em termos gerais, pela própria estrutura do capitalismo, que constrói a realidade na/pela qual o indivíduo se constrói.

Desta feita, há a forma em que o indivíduo vai ser afetado pela realidade (vivência) e a maneira pela qual responderá a ela (volição), que vai determinar e retroalimentar a primeira. Aqui vale ressaltar, novamente, todos os marcadores de sexo, raça, etnia, capacitismo, orientação sexual etc. Não será possível abarcar estes neste trabalho, mas não pode perder-se de vista, pois são os mesmos que fornecem sustentação para se pensar em uma integração afetiva que instaura a relação do sujeito com a realidade e orienta sua ação nesta.

3.3 A dinâmica consciente - inconsciente, alienação e fetiche: o muro intenta-se intransponível

Neste último tópico, aprofunda-se a análise da relação entre alienação e desenvolvimento psíquico, reforçando que o capitalismo, enquanto formação econômica e social, limita significativamente o potencial de desenvolvimento da consciência humana. A alienação no capitalismo, conforme discutido anteriormente, não é apenas uma desconexão com o produto do trabalho, mas também uma forma de reificação que atinge o próprio ser humano em sua totalidade. A alienação do psiquismo humano é, portanto, uma expressão das condições materiais de existência e das contradições inerentes ao sistema capitalista.

Defende-se na presente pesquisa, a partir das discussões previamente apresentadas, que, no capitalismo, a alienação passa a constituir a própria dinâmica entre as FPS, no sentido de direcionar seu desenvolvimento, como é possível aferir na existência de uma especificação de quais ferramentas, instrumentos e signos, socialmente produzidos, serão apropriados de acordo com sua posição na divisão social do trabalho Além de definir quais, define-se se serão ou não e de que forma. E, também, quais das funções estabelecerá uma relação de dominância nos processos superiores, e como. Se estabelece, para além disso, uma relação fragmentária entre as funções.

Isto produz um desenvolvimento prenhe de carências que não cumpre o potencial de desenvolvimento da humanidade, esse que o mesmo modo de produção capitalista possibilitou no avanço de suas forças produtivas, mas que é alienado e apossado pelos burgueses na lógica da propriedade privada. Assim, o funcionamento das funções é afetado,

ou seja, a alienação direciona o desenvolvimento das funções psicológicas superiores em seu processo interrelacional.

A psicologia, ao levar em conta o fator elementar da tese geral aqui recém-enunciada, só pode ter uma conclusão direta: confirmar o caráter de classe, a natureza de classe e as distinções de classe como responsáveis pela formação dos tipos humanos. As várias contradições internas, as quais se encontram nos diferentes sistemas sociais, encontram sua expressão acabada tanto no tipo de personalidade, quanto na estrutura do psiquismo humano de um período histórico determinado (Vigotski, 1930, p. 2).

Ao atribuir enfoque à dialética consciente-inconsciente, foi possível observar a presença de uma cisão nesta, ou seja, a passagem não é mais livre de um campo para o outro. Por ser socialmente determinada, é mediada, no capitalismo, por determinações na divisão social do trabalho e determinações de raça, sexo, capacitismo, dentre outras, que emergem e se especificam no seio da divisão social do trabalho. Assim, o sentido pode não encontrar o significado correspondente para orientar a ação na realidade ou, quando encontra, este pode atuar na reprodução desta sociedade que produz alienação, ou mesmo, não encontrar possibilidades de ação (Santos, 2015).

Ora, se é possível constatar que há um drama próprio da luta de classes, que se expressa na particularidade do meio onde tecem as relações humanas e onde o ser humano se desenvolve e, se esse drama é construído a partir da relação conflituosa entre os detentores dos meios de produção, que detém as ferramentas e os signos, o saber-fazer e os meios necessários, e os trabalhadores, que possuem apenas sua força de trabalho, que é mercantilizada. Então torna-se possível afirmar que o conflito vai estruturar também a forma que se relacionam as FPS - que basicamente é o que determina o seu funcionamento (Vigotski, 2021).

Como Lukács (2003) adverte, no processo de divisão social do trabalho, as funções sociais passam a se especializar e atomizar, de modo a propiciar essa atomização também no campo do psiquismo, o que favorece a reificação.

Posta essa digressão, apresenta-se a seguinte ideia: além da cisão, que constrói um muro entre consciente e inconsciente, de modo a dificultar a passagem, propõe-se aqui que, onde antes existia uma relação potencial, dialética, passa a predominar uma relação de subordinação-dominância, com o predomínio de uma dominância do inconsciente. Tudo isso como implicação da alienação.

Na cisão pensar-sentir-agir, o sentido é impossibilitado de encontrar um significado correspondente ou uma possibilidade de ação (Santos, 2015), cisão esta que está presente em

alguns conteúdos e processos inconscientes e em outros não - como no comportamento automatizado (Silva, 2022). Na relação dominação-subordinação aqui proposta se estabelece uma relação hierárquica entre essas funções, permeada por tensão e conflito. Observou-se no capítulo 2 que há essa relação dominação-subordinação entre os sistemas de funções superiores, mas propriamente na dinâmica consciente-inconsciente Vigotski (2004), bem como seus comentadores estudados, não apontaram para a existência deste tipo de relação nesta dinâmica, apenas a relação dialética que o autor propôs e a relação de cisão supracitada.

Trata-se de uma relação dramática na qual o inconsciente domina o consciente a maior parte do tempo e não é possível pensar, no capitalismo, o psiquismo que não opere a partir dessa dinâmica regulatória/organizadora dos processos superiores, em termos do tensionamento dominação-subordinação consciente- inconsciente, ainda que hajam momentos que a consciência consiga vencer essa batalha, a depender das mediações dispostas. O que é fruto da própria alienação que permeia e se reproduz na estrutura capitalista, ou seja, isso vai determinar se e como ocorrerá a passagem dos conteúdos inconscientes à consciência, além do próprio funcionamento da consciência e dos processos inconscientes, como já visto.

Faz-se a ressalva de que a dominância se apresenta como uma tendência em termos gerais para a classe trabalhadora. Principalmente quando se pensa na alienação em relação a gênero e nas possibilidades de apropriação cultural de diversas formas. Assim, pode-se considerar que o inconsciente pode muitas vezes dominar o comportamento como resultado da alienação, e isso torna-se uma tendência crescente no capitalismo contemporâneo, fundamentalmente para a classe trabalhadora. Mas existem outros níveis de consciência e de relação consciente-inconsciente nessa dinâmica, à medida que se inserem as ideologias, cada qual com sua especificidade. Leitor, acompanhe a construção desta proposição nos parágrafos que se seguem.

Para tanto, retoma-se os estudos sobre a categoria de alienação. Verificou-se que a alienação surge de uma relação de dominação do ser humano pelo ser humano. As potencialidades humanas, socialmente construídas, são expropriadas e utilizadas para a dominação da classe trabalhadora. Isso ocorre no contexto da luta de classes, fundamentada na propriedade privada, que permite transformar o produto em mercadoria separável do trabalhador e apropriável pelo burguês. Os trabalhadores ficam apenas com sua força de trabalho, que devem trocar por um salário para sobreviver, com suas relações mediadas pelas mercadorias que lhes são alienadas (Mészáros, 2006).

Há um processo de universalização da mercantilização. Assim, as potencialidades humanas, expressas na força de trabalho enquanto capacidades criativas, são transformadas em mercadoria. Embora não se reduzam a isso, elas passam a sobredeterminar seu desenvolvimento e são vendidas ao burguês, que adquire o direito de definir o rumo desse desenvolvimento (Mészáros, 2006). A alienação, de acordo com Marx (2010), se expressa em quatro formas fundamentais: alienação do produto, da atividade, do gênero, e de si e dos outros.

Posta essa digressão sobre discussão da alienação, retoma-se agora o processo de desenvolvimento do psiquismo humano. De acordo com a PHC, a consciência assume centralidade na regulação da conduta do sujeito, que através da apropriação do significado, mormente em sua organização conceitual e desenvolvimento da autoconsciência, reorganiza as demais funções de forma a possibilitar uma transformação na realidade de maneira intencional (Toassa, 2010). E isso se dá em um movimento de integração pensar-sentir-agir (Lane, 1995).

Porém, o que se vê em termos de objetivação no contexto capitalista através da alienação é a predominância do aspecto estranhado. Ou seja, há um não reconhecimento do indivíduo naquilo que ele produz e que está posto na realidade enquanto uma potencialidade humana, portanto, sua potencialidade. Nesse ínterim, considera-se que pode não ser a consciência a protagonista deste processo. Mas, se não a consciência, qual função?

Recorre-se aqui a seu oposto dialético/conflituoso, o inconsciente. Em seguida, será apresentada uma síntese do que já foi trabalhado sobre: o inconsciente trata-se de uma função que, inicialmente, deriva da consciência, é potencialmente consciente e regula o funcionamento do psiquismo com motivações inconscientes. Ele também possibilita que a consciência opere, teoricamente, apenas com o necessário, com aquilo que se é demandado pela atividade no momento, para atender a necessidade vigente (Vigotski, 2004).

Além disso, o inconsciente possibilita armazenar aquilo que não passou de forma consciente pela percepção e também está associado ao que não foi permitido desenvolver-se ainda devido a idade cultural e aspectos do desenvolvimento de forma mais ampla. Assim, ele possui processos específicos a seu funcionamento em termos dinâmicos (Santos, 2015).

Ao abordar sua dinâmica, o inconsciente é estruturado pela predominância do sentido, permeado de conteúdos que já tiveram uma associação prévia a significados, mas que não são mais necessários à consciência, porém podem ser mais facilmente acessíveis a esta. Também conta com conteúdos de associações indiretas a significado, via afetiva, volitiva, psicossomática etc, que podem ter um nível maior ou menor de potencialidade consciente, de

acordo com as ferramentas dispostas no contexto e da estrutura conceitual previamente apropriada. E, por fim, os conteúdos onde há cisão sentido/significado, permeados por processos de alienação, onde o sentido não encontra significado e disposições de ferramentas para ação correspondentes e torna-se menos potencialmente consciente (Santos & Sawaia, 2022).

Além disso, o inconsciente tanto está em dialética com a consciência, quanto se relaciona com as demais funções, como a corporalidade, atenção, linguagem, emoção, a própria ação, dentre outras. Assim, o inconsciente faz parte do funcionamento do psiquismo como um todo, apesar da sua estruturação intrapsicológica dizer de uma semiótica mais precária e, por isso, ele é mais imediato e involuntário (Silva, 2022).

Nesse sentido, o inconsciente traz um aspecto "sombrio", enigmático, em sua aparência, devido aos processos predominantes de não-significação. Viu-se que, no momento que seus vestígios aparecem, que não de maneira significada (pela via da dialética), o fazem de modo desconexo para os indivíduos: sentem, mas não se sabe porquê, pensam de uma forma, mas agem de outra, ou agem em consonância à repetição/reprodução daquilo que lhe afetou de tal maneira. A compreensão da ação humana é parcializada, fragmentada, atomizada, bem como sua possibilidade de ação limitada.

O que, em si, não seria um problema, caso houvesse a possibilidade de apropriar-se de ferramentas necessárias para torná-lo consciente e reorientar essa ação na realidade, ou seja, o pleno funcionamento da dinâmica dialética consciente-inconsciente, de uma forma a trabalhar em prol do desenvolvimento humano. Não seria um problema, caso o indivíduo não estivesse em uma sociedade cuja estrutura impõe uma tentativa de desumanização ao limite, uma luta de interesses e uma dominação dos seres humanos por outros seres humanos; da minoria burguesa contra a maioria trabalhadora. Uma luta contra a própria humanidade, em seu desenvolvimento pleno e em relação à natureza e seus recursos finitos.

O não-saber faz parte desse processo; de forma que o indivíduo passa a ter um conhecimento parcializado e desconexo, não entende como e porquê de tal ação, emoção ou mesmo pensamento, apenas age automaticamente, na maior parte das vezes, e tudo isso cumpre uma função. Tanto ao se pensar na finalidade da atividade como um todo, quanto em ações isoladas, ao perpassar alguns níveis de maior ou menor consciência. Ou seja, a ação, sendo polimotivada, pode encontrar mais motivos inconscientes, do que conscientes, e, quando conscientes, o são apesar de uma tendência para a classe trabalhadora no geral e visam à repetição e não transformação, através da ideologia burguesa - é importante salientar

que aqui se trata de uma possibilidade, posto que há movimentos contraditórios que podem emergir nesse espaço, como os revolucionários.

Ao se retomar essa discussão, tem-se alguns fundamentos para validar que o inconsciente, no capitalismo, possui elementos dispostos para triunfar sobre a consciência no psiquismo do ser humano alienado, o indivíduo capitalista. Principalmente no sujeito da classe trabalhadora, que se coloca mais carente de mediações de qualidade, devido a sua disposição na divisão social do trabalho e a própria existência dessa, em primeiro plano, como condição para alienação e para a atomização e especialização das funções, que dificulta a apropriação da totalidade e a possibilidade de enfrentar a realidade marcada pelo fetiche (Lukács, 2003). Atua-se com momentos parciais de consciência reificada.

Para este indivíduo, considera-se que a economia de energia, quando mediada pelas características culturais deste contexto, se especifica e, assim, passa a ser uma ferramenta de dominação da burguesia sob a classe trabalhadora. Este processo passa a ocorrer, não livre de resistência, porém com mecanismos mais elaborados construídos no seio do desenvolvimento das forças produtivas. Tanto naquilo que se incorpora como comportamentos automatizados, quanto nos demais processos inconscientes, há a vigência de sentidos inconscientes constituídos pela alienação, que a reforçam em seu máximo de estranhamento de si, com crescente dificuldade de tornarem-se conscientes.

Constata-se que, quanto mais desenvolvido está o fetichismo e o mundo das mercadorias, menos potencialmente consciente está o sujeito. Principalmente ao se considerar uma consciência como produto plenamente desenvolvida. O conhecimento em uma perspectiva de conexão pensar-sentir-agir, é uma parte essencial para a intervenção na realidade de forma intencional, ainda que a atividade coletiva orientada para a transformação social possui um maior nível de determinação em termos de transformação emancipatória e maior relação com o trabalho em seu sentido concreto. Mas sem a significação, um tipo específico de significação, torna-se mais difícil a atuação por não se objetivarem de forma mais explícita as causas, que seja para direcionar uma atividade cotidiana ou revolucionária. Contudo estas tornam-se mais camufladas. Todo esse cenário abre um espaço de maior liberdade para o lucro prosperar em sua natureza destrutiva alienada e alienante.

Isso denuncia que, aquilo que mobiliza o indivíduo a agir sob a realidade é menos consciente, do que inconsciente. A regulação psíquica é muito mais emocional, alheia e não necessariamente significada - características mais vinculadas à esfera inconsciente - do que prenhe de mediações. Parecem tender à predominância os processos involuntários, seguido aos de baixa complexidade mediacional. Isso torna-se uma tendência difícil de competir,

difícil de vencer, a menos que a batalha seja travada onde a produz. Leitor, guarde este ponto, será melhor trabalhado adiante, agora cumpre entender melhor essa lógica do inconsciente dominar a consciência.

Algo que também auxilia a compreender melhor essa relação é o fetichismo, nível mais avançado e elaborado da própria alienação (Netto, 1981). O fetichismo parte das relações de produção, que advém da própria divisão social do trabalho e propriedade privada, onde a mercadoria ganha vida e grau de sujeito frente ao trabalhador, que é colocado enquanto objeto desta, de maneira a inverter a própria relação de produção, e mascarar de onde efetivamente vem o valor que a mercadoria exhibe (Marx, 2023). Ocorre que esta relação vai determinar todas as demais, ao avançar do capitalismo a mercadoria se universaliza, se interpõe frente todas as necessidades, e passa a ser produtora destas (Codo, 1985). No fim, o indivíduo se reifica, coisifica, identifica-se como mercadoria e se desidentifica como gênero humano (Lukács, 2003). Veja como ocorre este processo a partir da objetivação-subjetivação.

Considera-se que motivação humana se constitui justamente no processo de sua satisfação, ou seja, ao criar os objetos (mercadoria, no capitalismo) o ser humano satisfaz e cria novas necessidades, assim, a forma de satisfazer essas necessidades, direciona a conduta humana na própria realidade. Nesse cenário, as mercadorias dispostas e a forma de seu consumo estão na base da criação de motivações humanas, pautadas por necessidades do estômago e da fantasia, materiais e imateriais (Konder, 2009; Codo, 1985).

Todavia, o fetichismo esboça aquilo que está respaldado na lógica capitalista de produzir: o ser humano não se vê como produtor (sujeito), mas como produto (objeto), porquê apesar de produzir, o faz de forma fragmentada, não domina as técnicas, as ferramentas e a finalidade. Ou seja, é alienado, de si (do trabalho), do processo de produção, dos demais seres humanos e da natureza (tudo aquilo produzido socialmente) (Ranieri, 2000). E o que produz não é feito para que se desenvolva como ser humano, o mecanismo vital do capitalismo é o lucro e este vai atravessar a produção de todas as mercadorias e sobredeterminar sua utilidade. O valor acima do valor de uso (Marx, 2023).

Assim, se aquilo que se consome de forma alienada determina a satisfação e criação de necessidades, o fetichismo também vai estar presente na estrutura motivacional. E devido à própria característica mascarada do fetiche, não se torna possível, no capitalismo, dominá-lo totalmente a nível consciente, algo sempre escapará a esta tentativa. A reificação passa a dominar a organização psíquica (Lukács, 2003).

O capitalismo não para em seu processo de expansão destrutivo em estágio imperialista. Descobrir algo, tomar consciência, é adquirir um controle parcial, pois há muitas

outras mercadorias em produção na lógica do fetiche e estão todas vinculadas a uma totalidade da qual não se escapa, não através de uma luta de ideias, não por uma mera conscientização. Uma implicação desta constatação é que não há, no capitalismo, uma possibilidade de conceber a consciência fora dos processos inconscientes marcados pela alienação nessa dinâmica de dominação-subordinação, ainda que possa ser invertida em alguns momentos, a partir da disposição de ferramentas de qualidade, como ver-se-á.

De volta ao ponto da possibilidade de superação: a consciência está vinculada à capacidade de domínio e controle da própria conduta, capacidade essa que é dificultada pelo capitalismo. À medida em que não há práxis, ou que a norma de produção e reprodução da vida, tal como as superestruturas, estão vinculadas à perspectiva do lucro, de prosperar a burguesia em detrimento dos trabalhadores, o domínio tende a ser parcial e cada vez menor, mais automatizado. O domínio é limitado pelas determinações sociais deste sistema, relacionados com a validade humana, não enquanto potência transformadora, mas enquanto mercadoria produtora de valor. Outrossim, há que se considerar as contradições presentes nesta sociedade, que podem abrir espaço, inclusive, para movimentos revolucionários, que se propõem a romper com essa lógica.

Nesse ínterim, criam-se motivações estruturadas predominantemente no fetichismo, que colocam o ser humano como mercadoria consumidora, reificado e movido ao consumo que não necessariamente condiz com suas necessidades e que, por muitas vezes, podem voltar contra si.

O cenário da alienação vigora, aquilo produzido por si, volta-se contra si, por ser estranho em seu processo, em suas relações e em seu consumo, ao ser apropriado. A exemplo deste fenômeno, tem-se o próprio consumismo, a motivação pela aquisição de mercadorias supérfluas pela promessa que estas fornecem de devolver aos humanos aspectos de sua própria humanidade. Consumismo que na atual fase do capitalismo sai apenas do campo das mercadorias e vai para o conteúdo, a internalização do real de forma imediatista e aparente (Netto, 2012). Este fenômeno, por exemplo, pode endossar processos de insatisfação, endividamento, impotência e impossibilitar a consciência das necessidades autênticas ao desenvolvimento humano, em termos potenciais.

O leitor pode se questionar: se a consciência é regida pela esfera do significado e o inconsciente do sentido, em termos majoritários, e se o domínio técnico estabelece um controle a nível ideológico que estrutura a consciência para direcionar a atividade, porque seria o inconsciente dominante e não o consciente?

É fato que a própria consciência é marcada, indiretamente, pela alienação, ao considerar vigência de internalização de ideologias burguesas, de explicação atomizada e fetichizada do mundo. Mas isso trataria-se, necessariamente, de uma consciência alienada ou que a alienação é um fenômeno somente da consciência?

Compreende-se até então que não, o que, por vezes, denomina-se de consciência alienada pode também se tratar de uma predominância de sentidos inconscientes na volição que impulsiona o desenvolvimento psiquismo, de maneira sistêmica²², ao estabelecer a relação de dominação-subordinação na dinâmica com a consciência.

A alienação da consciência no psiquismo ocorre em uma relação que se estabelece entre inconsciente e consciência, da forma aqui defendida - subordinação-domação. Até se utiliza a organização das funções através da consciência, pode-se ter atos mais ou menos conscientes, mas isto acontece ainda através dessa dinâmica: ou seja, em determinadas circunstâncias a consciência tensiona e consegue dominar o inconsciente.

Observa-se, contudo, que a consciência não é impossível em termos gerais, a questão da crítica presente é não abordar isso em relação à dinâmica com o inconsciente. Compreende-se, entretanto, que existem níveis de consciência, enquanto processo, a depender do nível de desenvolvimento dessa dinâmica, e do psiquismo como um todo, da apropriação ideológica (e da qualidade desta).

A impossibilidade se dá em termos de uma consciência emancipatória, e do pleno funcionamento da dialética consciente-inconsciente, por depender de transformações materiais que efetivamente superem a alienação. Mas o conhecimento científico, ainda que pautado por motivos mercadológico é importante para promover um domínio maior da conduta.

A alteração de função da dinâmica consciente-inconsciente por meio da alienação, para uma relação de dominação-subordinação inconsciente-consciente, em termos majoritários, emerge como uma necessidade histórica para os capitalistas. Isto pois, a nível inconsciente os vestígios são mais sutis, há um refino no controle de classe. Assim, constata-se que tanto na alteração de função quanto na tentativa constante de ruptura, o muro fica cada vez mais alto.

Além disso, se Vigotski (2004) aponta que a consciência não existe sem a dialética com o inconsciente, em termos de funcionamento dinâmico com este e sistêmico com todo o psiquismo, aquilo que é internalizado enquanto signos ideológicos burgueses, que são

²² A alienação imbrica no psiquismo como um todo em sua constituição, mas em relação à consciência ela afeta na relação com o inconsciente e não na função isolada.

fragmentados enquanto apreensão da totalidade e carregam as contradições em relação com a própria realidade, terá necessária relação com o inconsciente, ainda quando efetivados na ação.

O drama da consciência, e o esforço de superação das contradições pela via dos conceitos é notório, mas difícil de ser realizado como regra no cotidiano das relações de produção e reprodução capitalistas. Todavia, é importante ressaltar esse caráter dramático, nessa relação com o inconsciente, o consciente trava uma luta constante, o processo de dominação não é livre de resistência. Tal como ocorre na interrelação das demais FPS.

Há que se considerar que muitas vezes essa apreensão contraditória da realidade, onde se pensa de uma forma, mas sente de outra, é orientada por pseudoconceitos, não conceitos propriamente, tal como sinaliza Santos (2015). Essa proposição reforça a presente defesa de serem de ordem predominantemente inconsciente.

Isto pois, o fetiche caracteriza-se por um cortinar das relações, ou seja, a mercadoria (produto mercantil do trabalho humano) aparece como um objeto dotado de humanidade, autoposto na realidade, que mascara a complexa articulação das relações sociais de produção (calcada na propriedade privada e divisão social do trabalho) (Marx, 2023).

Assim, na dificuldade de encontrar as mediações necessárias tem-se uma aparência que toma o lugar de realidade e orienta a atividade do sujeito no mundo, de forma inconsciente, ou seja, não há autodomínio, ainda que aparente o contrário. Portanto, entende-se aqui que o fetiche é a base social desse processo.

Em uma análise histórica, após o período da transição para o capitalismo e sua consolidação com a revolução industrial, este modo de produção segue sua ampliação através do aperfeiçoamento da revolução tecnológica em uma agenda neoliberal. Ou seja, os níveis de precarização estão intensos, o aumento da exploração da classe trabalhadora caminha *pari-passu* a elevação das forças produtivas e das riquezas humanas. É patente que se acentua e complexifica a divisão social do trabalho e o próprio monopólio das propriedades.

O resultado não é outro para a classe trabalhadora: trabalhar mais e viver menos. Em uma realidade onde trabalho é alienado, portanto, calvário. Desenvolvem-se as funções de forma mais fragmentada e com baixa apropriação da cultura, em termos de instrumentos e signos, uma precarização das mediações incorre em uma precarização da semiótica que estrutura as funções.

Como viu-se, a exemplo dessas reestruturações produtivas em uma perspectiva atual, tem-se a uberização, aumento da expressão do fetiche da mercadoria no indivíduo, sua reificação. Antunes (2016, 2018) denuncia haver uma intensificação dessa alienação, o

território de sua subjetividade é dominado pelo mundo do trabalho, e cooptado pela mercantilização da individualidade (subjetividade). O trabalhador passa a se reconhecer como mercadoria, de tanto ser tratado como tal, o que alimenta os processos de reificação.

Isso decorre da menor inserção em atividades que promovam a possibilidade de se apropriar de outros significados pautados por conceitos científicos no/incorporado pelo MHD e fortalecer a perspectiva dramática do psiquismo, prol a uma ação pautada por sentidos de humanização; menor apropriação de direitos universais, como as leis trabalhistas; maior isolamento em suas atividades cotidianas e desmanche de atuação coletiva; e com ideologias burguesas em sua forma neoliberal que buscam engajamento pela busca de melhores salários, aliados à competitividade - ideologias estas que são internalizadas, por vezes, como pseudoconceitos.

Foi possível observar que a própria estrutura do capitalismo determina, com a divisão social do trabalho e a propriedade privada, a forma em que se estrutura a relação ser humano-realidade. Esta estrutura conforma o trabalho em uma perspectiva abstrata, em âmbito universal, e determina também as particularidades as quais cada sujeito realizará seu processo de objetivação-subjetivação. Além disso, as próprias reestruturações produtivas catalisadas pelas crises, interferem em todos os âmbitos da vida, mediada por processos ideológicos na sociabilidade.

Dessarte, são reduzidos os níveis de criação, o tempo destinado ao desenvolvimento da consciência, sua própria regulação será cada vez mais voltada ao próprio trabalho mercantilizado, atomizado, operado por pseudoconceitos, conceitos espontâneos e pela ideologia burguesa. Demais relações, políticas, culturais e sociais, também atravessadas pelo estranhamento, mas com possibilidade de resistência dramática, são empobrecidas. Aumenta a competitividade, a individualização, que também se coloca em todos os níveis ideológicos, de forma a reproduzir a alienação do campo produtivo. Ocorre uma diminuição do domínio da própria conduta.

Além da parca apropriação e desenvolvimento das funções psicológicas superiores, que se especializam e parcializam, de acordo com as demandas da formação da força de trabalho mercadológica, não há tempo para usar a memória, por exemplo, como recurso da dialética consciente-inconsciente. Ou não se desenvolve, em termos gerais, ou não se tem recursos para colocar em prática por meio da atividade, da ação no mundo. E, como viu-se, a atividade que vai determinar a consciência no movimento de objetivação-subjetivação.

Como repercussão, as funções passam a funcionar de maneira isolada, sem a perspectiva de controle e articulação, ou seja, sem atuação da consciência. Mas há uma

estrutura pautada pela hierarquia que estabelece a vigência do inconsciente à consciência, este que se fragmenta em sentidos que se manifestam de maneira “isolada” em cada uma das funções. Esse mecanismo dá sinais de sua operância, mas não significados, em sua maioria. Aqui a alienação se evidencia no âmbito da atomização, da separação da totalidade (uns dos outros, da natureza social) e da alienação de si, do controle que opera como externo a si. A reificação triunfa, como nos aponta Lukács (2003).

Como expressão da dominância inconsciente ao consciente, uma das funções pela qual este se expressa e opera, esta que também assume dominância sobre as outras, é o próprio ato volitivo, como tem-se entendido neste estágio da pesquisa. Principalmente ao considerar a agudização e especificação da alienação no contexto neoliberal.

Há uma concessão à ação, ao movimento, à própria valorização da sua força de trabalho, reificado ao movimento de reprodução do capital, de modo a favorecer os processos involuntários. Assim, pode-se aumentar comportamentos com precárias condições de mediações, impulsivos, nos quais “as necessidades são atendidas de modo urgente, geralmente com forte mediação das emoções” (Silva, 2022, p. 248).

Com a estimulação ao individualismo, com o fetiche da individualidade, o ser humano é impelido à ação que diminui os processos reflexivos (a própria função do pensamento ou da criatividade, por exemplo). Com a própria sobrecarga de funções atribuídas ao indivíduo e/ou ao núcleo familiar que o reproduz, somada a precarização do trabalho, observa-se uma necessidade de fazer mais em menos tempo, para tentar dar conta dessas atribuições.

Assim, há uma aceleração que é reforçada e se expressa em âmbito psíquico nessa passagem do sentimento à ação contraditória ao pensamento (a cisão pensar-sentir-agir), por isso ela é menos mediada e mais imbuída de sentidos que são estranhos aos sujeitos. Cria-se uma necessidade de satisfazer-se, de alcançar um ideal de felicidade, nessa promessa de realização plena de todas suas necessidades por meio de esforços individuais, que passa a mobilizar o psiquismo. E uma dificuldade de lidar com sentimentos como tédio, por exemplo, que advém do ócio, do espaço para refletir e criar, cada vez mais enxuto socialmente.

Esta volição que predomina é calcada por motivações inconscientes, como foi possível aferir na discussão deste trabalho. Assim, são desejos de ordem individual, que endossam a competitividade e camuflam a necessidade de interdependência.

O próprio enfraquecimento dos laços colaborativos (Harvey, 2014), que reforça a alienação de uns aos outros, se evidencia em algumas ações, por exemplo, tratar os demais como empregados, o outro está para servir (resumido à sua força de trabalho mercantilizada), a dificuldade de dialogar, de trocar e construir ideias comuns, com finalidade de construção

coletiva de algo. E a relação entre as funções nascem desse diálogo, de como se estabelecem essas trocas também a nível de reprodução cotidiana, reforça esse empobrecimento da capacidade de pensar e utilizar a nível consciente a volição para agir.

O inconsciente não é algo externo e alheio ao ser humano; ele é um componente essencial da estrutura psíquica, produzido histórico-culturalmente e que deveria servir aos processos conscientes. Contudo, assim como o fenômeno da alienação no capitalismo, ele passa a dominar as motivações humanas e o desenvolvimento das funções psicológicas superiores de maneira estranhada.

Nesta lógica, defende-se que a simples apropriação de conceitos do materialismo histórico-dialético não capacita os indivíduos a frear ou vencer esse processo, sem um direcionamento prático para transformar a realidade.

Vigotski não está interessado somente em descrever, ou descobrir quais os sentidos sociais que formam a vontade individual, mas encontrar condições de superação dos mesmos, sendo esta também tarefa da psicologia do novo homem (Silva, 2015, p. 125).

Assim, também é necessário uma organização coletiva para a luta e a ruptura histórica da sociedade de classes capitalista. A alienação se expressa como reificação, portanto alienação de si, mas este é apenas um aspecto da alienação, que tem no seu centro a alienação do trabalho, que produz e reproduz este sistema.

Apenas ao dominar os meios de produção e os subverter para o desenvolvimento da maioria da humanidade, é possível superar essa alienação de si e o estranhamento em relação às suas produções. O indivíduo só existe em sociedade e se constrói ou se destrói coletivamente, assim, as condições de sociabilidade só podem ser transformadas nesse coletivo.

As motivações são afetivo-volitivas, possuem sentido e significado, mas existem muito mais motivações inconscientes do que conscientes. À medida que não há a vinculação entre sentido e significado, ou que há essa vinculação de forma ideológica e fetichizada, ela direciona a atividade até se deparar com alguma contradição. Acontece que essa vinculação ideológica burguesa (de “falsa consciência”), não se sustenta, não está de fato sob domínio do ser humano, enquanto gênero social por não condizer com a realidade de suas relações. Os

pseudoconceitos²³ tomam a frente ou os conceitos espontâneos em um nível menos intenso de dominação-subordinação.

Aqui o inconsciente opera pela via afetiva, que possui uma mobilidade maior que os mecanismos conceituais, de significados, que circula mais livremente pelo psiquismo, de modo a deixar os vestígios nas demais funções e, sobretudo, na atividade, mormente em sua impossibilidade, neste contexto, de tornar-se consciente.

Daí que o nível de domínio do inconsciente, e, portanto as implicações desse domínio, apenas se expressa na ação contraditória, em lapsos, volições com precarizadas mediações ou se isso pode desenvolver uma perda de autonomia até em ações cotidianas pontuais, através de processos de adoecimento (leves, como transtornos de humor) ou desintegração do psiquismo (esquizofrenia), esse nível vai depender da qualidade das mediações dispostas (signos e ferramentas) (Silva, 2022).

E é importante frisar que essa qualidade de mediação também vai depender da alienação direta ou indiretamente, como viu-se, a partir da própria lógica da propriedade privada e divisão social do trabalho, que a sustenta em relação dialética de co-produção (Marx, 2010).

Ratner (1995), ao abordar o fenômeno da loucura, aponta que a psicose, por exemplo, possui causas sociais, e tem raízes nas relações sociais “problemáticas”. Indo de encontro ao que expressa Belchior²⁴ “A minha alucinação é suportar o dia-a-dia, e meu delírio é a experiência com coisas reais”. Nesse sentido, Ratner (1995) traz alguns eventos ou situações sociais que, de acordo com determinadas mediações, atuam de maneira a facilitar e especificar o desenvolvimento da psicose no indivíduo, como: imigração, desemprego, pobreza, papel de gênero.

A exemplo do desemprego, Ratner (1995) apresenta a seguinte estrutura de eventos mediadores que se interpõem entre o desemprego e o indivíduo. No que denomina de exossistema, se encontram as perspectivas de emprego e as organizações comunitárias de assistência, o microssistema formado pela família e pelo sindicato e, por fim, há o indivíduo. A depender da presença de suporte nessas esferas, o desemprego irá afetar mais ou menos o indivíduo.

²³Alguns autores chamam isso que denominou-se de pseudoconceito como conceito espontâneo, os que trabalham na perspectiva de abordar somente consciência alienada, principalmente. Mas aqui faz sentido pensar em pseudoconceito. Compreende-se que os espontâneos também exercem uma função e possuem relação com o fetiche, mas este pode aparecer em um diferente nível de dominância do inconsciente na relação consciente-inconsciente, do que os pseudoconceitos. Por isso opta-se por trabalhar nesta pesquisa com pseudoconceito, pautadas por essa diferenciação.

²⁴Foi um grandioso artista brasileiro, com ampla atuação no campo da arte, tal como: cantor e compositor (1946-2017). A citação utilizada refere-se a um trecho de uma música de sua composição “Alucinação”.

Aqui pode-se pensar nas determinações contidas na dinâmica entre universal-particular-singular que vão estabelecer a qualidade de mediações às quais o sujeito terá acesso. Assente ao exemplo citado, compreende-se como a estrutura capitalista, atravessada pela alienação, que se manifesta também neste evento de desemprego, enquanto fenômeno universal de regulação da luta de classes, afeta cada sujeito de acordo com suas particularidades: este tem apoio familiar, faz parte ou não de um sindicato, tem acesso a organizações comunitárias de assistência etc. E como isso chegará em sua singularidade, também respaldada pela vivência e estruturas motivacionais previamente desenvolvidas.

Como consequência da alteração da dinâmica consciente-inconsciente, através de seu papel no desenvolvimento do psiquismo como um todo, pode-se pensar no próprio adoecimento psíquico. Posto que o sentido possui vinculação maior com a esfera das emoções, afetiva, e observou-se até aqui que há, no capitalismo, uma crescente perda da possibilidade de domínio consciente destas. Assim, retoma-se os estudos de Almeida (2018) sobre o aumento significativo de casos de transtornos classificados como de humor no estágio corrente do capitalismo.

Ou mesmo dos casos de suicídio (Berenchtein Netto, 2007), que evidenciam o ápice da alienação, no momento em que as contradições sociais encarnadas no indivíduo tornam-se insolúveis e o cenário de responsabilização e culpabilização individual, sem outras ferramentas, empurram este ao maior ato de autodestruição, uma perda de vínculos sociais, uma falta de reconhecimento do outro e, portanto, da própria validade de sua humanidade.

Conforme salientado por Berenchtein Netto (2007), o contexto capitalista promove uma desumanização das relações, decorrente da fetichização e alienação com relação à natureza, ao outro e a si. Há uma competição ininterrupta onde, em última instância, torna-se lucrativo a morte de um outro, tido concorrente, ainda que de maneira inconsciente.

Dessarte, não se pode pensar que haveria um impulso inato ao suicídio, mas este é gestado nas condições sociais de vida ou na ausência destas, e utiliza das ideologias burguesas, neoliberais, como base para sua motivação. Este é o retrato exposto do rompimento das potências humanas.

Neste cenário, é necessário compreender e atuar nessa estrutura psíquica regulada pela dinâmica inconsciente-consciente. Todavia, é importante fazê-lo por meio da compreensão de que no capitalismo ela seguirá de maneira a se reproduzir, assim, sublinha-se os limites das transformações individuais.

Ampliar a consciência dentro da dialética de subordinação com o inconsciente, inverter essa relação, de maneira a permitir que a consciência se amplie e tenha o domínio do

inconsciente para seus fins. A consciência de classe seria uma das mediações para essa inversão, para que a consciência tenha força nessa luta dramática e consiga quebrar o muro e possibilitar a ação consciente.

Assim, existe possibilidade de ampliar-se o autodomínio da conduta e se ter atos mais conscientes, mas, em sentido mais amplo, para que se sustentem, é necessário que esses atos sejam orientados a uma finalidade revolucionária. Então, a consciência de classe emerge como uma mediação para que isso ocorra.

Ao se inverter, essa relação ainda vai trazer aspectos do inconsciente capitalista, aspectos de alienação, contudo, serão reduzidos. De forma que, ao tratar de consciência de classe se entende que esta vai operar na relação subordinação/dominação com o inconsciente, ainda que por meio de um nível maior de consciência, justamente por essa formação conceitual trazer uma leitura mais complexa da realidade. E é justamente aqui que associa-se com níveis de inconsciente, no sentido de maior ou menor possibilidade de tornar os conteúdos conscientes.

Por isso, assim como expõe Iasi (2012) acerca da consciência de classe, entende-se que há uma construção processual dentro do capitalismo, em indivíduos trabalhadores na atuação conjunta em sua classe, que apenas se efetivará, contraditoriamente, na superação da sociedade de classes. A construção de uma consciência de classe para-si é uma ferramenta para o processo revolucionário, por meio da práxis.

Posto isso, é importante que haja espaços que promovam apropriações de conceitos científicos (Silva, 2022), com base no MHD, como em processos de ensino-aprendizagem, em que se integrem esferas cognitivo-afetivo-volitivas. Duarte (2012) sublinha que é necessário alinhar a educação à luta de classes e ao pleno desenvolvimento da individualidade humana, por meio de um confronto da alienação que também aparece nessa esfera, principalmente através do neoliberalismo e do pensamento pós-moderno.

A escola se coloca enquanto um espaço potente nesse sentido, principalmente se pautado por conteúdos que não meramente reproduzam a realidade em termos imediatos, mas contribua para a apropriação dos conteúdos historicamente produzidos pela humanidade. Quanto a isso, Duarte (2001) pontua que “A escola é, pois, compreendida a partir do desenvolvimento histórico da sociedade; assim compreendida, torna-se possível a sua articulação com a superação da sociedade vigente em direção a uma sociedade sem classes” (p. 12).

Há, contudo, que se marcar a escola aqui referida, que não é outra senão a pública, de qualidade, para a classe trabalhadora. É necessário que se reforce isso, pois existem diversos

tipos de escola que possuem finalidades específicas, a maioria voltada a repetição deste sistema. E ter essa disputa no âmbito da educação é importante para assegurar essa apropriação.

Além disso, defende-se a utilização da arte, seja no consumo ou produção, pois ela permite acessar os sentidos inconscientes pela via da catarse, de modo a possibilitar um acesso à universalidade genérica (Vigotski, 1999).

Outra ferramenta é a participação em movimentos sociais (Pessanha, 2015, citado por Silva, 2022), espaços coletivos de luta, organizações revolucionárias, paralisações, greves gerais, luta sindical, expropriação das propriedades privadas para fins coletivos, dentre outros, no que tange às tarefas imediatas e históricas da classe trabalhadora (Lukács, 2003).

Urge aliar prática a um direcionamento que considere as imbricações do capital para a subjetividade humana e as consequências disso para as ações individuais dentro dos coletivos. Além de criar possibilidades contextuais, de espaços comuns, de identificação e solidariedade que sustentem tirar alguns tijolos do muro no cotidiano e fortaleça a luta coletiva, de forma a possibilitar um movimento de ampliação dos processos conscientes e diminuição do inconsciente capitalista/alienado.

Consideramos que há níveis e níveis em que essa relação dominação-subordinação consciente-inconsciente ocorre. Em termos da classe trabalhadora, há uma propensão para que ela se efetive, mas à medida em que são dispostas mediações de qualidade, instrumentos sociais, podemos tensionar e estabelecer outras configurações a essa dinâmica. Mas, em termos universais, essa é a tendência no capitalismo, não o que foge à norma.

Todas essas ferramentas: a educação, a arte, os espaços comuns, movimentos sociais etc, tratam-se de mediações como alternativa para efetivar, em alguma medida, a dialética consciente-inconsciente. Contudo, torna-se crucial compreender que, tal como na escola, todos esses espaços são permeados por contradições e constituídos pela própria alienação, em algum nível, posto estarem inseridos nessa sociedade capitalista e por serem compostos de indivíduos que também estão e carregam essa configuração dramática e de subordinação-dominação em seu psiquismo e também na relação consciente-inconsciente, como defendido nesta pesquisa. Por isso, a única saída para a superação plena dessa dinâmica é a revolução, com a construção do comunismo, em uma sociedade sem exploração do ser humano pelo ser humano, onde seja possível efetivar uma atividade que retorne ao sujeito de forma não-estranhada, i. e., que este se reconheça enquanto gênero humano.

Mais ou menos conscientes, mais ou menos explorados, a alienação e o estranhamento se esgueiram por cada poro. Tal qual as asquerosas garras do capitalismo sanguíneo que se

apropria e destrói terras, povos, culturas e qualquer possibilidade de humanização. Por isso, “é preciso estar atento e forte”²⁵ sempre, a fim de usar o que nos resta de potencialidades para rumar aos objetivos da classe trabalhadora, de maneira a propiciar espaços de resistência para cultivar um maior desenvolvimento em seu sentido humanizador.

A história do capitalismo, que é a história da luta de classes, está sendo escrita, a luta está travada no cotidiano e cravada na nossa subjetividade, mormente através do inconsciente em sua dinâmica com a consciência que regula e orienta nossa ação no real. As perspectivas se afunilam a cada avanço do capital, mas a guerra está em andamento, é preciso não esmorecer. Pois, resiste "na boca da noite um gosto de sol" (Milton Nascimento)²⁶, bem como essa atual sociedade é a parteira da nova que há por vir através da luta coletiva da classe trabalhadora.

²⁵ Trecho retirado da música “Divino maravilhoso” composta por Caetano Veloso, um expoente artista da música popular brasileira (MPB), música esta que ganha voz e cor através da interpretação exímia de Gal Costa, também uma referência dentro da MPB, que faleceu durante a construção desta pesquisa, em 2022.

²⁶ Cantor e compositor brasileiro da MPB. A citação utilizada trata-se do trecho de uma música, “Nada será como antes”, que este canta e também compôs em parceria com Beto Guedes.

Considerações finais

Na presente pesquisa foi possível iniciar a construção de uma abordagem materialista histórico-dialética para dinâmica consciente-inconsciente, abordada por Vigotski, a partir da categoria de alienação em sua perspectiva marxiana, com contribuições marxistas.

Essa discussão e sua possível inovação pode até soar um preciosismo teórico, na tentativa de complexificar a discussão das implicações da alienação para o psiquismo, a consciência e o inconsciente, propriamente, através da dialética consciente-inconsciente. O que em si não seria problemático, faz parte do trabalho científico.

Mas, na realidade, parte-se do pressuposto que para assentar as bases da psicologia histórico-cultural, que se propôs à utilização do MHD, é necessário perscrutar seus conceitos - aplicações, relações e implicações com demais conceitos e fenômenos - através do próprio MHD, para que haja movimento dialético.

Fazer esse processo e reivindicar a PHC é relevante por esta nos fornecer ferramentas mais acuradas para a leitura da realidade, ainda que a transformação desta se efetive fora da própria psicologia.

No primeiro capítulo, observou-se que a alienação aparece enquanto uma separação sujeito-objeto, que ocorre no capitalismo com um estranhamento do sujeito à realidade posta, ao produto do seu trabalho. E um domínio deste produto sobre o sujeito. O trabalho perde seu sentido ontológico e criativo. O ser humano não se vê enquanto ativo e construtor de si e da história da humanidade através da satisfação de suas necessidades e construção de novas, em seu processo de humanização.

Como resultado, os seres humanos não se reconhecem naquilo que produzem (alienação do produto). Não se reconhecem no processo de produção (alienação de sua atividade, do trabalho). Há também um estranhamento em relação ao gênero (alienação do gênero, no sentido de gênero humano) e um estranhamento em relação a si (alienação em relação a si e aos outros).

No capitalismo, a alienação é calcada na propriedade privada e divisão social do trabalho, ou seja, na base produtiva da vida, isso determina a atividade humana através da luta de classes e instaura relações de dominação burgueses-trabalhadores. O fetichismo aparece complexificando essa alienação, pois todas as relações passam a ser mediadas, em algum nível, por mercadorias, que aparentam autônomas e dotadas de humanidade (vão ao mercado e se trocam entre si), passando a satisfazer e criar necessidades correspondentes às

demandas de lucro, e assim ocorre a reificação dos trabalhadores como passivos nesse processo.

No segundo capítulo, foi possível compreender que o psiquismo na PHC se desenvolve através da relação objetivação-subjetivação-objetivação, assim, é determinado pela forma de produção da vida vigente (o capitalismo). Por meio da apropriação de instrumentos (signos - sentido-significado - e ferramentas) o ser humano desenvolve suas FPS (atenção, memória, emoção, pensamento, linguagem, etc) em uma relação de incorporação-superação das funções elementares. Esse processo ocorre nas relações sociais, em uma lógica do inter para o intra. Considera-se a existência de uma unidade biológico-social com a sobredeterminação social.

Não obstante, o desenvolvimento ocorre a partir da vivência na microgênese do sujeito (ao incorporar filogênese, ontogênese e sociogênese) a partir da interligação cognição-afeto. Sujeitos concretos: de classe definida, que se apropriam da realidade por meio dessas mediações, na particularidade que estão inseridos, sobretudo através da divisão social do trabalho.

O desenvolvimento das funções ocorre em saltos qualitativos no processo de socialização, as FPS são interligadas e as funções elementares não deixam de existir. Estes saltos ocorrem por meio da aprendizagem-desenvolvimento (formal e informal). É notório que, em cada idade cultural há a predominância de um tipo de estrutura psíquica, por meio da qual as FPS se relacionam de maneira dramática com o choque de funções, que não é harmonioso e livre de embates, tal como na realidade capitalista. Ainda, observa-se que atividade que vai determinar, mas essa é impulsionada pela volição.

A volição, por sua vez, a vontade, é aquilo que motiva o sujeito a agir na realidade e também é determinada socialmente. Trata-se de uma FPS que impulsiona as demais. Nem tudo que determina a ação humana será consciente, devido a complexidade das relações sociais. Contudo, é na idade de transição (adolescência) que passa a tornar-se possível desenvolver a autoconsciência, a partir da apropriação dos conceitos (formas mais complexas de generalização do significado) que permitem um pensamento e comunicação mais complexos.

Nesse sentido, o ser humano é potencialmente livre, a partir do conhecimento das suas necessidades (daquilo que determina a formação motivacional), com o domínio e a submissão das leis da natureza (social) às necessidades humanas. Mas a liberdade passa pela possibilidade da autoconsciência e, portanto, pelo desenvolvimento da consciência.

Já no terceiro capítulo, retomou-se os estudos sobre consciência e inconsciente. Assim, apreendeu-se que consciência trata-se de estar vigil, como adjetivo, e como função trata-se da possibilidade de atuação teleológica na realidade, intencional. Já como sistema, a consciência integra todas as funções, de forma a organizá-las e coordená-las a partir de uma estrutura motivacional (construída socialmente no desenvolvimento), e dirige o comportamento humano através do significado, da apropriação de signos por meio da atividade humana, portanto é determinada pelo significado e pela atividade.

Essa estrutura da consciência tem seu ápice de desenvolvimento a partir da formação de conceito, onde se possibilita a autoconsciência. Dessa forma, a consciência é central para o desenvolvimento de todo o psiquismo. E para que ocorra o seu desenvolvimento potencial, depende do processo de socialização e da qualidade de significados apropriados.

Outra característica relevante sobre essa função, é que no capitalismo sua construção é dramática por atravessar os conflitos ideológicos que remetem ao conflito de classes (ideologia burguesa x ideologia proletária). Em resumo, a consciência se pauta pela unidade pensar-sentir-agir.

Mas a atuação da consciência ocorre em relação dialética com o inconsciente, pois: nem todos os conteúdos estão conscientes a todo tempo; nem tudo que é captado pela percepção está na esfera da consciência; a consciência precisa também de uma regulação energética para manter seu funcionamento; e nem tudo que motiva a ação humana se torna consciente. Daí deriva-se o inconsciente como oposto dialético nessa relação dinâmica

O inconsciente, como adjetivo, diz-se daquilo que é automático, imediato, remete à ausência de controle. Como processo, trata-se desse oposto dialético da consciência. Assim, no campo inconsciente predomina uma determinação baseada no sentido e na atividade humana (como o pensamento sem palavra). Na teoria, tudo que é inconsciente, caso significado, pode passar para o campo consciente.

Entretanto, na sociedade capitalista, com a alienação, há uma impossibilidade de apropriação de instrumentos e construção conceitual, nas atividades especializadas e a vigência do fetiche, onde as relações aparentam invertidas e a subjetividade é reificada, ou seja, há uma cisão entre aquilo que se sente e o que se entende da realidade. Ainda quando há apropriação, essa é contraditória e parcial, por meio da predominância de ideologias burguesas. Assim, por exemplo, se pensa de uma forma e age de outra, sente-se de uma maneira e pensa de outra. Normalmente a ação é à favor de sua própria desumanização. Em resumo, no inconsciente, há a quebra da unidade pensar-sentir-agir e da ponte para a consciência, há uma cisão dessa relação dialética.

A partir disso, no último tópico do terceiro capítulo, considerou-se haver indicativos para sustentar a existência de uma alteração na relação da dinâmica consciente-inconsciente, no capitalismo, de uma relação dialética para uma de dominação-subordinação, sustentada pela alienação, fundamentalmente enquanto fetiche. Nesta, o inconsciente parece assumir o lugar de dominância em relação à consciência e estabelecer a regulação do psiquismo através de motivações inconscientes. O que resulta em ações mais imediatas, involuntárias e que visam à repetição. E isso ocorre, primordialmente, no psiquismo da classe trabalhadora.

Para sustentar essa perspectiva, como possibilidade e tendência no capitalismo, valeu-se de alguns argumentos, como: a vigência de empecilhos para a apropriação de conteúdo colocados para a classe trabalhadora, através da alienação dos produtos; a internalização da lógica liberal, com o individualismo e a gestão de si, que evidenciam o aumento da capacidade exploratória do capital; o fato das emoções serem apreendidas através de uma lógica hegemônica que desconsideram seu aspecto comunicativo; as ideologias burguesas que aparecem como contraditórias à realidade experienciada. Assim, predominam aspectos não significados, parcialmente significados ou significados de tal forma que corroboram com a cisão pensar-sentir-agir.

Tudo isso, coloca o inconsciente, a partir da referida dinâmica, a serviço do capitalismo, ao tornar a regulação psíquica mais imediata e involuntária. Assim, esse tipo de relação resulta em entraves ao desenvolvimento, que passa a ocorrer de forma não omnilateral, e sim de modo a reproduzir o espaço que cabe ao sujeito enquanto força de trabalho cada vez mais reduzida à mercadoria, no capitalismo. Ainda reforça sua desidentificação com o gênero e identificação como objeto (mercadoria). E isso ocorre por meio de ações, no cotidiano, que lhe são alheias e, cada vez mais, embasadas por sentidos inconscientes.

Neste cenário, é necessário compreender a necessidade da apreensão de significados, via apropriação de conceitos científicos que sejam calcados no MHD e possibilitem o tensionamento dessa relação e o direcionamento de uma práxis de transformação. Para tanto, observa-se a necessidade das seguintes mediações: desenvolvimento da consciência de classe, consumo e criação artística, educação pública e de qualidade (pautada pela ideologia proletária e pela apreensão da totalidade do real), participação em coletivos e movimentos sociais, cultivos dos espaços comuns, dentre outras. Tendo a revolução como uma tarefa histórica que será levada a cabo pela classe trabalhadora, pois compreende-se que, como essa dinâmica possui raízes no modo de produção desta sociedade, somente na superação deste

essa relação maléfica ao desenvolvimento poderá ser superada, e o ser humano poderá exercer mais livremente seu papel ativo e criativo no real.

A superação dessa barreira alienante, conforme defendido por Lukács (2003) e outros teóricos marxistas, depende da conscientização crítica e da práxis revolucionária. O despertar da consciência proletária, como apontado ao longo deste trabalho, só pode ocorrer a partir do momento em que o sujeito é capaz de romper com os limites impostos pela falta de apropriação de conceitos estabelecida através da divisão social do trabalho e pela ideologia burguesa. Essa ruptura, entretanto, não é automática, sendo um processo dialético que envolve tanto a mudança nas condições materiais quanto a transformação subjetiva dos indivíduos. Nesse processo, o inconsciente, uma vez reorientado, pode desempenhar um papel decisivo na transformação da conduta e na reorganização dos sentidos psíquicos.

Diante dessa síntese das discussões e dos resultados alcançados nesta pesquisa, se fazem necessários novos estudos que abarque a complexidade do tema aqui abordado e possibilitem a superação de alguns limites desta pesquisa, qual seja: o tempo de estudo/exposição e os dados empíricos.

Assim, a esperança é que, apesar das limitações em sua construção, a contribuição desta pesquisa possa ser fâisca para outras ou mesmo servir de suporte teórico para se adentrar em algumas particularidades. É importante compreender tanto a categoria consciência, quanto o inconsciente dentro da PHC, a partir dessa relação dialética e assentada no capitalismo.

A tentativa das pesquisadoras é sempre a produção de uma ciência que tente romper com a ideologia burguesa, não que se torne uma, dado o nível de abstração. Entende-se o método como movimento ancorado nas contradições da realidade, em momentos ideais e reais de transformação. Por isso, a PHC, mesmo pensada e estruturada em um contexto histórico diverso, pode dar instrumentos para pensar e orientar a atuação na realidade atual.

Em relação à atuação, a clínica que desponta como cenário de possibilidade hoje, atravessa inúmeras limitações quanto a esse compromisso. A educação aparece como área na qual a PHC pode aflorar em sua perspectiva formativa e promotora do desenvolvimento. Mas, todo espaço, ao haver disputa, e ao se considerar as necessidades imediatas, é interessante ser ocupado e trazer essa leitura do real pautada pelo MHD, ainda que não em uma lógica fetichista de salvacionismo.

Como perspectivas futuras, considera-se relevantes alguns caminhos: se adensar ao estudo dessa dialética de modo a compreender a construção desse conceito na obra de Vigotski, bem como através de outros autores da PHC e psicologia soviética como: Bluma

Zeigarnik, Dimitri Uznadze, Susanna Rubinstein, Aleksander Luria, Daniil Elkonin, Filipp Bassin, Aleksei Leontiev, dentre outros, de modo a utilizar seus escritos como fundamentação ou construir possíveis relações através destes.

Aprofundar nos estudos sobre neoliberalismo e perspectivas pós-modernas, que particularizam a configuração da alienação, mormente em seu aspecto de fetiche e reificação, no capitalismo contemporâneo.

Também é um caminho a compreensão de como a divisão sexual, racial e internacional do trabalho, além das novas classes emergentes no seio neoliberal, particularizam e singularizam o fenômeno aqui apontado. Autores que podem ajudar nessa discussão: Lélia Gonzalez, Angela Davis, Ruy Mauro Marini, Cinzia Arruzza, Silvia Federici, Clóvia Moura, Frantz Fanon, Tithi Bhattacharya, Vânia Bambirra. A partir de uma compreensão de uma dialética de determinações entre gênero-raça-etnia-dependência dentro da questão de classe do capitalismo.

Referências Bibliográficas

- Abrantes, A. A.; Martins, L. M.; Facci, M. G. D. (2016) *A periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas, SP: Autores associados (Coleção Educação Contemporânea).
- Almeida, M. R. (2018) A formação social dos transtornos de humor. [Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho]. <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/153333>
- Anderson, P. (1995) Balanço do Neoliberalismo. In: *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- Andery, M. A. P. A., et al. (2000) *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica* (9ª ed.). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, São Paulo: EDUC.
- Antunes, R. (2000) Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. *La ciudadanía Negada. Políticas de Exclusión en la Educación y el Trabajo*. Buenos Aires.
- Antunes, R. (2015) *Adeus ao trabalho?: as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. (16ª ed). São Paulo: Cortez Editora.
- Antunes, R. (2018) *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. (1ª ed). São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (s/a) *O toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)*.
- Barros, J. A. (2011) O conceito de alienação no jovem Marx. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n. 1 pp. 223-245.
- Barros, C., Bordalo, K., & Nascimento, S. (2013) Corpo, trabalho e educação em Marx. In *Anais do XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE*, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- Benedetti, M. (1998) “Antologia poética”. [tradução Julio Luiz Gehlen]. Rio de Janeiro: Record.
- Berenchein Netto, N. (2007) Suicídio: uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico-dialético. *Dissertação* (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Berino, A de P. (2005). Elementos para uma Teoria da Subjetividade em Marx. Rio de Janeiro: Papel virtual editora.
- Bernardes, M. E. M. (2010). O Método de Investigação na Psicologia Histórico-Cultural e a Pesquisa sobre o Psiquismo Humano. *Psicologia Política*, v.10, n.20, pp.297-313, jul-dez.

- Braverman, H. (1987) *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC. (Parte I).
- Carli, R. (2007) O conceito de ideologia no último Lukács. *Novos rumos*, ano 22, n. 47.
- Codo, W. (1985) *O que é alienação*. (4ª ed.). São Paulo: Editora brasiliense.
- Corbanezi, E. (2021) *Saúde mental, depressão e capitalismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Costa, E. M. da. (2020) *O método na obra Vigotski e a abordagem ontológica do desenvolvimento humano: uma análise histórica*. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis.
- Costa, M. H. M. da. (2018) Exteriorização da vida e a alienação nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 de Karl Marx. *Sapere aude*, 9(18), 61-78, jul/dez. Belo Horizonte.
- Crocco, F. L. T. (2009) Georg Lukács e a reificação: Teoria da constituição da realidade social. *Kínesis*, 1(2), 49-63.
- Delari Jr., A. (2013) *Vigotski: Consciência, linguagem e subjetividade*. Campinas: Editora Alínea.
- Delari Jr., A. (2011) Sentidos do drama na perspectiva de Vigotski: um diálogo no limiar entre arte e psicologia. *Psicol. estud.*, Maringá, 16 (2).
- Diekmann, L. E. (2018) O trabalho como práxis originária na alienação e para a emancipação segundo Karl Marx. *Revista Urutágua– Revista Acadêmica Multidisciplinar*. Universidade Estadual de Maringá (UEM). N. 38, JunhoNovembro.
- Duarte, N. (2001) *Vigotski e o “aprender a aprender”*: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. rev. e ampl. Autores Associados (Coleção educação contemporânea), Campinas, São Paulo.
- Duarte, N. (2012) A rendição pós-moderna à individualidade alienada e a perspectiva marxista da individualidade livre e universal. In: Duarte, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. 2 Ed. Campinas, SP: Autores Associados.
- Eidt, N. M.; Tuleski, S. C. (2016) Periodização do desenvolvimento psíquico: atividade dominante e a formação das funções psíquicas superiores. In: Abrantes, A. A; Martins, L. M. & Facci, M. G. D (2016) (Org.). *A periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. Campinas, SP: Autores associados (Coleção Educação Contemporânea).
- Engels, F. (1984) *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. (9ª ed). Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Engels, F. (2006) O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). *Revista Trabalho Necessário*, 4(4).

- Espinosa, B. de. (2009) *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Faustino, D.; Lippold, W. (2023) *Colonialismo digital: por uma crítica hackerfanoniana*. Autonomia Literária.
- Federici, S. (2017) *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Federici, S. (2019) *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, revolução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante.
- Fernandes, F. (1975) *Universidade brasileira: Reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Omega.
- Ferraz, J. de M.; Biondini, B. K. F. (2019) Manuscritos econômico-filosóficos: o ser social, a alienação e o comunismo marxiano In: Ferraz, D. L. da S. & Ferraz J. de M (Orgs). Marx e Engels... *Notas introdutórias para além D' O Capital*. Editoria em Debate (UFSC): Florianópolis.
- França, Jr. R. P. (2020) Trabalho, teleologia e causalidade: as formas originárias da práxis social em Lukács. *Revista Katálysis*, 23 (03), Sep-Dec.
- Gois, J. C. S. (2017) Os fundamentos do trabalho em Marx: considerações acerca do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo. *Revista de Ciências Sociais*, 48(1), 3-16.
- Harvey D. (1992) A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In Harvey D. (1992). *A condição pós moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.
- Harvey D. (2014) *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.
- Iasi, Mauro L. (2012) *As Metamorfozes da Consciência de Classe: PT entre a Negação e o Consentimento*. São Paulo: Expressão Popular. 2 Ed.
- Konder, L. (2009) *Marxismo e alienação* (2ª ed). São Paulo, Brasil: Expressão Popular.
- Konder, L. (2020) *A questão da ideologia* (1ª ed). São Paulo, Brasil: Expressão Popular.
- Lane, S. (1995) A mediação do emocional na constituição do psiquismo humano. In S. Lane & B. Sawaia (Eds.), *Novas veredas da psicologia social* (pp. 55-66). São Paulo, SP: EDUC.
- Lane, S. T. M.; Camargo, D. (1995) Contribuições de Vygotsky para o estudo das emoções. In: *Novas veredas da Psicologia Social* Camargo, D. et al. (Orgs.). São Paulo: Educ, pp. 115-131.
- Lessa, S. (2012) *Abaixo a família monogâmica!* São Paulo: Instituto Lukács.
- Lênin, V. I. (2021). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo: ensaio de divulgação ao público/ Vladimir Ilitch Lênin*. (Edições avante., Trans). São Paulo: Boitempo

- Lessa, S; Tonet, I. (2012). *Proletariado e sujeito revolucionário*. São Paulo : Instituto Lukács, 110 p.
- Linhares, R.; Facci, M. G. D. (2021) O desenvolvimento das funções psíquicas superiores: rompendo com a dicotomia entre o natural e o histórico-cultural. In: Furbida, F. G. B; Facci, M. G. D. & Barroco, S. M. S.(Orgs.). *O desenvolvimento das funções psicológicas superiores na psicologia histórico-cultural: contribuições à psicologia e à educação*. Uberlândia-MG: Navegando Publicações.
- Lispector. C. (1998) *Água viva*. Rio de Janeiro: Rocco. P. 73
- Lucci, M. A. (2006) *A proposta de Vygotsky: a Psicologia Sócio-Histórica*. Professorado, 10(2): 1-11.
- Lukács, G. (2003) Consciência de classe. In *História e Consciência de Classe*. São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Lukács, G. (1981) *Ontologia do ser social*. Roma: Riuniti.
- Luria, A. R. (1986) *Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre: Artes médicas.
- Macário, E. (2018) *Divisão do Trabalho e Alienação: Uma Leitura Marxista*.
- Martins, L. M. (2008). Introdução aos fundamentos epistemológicos da Psicologia Sócio-Histórica. Sociedade, educação e subjetividade: reflexões temáticas à luz da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação.
- Marx, K. (1843) Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (Introdução). In: Marx/Engels: Collected Works (Vol. 3, pp. 175-190). International Publishers.
- Marx, K. (1852) O 18 Brumário de Luís Bonaparte- tópico VII. In Frigotto, G., Ciavatta, M., & Caldart, R. S. (Orgs.). (2020). *História, natureza, trabalho e educação/Karl Marx, Friedrich Engels* (1ª ed., p. 582). São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (1844/2020) Trabalho alienado e propriedade privada. In Frigotto, G., Ciavatta, M., & Caldart, R. S. (Orgs.). (2020). *História, natureza, trabalho e educação/Karl Marx, Friedrich Engels* (1ª ed., p. 582). São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (1867/2020) A assim chamada acumulação primitiva. In G. Frigotto, M. Ciavatta, & R. S. Caldart (Orgs.), *História, natureza, trabalho e educação/Karl Marx, Friedrich Engels* (1ª ed., p. 582). São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K.; F. Engels. (2007) *A ideologia alemã*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Marx, K. (2008a) *O Capital: Crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.

- Marx, K. (2008b) Prefácio. In *Contribuição à crítica da economia política*. (2ª ed.) São Paulo : Expressão Popular
- Marx, K.; Engels, F. (2008c) *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marx, K. (2010) *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. São Paulo: Boitempo.
- Marx, K.; Engels, F. (2010) *Manifesto do Partido Comunista* (J. R. Lopes, Trad.). Boitempo Editorial.
- Marx, K. (2011) *Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. (1). São Paulo: Boitempo.
- Marx, K. (2011) *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Boitempo.
- Marx, K. (2021) *A Forma Mercadoria: Escritos Sobre a Teoria do Valor* (G. L. Fazzio & C. Klingenberg, Trad.). São Paulo: Lavrapalavra. (Obra original escrita em meados de 1857).
- Marx, K. (2023) *O capital: crítica da economia política: livro I*. (3ª ed.). São Paulo: Boitempo.
- Mészáros, I. (2006) *A teoria da alienação em Marx* (2ª ed). São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Mészáros, I. (2011) *A crise estrutural do capital*. (2ª ed). São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Molon, S. I. (2020) *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. (5ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Netto, J. P. (1981) *Capitalismo e reificação*. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo.
- Netto, J. P. (2011) *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- Netto, J. P. (2012) Crise do capital e consequências societárias. *Serv. Soc. Soc.* São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set.
- Netto, J. P.; Braz, M. (2012) *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez Editora.
- Nikolaeva, V. V.; Arina, G. A.; Leonova, V. M. (2012) Um olhar sobre o desenvolvimento psicossomático infantil através do prisma do conceito de P. Ia. Galperin. Tradução: Bruno Bianchi. Texto publicado no site do Kátharsis.
- Oliveira, B. (2005) A dialética do singular-particular-universal. In A. A. Abrantes, N. R. Silva, & S. T. F. Martins (Orgs.). *Método histórico-social na psicologia* (pp. 25-51). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Pasqualini, J. C.; Martins, L. M. (2015) Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista-dialético para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), pp. 362-371.
- Pessoa, F. (1980) *Poemas de Alberto Caetano*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. P. 104.
- Pino, A. (2005) *As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev. S. Vigotski*. São Paulo: Cortez.
- Pino, A. S. (2000) O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, XXI(71): 45-78.
- Prestes, Z. (2013) *Quando não é quase a mesma coisa: traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Ranieri, J. (2000) *Alienação e Estranhamento em Marx: Dos Manuscritos Econômico-filosóficos à Ideologia Alemã* (Tese de Doutorado). Universidade de Campinas: UNICAMP.
- Ratner, C. (1995) *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Ribeiro, A. de F. (2015) Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.19 n.35, pp.65-79, jul./dez. 2015.
- Rosa, J. G. (1970) *Grande sertão: veredas*. 7. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. P. 66
- Santos, A. C. V. (2022) Aproximações entre a unidade mente-corpo e a unidade afetivo-cognitiva: um caminho para compreensão do sofrimento psicossomático. *Dissertação* (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá, PR.
- Santos, L. G. dos. (2015) O inconsciente desde a Psicologia de Vigotski. Tese de doutorado não publicada. São Paulo: PUC-SP
- Santos, L. G. dos. (2018) Tempo de homens partidos: o inconsciente como quebra da unidade pensar-sentir-agir. In: Sawaia, B. B.; Albuquerque, R.; Busarello, F. R. (org). *Afeto & Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial*. São Paulo: Alexa Cultural. 123-144
- Santos, L. G. dos. & Sawaia, B. B. (2022) Inconsciente desde a psicologia de Vigotski. In: Moreira, M. I. C. & Souza, M. G. S. (org). *Psicologia sócio-histórica: bases epistemológicas, categorias fundamentais e intervenções psicossociais*. Goiânia: Editor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
- Sawaia, B. B. (2011) O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (11ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Silva, C. P. e. (2019) O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. *Serv. Soc. Soc.* (154): 34-51.

- Silva, F. G. S. (2022) O inconsciente na perspectiva vigotskiana. In: *Inconsciente e adoecimento psíquico na psicologia soviética*. 1ªed. Curitiba: Appris. 19-45.
- Silva, F. G. S. (2009) Subjetividade, individualidade, personalidade e identidade: concepções a partir da psicologia histórico-cultural. *Psic. da Ed.*, São Paulo, 28, (169-195).
- Silva, R. I. M. (2015) *Sobre psicologia e ideologia na obra de L. S. Vigotski*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Maringá, PR.
- Soares, C. B.; Campos, C. M. S.; Yonekura, T. (2013) Marxismo como referencial teórico metodológico em saúde coletiva: implicações para a revisão sistemática e síntese de evidências. *Rev. Esc. Enferm. USP*, 47 (06): 1403-1409.
- Souza, J. A. M. de. (2016) Recuperando a dialética no materialismo histórico de Vigotski. *Psicologia & Sociedade*, 28(1): 35-44.
- Toassa, G. (2006) O conceito de consciência na teoria de Vigotski. *Psicologia USP*, 17(2), 59-83.
- Toassa, G. (2009) *Emoções e vivência em Vigotski: investigação para uma perspectiva histórico-cultural* (Tese de doutorado) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Toassa, G. (2014) Vigotski: notas para uma psicologia geral e concreta das emoções/afetos. *Cadernos Espinosanos*, São Paulo, n.30, pp.49-66, jan-jun.
- Toassa, G. (2020) Um estudo sobre o conceito de sentido e a análise semântica da consciência em L. S. Vigotski. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 40, n. 111, pp.176-184, Maio-Ago.
- Tonet, I. (2022) A importância do método científico de Marx. *Revista GESTO-DEBATE*, Campo Grande - MS, 22 (02), pp.33-42.
- Vaisman, E. (2010) A ideologia e sua determinação ontológica. *Vernitso* revista on-line, n. 12, ano vi.
- Vigotski, L. S. (1930) A transformação socialista do homem. In *Varnitso*, (3) pp.36-44, Trad. Roberto Della Santa Barros.
- Vigotski, L. S. (1931/2000) Historia Del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In: Vigotski, L.S. *Obras Escogidas*. Madrid: Visor, 2000. v. 3, p.55-66.
- Vigotski, L. S.; Luria, A. R. (1984) *Funktsiya znakov v razvitii vysshikh psikhicheskikh protsessov*. In: *Orudiye i znak v razvitii rebenka* [Instrumento e signo no desenvolvimento infantil]. Moscou: Pedagogika. Escrito originalmente em 1930. Traduzido por Bruno Bianchi.. Disponível em: <[L.S. Vigotski & A.R. Luria — A função dos signos no](#)

[desenvolvimento dos processos psicológicos superiores | by Bruno Bianchi | Kátharsis | Medium >](#)

Vigotski, L. S. (1999b) *Psicologia da arte*. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (1999a) *Sobre os sistemas psicológicos*. In: Teoria e Método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1999, pp. 103-136. “O Psikhologuítscheskikh sistemakh”. Transcrição estenográfica corrigida da comunicação lida a 9 de outubro de 1930 na Clínica de Enfermidades Mentais da 1ª Universidade estatal de Moscou. Do arquivo pessoal de L. S. Vigotski, publicado pela primeira vez. Disponível em: < [L.S. Vigotski — Sobre os sistemas psicológicos \(1930\) | by Bruno Bianchi | Kátharsis | Medium >](#)

Vigotski, L. S. (2000) O manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*. 1(71).

Vigotski, L. S. (2004) *Teoria e método em psicologia*. (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2007) *A formação social da mente*. (7ª ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2009) *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2018) *Sete aulas de L. S. Vigotski sobre os fundamentos da pedologia*. Organização [e tradução]: Zoia Prestes e Elizabeth Tunes; tradução: Cláudia da Costa Guimarães Santana. Rio de Janeiro: E-Papers.

Vigotski, L. S. (2021a) *História do desenvolvimento das funções mentais superiores*. São Paulo: WMF Martins Fontes.

Vigotski, L. S. (2021b) *Psicologia, educação e desenvolvimento- escritos de L. S. Vigotski*. (1ªed). São Paulo: Expressão Popular.

Wallon, H. (2010) Taylorismo, racionalização, seleção, orientação. *Laboreal. Porto*, v. VI, n. 1, 45-47.

Yasnitsky, A. & van der Veer, R. (Orgs) (2016) *Revisionist revolution in Vygotsky studies*. London and New York: Routledge.

Zago, L. H. (2013) O método dialético e a análise do real. *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 127, Jun/pp. 109-124.

Zanella, A. V. et al. (2007) Questões de método em textos de Vygotski: contribuições à pesquisa em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 25-33.

Zank, D. C. T. (2020) *Base Nacional Comum Curricular e o “Novo” Ensino Médio: análise a partir dos pressupostos teóricos da Pedagogia Histórico- Crítica*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação. Área de concentração: Ciências, Tecnologia, Linguagens e Cultura.